

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	2
<i>Os Editores</i>	
FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA DA CULTURA	6
<i>Alison Ribeiro Centeno</i>	
POLÍTICA ECONÔMICA, DEMOCRACIA E SEUS MECANISMOS: um estudo das sabatinas à presidência do banco central nos governos fhc e lula.....	23
<i>Mateus Coelho Martins de Albuquerque e José Carlos Martines Belieiro Júnior</i>	
DESENVOLVIMENTO, EXTENSÃO RURAL E GÊNERO: o “social” e suas metamorfoses na ascar.....	42
<i>Lucas Woltmann</i>	
AS MULHERES E O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS: uma análise do quinquênio 2012-2017	65
<i>Roberta Pamplona</i>	
A PARTICIPAÇÃO DELAS NO CRIME E NA VIOLÊNCIA: mulheres como vítimas e protagonistas de conflitualidades	88
<i>Anelise Schütz Dias</i>	
A CONSTITUIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO	103
<i>Junara Ferreira</i>	
A LEI DE COTAS E A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA EM DEBATE	123
<i>Bruna Cruz de Anhaia</i>	
ATIVISMO E MÚLTIPLOS ENGAJAMENTOS:a percepção de ativistas do movimento negro sobre a múltipla militância	138
<i>Sara Talice Santos Bastos</i>	
UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DE FREDERICO WESTPHALEN – RS: um estudo de caso	159
<i>Jefferson Dalanhof e Sidnei Renato Silveira</i>	
A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO E TRANSNACIONALIZAÇÃO MUNDIAL: novos desafios	186
<i>Eduardo Langer</i>	
O ATO DE IMIGRAR E A IDENTIDADE CULTURAL HÍBRIDA NAS OBRAS DE MILTON HATUUM E STEFAN ZWEIG	197
<i>Fidelainy Souza Silva</i>	

EDITORIAL

Ao final de 2017, nesses tempos difíceis, uma boa notícia: a continuidade de publicação da Revista Contraponto, resultado de um esforço coletivo de discentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de colaboradores vinculados à outras áreas das ciências humanas. Nesse sentido, a interdisciplinaridade está presente já na formação da equipe de trabalho e se materializa como um objetivo dessa revista. O presente número vem para confirmar essa constatação.

Mais uma vez, um ano após a primeira parceria, publicamos nesse segundo número do quarto volume da revista, uma seleção dos melhores trabalhos apresentados no VI Seminário Discente do PPGS-UFRGS, que esse ano teve como tema “Múltiplos Olhares desde o Brasil”. O evento se caracterizou também pela valorização da interdisciplinaridade, oportunizando a apresentação de qualificadas pesquisas em seus sete Grupos de Trabalho. Nessa edição publicamos 7 artigos, um de cada GT, acompanhados de trabalhos que recebemos e avaliamos em fluxo contínuo.

Publicamos dois trabalhos que realizam uma interface entre as ciências sociais e a economia. O primeiro, denominado **Fundamentos Teóricos da Economia da Cultura**, de autoria de Alison Ribeiro Centeno, realiza uma discussão com o objetivo de apresentar algumas bases, a partir de reflexões do campo das ciências sociais e da economia, para a compreensão teórica do campo da “economia da cultura”, hoje constituído como uma atividade econômica complexa e que envolve muitos agentes. Em seu texto, o autor realiza também uma discussão de elementos históricos e culturais que possibilitaram a emergência desse campo como um campo autônomo de atividade econômica.

Em segundo lugar, o texto de Mateus Coelho Martins de Albuquerque e José Carlos Martines Belieiro Júnior, de título **Política Econômica, Democracia e seus mecanismos: um estudo das sabatinas à presidência do Banco Central nos governos FHC e Lula**, faz uma análise das dinâmicas das presentes nos processos de sabatina produzidas pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), que tem por objetivo avaliar e validar a indicação à presidência do Banco Central realizada pelos Presidentes da República. A partir do perfil dos senadores, do papel assumido pelo CAE e

da relação também histórica entre política e técnica no Brasil, os autores realizam a análise de quatro momentos de sabatina dos indicados pelos ex-presidentes anteriormente citados.

O trabalho de Lucas Woltmann, intitulado **Desenvolvimento, extensão rural e gênero: o “social” e suas metamorfoses na ASCAR**, realiza o estudo da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), em uma tentativa de compreender, por parte do autor, os “papeis” as relações de gênero tiveram no desenvolvimento dessa instituição e suas implicações e influências no momento contemporâneo da mesma.

Sob as palavra-chave raça e gênero, de forte presença nas ciências sociais contemporâneas, publicamos cinco trabalhos, dos onze que compõe essa edição. O primeiro, **As Mulheres e o Exercício da Docência na Faculdade de Direito da UFRGS: uma análise do quinquênio 2012-2017**, de Roberta Pamplona, analisa, com importantes referenciais teóricos, o exercício da docência jurídica, a partir da experiência de mulheres professoras na faculdade que dá nome ao trabalho. O interesse da autora pelo período de 2012-2017 se dá em um contexto, como ela atesta, de incremento e expansão da instituição.

Também, o trabalho de Anelise Schütz Dias, **A participação delas no crime e na violência: mulheres como vítimas e protagonistas das conflitualidades**, estuda o processo de constituição de um “jornalismo de segurança pública” como campo jornalístico especializado, com foco nos direitos humanos e na cidadania, onde perpassam noções e papeis de classe, gênero e raça (etnia) na constituição desse campo.

O artigo de Junara Ferreira, **A Constituição de uma Política de Saúde para a população negra no Sistema de Saúde Brasileiro**, a partir de uma interessante articulação entre concepções foucaultianas e a Teoria do Processo Político, analisa como o movimento em torno da saúde da população negra objetiva instaurar, para si, uma agenda de políticas públicas no Brasil. Um bom exemplo de trabalho que ousa em articular referenciais teóricos tão diferentes na constituição de um interessante objeto de pesquisa.

Nessa seara da discussão de raça, o trabalho de Bruna Cruz de Anhaia, **A lei de cotas e a universidade pública brasileira em debate**, debate, nas palavras da autora, “o processo de tomada de decisão da política de cotas vigente no ensino superior brasileiro, instituída pela lei 12.711 de 2012”.

Atentando para aspectos do processo, desenhados enquanto critérios de análise da pesquisa, a autora demonstra como esse é um processo de idas e vindas entre os agentes e concepções presentes nas argumentações do processo, que se dá em um tempo histórico que não pode ser negligenciado.

O texto de Sara Talice Santos Bastos, intitulado **Ativismo e múltiplos engajamentos: a percepção de ativistas do movimento negro sobre a múltipla militância**, se insere no amplo tema da ação coletiva e dos movimentos sociais, retomado com força nos anos 2000 no mundo e no Brasil. A pesquisa da autora reflete sobre as percepções dos ativistas sobre as suas trajetórias de engajamentos em diversas instancias, em paralelo ao seu engajamento no movimento negro.

Os três últimos textos não são passíveis de articular em um guarda-chuva temático, o que atesta a pluralidade que pretendemos com nossa publicação. O artigo de Jefferson Dalanhhol e Sidnei Renato Silveira, de nome **Utilização de Software Livre em Órgãos Públicos de Frederico Westphalen-RS: um estudo de caso**, apresenta a pesquisa desenvolvida pelos autores, sobre a utilização de Software Livre (SL) na administração pública de Frederico Westphalen, um município da região norte do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de identificar possibilidades e limites dessa utilização, os autores levantaram uma série de dados a partir de diferentes critérios, os apresentando de uma perspectiva quantitativa.

O texto de Eduardo Langer, **A dinâmica das organizações sociais no contexto da globalização e transnacionalização mundial: novos desafios**, apresenta uma discussão sobre “a dinâmica da formação e da reestruturação da sociedade civil organizada no processo de inter-relação com o mercado e com o Estado através da análise do processo relacional entre Estado, Mercado e Sociedade no contexto histórico-social, econômico e político internacional”. Reservamos espaço também para textos que apresentam perspectivas de análise de escala ampla, compreendendo que eles auxiliam a análise de fenômenos sociais mais focados. O texto de Langer é exemplo disso.

Fechando os trabalhos, o artigo de Fidelainy Souza Silva, que tem por título **O ato de migrar e a identidade cultural híbrida nas obras de Milton Hatoum e Stefan Zweig**, completa essa edição. O texto discute duas

representações literárias sobre a imigração e o hibridismo cultural, considerados como aspectos da sociedade brasileira.

Por fim, desejamos que essa nova edição da revista, no esforço coletivo e libertador que é a construção do conhecimento, oportunize aos autores a inserção no mundo da produção científica e aos leitores referências para pensarem em seus trabalhos, amadurecendo ideias e leituras para a proposição de diferentes formas de ler a realidade social. Um bom final de 2017 e um feliz 2018 para todos!

Os Editores.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA DA CULTURA

Alison Ribeiro Centeno¹

RESUMO: Utilizando distintas áreas de conhecimento, trazendo elementos da Economia, Sociologia, Filosofia e Antropologia, o presente artigo traz alguns dos elementos basilares para compreensão da teoria que envolve a economia da cultura como pressuposto para avançar em estudos que objetivem tratar da realidade desse meio da atividade econômica. Abordando cultura e as transformações sociais das últimas décadas do século XX e das duas primeiras décadas do século XXI, o presente artigo trabalha com elementos, como o simbolismo do consumo cultural, a oferta de produtos e serviços para fins de apreciação e o modo como ambos se concatenam no ponto de vista de uma economia vinculada em coisas abstratas.

Palavras-chave: economia da cultura; cultura; simbolismo do consumo; consumo cultural; produção cultural.

ABSTRACT: Using different areas of knowledge, bringing elements of Economics, Sociology, Philosophy and Anthropology, this article brings some of the basic elements for understanding the theory that involves the culture economics, as a prerequisite for advancing studies that aim to deal with the reality of this segment of the economic activity. Abording the culture and social transformations of the last two decades of the twentieth century and the first two decades of the twenty-first century, this article works with elements such as the symbolism of cultural consumption, the offer of products and services for appreciation and the way both are concatenated on an economy bound on abstract things.

Keywords: culture economics; culture; symbolic consumption; cultural consumption; cultural production.

INTRODUÇÃO

O presente artigo² objetiva compreender os embasamentos que permitem teorizar sobre a economia criativa (tanto do aspecto do segmento cultural na atividade econômica, quanto da demanda por produtos e serviços culturais), por meio de uma abordagem multidisciplinar que envolve perspectivas econômica, sociológica, antropológica e filosófica. Dividido em cinco subseções, inicialmente haverá um entrelace entre as compreensões de BOAS (1968;2006) e MOLES (1974) da cultura na sociedade e no cotidiano dos indivíduos, que abrem caminho para a terceira parte dessa apreciação visitando as palavras de Jimmy

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela PUCRS e Mestrando em Ciências Sociais pelo PPGCS/PUCRS.

² Agradecimento aos participantes do GT – Sociedade e Economia do VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Múltiplos Olhares desde o Brasil, realizado em Porto Alegre, entre os dias 3 e 5 de outubro de 2017, pelas observações que enobreceram esse trabalho.

Carter em um célebre pronunciamento do ex-Presidente dos Estados Unidos que alertava para as mudanças sociais em processamento.

Assim, BELL (1977), BOURDIEU (2002), IANNI (1976;2003) e KEYNES (1930) terão pontos de suas respectivas amplas teorias colocados em comparação para explicar os aspectos de inflexão nos padrões de consumo e de como a cultura é inicialmente tratada dentro da visão de produção da atividade econômica. Assim feito, a penúltima parte dessa escrita estará elaborada em uma interpretação da interpelação de como o abstrato assume papel relevante no debate teórico socioeconômico, podendo assim concluir o principal objetivo desse artigo que é estabelecer as diretrizes epistemológicas que embasam a economia da cultura.

É importante, sobretudo, não esquecer o princípio weberiano de que o tipo ideal construído deve ser uma mera abstração para compreender a vasta realidade teoricamente impossível de se dar conta analiticamente devido a sua própria imensidão. Quando se trata de economia da cultura, múltiplos aspectos definem o modo de produção e as relações comerciais de produtos e serviços culturais. O ideal de uma economia embasada na cultura deve servir única e exclusivamente para sua análise, construindo um diagnóstico e uma investigação de seu impacto na economia como um todo, mas jamais, em tempo algum, para definir irredutivelmente o que é cultura e as relações econômicas que nela se alicerçam.

COMPREENDER A CULTURA

Em sua crítica aos limites do método comparativo na Antropologia, BOAS (2006) descreve como essa ciência atentou no final do século XIX para o fato de que com o crescimento das sociedades, características comuns entre essas poderiam ser observadas; isso, opondo-se a qualquer esquematização teórica capaz de explicar diferentes culturas³. É notável nos escritos do autor que a interação humana em diferentes sociedades não cabe numa função explicativa,

³ BOAS (2006) rememora que a antropologia é uma ciência de múltiplas origens, inicialmente interessada no *modus vivendi* dos habitantes de países estrangeiros, visando estabelecer um significado universal para os diferentes modos de vida. Os diferentes gêneros e cores daquilo que hoje consideramos como raça (única) humana já foram associados à cultura. O interesse pelo ser humano e seu modo de interagir, por ciências, como biologia, ciência política, economia, filosofia, história, psicologia e sociologia, citadas pelo autor, produziram abordagens desorientadas dos estudos culturais, segundo o mesmo, sendo necessário delimitar o estudo da humanidade.

tampouco em uma lei geral, já que tem de lidar com fatores como a intersubjetividade (processo singular e meramente comparável) e o impacto dos “estímulos externos” (*idem*, p. 53).

BOAS (2006) argumenta que quanto mais simples for o fato observado, mais provável é que esse seja consequência de diversas possíveis fontes, impossibilitando assim uma lei que rege a mente humana. Tomando tal afirmação como pressuposto para compreensão da dinâmica cultural, definir, delimitar e explicar o que é cultura, por si só, já é de uma enorme complexidade, decorrente dos inúmeros fatores que formam os aspectos culturais de cada sociedade: “Nossa experiência geral diz que as tentativas de desenvolver leis gerais de integração da cultura não produzem resultados significativos” (*idem*, p. 63), pois compreender aspectos culturais depende de análise da particularidade.

Como reforça MOLES (1974) há várias ‘culturas’ passíveis de serem descritas devido aos múltiplos aspectos culturais na sociedade, contudo, por mais diversos que sejam seus conceitos e suas definições, por cultura se entende um processo histórico-social de formação de princípios que são “incorporados à memória de cada um” de “elementos de significação ou de forma” e “origina-se [...] em parte através da educação, em parte através da impregnação” (*idem*, p. 20) que influenciam a maneira de pensar e de agir, molda gostos e preferências, capacita para apreciar o abstrato. Ressalta-se na delimitação pelo autor do vasto conceito de cultura a significação, processo chave para entendimento da economia da cultura, que, no transcorrer do presente artigo, estará presente e será reafirmado como fundamento e pilar para explanar a atividade econômica cultural, o consumo e a produção de bens e serviços culturais etc, que têm como denominador comum o simbolismo.

Se os aspectos universais devem ser explanados (sob o escopo antropológico) através de seus processos – os costumes e as crenças não devem ser o objetivo final da pesquisa, como argumenta BOAS (2006), mas, sim, os motivos que os estruturaram e os mantêm vivos. As estruturas econômica e social, a religião e a moral, as artes etc, todas devem ser investigadas como consequências do ambiente, das características biológicas e de eventos históricos. O princípio é a inexistência de uma universalidade ou mesmo de um fator genérico condicionante da cultura, não podendo pôr a sociedade no microscópio.

BOAS (1968; 2006) foi escolhido para o pontapé inicial da presente apreciação justamente pelo seu aspecto teórico relativista e sua valorização às particularidades histórico-culturais, sua grandiosidade ao refutar a linearidade cultural e o preceito de desenvolvimento universal. Colocou a cultura como fenômeno singular, a ser explorado na sua idiossincrasia, conseqüentemente, cada cultura de cada lugar tem aspectos a serem explorados pelos fatores históricos que assim a delinearam. Ainda que advogando pelos aspectos históricos como melhor maneira de observar o desenvolvimento cultural, BOAS (1968) não deixa de denotar que muitas das características culturais sequer têm registros históricos para embasarem estudos (*idem*, p. 251).

A falta da “perspectiva histórica” na tentativa de compreender a cultura, que, na sociedade moderna, muda seus feitiços mais aceleradamente do que nas sociedades primitivas, ao passo que, até mesmo as “características consideradas como quase absolutamente estáveis estão constantemente passando por mudanças” (*idem*, p. 253), impede os que querem entender cultura e seus fenômenos entrelaçados – no caso do presente estudo, a economia da cultura. Ainda que manifestações ocorram com semelhantes traços em diferentes sociedades, cada caso é um tópico a ser investigado e valorizado na sua peculiaridade, pois a priorização dos princípios característicos componentes dessas propriedades explicam a formação e a continuidade dos aspectos culturais que desaguam também em atividade econômica.

SIMBOLISMO DO CONSUMO EM UMA SOCIEDADE EM EBULIÇÃO

Em encontro com representantes de diversos segmentos sociais na base militar de *Camp David* em Thurmont, Maryland, Estados Unidos, Jimmy Carter ouviu críticas a seu governo, em especial, quanto a incapacidade do então líder estadunidense de representar a população. Diante de um cenário de incertezas alimentado pela inflação e corroborado pela crise no setor energético, em 15 de julho de 1979⁴ – Carter falou de problemas muito maiores do que administrativos e econômicos, irremediáveis quaisquer fossem os projetos de lei ou medidas administrativas tomadas; o Presidente falou de problemas sociais assentados na crise de confiança.

⁴ CARTER, Jimmy. **Energy and the National Goals - A Crisis of Confidence**. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/jimmycartercrisisofconfidence.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

Quase quarenta anos depois, a sociedade da segunda década do século XXI tem como muitas características as apontadas por Jimmy Carter, como transformação nos valores humanos, consumismo, crise de confiança, dentre tantos outros que emanam das transformações socioeconômicas abordadas antes ou depois do famoso pronunciamento do líder norte-americano por teóricos como KEYNES (1930), BELL (1977) e IANNI (1976;2003), que servem como embasamento dessa análise. Longe de críticas e pareceres do motivo do pronunciamento de Carter, do acuação do então Presidente que admitiu em cadeia nacional as dificuldades que enfrentava, motivado politicamente ou não, busca-se aqui as linhas que tão bem descreveram e anteviram os problemas sociais que se moldavam à época, com transformações que ainda estão em processamento.

Para CARTER (1979), ao passo que cada vez menos se falava “das esperanças de [...] nação, [...] sonhos e [...] visão do futuro”, os problemas sociais deixavam de ser puramente econômicos, conseqüentemente sequer os meios legislativos seriam capazes de “consertar [...] a América⁵”. A “crise de confiança” advinha do “crescimento da dúvida quanto ao significado” (*idem*, tradução própria) da vida. Os valores humanos anteriormente embasados na fé religiosa e na família, aos olhos do Presidente, mudavam para o consumismo, para o qual a autoidentificação migrava do que “o indivíduo faz, [para] [...] o que o indivíduo tem” como bem material: “Mas nós descobrimos que possuir coisas e consumir não satisfaz nosso anseio por sentido. Aprendemos que acumular bens materiais não preenche o vazio de nossas vidas que não têm confiança ou propósito (*idem*, tradução própria)”.

Na exposição *Economic Possibilities for our Grandchildren*, KEYNES (1930) abordou a temática do consumo diante da Crise de 1929, tangenciando a questão cultural na demanda. Em um período de incertezas, desde a Crise de 2008 quanto a capacidade de retomada do crescimento econômico mundial, essa leitura se torna de semelhante importância a qual teve na primeira metade do século XX, com o diferencial do conhecimento da economia da cultura muito mais profundo do que quando tratado como consumo secundário. Certamente a preocupação de KEYNES (1930) quanto a capacidade do crescimento econômico durante o século após sua conferência pode ser melhor explanada por economistas que tratem da história da economia mundial: contudo, a

preocupação do pensador inglês com o “desemprego tecnológico” (*idem*, p. 3) e a necessidade de descobrir novos meios de utilizar a força de trabalho, ainda no início da década de 1930, anteviram o fenômeno posteriormente estudado por BELL (1977) da sociedade pós-industrial.

Ainda que as escritas de IANNI (1976) estejam antiquadas para a segunda década do século XXI, seu empenho em pensar as transformações culturais locais pelo avanço do capitalismo financeiro internacional, ainda nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, o tornam indispensável para compreender, mesmo com sua visão crítica do capitalismo, o modo como as fronteiras geográficas inexistem para a cultura. A visão imperialista da cultura adotada pelo próprio pensador brasileiro, denota que a reprodução material está entrelaçada com a cultural, não havendo uma sem a outra. Sua visão marxista da produção econômica e das relações culturais, que se expandem conjuntamente às relações sociopolíticas que caracterizam a economia, o qualificam por sua visão diferenciada da construção de um ideal de mercado cultural que vem a se desenvolver pela sobreposição dos princípios capitalistas na economia, avançando até o “amplo processo de comercialização de mercadorias culturais” (*idem*, p. 26).

IANNI (2003) leu a globalização como “ocidentalização do mundo” (*idem*, p. 71), imperando o liberalismo econômico e a mercantilização do imaterial, segundo o mesmo, atingindo até os desejos dos indivíduos, que se tornam comerciáveis: “inclusive signos, símbolos, emblemas, fetiches. Tudo se seculariza, instrumentaliza, desencanta” (*idem*, p. 73). Esse imperativo cultural não é capaz de destruir singularidades locais, que se ressignificam sob os novos aspectos. Perdendo ou não parte de suas originalidades, assumem outro semblante nesse complexo meio globalizado.

Uma das melhores perspectivas para compreender a economia da cultura é utilizar o conceito de “campo” de BOURDIEU (2002), que, segundo o intelectual francês, os ‘campos’ são espaços restritos, relativamente independentes e constituídos por uma hierarquia simbólica, pela qual indivíduos permanecem em confronto constante – seja para manutenção, seja para alteração da ordem das posições. Em um mesmo campo, há o compartilhamento de interesses comuns e, dada a sua parcial independência, esse interage com outros campos. No caso do campo cultural, para BOURDIEU (1996), esse é “relativamente autônomo ([...]

também [...] relativamente dependente, sobretudo perante o campo económico e o campo político)” (*idem*, p. 168).

A magnitude da teoria do “campo” permite analisar o mesmo além da sua própria constituição, que historicamente formada, antecede a quaisquer de seus componentes. A lógica do campo económico tangencia o campo cultural, havendo obviamente a oferta e a demanda por produtos e por bens culturais, todavia, como ressalta BOURDIEU (1996), nesse último se sobrepõe uma “lógica específica”, na qual o consumo da mercadoria tem uma significação – como anteriormente apontado por MOLES (1974), diferenciando o “valor propriamente simbólico e [...] [o] valor mercantil” (*idem*).

Da mesma forma, quando a idiossincrasia cultural permite que sejam gerados bens e serviços valorizados pelo seu significado, se tem uma linha de produção dedicada à interpretação, onde determinado bem não tem utilidade prática, talvez também não seja consumido materialmente, mas sim uma simbologia ou um significado que são sua razão para serem demandados (indústria cultural). (CENTENO, FALCETTA, 2015, p. 25)

Como apontado em CENTENO, FALCETTA (2015), dentro do ramo de produção em massa de bens e serviços culturais, essa se volta para uma demanda distinta de outros bens e serviços, longe do mero conceito de utilidade, mas em busca de “interpretação ou significado que seus artefatos ou serviços têm para quem os consome” (*idem*, p. 32). Essa interpretação está em sintonia com as escritas de BOURDIEU (1996) sobre a produção cultural, mais especificamente com o que o autor francês descreve como uma produção singular, particular e peculiar que não destoa de sua futura demanda, buscando mensurar o sucesso na propagação, no alastramento e no impacto gerado, e não apenas no lucro meramente contábil. Há, assim, uma conquista simbólica (reforçando princípio tão caro do simbolismo para o autor), tão importante quanto a pecuniária.

KEYNES (1930) fez afirmações que harmonizam com esses princípios. Ainda no mesmo pronunciamento, o autor discerne a acumulação monetária como valor social, princípio que descreve como “qualidade desagradável do ser humano” (*idem*, p. 5) ao ver o dinheiro como bem acumulativo e não como meio de se obter coisas que proporcionem melhor qualidade de vida. Para ele, os bens de “segunda classe”, que trazem sensações de “superioridade”, tinham, além do

valor meramente econômico, a dedicação do indivíduo em obter e desfrutar da própria não satisfação plena desses produtos.

Retomando a lógica do ‘campo’, se de um lado a observação e a apreciação estão abertas a todos, adentrar o campo da cultura e o impactar segue uma lógica extremamente oposta. Como bem exposto por BOURDIEU (1996), os “recém-chegados não podem deixar de *remeter continuamente para o passado*”⁶ (*idem*, p. 187), em um respeito às normas do jogo, quem penetra o meio cultural segue padrões, pois o *modus operandi* do campo da cultura é como o de qualquer campo, antecede até mesmo aqueles que estão em destaque no centro do campo. Inverter essa lógica, inovar e se tornar relevante requer galgar posições dentro do campo a ponto que possa ser considerado como um dos *players* que geram influência.

Há “posições do espaço hierarquizado do campo de produção” (*idem*, p. 189) que correspondem à manutenção da demanda por esse tipo de produto pelo *status* econômico. Como alertado anteriormente, os campos estão inter-relacionados e os grandes demandadores são o suporte da estabilidade do *status* cultural. Assim, BOURDIEU (1996) difere o domínio político-econômico da cultura – “a arte burguesa” – como em KEYNES (1930), do “princípio autônomo [...] a arte pela arte” (*idem*, p. 249). A produção cultural se dá em diferentes escalas, produzir bens e serviços dentro desse campo não é impedido a ninguém; o que os difere é a capacidade de impacto no meio, o reconhecimento e conseqüentemente a rentabilidade.

ABORDAGENS INICIAIS DE ECONOMIA DA CULTURA COMO FRUTO DA GLOBALIZAÇÃO

I. ECONOMIA DA CULTURA COMO FRUTO DA GLOBALIZAÇÃO

A abordagem da cultura na economia, inicialmente, deu-se pelo aspecto da cultura da atividade econômica (vinda de um período marcado pelo fim da Guerra Fria, que sucede a derrocada da indústria e a majoração do setor terciário) e não de uma economia da cultura. Como apontado por DE MASI (1999), eventos que ocorrem após a Segunda Guerra Mundial trazem consigo “modelos de vida [...], valores e culturas centradas no lazer” (*idem*, p. 48). Para o sociólogo italiano, esses são os pontos de partida para que o conhecimento e

a pesquisa passem a assumir um papel cada vez mais relevante na sociedade, em sintonia com essa inflexão nos padrões de vida do indivíduo.

Como apontado por IANNI (2003), a globalização é um fenômeno que levou a um processo de reflexão sobre conceitos por parte das Ciências Sociais, em que os construtos de segundo grau foram redefinidos diante da transformação na visão de questões como o próprio indivíduo e a sociedade que se modificaram dentro dos construtos de primeiro grau. A nova visão de sujeito social, pós-moderno engendra um processo de estudo do impacto da cultura, que semelhantemente aos que dela usufruem, incorpora novos valores que transitam por entre barreiras sociopolíticas.

Em poucos anos, terminou um ciclo da história e começou outro. Muitas coisas estão mudando no mundo, abrindo outras perspectivas, econômicas, políticas e culturais. Mesmo as coisas que não sofreram maiores abalos já não podem mais ser como antes. Alteraram-se as suas relações no jogo das forças em curso na vida das sociedades nacionais e da sociedade mundial (IANNI, 2003, p. 24-25).

Para o autor, a sociedade global é fruto das movimentações históricas que desencadeiam também transformações sociais. Valendo-se de semelhante premissa, há espaço para uma atualização mais do que necessária de descrições de construções sociais que são constantemente impactadas pelas mudanças moldadas pelos conjuntos políticos e sociais. As transações comerciais e financeiras, com o fluxo mundial de capitais e outros fatores de produção, as multinacionais etc podem ser analisadas por múltiplas ópticas (que vão desde o neoimperialismo ao neoliberalismo), mas não podem deixar de denotar as transformações culturais por essas geradas.

O autor peca por descrever o avanço da cultura na economia meramente como o modo 'cultural' de produção, como se a *expertise* econômico-produtiva englobasse a economia da cultura, a confundindo com cultura da economia. Esses traços ficam mais elucidados pelo próprio, nos quais aponta o modo de "produção intelectual" e a "ideologia da classe dominante" (*idem*, p. 14) como resultados da expansão do capitalismo. Logo, sua preocupação central está em descrever o conflito entre o capitalismo e o socialismo (este último em derrocada) no qual a imposição cultural produtiva e imaterial que o mundo veio a conhecer entre as décadas de 1990 e 2000 ainda estava longe de ser uma realidade.

Assim, na ideia de que o capitalismo é um modo de produção material e espiritual se contém a ideia de indústria cultural. A indústria cultural do capitalismo começa quando a produção cultural se organiza diretamente para possibilitar a reposição das relações capitalistas de produção de forma continuada. [...] As ideias, as noções, os valores, os princípios e as doutrinas que codificam a visão burguesa do mundo passam a ser produzidos e multiplicados, em escala industrial e mundial, para atender as exigências da reprodução ampliada do capital. (IANNI, 1976, p. 26).

Um dos princípios mais preciosos de sua literatura de BOAS (1968) é sua atenção para a difusão cultural-produtiva, em especial de seus relatos de cultivo de matérias-primas e de produção de manufaturas, bem como a expansão religiosa. O antropólogo germano-americano e o sociólogo brasileiro IANNI (1976; 2003) apresentam questões semelhantes ainda que em diferentes teores, sendo que a difusão cultural em BOAS (1968) certamente não era vista como um movimento imperialista como para o segundo, o que faz com que, mesmo utilizando uma perspectiva socioantropológica, o primeiro demonstre a propagação de semblantes da atividade produtiva econômica também como uma expressão da difusão cultural.

Não por acaso o autor critica os economistas que atribuem as “condições econômicas [o] controle [as] formas culturais”, sem desconhecer a correlação entre a economia e a cultura, refuta a tentativa de compreender as formas culturais através de princípios meramente econômicos, propondo que a “economia e o resto da cultura interagem como causa e efeito, como efeito e causa” (*idem*, p. 256). Em um princípio que posteriormente foi melhor explorado por BOURDIEU (1996), BOAS (1968) descreve que o *status* econômico não é a origem de onde derivam as diversas manifestações culturais, pois reforça que nada de uno existe como fator cultural.

II. ECONOMIA DA CULTURA, SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL E PÓS-MODERNIDADE

Em *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*, BELL (1977) descreve as transformações socioculturais consequentes das mudanças no perfil do crescimento econômico, que migra de uma economia baseada na produção industrial para a ascensão estruturada pelo setor de serviços. O sociólogo marxista estadunidense se preocupa em apresentar o surgimento da nova classe trabalhadora inserida no mercado de trabalho dos países desenvolvidos, fenômeno que prevê como iminente para os demais países que adentrassem o

ciclo de desenvolvimento, tornando-o figura central no debate do pós-industrialismo.

Seu prognóstico estava embasado nas mudanças sociais que, como bom sociólogo, compreendia como constantes e intermináveis capazes de assumir distintos caminhos por mínimos fatores: isso reforça o protagonismo de BELL (1977) que, em uma reflexão pautada pelas metamorfoses do perfil social do trabalho, diagnosticou o ganho de relevância da inteligência humana como capital e como matriz da nova atividade econômica. O trabalho fundamentado na força bruta das sociedades agrárias cedeu lugar ao trabalho mecanizado da sociedade industrial, na qual a mão de obra e o capital dividem o papel principal como fatores produtivos; na sociedade pós-industrial, os trabalhadores estão inseridos em um contexto de autovalorização por serem protagonistas únicos, onde o principal aspecto de sua ‘força’ de trabalho é o intelecto.

A atividade econômica, com base na informação, e a valorização dos trabalhadores intelectuais não foram exclusividade do pensamento de BELL (1977). MASUDA (1982), escritor japonês e teórico da sociedade informativa, apesar de estar focado na transformação da atividade econômica industrial com a priorização da informação – tratada pelo próprio como ‘bem’ de extremo valor para a nova atividade econômica -, anteviu na produção de informação com valor econômico sua equiparação a outros bens negociáveis economicamente, fundamentais para as mais diversas atividades produtivas.

Mas, a falha do escritor japonês (que se deve muito em parte a euforia do mesmo diante do crescimento da microeletrônica em seu país, que não se estendeu para o resto do mundo em semelhantes proporções) também não retira seu valor de análise e reconhecimento de sua capacidade perspectiva. Comparativamente a BELL (1977), dá à atividade de setores de inteligência e mais precisamente à informação relevância e maior profundidade em sua teoria, ao considerar o que de fato é uma constante nos primórdios do século XXI, a produção de informações com maior importância que o próprio setor de serviços.

Profissionais da pesquisa, técnicos em estudos prospectivos, escritores e romancistas, pesquisadores de opinião, especialistas em *software*, dentre outros, foram exemplos citados pelo autor [Masuda] de profissionais do setor quaternário. Após a consolidação das indústrias da informação, vivenciar-se-ia a informatização da indústria,

onde se produziria equipamentos com características de “bens de capital” da informação. (CENTENO, FALCETTA, 2015, p. 15)

Uma das bases da teoria da pós-modernidade e certamente a de maior implicância na presente análise, em consonância também a sociedade pós-industrial, é o modo como desestrutura a compreensão de realidade baseada no físico material e transfere esse entendimento para o sentido do indivíduo em suas relações intersubjetivas. HARVEY (2002) melhor sintetiza a pós-modernidade, centrado na avaliação histórica social e política da transformação de ideais e de valores do indivíduo, bem como esses mudam os processos sociais que emanam de “práticas sociais, econômicas e políticas da sociedade” e, por assim ser, “apresenta-se com aparências bem variadas” (*idem*, p. 109). Logo, através da pós-modernidade, múltiplos fatores e diversos saberes se entrelaçam, diminuindo a perspectiva universalizante (abrindo espaço para compreender uma economia do setor cultural), no que se opõe “a todas as formas de metanarrativa”, estendendo seu olhar a “outros mundos”, a “outras vozes” que dispõe de “sua história própria” (*idem*, p. 47), valorizando sua “aceitação do efêmero, do fragmentário” (*idem*, p. 49).

Para LYOTARD (2002), a pós-modernidade começa quando “a ciência entra em conflito com os relatos” (*idem*, p. XVI) diante da “incredulidade em relação aos metarrelatos” (*idem*, p. XVI), pois o conhecimento e a cultura mudam com o fenômeno da economia pós-industrial, indo ao encontro com BELL (1977) quanto ao papel da inteligência humana na economia: o “saber é e será produzido para ser vendido [...] consumido para ser valorizado numa nova produção. [...] principal força de produção” (LYOTARD, 2002, p. 05) com capacidade de discernir nações desenvolvidas e subdesenvolvidas assim como a própria industrialização outrora as discerniu.

A dominância na sociedade pós-industrial migra do capital para o conhecimento e a informação. Lyotard (1979), francês e um dos mais importantes filósofos a refletir sobre a pós-modernidade, conceito sociológico que busca discutir o capitalismo após a queda do Muro de Berlim e a derrocada da União Soviética, explicitou que o saber torna-se uma mercadoria da era pós-moderna. Diante do colapso das ideologias políticas e socioeconômicas com o fim da Guerra Fria, conhecimento e informação passaram a ser demandados, “produzidos” e ofertados, os quais são indispensáveis à capacidade produtiva e fundamentais na competição mundial pelo poder. A ciência é potencializada e estimuladora da atividade econômica, o que para Lyotard (1979), faz com que a mesma tenha seu valor de uso

sobressaído pelo seu valor de troca. Logo o filósofo francês alerta para o potencial de o domínio da informação e do conhecimento tornarem-se a mais nova fonte de injustiças e disparidades, pelo modo que têm sido armazenados e distribuídos. (CENTENO, FALCETTA, 2015, p. 14-15)

Porém, como alerta HARVEY (2002), ao mesmo ponto que a pós-modernidade valoriza as “novas possibilidades da informação e da produção, análise e transferência do conhecimento”, há a possibilidade desse conhecimento “ser codificado de todas as maneiras, algumas das quais mais acessíveis que outras” (*idem*, p. 53), ou seja, que cultura e conhecimento, valendo-se da noção de BELL (1977) – como novas formas de capital, se elitizam e exerçam segregação pelo viés econômico (quando um bem ou serviço cultural fica acessível pelo seu valor de mercado a um pequeno segmento social).

Intrincar os pensamentos de BELL (1977) e HARVEY (2002) requer, contudo, fazer um alerta, não apenas pela disparidade de suas teorias, mas pelo modo como o segundo classifica BELL (1977) como neoconservador tradicional, que lamenta o “colapso dos valores burgueses” (HARVEY, 2002, p. 109). Por certo, é necessário sem qualquer julgamento ou priorização de um ou de outro desses teóricos, apontar que ambos descrevem de distintas maneiras fenômenos de transformações sociais. Compreende-se que a crítica enfática de HARVEY (2002) se dá pelo modo como BELL (1977) centra sua análise no aspecto econômico e na ascensão de um novo perfil da classe trabalhadora sem tangenciar os aspectos culturais que são de significativa contribuição nessa própria inflexão econômica.

GIDDENS (1991) melhor retrata essa distinção, para o qual, por mais que “a ideia de sociedade pós-industrial, como desenvolvida por Daniel Bell, pelo menos, seja bem explicada” (*idem*, p. 51), a própria ideia de pós-modernidade é um conceito em processo de definição que, antes de tudo, não pode ser confundido com pós-modernismo. Para GIDDENS (1991), “pós-modernismo, se é que significa alguma coisa”, estaria ligado a “reflexão estética sobre a natureza da modernidade”, “estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura”, um mero aspecto dentro da dita pós-modernidade, uma profunda reflexão que “se refere a algo diferente [...] a trajetória do desenvolvimento social [...] rumo a um novo e diferente tipo de ordem social”, no que reforça a narrativa de BELL (1977), HARVEY (2002) e LYOTARD (2002) de que “os fundamentos

preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade” (*idem*, p. 52). Tudo isso oriundo de um crítico do próprio conceito de pós-modernidade, que buscou desqualificar o que designou como um melhor entendimento da própria modernidade “ao invés da superação da modernidade enquanto tal” (*idem*, p. 54).

Em ocasiões, novas concepções de produtos ou de serviços também requerem que “os capitalistas a[s] explorem [...] obrigados a redobrar seus esforços para criar novas necessidades nos outros”. Leia-se aticar o desejo da demanda do indivíduo por produtos que não são de primeira ordem e podem ser tratados até mesmo como supérfluos, “ênfatizando o cultivo de apetites imaginários e o papel da fantasia, do capricho e do impulso” (HARVEY, 2002, p. 103).

Esse analisa “os muitos desenvolvimentos da arena do consumo” tão quão volátil, que massificaram a demanda “da moda [...] não somente em termos de roupas [...], mas também em uma ampla gama de estilo de vida e atividades de recreação”, bem como de “consumo de serviços [...] não apenas pessoais [...] como também de diversão, de espetáculos, de eventos e de distrações”. O geógrafo marxista não aborda essa como demanda cultural, mas cultura do consumo em resposta a “aceleração generalizada dos tempos de giro do capital”, contrapartida dos investimentos em “serviços bastante efêmeros” visando lucratividade (*idem*, p. 258), na “indústria da produção de imagens [...] em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, em que o grande capital fala sem rodeios e há um fermento de criatividade intensa” (*idem*, p. 262).

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os princípios observados pelo Presidente Carter de “fragmentação e auto interesse” requerem uma abordagem de transformação de valores sociais que, altamente influenciáveis pela cultura, como apontado por IANNI (1976; 2003), também se transformaram no período da globalização; todavia, a analogia utilizada por CARTER (1979) do consumismo, que substitui princípios e valores sociais e humanos, é um excelente embasamento para buscar compreender a ascensão do consumo de bens e de serviços culturais, justamente pelo diferencial desse tipo de consumo, que visa justamente obter sentido, sentimento, interpretação, ligação e envolvimento. Longe do debate

puramente ético e moral da substituição da intersubjetividade entre indivíduos, pela relação humano e material, indivíduo e consumo, o aumento da demanda cultural, querendo ou não suprir alguma deficiência moral ou sentimental, longe de ser plenamente compreendida, advém da transformação das relações sociais transpostas pelas mutações socioeconômicas do final do século XX e do início do século XXI.

A fala de CARTER (1979) não é uma expressão irredutível e incorrigível da realidade. Seu pronunciamento não foge do interesse político, é esperado por uma figura política de sua envergadura, o então Presidente da Nação mais poderosa do mundo. Essa é de fato uma expressão da visão de Sua Excelência dos fatos por ele observados, que vão ao encontro com as abordagens analítico-sociais de BELL (1977), MASUDA (1982), IANNI (1976; 2003), dentre outros – a sociedade em transformação a pleno vapor, fato em continuidade constante.

A produção cultural segue um regramento que destoa da economia clássica, não assentada puramente na oferta e na demanda, seu valor é imensurável, sua utilidade está no intangível, é a expressão de seu ofertante e de seu produtor (e um campo de incertezas, dadas as múltiplas interpretações de quem esses bens e serviços podem ter). A apreciação cultural de fato difere entre indivíduos a partir da formação cultural e da inserção no meio. Um dos maiores benefícios que a atividade cultural proporciona é que, indiferente de renda, de características sociais, de localização geográfica e etc, o desfrute da cultura é aberto a todos.

Não por acaso há o empenho do Estado em proporcionar museus, encontros, eventos públicos, coletivos e a céu aberto... A cultura é uma questão de entrosamento com o campo. Indiscutivelmente, sabe-se que há uma tendência de que indivíduos que não tenham experimentado a satisfação pessoal de bens de primeira ordem tenham maiores dificuldades de chegar a desfrutar desse meio. Todavia, isso é um obstáculo e não, uma barreira. A cultura está no todo e, como se pretende aqui mensurar, o valor simbólico é capaz de gerar emprego e de atender a uma das preocupações centrais de economistas clássicos, como previamente exposto no pronunciamento de Keynes na década de 1930.

Estudar economia da cultura é analisar os aspectos que, além de manterem vivas e constantes formas de apreciação, de costumes e de tradições,

também os levam a serem comercializados, ativando demanda pelo desfrutar simbólico e significativo. Seu estudo não deve almejar apenas apresentar números referentes à empregabilidade ou às relações de trocas do ramo cultural, mas seguir atualizando esse novo fenômeno, cujo campo de estudo está ainda em delimitação, enfrentando as dificuldades do seu escopo teórico e de mensuração da atividade. Não se pode tentar entender economia da cultura sem antes entender cultura e seus fenômenos, assim como o simbolismo do consumo.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**: Textos selecionados, org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3ª ed., 2006.

BOAS, Franz. **Race, language and culture**. Nova Iorque: The Free Press, 2ª edição, 1968.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: Gênese e estrutura do campo literário. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 5ª edição, 2002.

CENTENO, Alison Ribeiro; FALCETTA, Flávio Paim. **Economia Criativa e Indústrias Culturais**: Histórico e propriedades. Revista da Graduação, v. 8, n. 2, 2015. Acesso em: 28 mar. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/22130>

CARTER, Jimmy. **Energy and the National Goals - A Crisis of Confidence**. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/jimmycartercrisisofconfidence.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Editora SENAC, 2ª edição, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 11ª edição, 2002.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 11ª edição, 2003.

IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

KEYNES, John Maynard. **Economic possibilities for our grandchildren**. In: Essays in persuasion. Palgrave Macmillan UK, 2010. p. 321-332. Acesso em: 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.econ.yale.edu/smith/econ116a/keynes1.pdf>

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 7ª edição, 2002.

MASUDA, Yoneji. **A Sociedade da Informação como sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Editora, Rio, 1982.

MOLES, Abraham A. **Sociodinâmica da Cultura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

POLÍTICA ECONÔMICA, DEMOCRACIA E SEUS MECANISMOS: um estudo das sabatinas à presidência do banco central nos governos fhc e lula

Mateus Coelho Martins de Albuquerque¹
José Carlos Martines Belieiro Júnior²

RESUMO: Este artigo analisa as dinâmicas das sabatinas realizadas pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com o objetivo de avaliar e validar a indicação à presidência do Banco Central (BC). As sabatinas foram criadas na Constituição de 1988, em seu artigo 52, e representam um mecanismo de consulta do poder executivo em relação ao poder legislativo. O artigo estuda os contextos socioeconômicos em que estas sabatinas se enquadram, além de apreender sobre como os cenários econômicos influenciam e participam das dinâmicas entre o legislativo e o executivo no Brasil. No texto, são analisados os perfis dos senadores, o papel histórico da CAE e a relação entre política e técnica no debate econômico travado no legislativo brasileiro. O enfoque do artigo são três das quatro sabatinas realizadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, que arguíram os economistas Gustavo Loyola, Gustavo Franco e Armínio Fraga; e a única realizada nos governos Lula, que arguiu o economista Henrique Meirelles. O texto analisa como se posicionaram os oito senadores presentes nestas quatro sabatinas, e como as suas movimentações representam o debate das sabatinas como um mecanismo de *accountability* política.

Palavras-Chaves: Senado; Banco Central; Sabatinas; Economia; Redemocratização

ESTABILIZAÇÃO, DEMOCRACIA E O BANCO CENTRAL

O Banco Central do Brasil foi criado no ano de 1964, pela administração do Presidente Castello Branco. A sua criação está relacionada a uma ação de modernização da economia brasileira durante a Ditadura Militar: a transição do posto de autoridade monetária da Superintendência da Moeda e do Crédito (a SUMOC, criada em 1945) para um banco público ligado ao poder executivo, tal qual na maioria dos países do mundo capitalista. O Banco passa a controlar a emissão de moeda, função antes destinada ao Tesouro Nacional, e também passa a ser o banco do governo, função antes exercida pelo Banco do Brasil. Com a redemocratização, novas mudanças estruturais, sendo a mais importante delas o fim da Conta-Movimento entre o Banco do Brasil e o Banco Central para fornecimento do poder executivo, em 1986. Essa conta era uma grande responsável pelo descontrole dos gastos públicos na era pré-Nova República (Leitão, 2011).

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM. E-mail: mateusmartinsdealbuquerque@gmail.com

² Professor no Departamento de Ciências Sociais da UFSM. E-mail: jcmbjunior@yahoo.com.br

Hoje, o Banco Central desempenha a função tríplice da maioria das autoridades monetárias do capitalismo. Essa função é descrita por Lourdes Sola na citação abaixo:

O status que tem hoje um banco central moderno - como instituição pública não orientada pela maximização do lucro - é resultante de um processo histórico evolutivo, ancorado nas regras e nas instituições que sustentam suas três funções básicas: a de banco do governo, a de detentor do monopólio da emissão de moeda e a de banqueiro do sistema bancário. (SOLA, 2011, p.79-80)

A Redemocratização representou uma virada no jogo institucional do Banco Central. Houve um “tênue consenso, entre os tecnocratas econômicos e os políticos mandatários (especialmente no Executivo Federal)” (TAYLOR, 2011, p.200) da estabilização econômica como o principal objetivo a ser atingido pelas políticas públicas. Ainda em Matthew Taylor (2011), vemos que essa estabilização estava diretamente relacionada a uma maior autonomia do Banco Central: insulado dos conflitos políticos, o BC autônomo tem comportamentos mais previsíveis, o que passa mais credibilidade aos mercados nacionais e internacionais. Isso resultou na entrada em acordos internacionais, com uma lenta e gradual adaptação do sistema bancário brasileiro ao Acordo de Basileia³ (Marques, 2011).

Existem alguns fatores que contribuem para essa mudança. A noção da estabilização como prioridade do governo só pode ser dada por todo um cenário, orquestrado em causas e consequências, que pendiam para esse direcionamento. Em seu “Os Economistas no Governo”, de 1997, Maria Rita Loureiro demonstra a existência de grandes mudanças no perfil dos economistas brasileiros na segunda metade do século XX. A partir dos anos 70, passam a haver mudanças significativas nos currículos de economia, visando o preparo para a gestão governamental. Para além disso, o Governo passa a colocar nos postos econômicos pessoas formadas em economia, algo raro até então, se priorizavam os juristas. Passa a haver uma elite econômica: jovens de classes mais altas, facilmente mais recrutáveis para postos governamentais, começam a cursar Economia. Outro fator marcante é que esse jovem passa a, quase que obrigatoriamente, cursar sua pós-graduação em universidades dos Estados

³ Série de acordos firmados na cidade de Basileia, na Suíça, que impõem às autoridades monetárias diversas medidas de regulamentação dos bancos comerciais. Os tratados foram assinados em 1988. Em 2004, é estabelecida uma continuação do acordo, o Basileia II.

Unidos, Loureiro mapeia que dos 18 presidentes do BC até a publicação de seu livro, 75% se pós-graduaram no país. Os economistas brasileiros passam a atuar no governo e ter um perfil mais internacional e liberal.

Mas não basta essa mudança de perfil para a concretização do experimento estabilizador na economia brasileira. Vemos em Pio (2001) que foram necessárias certas mudanças na forma como esses economistas atuam em políticas econômicas para efetivar um projeto estabilizante. O Plano Cruzado, de 1986, contou com a forte participação de dois economistas oriundos da PUC-RJ: André Lara Resende e Pêrsio Arida, ambos defensores de uma teoria heterodoxa da Inflação Inercial. Ao serem incorporados no governo, boa parte de suas ideias, incluíam uma reforma monetária sob nova indexação, foram absorvidas pelo novo plano. Entretanto, a pressão dos agentes políticos acabou cedendo ao que seria a morte do Plano, mesmo que inicialmente seja o seu ponto mais lembrado, o congelamento de preços. Resende e Arida, em posição tecnocrática e subordinada, nada puderam fazer para impedir.

Já no Plano Real, marco da estabilização econômica brasileira, os mesmos economistas atuaram de maneira diferente. A tese de Carlos Pio é que o reposicionamento no cenário político dessas figuras, desses agentes técnicos, é crucial para o alcance do insulamento técnico referido para a outorga de decisões estabilizantes. Isso não significa afirmar que o Real foi um processo autoritário, que funcionou independente de coalizões, pelo contrário, dependeu até mais delas, mas a diferença que aqui reside é que o corpo técnico formulou políticas, e teve nos agentes políticos do Executivo (no caso, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso) aliados responsáveis por legitimar politicamente o Plano. O corpo técnico não opera mais para os políticos, os políticos é que operam pelo corpo técnico.

Com efeito, todos aqueles envolvidos na formulação do Real eram parte de uma equipe extremamente homogênea, comprometida com o planejamento do programa de estabilização. Entre eles, a abordagem da reforma monetária de Lara Resende e Arida era totalmente hegemônica. Na verdade, uma característica distintiva do processo político por trás da formulação e da implementação do Real foi o baixo grau de conflito intra e interburocrático a partir do momento em que Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, em 1993. Outros ministérios foram excluídos do processo decisório e até mesmo o presidente Itamar Franco deixou de interferir nas decisões tomadas pela equipe econômica. Os debates internos entre os economistas foi muito intenso, mas a capacidade de controle técnico do processo aproximou-se de um padrão ideal. (PIO, 2001)

Outro fator influente para a mudança nas políticas econômicas – e consequentemente no perfil do Banco Central – após a redemocratização é a reconfiguração do próprio papel da autoridade monetária no mundo todo. Sola (2011) vai nos mostrar como o mundo após o abandono dos acordos de Bretton Woods⁴ ampliou o papel da autoridade monetária: com o capital internacionalizado, os bancos centrais passam a atuar também no cenário externo, tornando as barreiras que antes separavam público e privado menos rígidas. Há uma intensa relação entre a maior autonomia do Banco Central do Brasil com a demanda internacional por uma regulamentação “sem fronteiras”, o que pode significar, em muitos casos, “sem governos”.

Em um sistema em que não há um governo mundial, a capacidade de governança se localiza em múltiplos *loci* de autoridade monetária (e fiscal), pública e privada, nacional e transnacional. (...) Nesse quadro, os agentes econômicos privados que operam no mercado cambial, e no mercado de títulos soberanos, têm o poder de adjudicar a credibilidade das políticas monetária e fiscal de cada país; e o fazem por meio de julgamentos de mercado. (...) Esse tipo de poder reflete uma transformação estrutural sem precedentes, que caracteriza a era do capital globalizante: a emergência da autoridade privada como parte integrante do sistema de governança global, ambiente no qual os bancos centrais passaram a operar. (SOLA, 2011, p. 91)

A conjuntura é favorável à autonomia do BC. Como já demonstrado, essa autonomia está diretamente relacionada a um consenso entre os agentes no poder de que a estabilidade era o principal desafio, a principal meta, da redemocratização. Mas de onde vem esse consenso? Aqui pretendemos adotar uma perspectiva híbrida entre dois dos três neoinstitucionalismos apresentados por Hall e Taylor (2003). Há uma lógica de ação racional imperante na situação, já que os agentes políticos pensam em sua credibilidade pública, e essa está diretamente relacionada à resolutividade da questão econômica no país. Logo, atender às demandas da população (ou mesmo de agentes privados mais poderosos, como a mídia, o empresariado nacional e os credores internacionais) significa agir racionalmente, em prol dos próprios interesses. Mas o que motiva a população e os demais entes a pautarem a estabilidade acima de tudo? Ora, a resposta simples seria afirmar que esse era um problema eminente, gritante, que a todos afetava diretamente. O problema dessa resposta simples é o fato de

⁴ Acordos econômicos internacionais estabelecidos nos Estados Unidos em 1944 que fortaleciam a intervenção governamental na economia. Tem seu fim em 1971, com a crise do petróleo, culminando no fim da conversão de dólar para ouro.

que ela não explica de maneira adequada o porquê de, anos depois e com a economia já estabilizada, o governo Lula também teve, em princípio, as mesmas prioridades. Para isso, precisamos recorrer à visão histórica do neoinstitucionalismo. Há uma dependência do passado (*path dependency*) que resulta em uma memória inflacionária brasileira. Essa memória torna-se um guia institucional para ações próximas. Um referencial a ser seguido.

Essas dinâmicas explicam o porquê de termos antes econômicos se tornarem agora valores incorporados na população brasileira (Sola, 2002). Em sua obra de cunho literário-jornalístico, Miriam Leitão (2011) vai abordar a questão de como a participação popular foi importante para a democratização (segundo ela, uma “conquista”). O que resta investigar é como essa autonomia do BC, e apreensão de uma visão mais “técnica” das decisões econômicas, se relaciona com um país recentemente democratizado e com uma Constituição que delega ao Estado a primazia do poder econômico, além de ampliar e fortalecer mecanismos consultivos. Pode a estabilização econômica, em tempos de capital internacionalizado, se relacionar com a democracia?

Em primeiro lugar, é importante desconstruir, e aqui fazemos novamente eco à Sola (2011), a ideia de que as decisões macroeconômicas são puramente técnicas, por mais insuladas que elas estejam do despotismo político. O próprio insulamento em si é uma decisão política e ideológica, que atende a interesses dos agentes no poder. Em segundo lugar, é necessário apontar que não é apenas a autonomia ou não que caracterizam o Banco Central como uma instituição democrática. Whitehead (2002) aponta que existem duas características que medem a democracia de uma autoridade monetária: a construção de mecanismos que permitem aos agentes no poder (e, indiretamente, a população que os elegeu) a interferir no banco e o modo como essa instituição se comunica, fazendo de sua população informada sobre as suas decisões. Em resumo, é preciso se analisar essa instituição sob a ótica de como elas, apesar de sua intensa especificidade técnica, presta contas à democracia:

A corrente dominante na literatura sobre democratização deu mais atenção à necessidade de evitar o populismo, “insulando” os tecnocratas das pressões eleitorais de curto prazo, do que a necessidade de consolidar a autoridade numa área de política pública que é altamente especializada (requer perícia técnica) e ao mesmo tempo vital para a

questão de definir “quem obtém o quê, quando e como” (requer prestação de contas e responsabilização). (WHITEHEAD, 2002, p.42)

Como o próprio professor levanta, trata-se de um equilíbrio delicado. No Brasil, existem mecanismos de vinculação do BC à vontade popular: além de ter de ser indicado diretamente pelo Presidente da República, o indivíduo deve passar por uma sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para ser aprovado à Presidência do Banco. Ao mesmo tempo, por mais impactantes que sejam no dia-a-dia popular, existe a impressão de um afastamento das decisões do BC na agenda cotidiana. Sola, Garman e Marques (2002) apontam três justificativas clássicas/liberais para o conflito autonomia *versus* democracia. A primeira é a de que os preços estáveis são um bem público. A segunda é a de que a inflação é extremamente prejudicial à população. E, por último, é o apontamento que apenas insulando os agentes econômicos do jogo político, estes trabalharão para o povo e não para seus interesses.

Aqui reforçamos o que foi mencionado na página anterior: existe, antes de qualquer ação institucionalizada, uma demanda popular por estabilização, oriunda de uma memória inflacionária. Os três autores lembram, no mesmo artigo, que a autonomia ao Banco Central não gerou a estabilidade do Plano Real, a estabilidade do Plano Real que legitimou os agentes políticos a concederem a autonomia. Logo, há um componente consultivo nessa autonomia, ela precisou passar por aprovação, se provar. Resta saber como essa autonomia funcionou em governos distintos após o Plano Real ser bem sucedido: ela estava condicionada a um momento isolado ou se estabeleceu como política determinante à estabilização? É o que pretendemos responder na próxima seção.

O BANCO CENTRAL NOS GOVERNOS FHC E LULA: COMPARAÇÕES

Uma análise sobre a questão da autoridade monetária passa, nesse estudo, diretamente por uma percepção sobre a política econômica estabelecida pelos dois governos que formam o recorte empírico desse artigo. Para além, é importante compreender as causas e as consequências da forte crise que o Brasil passou no final da ditadura militar e nos primeiros anos de seu processo

de redemocratização. Na alvorada da década de 1980, o Brasil alimentava cada vez mais a sua crescente dívida, sem conseguir, com isso, efetuar um real crescimento de sua economia:

A inflação elevada geralmente provocava a valorização da taxa de câmbio, o que incentivava as importações. No entanto, a crise da dívida, no começo dos anos 80, forçou o Brasil a adotar políticas econômicas que gerassem reservas externas. Com a repentina retirada do capital externo como uma alternativa de financiamento, o Brasil teve de contar basicamente com o comércio exterior para aumentar as reservas. As escolhas políticas feitas pelo governo brasileiro de modo a atingir elevados excedentes comerciais envolviam constantes desvalorizações reais da moeda nacional. Isso, por sua vez, aumentou o valor da dívida externa em moeda nacional e também o preço das importações, que pressionavam a inflação (PIO, 2001)

A redemocratização veio com a promessa de dias melhores em todas as esferas sociais. No campo econômico, o Cruzado representou, em um primeiro momento, uma grande euforia por, enfim, conter o aumento de preços. A já citada participação política ante a análise técnica manteve o congelamento por mais tempo que o necessário, buscando fortalecer o PMDB para as eleições de 1986. A crise de super-demanda foi inevitável. Em 1987, o governo decreta a moratória da dívida externa, deixando de pagar os credores internacionais, fato que contribuiria para espantar a entrada de capitais externos no país. O governo Sarney ainda tentou novas saídas, heterodoxas (Plano Bresser) e ortodoxas (Plano Verão), ambas mal sucedidas. 1989 chega com as primeiras eleições diretas em quase trinta anos. Nos debates, a questão econômica se deu como central, especificamente nos temas “Inflação”, “Papel do Estado” e “Dívida” (ALBUQUERQUE e BELIEIRO JÚNIOR, 2015). O eleito, Fernando Collor, deu início a reformas que visavam a redução do papel do Estado na economia, sem, categoricamente, ter um efetivo combate à inflação. Seu Plano Collor, que confiscou as poupanças, é questionado judicialmente até hoje. As denúncias de corrupção e sua baixa popularidade culminaram em seu *impeachment*, em 1992.

A mesma tradição econômica que elaborou o Cruzado é reunida no governo do vice de Collor, Itamar Franco, para a criação do Plano Real. Seu Ministro da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, se tornaria o principal articulador político do Real (PIO, 2001), operando para que houvesse uma coalizão parlamentar que sustentasse o plano. Mesmo com os mecanismos

legislativos do Executivo (as medidas provisórias), era ainda mais necessária uma negociação para a aprovação posterior do Plano. A vontade coletiva de burocratas políticos e tecnocratas econômicos introduziu o Plano na realidade brasileira em março de 1994, com a implementação da Unidade Real de Valor (URV), que seria convertida a partir de uma indexação diária do Cruzeiro-Real. Em junho do mesmo, chega a nova moeda, já com ampla aceitação pública e desindexada. A boa aceitação do Plano foi essencial para a vitória do mesmo Cardoso, no primeiro turno em 1994

Vemos em Belieiro Júnior (2006) que o governo de Fernando Henrique Cardoso operou em diversas frentes pela continuidade do Plano Real e pela redução do papel do Estado na economia. É possível se apontar um ineditismo nesse modelo de governo, alinhado com o Consenso de Washington e pautado pelas demandas internacionais de estabilidade e solvência. De certo modo, a Era FHC significou um rompimento com o pacto nacional-desenvolvimentista, que superou o ruralismo na Era Vargas e agora era superado por uma visão internacional de um capitalismo de mercados, não mais de Estado. A sustentação desse modelo careceu de continuas negociações com o Congresso, visando alterações no perfil estatista de nossa economia, garantido pela Constituição de 1988. Essas negociações foram alicerçadas por uma política de alianças e coalizões, que tem como principal marco o casamento do partido do presidente, o PSDB (oriundo das bases do antigo MDB) com o PFL (das bases do adversário em tempos de ditadura, a ARENA). Muitas medidas impopulares foram aprovadas em cima dessa redução de conflitos.

O fato é que durante todo o período FHC prevaleceu a concepção, até certo ponto economicamente determinista, que só vencendo a batalha da inflação estariam garantidas as condições para uma boa saúde social, econômica e política para o país. Ou seja, para salvar o Brasil da crise e da instabilidade permanentes, a tarefa primeira seria vencer a inflação. É claro que havia uma verdade trágica para a consciência da política brasileira revelada pelos fatos: de 1986 até 1994, o país já havia experimentado cinco planos econômicos de estabilização, quatro diferentes moedas e uma hiperinflação que se notabilizou por ser uma das maiores do mundo. (BELIEIRO JÚNIOR, 2006, p.113)

A estabilização econômica e política no governo FHC passou por uma maior autonomia das instituições financeiras públicas. Em Raposo (2011), vemos que em nenhum outro estágio da nossa democracia o Banco Central, o

Conselho Monetário Nacional e o Ministério da Fazenda tiveram tanto poder acumulado. Quatro economistas ocuparam a cadeira do Banco Central nos dois mandatos de FHC: Pérsio Arida (1995), Gustavo Loyola (1995-1997), Gustavo Franco (1997-1999) e Armínio Fraga (1999-2002). É notória que essa variedade está diretamente relacionada à função destinada ao operador. Mesmo com poderes nunca antes alcançados, não se pode dizer que o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil se enquadrava como um cargo estável.

Pérsio Arida, personagem central no Plano Real, assumiu como um continuador de sua política, com o fim de terminar a implementação do plano. Foi substituído logo no primeiro ano por Gustavo Loyola, experiente operador no sistema bancário, para instaurar a disciplina do Real nos bancos (RAPOSO, 2011). Dois programas são implementados: o Proer, para a estabilização dos bancos privados, e o Proes, para a redução do sistema público bancário. O resgate de bancos privados usando recursos públicos contrariou a opinião pública e intensificou a instabilidade na equipe em plena crise bancária (LEITÃO, 2011), o que culminou no pedido de demissão de Loyola. Gustavo Franco, então diretor da área internacional do BC e um dos formuladores do Real, assume sob a política de que era necessária uma reforma fiscal, e não cambial. Era um forte defensor da paridade de dólar e real. A paridade não se sustentou ante as fortes crises exteriores do final da década de 90. Sob forte pressão por esta paridade, não se sustentou no cargo. Cada vez mais é notória que a autonomia do BC, através de regras claras e discricionárias, também estava relacionada a um custo político de responsabilização de seus agentes (TAYLOR, 2011). Francisco Lopes assume a Presidência para a implementação de uma banda cambial endógena, mas não chega a assumir definitivamente por problemas com a justiça⁵. O economista Armínio Fraga, operador de um fundo americano, é chamado ao cargo em 1999, em meio a grave crise externa. Administrador conservador, Fraga entrega o cargo junto com FHC em 2003, com baixas taxas de crescimento e crescente inflação.

O saldo da era FHC no Banco Central é o da estabilização econômica aliada a altas taxas de juros, galopante endividamento e baixo crescimento. Uma expressão forte do choque entre a racionalidade política e econômica (RAPOSO,

⁵ Lopes foi processado por, supostamente, favorecer os Bancos Marka e Fonte Cindam (RAPOSO, 2011).

2011). Seus “operadores específicos”, como escolhemos chamar os presidentes do BC da época, possuíam ampla autonomia de atuação, porém baixa estabilidade no cargo. A Supremacia da Política Monetária do BC foi alcançada através do sucesso do real e de uma percepção da opinião pública da importância da estabilidade econômica. Esse apoio popular sacramentou o novo perfil do BC (TAYLOR, 2011).

O governo de Lula da Silva (2003-2010) gerou interpretações diversas quanto ao seu caráter. Oriundo de ases populares e setores à esquerda, Lula foi eleito após sacramentar certa tranquilidade aos mercados e à Classe Média com sua “Carta aos Brasileiros”. Ao demarcar separações entre o capitalismo liberal e o capitalismo desenvolvimentista, Bresser-Pereira (2013) afirma que a coalizão de Lula superou o liberalismo dos anos 90, colocando o Estado na trilha condutora da economia. Seu ponto crítico é uma sobrevalorização cambial, que inviabilizou a constituição de uma indústria nacional, formando uma elite desvinculada dos interesses nacionais. Novelli (2010), por outro lado, vê mais semelhanças com FHC: não só a apreciação do real, mas também políticas superavitárias de ajuste fiscal. O governo assume um papel de agente técnico, duro, atuando na forma de “dever ser” e não de “como poderia ser”, o oposto da vendagem antissistêmica do Partido dos Trabalhadores em período eleitoral. Novelli ainda ressalta o recrutamento de economistas para composição de equipe com trajetória semelhante aos recrutados pelo governo FHC, uma trajetória tipicamente liberal. Mesmo tendo no ministro Antonio Palocci o principal operador desse “giro ortodoxo”, fato que também encontra eco em Loureiro, Santos e Gomide (2011), não existem significativas mudanças na política econômica com a assunção de Guido Mantega ao cargo, apenas uma coexistência entre uma ampliação de políticas sociais e a sacralização da estabilidade. Mesmo as políticas sociais têm ampla participação na manutenção de um capitalismo de mercado:

Há de sublinhar um efeito importante da abertura de maiores oportunidades de ascensão social, ainda que elas não se concretizem em sua totalidade: essa abertura tende a produzir maior adesão dos beneficiados à ordem competitiva, ou seja, ao sistema capitalista que a sustenta e ao Estado que a comanda. Este tem sido um dos caminhos de aprofundamento da hegemonia liberal no Brasil: permitiu, graças à democratização das oportunidades, o maior crescimento econômico e a ampliação do consumo, a incorporação sociocultural de setores subalternos e intermediários que, embora já participassem do sistema,

faziam-no como em uma corrida de obstáculos muito difícil de superar.
(SALLUM JR, GOULART, 2016)

Quanto ao Banco Central, Lula optou por um “operador geral”: o economista goiano Henrique Meirelles ocupou a presidência do BC nos dois mandatos de Lula⁶. Meirelles trabalhava para um fundo estadunidense e tinha acabado de ser eleito Deputado Federal pelo nêmeses do PT, o PSDB. O Banco Central continuou agindo de maneira autônoma em relação ao jogo político. Para Raposo (2011), o BC no governo Lula não só agiu de maneira ainda mais autônoma que em FHC, como também represento uma ruptura no padrão-histórico: era a primeira vez que um presidente de perfil desenvolvimentista (embora as separações entre esse desenvolvimentismo e o neoliberalismo sejam tênues, como vimos anteriormente) ganhava autonomia no BC. O insulamento de Meirelles e sua política conservadora de manutenção das metas contrastou com outros agentes da política econômica (como a Fazenda), mais abertos para as negociatas políticas. Esse duplo caráter da econômica e explicado da seguinte maneira por Loureiro, Santos e Gomide (2011): houve um giro internacional crítico a agenda liberal dos anos 90, ampliando o apetite por crédito e por políticas sociais, mas esse giro é equilibrado pela concentração rentista do capital brasileiro que sustentou o poder Executivo, defensor de ideias de *mainstream* econômico. De todo o modo, a política econômica manteve-se centrada no executivo, garantindo a autonomia.

A pergunta que encerra essa comparação é: mesmo apesar de todas as semelhanças, por que a administração de Lula possuiu apenas um presidente do Banco Central, enquanto a administração de FHC passou por cinco mandatos de autoridade monetária? Em Lula não há apenas um insulamento, uma autonomia da autoridade, mas também uma estabilidade de sua figura, reforçado em 2004 quando o mesmo ganha *status* de Ministro e direito ao Foro Privilegiado⁷. A conclusão que aqui se chega, a partir da revisão bibliográfica, é que houve uma nova divisão do trabalho da equipe econômica no governo Lula. Enquanto a Fazenda lidava com negociatas políticas, o BC seguia como um

⁶ Até a redação deste artigo, Meirelles era o recordista de tempo no cargo: oito anos.

⁷ Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-do-banco-central-ganha-status-de-ministro,20040816p37488>>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

operador de mercado. No governo FHC, ambos estavam orientados ao mercado, cabendo ao Executivo a formação de uma coalizão ampla que garantisse hegemonia. A maior estabilidade do cenário internacional e uma consolidação da estabilização econômica pós-Real garantiu a Henrique Meirelles mercados menos voláteis. Houve também uma maior formação de consensos quanto às políticas cambiais e fiscais, frutos dos debates dos anos 90 enfrentados, em parte, por FHC.

Essas diferenças latentes estão bem representadas no conceito de estabilização imperfeita da era FHC, apresentado por Marcos Nobre e Vinicius Torres Freire (1998). Ao contrário dos dizeres comuns de que a Constituinte de 1988 representou a formação de uma coalizão ampla, ela representou o surgimento de uma crise de hegemonia, um choque entre os projetos desenvolvimentistas e liberalizantes no país. FHC promete fortalecer o Brasil contra os choques externos, mas seu Plano Real torna o Brasil mais vinculado e dependente desses choques. Uma ampla aliança com as elites é feita, através do PFL, para garantir quórum hegemônico e reformas estabilizantes de controle da inflação, uma proteção contra a inevitável dependência do externo. A fragilidade dessa hegemonia reside no fato de que o governo não pode garantir aos seus aliados vitórias e nem pode se garantir vitorioso contra todos os setores da sociedade.

O estabelecimento do Real foi pautado por várias decisões que não se propunham definitivas, e sim, políticas de contorno ao inevitável. As mudanças nesse plano instável representaram vários saltos temporais no perfil do governo FHC ao longo dos oito anos. Essas “mudanças de curso” levam a alterações no planejamento econômico e, a que mais nos interessa, mudanças na presidência do Banco Central. As mudanças são motivadas por uma série de fatores que faz com que o governo calcule perdas e ganhos, ou melhor, calcule quem vai perder e quem vai ganhar em determinada situação, visando a sua manutenção, manutenção no poder e manutenção do projeto estabilizante lento e gradual. Logo, como já antes inferido, não há “neutralidade técnica” na decisão econômica, e sim um cálculo racional e ideológico. O fato de o Brasil dos anos 90 não possuir uma estabilização continuada, e sim o que os autores caracterizam como estabilização imperfeita – uma estabilização incompleta tanto pelos conflitos políticos quanto pelos mecanismos protetivos impostos pela

própria política econômica – é o que justifica as mudanças na presidência do Banco Central durante os governos FHC, em contraste à estabilização consolidada do governo Lula.

TÉCNICA SUBMETIDA À POLÍTICA: CONTROLE LEGISLATIVO DA POLÍTICA ECONÔMICA

Com a Constituição de 1988 (dita “Cidadã”), novos mecanismos de controle do legislativo sobre o executivo foram forjados. No que tange ao Banco Central, e à escolha de seu Presidente e Diretoria, a primazia do Poder Executivo de escolha, como reduto estratégico, seguiu os padrões conservados desde a criação do Banco, em 1964. A novidade apresentada foi a necessidade de o indicado à Presidência ser aprovado pelo plenário do Senado Federal, como competência indicada no artigo de número cinquenta e dois da nova Carta Magna. O Senado transfere essa função para uma de suas comissões permanentes, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que sabatina os indicados sobre as temáticas econômicas mais relevantes do momento para, depois, aprovar ou não o indicado. Até a data deste presente artigo, todos os indicados foram aprovados pela Comissão. Essas sabinas representam então uma novidade, uma ferramenta própria da redemocratização, e que ocupa espaço em uma República onde o Presidente, mesmo após o fim dos regimes autoritários, ainda acumula muitos poderes legislativos.

Como os economistas, tal qual apontado no primeiro item deste artigo, os Senadores da redemocratização apresentam uma mudança em seu perfil. Codato, Massimo e Heinz (2016) demonstram que houve uma clara expansão das carreiras técnicas (economistas, engenheiros, administradores, contadores e afins) em relação aos outros períodos da República, mesmo que ainda haja uma dominância dos oriundos das Ciências Jurídicas. Formado em sua maioria por empresários, o Senado tem um grau de formação educacional consideravelmente mais elevado que o resto da população, com 7,8% dos Senadores não possuindo o Ensino Superior. O Senado segue sendo uma casa de concentração de elites, entretanto, essas elites apresentam um caráter diferenciado: além de um crescimento de formações não jurídicas na Casa, há uma redução da média etária e uma valorização da política regional na carreira do Senador. Entretanto, o fato de esse Senador ter construído carreira em seu

estado antes de alavancar-se para o Congresso não o impede de atuar mais em função de seu partido que de seu estado. Se um Senador faz parte da base aliada, ele tende a apoiar o Executivo nas decisões. As decisões giram em torno do Executivo federal com mais intensidade que do Executivo de seu estado de origem. (NEIVA & SOARES, 2013)

As Comissões do Senado são definidas no artigo de número noventa do regimento da Casa. Suas funções passam de aprovação de leis, audiências públicas, sabatinas com Ministros de Estado, debate sobre temas encaminhados, entre outras. No período em que este artigo está sendo escrito, o Senado possui catorze comissões permanentes e mais sete comissões provisórias, criadas para tratar de temas específicos. A CAE possui hoje 27 membros titulares, mais 27 suplentes. As suas competências, regidas pelo artigo de número noventa e nove incluem o debate sobre legislação econômica; a convocatória de Ministros da Fazenda, do Planejamento e do Presidente e diretores do Banco Central; a promoção de audiências públicas; além, é claro, das sabatinas aqui estudadas. A CAE também sabatina os indicados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Foram analisadas quatro sabatinas, que compreendem os dois governos de FHC e o governo Lula⁸. A sabatina de Gustavo Loyola, ocorrida no dia 8 de junho de 1995, foi presidida pelo Senador Gilberto Miranda, do PMDB. A de Gustavo Franga, ocorrida no dia 7 de agosto de 1997, foi presidida pelo Senador José Serra, do PSDB. A de Armínio Fraga, ocorrida no dia 26 de fevereiro de 1999, foi presidida pelo Senador Fernando Bezerra, do PMDB. Já a de Henrique Meirelles foi realizada antes mesmo de o presidente que o indicou assumir o comando do Palácio do Planalto: foi realizada no dia 17 de dezembro de 2002 e consequentemente foi presidida por um Senador que seria, no futuro, da oposição de seu governo, Lúcio Alcântara, do PSDB. A indicação de Meirelles e o adiantamento de sua sabatina reforçam a posição anteriormente apresentada de *pactualização* da política econômica de Lula com a estabilidade e o interesse dos mercados. A composição da Comissão é proporcional aos partidos

⁸ As informações aqui apresentadas foram mapeadas através das atas, encontradas no site do Senado Federal: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?7&codcol=38&data1OutrosEvt=1995-01-01&data2OutrosEvt=1995-06-12>>, acesso em 05 de novembro de 2017. A ata da sabatina de Persio Arida não foi encontrada nos arquivos.

presentes no Senado durante o período, conforme o artigo 58 da Constituição. A 50ª e a 51ª legislatura tiveram por perfil uma larga superioridade da situação governamental, a grande coalizão de FHC composta por PSDB, PMDB, PFL, PPB entre outros, sobre a oposição composta por partidos da Frente Popular como o PT e o PSB, além do PDT.

Esses dois blocos estão presentes no seleto grupo de oito Senadores que participaram de todas as sabatinas aqui apontadas: Lauro Campos (PT/DF)⁹, José Dutra (PT/SE), Romeu Tuma (PFL/SP), Pedro Simon (PMDB/RS), Eduardo Suplicy (PT/SP), Jonas Pimentel (PFL/MT), Ney Suassuna (PMDB/PB) e Ademir Andrade (PSB/PA), chegando a um equilíbrio de quatro Senadores da oposição e quatro da situação. Ao analisar a postura desses Senadores, vemos algumas dinâmicas. Os Senadores Lauro Campos e Eduardo Suplicy adotam em seus questionamentos perguntas de tom crítico ao modelo estabilizante, mesmo quando o arguido é Henrique Meirelles, indicado por Lula. Luiz Eduardo Cardoso adota uma postura justificativa das ações do PT no passado, na sabatina de Meirelles, fazendo uma defesa da indicação, sem tecer perguntas. Sua postura nas outras sabatinas, especialmente na de Armínio Fraga, é de oposição e contraponto. Postura parecida com a de Ademir Andrade, que buscou, diferenciar Meirelles dos indicados anteriores, onde apresentou postura crítica. A futura situação toma duas posturas distintas: a primeira é a de seguir fiel aos princípios criticados em indicações prévias e manter uma mesma linha ideológica; a segunda é a de elaborar construções argumentativas que justifiquem a mudança do PT quanto ao Banco Central, representada na indicação de Meirelles. Nas sabatinas dos indicados por FHC, a postura é homogênea: crítica ao modelo monetarista e às vinculações com o capital internacional.

Na situação, oposição muito em breve, o perfil é outro. Romeu Tuma se fez apagado nas quatro sabatinas¹⁰. Jonas Pinheiro tem atuação igualmente nula em todas as sabatinas, excetuando na sabatina de Armínio Fraga, quando faz uma questão em tom crítico às ações do BC sobre a agricultura, mas mantém a

⁹ Em 2001, Lauro Campos migrou para o PDT. Na sabatina de Henrique Meirelles, era onde estava localizado.

¹⁰ Na sabatina de Henrique Meirelles, chega a assumir a presidência da sessão temporariamente, mas atua apenas na questão ordenativa

postura elogiosa à Fraga. Ney Suassuna cala-se na sabatina de Meirelles, mas assume a relatoria da sabatina de Fraga, tornando-se um dos principais responsáveis por defendê-lo na CAE; na sabatina de Franco, questiona sobre o Proer, atribuindo às críticas que o programa sofre à oposição, à imprensa e à má comunicação do governo, assumindo uma postura de quem conhece a “verdade” sobre o programa; na sabatina de Loyola, questiona a adoção do Tratado de Basileia e suas consequências na dívida dos estados – como a Paraíba, o seu – assumindo uma postura de interesse regional. Pedro Simon é muito agressivo na sabatina de Armínio Fraga (chega a chamá-lo de “raposa no galinheiro”¹¹), ao ser questionado sobre esse fato na sabatina de Meirelles, justifica que Meirelles não faz “seu estilo”, mas irá referendá-lo em respeito a Lula. Em Franco, questiona sobre a defesa do economista à privatização de órgãos como o Banco do Brasil e em Loyola adota uma postura amigável, concordando com a criação do Banco Rural, mas criticando a taxa de juros (“culpa de seu antecessor”, segundo Simon).

Esse pequeno recorte de atuação dos Senadores que estiveram em todas as sabatinas encontradas dos governos FHC e Lula, ou seja, as sabatinas após a estabilização econômica e a mudança de programa do PT revelam o ponto nevrálgico desta discussão: não é por que os resultados sempre foram positivos, sempre aprovando o indicado, que as sabatinas são um mero rito, uma formalidade infértil. Suas dinâmicas revelam muito sobre os atores presentes e a dinâmica de disputas legislativas quanto às mudanças de pauta econômica. Os senadores da Frente Popular são críticos ao modelo estabilizante monetarista de FHC, tal qual seus partidos e sua base. Entretanto, ao flertarem institucionalmente com essa política, elegendo Henrique Meirelles como seu indicado à autoridade monetária, dividem-se entre os que mantêm a posição antiga e os que sentem a necessidade de prestar contas e justificar essa mudança. Já os partidos da ampla coalizão de sustentação de FHC apresentam grande heterogeneidade em sua atuação, mesmo que, com exceção de Pedro Simon, essa heterogeneidade se ganhe caráter mais uniforme na defesa do projeto de estabilização, o que pode justificar o silêncio na sabatina de Meirelles. Mas mesmo essa defesa não está acima da necessidade de se postar em defesa

¹¹ Em referência a Fraga trabalhar para fundos internacionais.

de sua base eleitoral, como Ney Suassuna defendendo seu próprio estado ou Jonas Pinheiro falando em nome dos agricultores.

Essa necessidade de justificar-se, esse compromisso com o que se diz e com o que foi dito em uma experiência anterior, reforça a sabatina como um mecanismo da redemocratização inserido na esfera do *accountability*. Segundo Arato (2002), a *accountability* se articula na dimensão representativa ao ser um mecanismo em que a população exige respostas de seus representantes. Nas democracias modernas, nada impede o representante de agir de forma contrária ao interesse de seus eleitores que o cálculo racional de que isso lhe fará ter perdas futuras (como, por exemplo, a possibilidade de se reeleger). Essa prestação de contas é o momento em que o representado avalia se suas ações estão sendo de agrado dos seus eleitores ou não. A *accountability* política é uma dimensão de extrema importância na democracia moderna justamente por reforçar os elos entre representantes e representados, garantindo que o poder destes representantes não emane de nada que não seja o povo. O constitucionalismo, ao criar regramentos universais que restringem a atuação do representante, é o meio pelo qual o *accountability* vai tornar-se compulsório. É uma ferramenta de interesse do representante, por dar mais munições ao seu cálculo, e do interesse da sociedade, por solidificar as instituições democráticas.

Seguindo o pensamento de O'Donnell (1998), podemos caracterizar as sabatinas como mecanismos de *accountability* horizontal. A *accountability* surge, de acordo com o autor, como uma resposta aos conflitos das três tradições que cunham nosso sistema político, a liberal, republicana e a democrática. Esses conflitos estão constantemente demandando mediadores na interação pública e privada. Esses mediadores, quando verticais, são ações que partem diretamente do privado ao público. As eleições podem ser caracterizadas como *accountability* vertical, é o poder emanando da população ao Estado. Mas existem mecanismos intra-institucionais, onde as próprias instituições realizam essa conferência de funcionamento. Essa *accountability* horizontal é presente em uma situação onde o poder legislativo, o Senado, realiza um processo inquisitório da política econômica indicada pelo executivo. Entretanto, há limites nessas ferramentas: a *accountability* completa tem poderes de delegação e retirada de autoridade (CARNEIRO, 2004). O próprio O'Donnell ao falar dos limites da *accountability* horizontal menciona a disposição para vigiar e punir a

atuação pública. A CAE apenas autoriza a indicação do Executivo ao Banco Central, não tendo maiores poderes sobre esse Banco, como, por exemplo, o poder de *impeachment* daquele que foi aprovado por ela mesma. Caso houvesse uma amplitude desses poderes, os conflitos entre técnica e política seriam mais fortes? O “insulamento técnico” da autoridade monetária ficaria prejudicado? São questões a serem abordadas em estudos posteriores sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

ARATO, Andrew. “Representação, Soberania Popular e Accountability”. **Lua Nova**, São Paulo, 55-56, 2002

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Rev. Sociol. Polit.** vol.21 no.47 Curitiba Sept. 2013.

CARNEIRO, Carla B.L. **Governança e accountability**: algumas notas introdutórias. Mar. 2000. Disponível em: <<http://www.ceas.sc.gov.br/downloads/accountability_1.doc>>. Acesso em 25/10/2017

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas & HEINZ, Flávio. Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. **Rev. Sociol. Polit.** vol.24 no.60 Curitiba Dec. 2016

DE ALBUQUERQUE, Mateus Coelho Martins; JUNIOR, José Carlos Martines BELIEIRO. **Análise dos Conteúdos Econômicos Presentes no “Encontro com os Presidenciais” de 1989.** Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0187-1.pdf>>. Acesso em 25/10/2017

JUNIOR, José Carlos Martines Belieiro. **Notas de Análise Sobre a Era FHC (1994 - 2002)**, Programa de Pós - Graduação em Sociologia da UFPR, Sociologia na Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR.2006.

LEITÃO, Miriam. **Saga Brasileira: A Longa Luta De Um Povo Por Sua Moeda.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

LOUREIRO, Maria Rita, SANTOS, Fábio pereira dos & GOMIDE, Alexandre de Ávila. Entre o mercado e o povo: desafios para a política econômica do governo Lula. econômica in SOLA, Lourdes & LOUREIRO, Maria Rita. **Democracia, Mercado e Estado: O B de Brics.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas No Governo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MARQUES, Moisés. Construção institucional e regulação bancária em uma jovem democracia em processo de integração econômica in SOLA, Lourdes & LOUREIRO, Maria Rita. **Democracia, Mercado e Estado: O B de Brics.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NEIVA, Pedro Robson Pereira & SOARES, Márcia Miranda. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária? **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.28 no.81 São Paulo Feb. 2013

NOBRE, Marcos; FREIRE, Vinicius Torres. Política difícil, estabilização imperfeita: os anos FHC. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 51, p. 123-147, 1998.

NOVELLI, José Marcos. A questão da continuidade da política macroeconômica entre os governos Cardoso e Lula (1995-2006). **Rev. Sociol. Polit.** vol.18 no.36 Curitiba 2010.

O'DONELL, Guilherme. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, nº 44. São Paulo, 1998.

PIO, Carlos. A ESTABILIZAÇÃO HETERODOXA NO BRASIL: idéias e redes políticas. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.16 no.46. São Paulo, Junho 2001.

RAPOSO, Eduardo. **Banco Central do Brasil: O Leviatã Ibérico, Uma Interpretação Do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2011.

SALLUM JR, Brasília & GOULART, Jefferson O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Rev. Sociol. Polit.** vol.24 no.60 Curitiba Dec. 2016.

SOLA, Lourdes. Governança global e Banco Central: a emergência da autoridade privada in SOLA, Lourdes & LOUREIRO, Maria Rita. **Democracia, Mercado e Estado: O B de Brics**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SOLA, Lourdes; GARMAN, Christopher & MARQUES, Moisés. (2002), "Banco Central, autoridade política e governabilidade democrática" in Lourdes Sola; Eduardo Kugelmas e Laurence Whitehead (orgs.), **Banco Central - autoridade política e democratização: um equilíbrio delicado**, Rio de Janeiro, Editora da FGV.

SOLA, Lourdes; KUGELMAS, Eduardo & WHITEHEAD, L. (2002), "Democratização, Estado e autoridade monetária num mundo globalizado – qual é o lugar da política democrática?" in Lourdes Sola; Eduardo Kugelmas e Laurence Whitehead (orgs.), **Banco Central - autoridade política e democratização: um equilíbrio delicado**, Rio de Janeiro, Editora da FGV.

TAYLOR, Matthew. **Desenvolvimento institucional na trilha das polícias públicas: um estudo de caso sobre o Banco Central do Brasil** in SOLA, Lourdes & LOUREIRO, Maria Rita. **Democracia, Mercado e Estado: O B de Brics**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

WHITEHEAD, L. (2002), "O delicado equilíbrio entre credibilidade financeira e responsabilização política: reestruturando a autoridade monetária em novas democracias", in SOLA, Lourdes; KUGELMAS, Eduardo & WHITEHEAD, L, **Banco central, autoridade política e democratização: um equilíbrio delicado**, Rio de Janeiro, FGV.

DESENVOLVIMENTO, EXTENSÃO RURAL E GÊNERO: o “social” e suas metamorfoses na ascar

Lucas Woltmann¹

Resumo: Esta pesquisa reside no estudo da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), prestadora de serviços de extensão rural desde 1955. Estruturada em duas áreas de atuação, “técnica” e “social”, atento, sobretudo, à segunda, materialização do campo de conhecimentos e intervenção surgida no século XIX a partir da emergência do Estado de bem-estar social, no qual temas como pobreza, saúde e educação se converteram em problemas que requeriam formas de planejamento social e de intervenção, visando seu ajustamento a parâmetros modernos de vida e de pensamento. Sendo a área “social” historicamente associada às mulheres, como promotoras e assistidas da extensão rural, o objetivo da pesquisa consiste em compreender que papéis as relações de gênero desempenharam na história da instituição, buscando analisar suas implicações contemporâneas. Para tal, foram realizadas análises documentais e entrevistas junto a quinze extensionistas, interpretando-as à luz de conceitos e problemas ligados a gênero e ao discurso desenvolvimentista. Os resultados parciais apontam a existência de disputas internas na instituição em virtude de uma histórica desvalorização da área “social”, das mulheres que a praticam e dos saberes que aportam, movimentos que, associados às metamorfoses na extensão rural e ao risco de perda da certificação socioassistencial cedida à associação, conduzem a um repensar do papel desses agentes e da extensão rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento; gênero; extensão rural; assistência social.

Abstract: This research resides in the study of the *Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)*, provider of rural extension services since 1955. Structured in two areas of activity, "technical" and "social", attentive especially to the second, materialization of the field of knowledge and intervention emerged in the nineteenth century from the emergence of the welfare state, where issues such as poverty, health and education became problems that required forms of social planning and intervention aimed at adjusting to modern parameters of life and thought. As the "social" area historically associated with women, as promoters and assisted rural extension, the objective of the research is to understand what role gender relations played in the history of the institution, seeking to analyze its contemporary implications. For that, documentary analyzes and interviews with fifteen agents were carried out, interpreting them in the light of concepts and problems related to gender and developmental discourse. The partial results indicate the existence of internal disputes in the institution due to a historical devaluation of the "social" area, the women who practice it and the knowledge they provide, movements that, associated with the metamorphoses in rural extension and the risk of losing certification social assistance provided to the association, lead to a rethinking of the role of these agents and rural extension.

Keywords: Development; gender; rural extension; social assistance.

¹ Graduado em Políticas Públicas, graduando em Letras (Português e Literaturas) e mestrando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste no estudo da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), prestadora de serviços de extensão rural desde 1955, que em 1980 passou a operar de forma conjunta com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), criada em 1977. No Brasil e no Rio Grande do Sul, a institucionalização desses serviços teve apoio e financiamento norte-estadunidense, inclusive reproduzindo seu modelo e sua filosofia de trabalho, e segmentado os campos de atuação em duas atividades distintas, mesmo que complementares: a promoção de saberes e técnicas em agricultura e economia doméstica, estruturados numa associação de gênero específica, homem-técnico-produtivo e mulher-social-reprodutivo. A racionalidade era simples: o aumento da produtividade somado a “melhorias” nas condições de vida conduziria ao “bem-estar” das famílias rurais. No caso da ASCAR, e mais tarde da EMATER/RS, as áreas acabaram mudando de nomenclatura, mas em boa parte de sua história reproduziram esse esquema de gênero. Para facilitar o entendimento, optei por qualificar o setor “agrícola”, “agropecuário”, como “técnico-produtivo”, enquanto o setor de “economia doméstica”, “bem-estar social” e, hoje, “núcleo social”, de “social”.

Como o título do trabalho denuncia, meu interesse recai sobre o âmbito “social”, a materialização do campo de conhecimentos e intervenção surgido no século XIX a partir da emergência do Estado de bem-estar social, quando temas como pobreza, saúde, higiene e educação se converteram em problemas que requeriam formas de planejamento social e intervenção visando seu ajustamento a parâmetros modernos de vida e de pensamento (ESCOBAR, 2007). Minha opção responde a pouca ou a nenhuma atenção que a área ganha na literatura científica sobre o tema, que se dá somente através de descrições sucintas e acríticas a respeito (RODRIGUES, 1997; CAPORAL, 1991; DEPONTI, 2010; DIAS, 2007; 2008). Haveria, dessa forma, uma “indiferenciação do trabalho, que aparece como universal”, uma vez que “o conflito capital versus trabalho não traz à baila” especificidades do “trabalho feminino em relação ao masculino”, tanto para assistidos/as quanto para os/as funcionários/as dos serviços de extensão rural (PINHEIRO, 2016 p. 4).

Pensar no “social” da ASCAR é problematizar a constituição do espaço doméstico e das mulheres (mães, avós e filhas) como objetos de intervenção visando à promoção de processos de mudanças individuais e familiares pelo desenvolvimento. Por estar historicamente associada às mulheres, promotoras e assistidas dos serviços de extensão rural, o objetivo deste artigo consiste em compreender que papéis as relações de gênero desempenharam na história da associação, buscando analisar suas implicações contemporâneas. Para tal, foram realizadas análises documentais junto à biblioteca da associação, o que inclui relatórios institucionais, planos de trabalho, marcos referenciais, guias para a atuação de agentes, projetos da empresa, livros, revistas e artigos institucionais, e entrevistas semiestruturadas junto a quinze extensionistas rurais vinculados e aposentados da EMATER/RS-ASCAR, diversos em termos de idade, de gênero, de formação e de posição na associação. Interpreto e analiso esse material à luz de conceitos e de problemas ligados a gênero e ao discurso desenvolvimentista, em especial a literatura pós-estruturalista e pós-colonial, incluindo autores como Jacques Donzelot (1980), Michel Foucault (1999), Santiago Castro-Gómez (2007), Arturo Escobar (2007), Gayatri Chakrabarty Spivak (2010), Stuart Hall (2016) e outros/as.

Além dessa breve introdução, o artigo possui quatro capítulos, sendo um deles desmembrado em duas seções para facilitar a compreensão do leitor. O segundo capítulo narra o surgimento da ASCAR e o discurso que inicialmente justificou seu trabalho, o que envolve promessas de um mundo moderno e uma abordagem biopolítica. O terceiro, por sua vez, consiste na descrição do trabalho “social” realizado por e para mulheres, analisando o que era projetado junto às assistidas e ao tratamento que as mulheres, quase totalidade de agentes da área “social” da ASCAR e EMATER/RS, recebiam. Esses dois capítulos narram, com maior ênfase, o período entre 1955 e 1990, ainda que em alguns momentos isso varie. No quarto e último capítulo, analiso alguns dos fatores que, quando inter-relacionados, acabaram gerando questionamentos e espaços para mudança da associação a partir de 1992, processo que segue em curso. Ao fim, em um breve capítulo final, faço um balanço das análises realizadas nos quatro primeiros capítulos.

ESTÓRIAS SOBRE UM FUTURO MODERNO: A FÁBULA DA MODERNIZAÇÃO E A ABORDAGEM BIOPOLÍTICA (1955-1990)

Atendendo a interesses de associações rurais, comerciais, industriais e do sindicato dos bancos do Estado do RS, em 1955 é criada a ASCAR (CAPORAL, 1991). Neste ano, contando com o apoio do Escritório Técnico Brasil – Estados Unidos (ETA), organismo associado ao Ponto IV de Henry Truman, teve início o “ETA - Projeto 11 - ASCAR” (ASCAR, 1956; 1968). Após um ano de trabalho, a ASCAR contava suas intenções:

Não se trata apenas de um trabalho de assistência ou de fomento. Sua ação é mais profunda, procurando atuar sobre a mentalidade do agricultor e leva-lo a mudanças de atitude. [...] É preciso fazer com que os preceitos em uso durante gerações inteiras sejam abandonados. Hábitos rotineiros devem ser substituídos por métodos mais racionais e técnicas mais atualizadas. Cumprir vencer o excessivo apego a costumes tradicionais. Há muitas inovações a introduzir, tudo para produzir mais (ASCAR, 1956 p. 8).

Para a ASCAR (1956 p. 8), as “mudanças de atitude, hábitos e adoção de novas práticas” seriam “fundamentais para o progresso rural”, o que era justificado por meio de repetidas intensificações: a utilização de métodos “mais racionais” e técnicas “mais atualizadas”, tudo visando “produzir mais”, ancorado no signo da modernidade e na superação do subdesenvolvimento, haja vista que, essas intensificações, se contínuas, levariam ao “desenvolvimento”, ou seja, “mudanças sucessivas e contínuas, mudanças para melhor, na escalada gradual do nível de vida, que representa [...] a conquista do desenvolvimento” (ASCAR, 1974 p. 9). O paradigma que subsidiou o tipo de trabalho da associação até, aproximadamente 1990, foi a teoria da modernização. Essa teoria pregava a “necessidade” de os países “subdesenvolvidos” seguirem os rumos dos países industrializados que se autodeclararam “desenvolvidos”, o que envolvia desde a incorporação de conhecimentos e tecnologias até atitudes empresariais mais “modernas”, tudo visando superar os atributos com os quais o terceiro mundo acabou associado, como “pobres”, “atrasados”, “ignorantes” e outros adjetivos pejorativos que, ressignificados, acabaram reciclando algumas concepções, termos e conotações evolucionistas do século XIX, adequando-as ao “espírito dos novos tempos” (FERGUSON, 2005).

As populações rurais se tornaram objetos de intervenção pelo seu lado negativo, “por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade”, não por aquilo que eram, mas pelo que “gostariam” que elas fossem (MARTINS, 2001 p. 32). Esse paradigma gerou um diagnóstico repleto de “deficiências” na população rural gaúcha. O cenário seria complicado, já que uma higiene ruim causaria “doenças endêmicas responsáveis pelo atraso físico e mental”, sendo “resultantes de má higiene ambiental; saneamento básico deficiente: água, canalização descuidada, destino das águas servidas e desejos; destino do lixo descuidado, pragas e infecções domésticas” (ASCAR, 1974b p. 5). Quanto à alimentação, a dinâmica não seria diferente, pois considerando a “escassez” de alimentos e a “má qualidade dos produtos disponíveis”, as populações teriam “desconhecimento das mínimas regras e princípios de boa alimentação” (ASCAR, 1974b p. 5).

Na perspectiva da ASCAR, haveria um “círculo vicioso” entre “pobreza, ignorância e doença” (ASCAR, 1974 p. 15), o que poderia causar impactos negativos na produção e na produtividade agrícola, historicamente o maior objetivo da associação. Para a ASCAR, “assegurando padrões mínimos de saúde” e de “eficiência às comunidades rurais, obter-se-á uma população com mão de obra qualificada e produtiva capaz de suprir suas necessidades e desenvolvendo-se social e tecnicamente” (ASCAR, 1974 p. 15), haja vista que:

A ignorância é o maior obstáculo ao desenvolvimento de um país. De fato, a ignorância impede que o indivíduo se defenda das doenças, o que o torna vítima de inferioridade física e mental, incapaz de produzir o suficiente para si próprio, para sua família, e, contribuir para a evolução da comunidade. [...] se o subdesenvolvimento reside na ignorância, não será somente a entrada de maior renda que irá inferir em todo o complexo econômico, quer familiar ou mesmo de uma nação (ASCAR, 1974 p. 16)

Isso, na verdade, responde ao objetivo central do trabalho “social” para a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), órgão criado em 1956 para coordenar nacionalmente as diretrizes e o objetivo do trabalho das ACAR’s semelhantes que eram criadas no Brasil. Se por um lado haveria o diagnóstico a respeito da “ignorância” das populações rurais em produzir sem a racionalidade e os instrumentos modernos veiculados pela

revolução verde, a missão do agente homem responsável pelo setor “técnico”, a “ignorância” das populações subdesenvolvidas tinham outra face, se manifestando em sua vida doméstica e, mais precisamente, nos hábitos de saúde, de higiene e de alimentação, considerados ruins para a ASCAR e ABCAR, uma vez que poderiam gerar a redução ou o enfraquecimento da “força de trabalho” na agricultura. Segundo a ABCAR:

[...] é preciso moderar a intensidade do êxodo rural, até que a economia global do país alcance um estágio de desenvolvimento compatível com a utilização plena de sua força de trabalho. Impõe-se, para isso, a melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural – um dos grandes desafios que a nação enfrenta (ABCAR, 1970 p. 80-81). [...] Outra face do problema do bem-estar social de uma população é o seu estado sanitário, efeito imediato da alimentação e mediato da educação. Conquanto depois de algumas décadas de luta os progressos médicos tenham proporcionado uma forte redução das doenças de massa, as más condições sanitárias subsistem no Brasil, como, de resto, na maioria dos países do Terceiro Mundo [...]. Esse grupo de doenças afeta a população em proporção tão elevada que contribui em margem substancial para entravar o desenvolvimento econômico e social do país. Estima-se que o estado sanitário deficiente influi expressivamente na vida econômica e social, reduzindo a produtividade individual em percentagens que variam, em muitos casos, de 30% a 60%. [...] Daí se infere a íntima dependência entre os problemas de saúde, alimentação, educação e produtividade [...] (ABCAR, 1970 p. 84-85).

Não nego a existência de problemas em condições sanitárias, de pessoas malnutridas e etc., não é disso que se trata. Negar isso seria não reconhecer a existência de desigualdades sociais significativas no Brasil. Todavia, creio que o mais relevante nesse e em outros relatos seja essa relação causa-efeito. A ideia seria simples: problemas de saúde e de higiene tornariam os sujeitos “vítimas” de “inferioridade física e mental”, que, quando associados ao êxodo rural, estariam prejudicando o uso pleno da “força de trabalho” e, assim, o “desenvolvimento econômico e social” do país. A responsabilidade do âmbito “social” da ABCAR, nesse sentido, parece tributária ao “técnico” na medida em que, quando não contempladas as condições sanitárias idealizadas e etc., isso poderia gerar uma redução da “produtividade individual” em percentagens que podiam variar entre “30% a 60%”. A ASCAR e a ABCAR estavam preocupadas com a saúde da população rural trabalhadora, população cuja saúde está diretamente ligada à produção e à produtividade. Se o “problema”, ao fim, reflete

um “problema de trabalho”, a solução seria intervir no lar e na família, e como a má saúde era, segundo raciocínio das associações, provocada por comportamentos e por hábitos ligados à “pobreza” e à “ignorância” dessas populações, era necessário intervir procurando “melhorar” suas condições físicas, seu modo de viver e seus valores.

Como resposta, era idealizado promover mudanças de hábitos de saúde, de higiene e de alimentação das famílias rurais, não mais enraizados em costumes e tradições, mas, sim, em orientações qualificadas como “modernas”, “racionais” e “científicas”. Isso é o que Escobar (2007 p. 51) acreditou ser o “aspecto mais significativo” do fenômeno que envolve a “guerra contra a pobreza” no “terceiro mundo” e tudo o que isso envolve no campo de conhecimentos e intervenção do “social”: o estabelecimento de “aparatos” de conhecimento e de poder que se dedicam a “optimizar la vida produciéndola bajo condiciones modernas y ‘científicas’”. Considerando as duas áreas de trabalho da ASCAR e da ABCAR, temos o desenvolvimento funcionando com pretensões “biopolíticas” (FOUCAULT, 1999), uma vez que mobiliza “tecnologias de poder” que procuram “regular” e “otimizar” a vida, viabilizando que as populações tivessem o acesso a “una vida productiva al servicio del capital” (CASTRO-GÓMEZ, 2007 p. 156). E isso se daria não através de um poder “punitivo”, mas através de “conselhos” articulados com base em uma “norma preservadora” (DONZELOT, 1980).

Como analisa Castro-Gómez (2007 p. 156-157), a abordagem biopolítica buscou a manutenção de um “tipo desejado de população” que responde a um “protótipo de normalidade”, levando à “exclusão” das populações que não se ajustam à “população desejada”. Ainda que o discurso da ASCAR fale sobre “pobreza”, “ignorância” e termos pejorativos semelhantes, tais questões estavam associadas à imagem de um país “subdesenvolvido” e não refletiam um tipo de opção por trabalhar com populações que estavam em maior vulnerabilidade no Estado do RS, antes o contrário, ela buscava investir na “família rural com alta rentabilidade” (ASCAR, 1974 p. 14). O foco do trabalho seriam populações que dariam “retorno” ou “resposta” econômica (Entrevistados/as nº 4, Abril/2017, 5 e 9, Maio/2017).

Para atuar junto ao espaço doméstico, em hábitos de saúde, de higiene e de alimentação das famílias rurais, as mulheres foram escolhidas como mecanismo chave de intervenção, haja vista a possibilidade de, quando atuando em casa, “irradiar” as condutas desejadas pelos aparatos de ATER junto a membros das famílias, o que reflete, é claro, práticas representacionais que naturalizaram as mulheres à preservação e à reprodução da vida. Uma entrevistada fala sobre o surgimento de ASCAR e de associações semelhantes, citando o papel atribuído ao “social” e às mulheres na extensão, complementares ante à ocupação “técnica-produtiva”:

[...] o extensionista social, ele já estava lá na gênese, ele já estava lá, ele fazia parte de um pacote, que era a coisa assim de reconhecer que no meio rural havia muita miséria, muita pobreza, muita inocuidade mesmo e que precisava ter um profissional que trabalhasse com isso. Porque não uma mulher que é o ser humano ocupado com o cuidar né, e de formação magistério, professora, aquela que ia lá educar, ensinar a dar banho nas crianças, ensinar a cuidar a casa, ensinar a cuidar os arredores, essa era a função. Mas o principal, o que se esperava daquela família era que ela começasse a produzir e produzir com fôlego para comercializar, e quem ia fazer isso era o engenheiro agrônomo ou técnico agrícola, essa é a ocupação econômica, importante, é ali que está investido um pacote de insumos e de profissionais que se espera que deem resposta, inclusive para sustentar a própria instituição. Então isso não muda de uma hora para outra (Entrevistada nº 10, Maio/2017).

Não muda mesmo. Na verdade, podemos notar que, no ano de 1991, as preocupações biopolíticas da ASCAR, e já da EMATER/RS, seguem contendo conceitos semelhantes às décadas de 1950 e de 1970, como “subdesenvolvimento”, “pobreza”, agora associados à “fome” e à “marginalização social”, mantendo-se a correlação entre a boa saúde da população rural e a produtividade agrícola, entrelaçando a saúde dos assistidos para com sua eficiência como força de trabalho: a “desnutrição está intimamente relacionada à pobreza que leva à marginalização social, ao subdesenvolvimento e, conseqüentemente, à fome” problema de “ordem política, social e econômica”, pois sem “uma alimentação adequada é impossível ao homem ter uma boa saúde e responder como força de trabalho eficiente”, o que é “preocupante quando temos uma grande parte da população (70%) mal nutrida” (EMATER/RS-ASCAR, 1991 p. 123). As mulheres, portanto, tinham um papel a cumprir para o desenvolvimento e o bem-estar das famílias: a elas caberiam a “tarefa

secundária” de ensinar e de cuidar de assuntos ligados ao “bem-estar”, à higiene e à saúde da família, “controle de verminoses e demais doenças que reduzem a capacidade produtiva”, aspectos determinantes visando a “reprodução da força de trabalho no campo” (PINHEIRO, 2016 p. 33-34).

O “SOCIAL” E AS MULHERES: UMA HISTÓRIA DE NATURALIZAÇÕES E DIFERENCIAÇÕES POR GÊNERO

Certamente, as famílias são capazes o bastante para serem “motor de evolução por si só”, mas o são em parte pela “acoplagem com outros vetores, da mesma forma que os outros vetores entram em relações de acoplagem ou de cruzamento para agirem sobre ela” (DONZELOT, 1980 p. 6). É esse o espaço ocupado pela ASCAR e por outras instituições voltadas a lidar com a mulher rural por meio de saberes e de práticas em economia doméstica. Inicialmente o cargo era ocupado por uma “supervisora em economia doméstica” (ASCAR, 1956), mas a partir de 1961 passaram a ser chamadas de “Agentes de Extensão em Economia Doméstica” (AEED) (ASCAR, 1974 p. 28), ganhando outros nomes ao longo do tempo, como “extensionista de bem-estar social” e “extensionista social rural”, por exemplo. O interesse para mim, no entanto, não é rigor dessa conceitualização, antes suas proposições e as representações nas quais estão arraigadas. Eram mulheres com formação em magistério ou em economia doméstica que deveriam atuar junto a mulheres rurais (mães, avós, filhas). Um trabalho feito para e por mulheres. Essas atividades já possuem, em si, um caráter paradoxal (LOPES, 1995), uma vez que as mulheres atuavam fora do âmbito do lar para promover padrões de feminilidade que associavam a mulher a sua “função natural” para a reprodução e manutenção da saúde da família através de sua atuação como “doméstica”.

PARA MULHERES: MÃES, AVÓS, JOVENS E SUAS OBRIGAÇÕES PARA COM A SOCIEDADE DE AMANHÃ (1955-1990)

Para a ASCAR, o papel das agentes de extensão em economia doméstica seria “capacitar” as “senhoras rurais” para “melhor organizar e administrar” seu lar “em termos de conseguir uma melhor saúde, melhor habitação, melhor alimentação, maior segurança e maior satisfação a todos os membros da família” (ASCAR, 1975, s/p), mostrando que o desenvolvimento segue guiado por

intensificações. Para Guilhermina Petzold, à época chefe do Setor de Economia Doméstica da ASCAR, no *Encontro de Economia Doméstica* realizado em 1961, na cidade do Rio de Janeiro, os projetos buscavam “solucionar os problemas” relacionados à higiene, à saúde, à habitação rural, à alimentação, ao vestuário e promover atividades com jovens rurais (BRASIL, 1961 p. 37). Isso incluía a “higiene da moradia” e de arredores, fontes e tratamentos de água, em hábitos higiênicos, noções de puericultura, informações sobre exames médicos, endemias, primeiros socorros e recreação (excursões e etc.) (BRASIL, 1961). Uma entrevistada conta o tipo de trabalho que realizou na associação entre 1970 e 2000:

A gente ia ensinando e elas iam aderindo. Por exemplo assim ó, da maneira que era para colocar as coisas na cozinha, sabe, elas aceitavam né, essas mudanças. Porque na época que eu comecei a trabalhar lá em [município] não tinha nada disso. Elas só tinham uma casa, mas não tinham nada direitinho sabe. Daí então eu fui ensinando, fui falando a maneira que era para colocar os móveis, e elas foram aceitando. *[E esses ensinamentos, tu teve nos cursos preparatórios?]* Teve coisas que fui por conta, tinha que, né. *[Como tu buscava as informações para passar pra elas?]* Bom, assim... na minha casa era tudo organizado assim sabe, daí eu passava pra elas (risos). *[Usar a experiência do dia a dia?]* É, exatamente. É como alimentação sabe, que como lá em casa a minha mãe produzia, e ela também produzia... ela fazia muitas compotas, muitas geleias... Daí eu fazia isso com elas sabe, porque isso é importante né. Daí ensinava a fazer geleias e coisas assim. [...] *[Tu disse que dava palestras sobre saúde, como eram?]* Era umas vinte, vinte e poucas mulheres sempre né, era importante. E daí eu dava sobre prevenção de HPV, essas coisas tudo, ou levava uma médica junto, dentista, tudo. Isso sempre levava junto. Daí era dado essas palestras. *[Era mais trabalho em grupo?]* Sempre em grupo, que eu trabalhava, porque individual eu achava que era perda de tempo, porque tinha que reunir as mulheres assim em grupo. Daí eu reunia e ia dando as palestras (Entrevistada nº 2, Abril/2017).

Citando atividades ligadas à alimentação, a palestras de saúde e de higiene e à preferência por metodologias grupais (grupos de mulheres, mães, avós e jovens), parece relevante o fato de a agente mobilizar saberes e técnicas mantidas por sua mãe junto às assistidas. Análises restritas aos documentos apontariam somente para o quão “científico” deveria ser essa “extensão no lar”, quando na verdade, experiências pessoais e referências familiares também eram usadas como um subsídio para as suas ações profissionais. Na visão de Emma Siliprandi (2002), coordenadora de um grupo de trabalho formado pela associação em 2002 para repensar o “social”, pelas metodologias e o tipo de abordagem utilizada para o trabalho com as mulheres rurais, haveria uma

negação do “papel” das mulheres como “agricultoras”, haja visto que, promovendo paradigmas de feminilidade que associavam as mulheres ao doméstico, ajudaram a, mesmo sem intenção, consolidar a ideia de que haveria “um lugar separado entre as mulheres e os homens no meio rural”, assumindo a “divisão sexual do trabalho que, na prática, negligenciava o papel produtivo que as mulheres sempre desempenharam na agricultura” (SILIPRANDI, 2002 p. 41).

O trabalho com jovens rurais, inclusive, reproduzia essa divisão social do trabalho. A orientação era “proporcionar” conhecimentos modernos e práticas em agricultura e em economia doméstica, preparando “rapazes e moças” para o exercício das “responsabilidades que lhes cabem na construção do bem comum” (ABCAR, 1959 p. 11). A divisão social do trabalho com os adultos mantinha-se com a juventude rural pela crença de que, a “psicologia feminina” seria “diferente da masculina”, e a “diferença se acentua[ria] na idade adulta” (ABCAR, 1964 p. 4). Baseada nesse pressuposto, a ASCAR trabalhava para que, “cada um deles, tanto meninos como meninas”, elaborassem junto com os extensionistas “um plano de trabalho”, um “projeto” que atendesse “suas necessidades e possibilidades, dentro de um assunto específico”, o que incluía “projetos sobre horta, plantio de milho híbrido, batatas, etc. para meninos; vestuário, nutrição, carpintaria, etc. para meninas” (ASCAR, 1956 p. 10). Para ela, era preciso “incentivar todas as jovens deste mundo moderno a se prepararem convenientemente” para “desempenhar a nobre missão de esposa e mãe” (ASCAR, 1974 p. 8). Esses projetos visavam à socialização da juventude rural com base em suposições que naturalizavam diferentes personalidades e papéis na família (ZABALA, 2005), uma divisão social do trabalho ligado a características e aptidões “naturais” que justificavam sua predeterminação.

Tal como sugere Isabel de Almeida Serrano em seu livro *Noções de Economia Doméstica* (1958 p. 15), que, como a marcação na contracapa sugere, pertencia à divisão de Economia Doméstica da ASCAR, na seção “Explicações necessárias”, “desde a infância” as “pertencentes ao sexo feminino” tenderiam a manifestar uma “acentuada tendência para os misteres domésticos”, “misteres sublimes para os quais nascemos”. Esses “misteres” seriam “naturais”, portanto, capazes de reduzir e de essencializar as mulheres rurais à sua “função social” como mãe e como esposa. Se essa “missão” ou “função” não fosse cumprida,

as mulheres poderiam gerar “males a si própria, aos seus e à sociedade” (SERRANO, 1958 p. 23). No decorrer do Encontro de Economia Doméstica realizado no Rio de Janeiro em 1961, apresentadores de diferentes instituições (ASCAR, ABCAR, ACAR-RJ, Serviço Social Rural, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, Serviço de Informação Agrícola e etc.) associaram a mulher rural a sua “domesticidade”, seu papel como “guardiã” da moral religiosa e da “civildade” da família rural e da sociedade, quando restrita ao “lar”, reclusa “dentro de seu pequeno mundo”, (BRASIL, 1961 p. 20-24). Na verdade, para seus apresentadores, a saída das mulheres do âmbito doméstico seria possivelmente a causa de grandes problemas da sociedade, motivo de desestruturação familiar e dos problemas sociais que daí decorreriam, como pobreza urbana e rural, jovens “marginais”, prostituição e etc. (BRASIL, 1961).

As mulheres também acabaram associadas a noções de sensibilidade, ao acesso a “fantasia” e ao “sonho”, ao fardo de mantenedora das “lendas” e do imaginário popular da nação (BRASIL, 1961 p 15-16), semelhante a diferentes esforços pós-coloniais de “construção da nação” que acabaram por designar às “mulheres” o cargo de portadoras de tradições associadas ao passado histórico e mítico das nações (UNGER, 2010). Enfim, as mulheres rurais foram reduzidas e essencializadas a atributos associadas ao cuidado, à preservação da saúde e higiene, aos hábitos alimentares, à reprodução da vida, à manutenção da moralidade e da civildade das famílias rurais e, portanto, da sociedade, tudo justificado por sua “natureza” específica e reforçando a feminização de atividade ligadas à vida e ao cuidado. Essas estereotipagens refletem diferentes práticas representacionais que, estabelecendo a “cisão” entre o aceitável e o inaceitável, privilegiam uma imagem particular de algum fenômeno ou sujeito, processo que tende a ocorrer justamente onde existem desequilíbrios de poder e são dirigidos contra algum grupo ou sujeito “subordinado ou excluído” (HALL, 2016 p. 192).

Por mais que as assistidas da ASCAR guardassem interesses e desejos particulares, elas tinham um pesado papel a cumprir à família, à sociedade e ao desenvolvimento do país, responsabilidades que aparatos de ATER precisavam racionalizar através de conhecimentos e práticas em economia doméstica. Como resultado, os desejos das “mulheres rurais” acabam confiscados, não cabia mais fazer o mesmo, era imperativo se adequar ao futuro, cientificizado, racionalizado,

otimizando o lar, mesmo que essa perspectiva de futuro promova uma antiga subalternização, que envolve o afastamento da mulher rural da apropriação econômica da produção rural. Interpretando a difusão dos serviços de ATER à parcela “subdesenvolvida” do “terceiro mundo” como um processo de cunho “imperialista” (CAPORAL, 1991; PINHEIRO, 2016), seria possível pensar na “imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade” sendo caracterizada “pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie” (SPIVAK, 2010 p. 98).

POR MULHERES: DIFERENCIAÇÕES E SUBALTERNIZAÇÃO ENTRE FUNCIONÁRIAS DO “SOCIAL” DA ASCAR (1955-2010)

[...] a EMATER é uma casa de homens né, muito mais homens do que mulheres, porque começou com mais agrônomos, veterinários, enfim, técnicos agrícolas, e a área social é bem menor (Entrevistada nº 6, Maio/2017).

O trabalho “social” da ASCAR, depois junto a EMATER/RS, historicamente assumiu um caráter complementar e secundário frente às ocupações “técnico-produtivas” (EMATER/RS-ASCAR, 2006; CAPORAL, 1991; Entrevistadas nº 9, 10 e 11, Maio/2017). Isso, por conseguinte, parece refletir na estruturação do quadro funcional e na hierarquia organizacional da associação. Entre agentes de campo, ao menos na década de 1970, profissionais ligadas ao âmbito “social” deveriam responder pelo escritório apenas na ausência do agente em extensão em agricultura (ASCAR, 1974 p. 33). Na mesma época, o presidente da associação deveria ser “preferentemente Engenheiro Agrônomo ou Médico Veterinário” (ASSEMBLEIA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 10-11). Entre os anos de 1955 a 2010, nenhuma mulher assumiu como presidente da associação (EMATER/RS-ASCAR, 2005; SILVA, 2011), o que aconteceu de forma breve em 2010.

Uma entrevistada contou situações nas quais, o homem-técnico, se julga mais importante ao ponto de monopolizar o carro e parte de tecnologias de trabalho (computador e etc.), justamente pela crença de que é o âmbito “técnico” que sustentaria a EMATER/RS-ASCAR (Entrevistada nº 10, Maio/2017). Para outra colaboradora, funcionárias antigas precisavam lidar com outras ocupações que não apenas profissionais, incluindo a limpeza do escritório, a recepção das visitas com café e atividades semelhantes, até então encaradas como “funções

naturais das mulheres” (Entrevistada nº 9, Maio/2017). Vale citar que, até a década de 1970, as funcionárias do âmbito social da ASCAR seriam “impedidas de casar” ou até engravidar, havendo casos de demissão, haja visto que trabalhar tenderia a atrapalhar as suas ocupações e as suas funções como mãe e como esposa, e até meados da década de 1980, institucionalmente eram “proibidas de dirigir os veículos da empresa”, refletindo o machismo da época e, ao mesmo tempo, a histórica subordinação do “social” ante a ocupação técnica-produtiva (SILIPRANDI, 2002; CANELLAS, 2010).

Segundo entrevistadas, a hierarquização também se fazia lembrar no “reconhecimento” profissional das profissionais do âmbito “social”, na estrutura do plano de cargos e de salários, e na possibilidade de ascensão para cargos mais elevados (Entrevistadas nº 3, Abril/2017, 9, 10, 11, Maio/2017 e 15, Junho/2017). Haveria uma diferenciação de reconhecimento entre os cargos e as áreas de conhecimento, pois os agentes do “social”, a despeito de possuírem formação superior, como economia doméstica ou outras áreas ligadas ao magistério, não gozavam da mesma valorização que agrônomos, veterinários e etc., o que envolveria um acréscimo financeiro. Isso foi motivo para questionamentos e reivindicações internas, posto em questão apenas em 2010 (Entrevistada nº 11, Maio/2017).

Isso surge no relatório institucional de 2006. Na época, a EMATER/RS-ASCAR possuía 2.280 colaboradores, sendo que, do âmbito “técnico”, 22% possuíam formação superior em ciências agrárias (engenheiros agrônomos, florestais, médicos veterinários e outros) e 25% com formação de nível médio (técnicos agrícolas). O âmbito “social”, por sua vez, “cargo de nível médio na empresa”, corresponderia “a aproximadamente 18% do total de empregados, entretanto, a maioria desses profissionais” possuiriam alguma “graduação ou pós-graduação” (EMATER/RS-ASCAR, 2006 p. 23), mesmo que apenas 2% desses fossem reconhecidos como tal, desproporção significativa se considerarmos o levantamento feito pela Associação das Extensionistas Sociais da EMATER/RS-ASCAR (AESR), em abril de 2002, abrangendo cerca de 64% das extensionistas, que apontava o fato de “83% delas” serem “portadoras de diploma de curso superior” em diferentes áreas, “e 32% haviam realizado algum curso de pós-graduação” (SILIPRANDI, 2002 p. 48). Considerando que a

maioria de agentes do âmbito “social” eram e ainda são mulheres, essa desconsideração levava a maioria de mulheres vinculadas à associação a terem uma remuneração inferior.

No ano de 2006, no que tange a cargos superiores da associação, o percentual de ocupantes do sexo masculino equivalia a 82% dos postos, com apenas 18% para o feminino (EMATER/RS-ASCAR, 2006b). Haveria disparidade nas ocupações em cargos mais elevados, ocupados via indicação política até 2010. Para uma entrevistada, como as promoções envolveriam os critérios criados e as atividades coordenadas por homens, isso gerava uma “manipulação das mulheres” da área social (Entrevistada nº 11, Maio/2017). Em 2008, podemos ver que, no âmbito regional, considerada a estrutura meio da associação, havia 1 mulher para 9,8 homens atuando, e no âmbito central, que envolve a direção técnica, administrativa, a gerência técnica, a gerência de planejamento e outras, a proporção era de 1 mulher para cada 4,8 homens (EMATER/RS-ASCAR, 2009).

Para uma entrevistada, ainda que as questões financeiras lhe causassem preocupação, outra forma de desvalorização seria mais inquietante: intelectual. Segundo sua análise, a “voz feminina” é “sempre questionada”. Por ser mulher, haveria uma desvalorização de seus conhecimentos técnicos, de sua dedicação, de seu estudo e de suas experiências práticas, que não seriam tão “aceitas” como a “fala masculina” (Entrevistada nº 10, Maio/2017). A fala de outra entrevistada ilustra a questão:

[...] estava dizendo outro dia para uma colega, tu pode dizer alguma coisa com tamanho conhecimento, ele passa despercebido, a hora que tu bota na boca de um colega homem ele toma uma outra proporção, uma outra verdade. [...] o tempo inteiro ocorre isso entende, o tempo inteiro. Isso que eu sou mais de me colocar. [...] Os colegas até estavam me contando que a colega da área social, ela é gerente adjunta e o outro é... ela construiu toda uma proposta e tal mas quem apresentou foi ele, na reunião (Entrevistada nº 11, Maio/2017).

Com a mudança gradual no quadro funcional da associação, mulheres assumiram como agentes do setor técnico-produtivo, enfrentando a resistência e a desconfiança dos assistidos em reuniões e em atividades (Entrevistadas nº 4, Abril/2017, e, 6, Maio/2017). Em um caso narrado, o agricultor assistido, após ter feito um projeto de crédito junto à agente da associação, apelava para o

técnico homem de outra cidade para que revisasse o projeto feito inicialmente, em manifesta desconfiança, o que cessou com o tempo (Entrevistada nº 4, Abril/2017). Segundo outra entrevistada, não raras vezes, quando vai a algum município dar palestras, “chega lá junto com os colegas e o prefeito recebe aperta a mão do colega, vira as costas (risos) como se tu fosses um nada entendeu... porque reconhece no homem a autoridade, não reconhece em ti”, e isso “não foi uma ou duas vezes” (Entrevistada nº 10, Maio/2017). É importante destacar que três entrevistadas contaram casos de tentativa de assédio, seja pelos colegas de trabalho, seja por agricultores assistidos. Os casos acabaram se “resolvendo” no âmbito em que aconteceram, entre os próprios colegas ou na relação com o agricultor. Apenas um caso teria sido relatado às instâncias superiores, podendo gerar repercussões.

Enfim, à complementaridade do trabalho mantido pelo setor “social”, se agrega uma subalternização de seus agentes em virtude de desqualificações de gênero, que pode gerar uma desvalorização intelectual, financeira, restrição aos cargos diretivos, casos de assédio, associação a atividades ligada à limpeza, cozinha e etc.

TEMPO DE METAMORFOSES: QUESTIONAMENTOS, EXIGÊNCIAS E O REPENSAR DO “SOCIAL” (1992-2017)

Desde sua fundação em 1955, o trabalho da ASCAR, e depois da EMATER/RS, não houve rupturas significativas até a década de 1990 e início do século XXI. As metamorfoses que a associação vem passando parecem estar vinculadas a fatores externos e internos à associação, provavelmente difíceis de mensurar em virtude do risco de reduzir uma realidade variada a pressuposições explicativas que associem causa-consequências de forma inocente. Isso significa dizer que, se procuro explorar o contexto e as implicações das transformações, preciso me despir de qualquer pretensão totalizante que esgote o assunto em questão. Entretanto, parece útil traçar questões que apoiem na compreensão do processo e de possíveis implicações. As metamorfoses na área “social” parecem ter passado por, no mínimo, três fatores diretamente inter-relacionados, aqui não listados segundo relevância: (i) o questionamento do caráter filantrópico que a ASCAR possuía desde 1961 em 1992; (ii) o alargamento do que até então era tido como a competência originária do trabalho

“social” da ASCAR a partir de 1999, reforçado com as mudanças nacionais que ganharam corpo a partir de 2003, e, especialmente, em 2010, com a Lei de ATER e a Política Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural; e (iii) conflitos e reivindicações entre funcionárias/os do “social”, que, somado às exigências nacionais e às mudanças em curso citadas, geraram mudanças na estrutura do plano de cargos e de salários da EMATER/RS-ASCAR.

No ano de 1961, a ABCAR e as suas afiliadas, dentre elas a ASCAR, foram consideradas órgãos de “utilidade pública” pelo governo federal, reconhecimento que teria do estado do RS em 1962. No ano de 1975, o Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura declarou a ASCAR como “entidade de fins filantrópicos” (ASSEMBLEIA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011). A manutenção da ASCAR, logo da criação da EMATER/RS, em 1977, representou o peso que tal *status* tinha e tem para a manutenção da associação, haja vista possibilitar não apenas a isenção de contribuições sociais, a isenção da cota patronal das contribuições e etc., que, somadas, economizavam cerca de 25% da folha de pagamento da mesma (DEPONTI, 2010), mas também por viabilizar a priorização na celebração de convênios com o poder público (MDSA, 2017). Quando, no ano de 1992, a União inicia um litígio junto à associação (EMATER/RS-ASCAR, 2014), tem início um drama que, atualmente, se renova a cada três anos, quando a ASCAR e a EMATER/RS precisam justificar o caráter “social” do trabalho que mantêm, adequando-se às demandas e às exigências para sua certificação como organização socioassistencial, isso é, aquelas que sem fins lucrativos prestam atendimento e assessoramento a beneficiários abrangidos pela Lei nº 8.742/1993 – LOAS, buscando a defesa e a garantia de direitos (MDSA, 2017). Isso é reflexo de um cenário que envolve o questionamento dos paradigmas de extensão rural, em especial o esgotamento do modelo difusionista e produtivista que promoveu a modernização rural no Brasil (DIAS, 2007) e no estado do RS, e, em mesma medida, reestruturações do sistema de proteção social, como SUS, SUAS, que passavam a assumir competências que, até o momento, foram mantidos pelos serviços sociais da EMATER/RS-ASCAR, ainda que de forma não abrangente ou sistematizada.

Sem justificar o seu trabalho social, e, portanto, ter a Certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), o futuro da associação era posto em dúvida. Mas isso não atinge apenas o futuro da EMATER/RS-ASCAR, talvez reflita mais seu “passado”, o trabalho que manteve e, em especial, a preponderância que ocupações “técnico-produtivas” historicamente assumiram. Se haveria um desprestígio ao âmbito “social”, esse questionamento do CEBAS da ASCAR exigia que tal desprestígio fosse questionado. A área “social”, até então submissa ao projeto que guiava a associação, agora representaria sua tábua de salvação. O tipo de abordagem precisava mudar, não caberia mais uma prática assistencialista focada na administração do lar, era necessário lidar com questões como o acesso e a ampliação de direitos, a emancipação social e a conquista de patamares de equidade e de justiça social. O quadro funcional, composto em sua maioria de agentes da área técnica, e o papel dos agentes do âmbito “social” precisaria ser repensado e readequado para fazer jus às novas exigências (Entrevistados/as, nº 9, 10, e 11, Maio/2017 e, 13 e 14, Junho/2017), mesmo que, em momentos de renovação do CEBAS, o foco no “social” tenha reduzido novamente em prol do privilégio a atividades “produtivas” (Entrevistada, nº 11, Maio/2017).

Nesse cenário, entre 1999-2002, na gestão do governador Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), a EMATER/RS-ASCAR passou por mudanças importantes, que inclusive seriam seguidas como um projeto nacional para os serviços de ATER a partir de 2003, consolidado em 2010 com a Lei de ATER e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Com o trabalho de um grupo de trabalho criado em 2002, houve um processo de alargamento do campo de trabalho do “social”. Manteve-se seu “tripé” saúde, alimentação e habitação, mas, sob sua responsabilidade, incorporou-se questões como geração de renda, por meio de atividades como agroindústrias, artesanato, turismo rural, plantas medicinais e etc. (SILIPRANDI, 2002); equidade de gênero, que, diferente do passado recente da associação, era idealizado promover a emancipação produtiva das mulheres rurais, incluindo a sua participação em conselhos, fóruns e etc.; e um trabalho com as populações tradicionais, como quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. Esses desafios deveriam ser enfrentados pelo mesmo quadro funcional, incluindo

mulheres ligadas ao setor “social” que, considerando a estrutura do plano de cargos e de salários, tinham remuneração inferior e pouco acessavam cargos superiores. Será que o mesmo quadro funcional conseguiria responder os desafios que tal mudança antagônica trazia? Havia, e em boa medida ainda há, um descompasso entre o idealizado às assistidas e o tratamento que era dado às mulheres que prestavam serviço à associação.

O ano de 1988 marcou a criação da Associação de Extensionistas Sociais Rurais da EMATER/RS-ASCAR (AESR), mudando demandas e reivindicações ao longo dos anos, respondendo às diferenciações que as agentes do âmbito “social” sofriam e o tipo de trabalho mantido desde a sua criação. Além dessas reivindicações, um fator externo foi central para mudanças no plano de cargos e de salários: quando, da aprovação da Lei de ATER e da PNATER, em 2010, era transformada a forma de relação com a União, que não se daria mais de forma direta, para o qual, o recurso é repassado por um órgão centralizador como a ABCAR (1956-1974) ou a EMBRATER (1975-1990), mas através de chamadas públicas. Nessas chamadas, além de exigências e de critérios a serem cumpridos, como ter determinado quociente de mulheres no quadro funcional ou profissionais de determinadas áreas de conhecimento e etc., a associação precisava lidar com a concorrência aberta pelas chamadas, competindo pela mediação com ONGS, sindicatos e etc. (Entrevistado nº 5, Maio/2017). Esse cenário de questionamentos internos e exigências externas conduziu a uma revisão do plano de cargos e salários.

Não sem resistência, o ano de 2010 representou a abertura do primeiro processo seletivo para que agentes de campo postulassem cargos na regional, estrutura meio da EMATER/RS-ASCAR, até então apenas preenchido mediante indicação de instâncias superiores. No mesmo ano, há um reconhecimento da formação superior de profissionais do âmbito “social”, até então remunerados apenas como nível de ensino médio. As formações reconhecidas foram bem variadas, como economia, geografia, educação física e etc., em referência às profissionais que haviam ingressado com nível de magistério. Entretanto, para o plano de cargos e de salários, as ocupações na regional apenas poderiam ser preenchidas por áreas como pedagogia, enfermagem, nutrição e economia doméstica, fazendo jus ao que foi idealizado para o “social” na constituição da

ASCAR. Isso precisou ser superado através de um arranjo político entre os sindicatos dos engenheiros agrônomos (SENGE), empregados de empresas de assessoramento (SEMAPI), técnicos agrícolas (SINTARGS) e dos veterinários (SINVET), superando as restrições do plano de cargos e de salários e abrindo o concurso interno para o âmbito regional para os/as funcionários/as de campo (Entrevistada nº 11, Maio/2017). A política de recursos humanos da gestão de 2007/2010 da associação foi questionada em relatório realizado pela comissão externa para tratar sobre a situação complicada que passava a associação em virtude da perda do CEBAS (ASSEMBLEIA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Oscilando entre redução e aumento da capacidade operativa, na gestão corporativa de 2011-2014 houve ingresso de cerca de 700 colaboradores, com quase 60% de agentes de campo. Há o ingresso de novos profissionais de ensino médio, técnico e superior no âmbito social, formados em áreas diversas como sociologia, pedagogia, serviço social, desenvolvimento rural e etc., homens e mulheres contratados e treinados em diretrizes institucionais inversas à lógica de antigos agentes. Esse processo de renovação dá continuidade a um processo gradual de perda da nitidez no esquema de gênero estabelecida na fundação da ASCAR, envolvendo ingresso de mulheres na área “técnica” e de homens na área “social” e de tentativas de superação dessa dicotomia através de novas áreas e de estratégias de ação transversais (como inclusão social e produtiva, por exemplo). Novas diretrizes, novas áreas de conhecimentos, novos agentes, novas ideias e exigências. Para algumas entrevistadas, mesmo com um documento denominado “Guia prático para as ações sociais” (2014), não teria sido discutido o “papel” dos novos profissionais que ingressavam, e, por conseguinte, sua atuação entrou em disputa com antigas colaboradoras que pregariam uma manutenção do tipo de trabalho que era realizado até então, o que por vezes seria compartilhado por mulheres assistidas (Entrevistadas nº 8, 9 e 11, Maio/2017). Temos um “tempo híbrido” onde são agenciadas diferentes percepções e ideais sobre o trabalho “social”.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Justificado pela promessa do desenvolvimento, as mulheres rurais foram naturalizadas como as responsáveis pela manutenção da vida, da moral e da civilidade. A mulher rural seria a figura capaz de, no papel idealizado, manter a saúde da população rural então assistida, o que traria benefícios em termos de produtividade. Para tal, foram associadas ao doméstico, a um papel reprodutivo, envolvendo subalternizações formais e informais entre assistidas e promotoras do desenvolvimento.

Entretanto, conseguimos notar que o “poder” não só restringe e inibe, ele também é produtivo, como Michel Foucault alertou, pois gerou novos discursos, novos tipos de conhecimento (economia doméstica), novos objetos de conhecimento (o “lar” e tudo ao que a ele se associa) e forma de novas práticas, incluindo metodologias e formas de fazer os serviços de ATER no que tange a temas como a administração do lar, a saúde e a alimentação, e instituições como a ASCAR, responsável por produzir, registrar, estabilizar, modificar e colocar em circulação discursos sobre as mulheres, por anos estimulando desigualdades de gênero. Dado os questionamentos externos e internos, a associação estaria em franca metamorfose, o que tem borrado de forma parcial e, ainda, insuficiente segundo as colaboradoras com as quais pude conversar, o histórico esquema de gênero, uma fonte de diferenciações e de subalternizações das mulheres extensionistas e seu trabalho. Está em curso um constante repensar do “social” e das condições de trabalho de extensionistas sociais, incluindo seu papel como mediadores, o que ganha ênfase com um maior ou menor suporte institucional dependendo da administração da associação. Dilemas e desafios contemporâneos que seguirei pesquisando.

REFERÊNCIAS

- ASCAR. **ETA – Projeto 11 – ASCAR: um ano de trabalho com o agricultor**. Porto Alegre, RS, 1956, 12 p.
- _____. **20 anos de extensão rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, 1968.
- _____. **Análise da situação atual da área de bem-estar social e da função de agente de extensão em economia doméstica**. Porto Alegre, RS, 1974. 44 p.
- _____. **Projeto ‘Melhoria das condições de vida da família rural’**. Porto Alegre, RS, 1974b. 12 p.
- _____. **ASCAR: o que faz e como trabalha**. Porto Alegre, RS, 1975.
- ABCAR. **Manual dos Clubes 4-S**. Série E, nº 1, 1959, 55 p.

- _____. **Manual para extensionistas:** Clubes 4-S. Série E, nº 1, 2ª Edição melhorada, 1964.
- _____. **A extensão rural no Brasil.** Rio de Janeiro, 1970.
- ASSEMBLEIA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Final** da “Comissão de Representação Externa para tratar da situação pela qual passa a EMATER/RS”. Porto Alegre, RS, 2011.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. **Encontro de economia doméstica.** Rio de Janeiro, RJ: 1961. 93 p
- CANELLAS, Zacheu. **Abrindo a porteira:** uma memória da extensão rural no Rio Grande do Sul. Santa Maria, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2010, 176 p.
- CAPORAL, Francisco. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (RS), 1991.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, No.6: 153-172, enero-junio, 2007.
- DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.
- DIAS, Marcelo Miná. Extensão rural para qual desenvolvimento? **Seminário “Abordagens Atuais sobre Extensão Rural”**, Universidade Federal de Viçosa, Julho, p. 1-14, 2007.
- _____. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte: Vol. 1, Nº. 1, P. 101-114, Jan/Jun 2008.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980
- EMATER/RS-ASCAR. **O setor primário do Rio Grande do Sul:** Diagnóstico e perspectivas sócio-econômicas. Porto Alegre, 1991, 3º volume, Série Realidade Rural, 166 p.
- _____. **50 anos de Extensão Rural no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2005, 159 p.
- _____. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR.** 2ª Edição. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006. 83 p.
- _____. **Relatório de Responsabilidade Social.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006b, 63 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2008. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2009, 85 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2013. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2014. 141 p.
- _____. **Guia prático das ações sociais da EMATER/RS-ASCAR.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, Núcleo Social (NSO). 2014. 134 p.
- ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. **Série colonialidad/modernidad/descolonialidad.** Caracas, Venezuela, 2007, 424 p.
- FERGUSON, James. Anthropology and its evil twin: “development” in the constitution of a discipline. In: Edelman, Marc; Haugerud, Angelique. (Ed.). **The Anthropology of Development and Globalization:** from Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism. Malden, Blackwell, 2005, p. 140-153.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976); tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A; 2005.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2016, 260 p.

LOPES, Maria de Fátima. **O Sorriso da Paineira**: Construção de Gênero em Universidade Rural. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, Dec. 2001

MDAS, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Privada do SUAS. **Cartilha Prática com perguntas e respostas destinadas às entidades de Assistência Social**, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 163 p., 2013.

PINHEIRO, Camila Fernandes. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil** (1948-1974). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 173 p., 2016.

RODRIGUES, Cyro M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n.1, p. 113-154, 1997.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002, p. 38-48.

SILVA, Marco Antônio Medronha da. **Histórias e estórias no sítio**: extensão e comunicação rural no RS. Brasília: ASBRAER, 2011, 104. p.

SERRANO, Isabel de Almeida. **Noções de economia doméstica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 9ª Edição, 1958, 237 p.

SPIVAK, Gayatri Chakrabarty. **Pode o subalterno falar?** Belo horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNGER, Corinna. Histories of Development and Modernization: Findings, Reflections, Future Research, 2010. In: **H-Soz-Kult**. Acesso em: <<http://hsozkult.geschichte.hu-berlin.de/forum/2010-12-001>> em 12 de abril de 2017.

ZABALA, María Idoia Errazti. **La perspectiva de género en los análisis y en las políticas del Banco Mundial**: su evolución y sus límites. Universidad Del Pais Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2005, 462 p.

AS MULHERES E O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS: uma análise do quinquênio 2012-2017

Roberta Pamplona¹

Resumo: Este trabalho discute o exercício da docência, pela perspectiva de gênero, na perspectiva das discussões sobre as profissões jurídicas, por meio do estudo do caso da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Busca-se responder como as mulheres exerceram a docência no quinquênio 2012-2017, visto que é um período contemporâneo e de expansão da instituição analisada. A teoria do regime de gênero de Raewynn Connell e a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu são utilizadas a fim de descrever a Faculdade de Direito como um campo jurídico-acadêmico genderizado. A investigação incluiu a coleta e a análise de documentos oficiais enfocando dois aspectos: i) a trajetória e a atuação profissional das docentes; e ii) as disciplinas ministradas por homens e por mulheres. As trajetórias femininas marcadas com mais ênfase de atuação no campo jurídico são mais tradicionais, e as trajetórias marcadas com mais ênfase no campo acadêmico resultam na atuação em áreas mais inovadoras. Por fim, há determinadas áreas ou disciplinas sem qualquer participação feminina.

Palavras-chaves: profissões jurídicas; ensino jurídico; relações de gênero; divisão do trabalho.

Abstract: This study examines the teaching profiles and practices of a law school from the gender perspective in the brazilian context using the case of one of the highest-ranked law schools - Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) - as illustrative. The main question is how women participated in this space. This case was chosen based on school quality and growth in the contemporary context (2012 - 2017). In order to describe the law schools as a juridical-academic gendered field, Bourdieu's theory of social fields and the concept of gender regime from Raewynn Connell are used. The fieldwork employs an approach using secondary data of the law course, taken from UFRGS. Based on the sources, the main aspects analyzed are i) the professional qualification and the research area of the faculty and ii) the courses taught by both genders. The females qualifications characterized with more capitals from the juridical field are more traditional, and the females qualifications characterized with stronger capitals from the academic field resulted in new research areas. At last, there are some research areas and courses with none female representation.

Keywords: legal professions; legal education; gender relations; division of labour.

INTRODUÇÃO

Até a década de 1950, o número de mulheres juristas era muito pequeno, mas, a partir das décadas de 1970 e de 1980, ocorreu uma verdadeira mudança (SCHULTZ; SHAW, 2003). É possível apontar que uma das mais dramáticas mudanças nessa área profissional foi justamente a expressiva entrada de mulheres. Por tal contexto, os estudos acerca das profissões jurídicas passaram a ser realizados, também, a partir das relações de gênero (BONELLI, 2013). Os

¹ Graduanda do Curso de Ciência Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

principais estudos que buscaram verificar as diferenças entre mulheres e homens nessas profissões ocorreram, majoritariamente, em relação aos cargos de advocacia e de magistratura (BONELLI, 2013).

No Brasil, tal enfoque de estudos não foi diferente. Importantes análises demonstraram que a participação feminina ocorre em diferentes proporções, resultando em uma menor participação feminina nos cargos de maior hierarquia (SADEK, 2006; ALMEIDA, 2010) e em uma preponderância feminina em determinadas áreas como o direito de família, visto serem consideradas mais adequadas à atuação das mulheres (JUNQUEIRA, 1999; BARBALHO, 2008).

Em relação à atuação das mulheres docentes nas Faculdades de Direito, os estudos específicos no Brasil são ínfimos, revelando um hiato a ser preenchido. As Faculdades de Direito no Brasil, ademais, são espaços híbridos na medida em que se constituem por professores que são, também, profissionais do Direito, resultando em um espaço que não é estritamente acadêmico, mas interseccionado com a própria prática jurídica (ENGELMANN, 2004).

Importa lembrar, ainda, que a feminização do ensino jurídico representa não apenas a feminização dessas profissões, mas, conjuntamente, a feminização do conhecimento. As contribuições das mulheres no saber científico foram extremamente relevantes na medida em que a epistemologia feminista impulsionou importantes questionamentos sobre o próprio fazer científico, apontando que a produção do conhecimento, supostamente universal, era focada em experiências masculinas. Da mesma forma, possibilitou o surgimento de novos temas de pesquisa (HARDING, 1993). Assim, entender os espaços que as mulheres ocupam nas Faculdades de Direito indica as possibilidades de produção de um conhecimento não hegemônico.

Diante disso, é relevante questionar: há implicações significativas por conta do gênero no exercício da docência nas Faculdades de Direito no Brasil? O presente trabalho busca, com limitações, responder a tal pergunta. Para tanto, foi escolhida a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como caso a ser estudado, visto que se constitui como ambiente acadêmico de excelência. Para a coleta dos dados, o quinquênio de 2012 - 2017 apresenta-se como importante, visto que inclui o processo de aumento de vagas

e, conseqüentemente, um maior número de docentes na Faculdade de Direito a partir do Projeto REUNI². Com isso, foi preciso reformular a disposição do corpo docente diante do aumento de alunos e de demandas institucionais. Ainda, trata-se de um período contemporâneo em que o número de mulheres na área jurídica é expressivo.

Assim, é relevante investigar como as relações de gênero ocorrem em um ambiente de ensino de excelência, que passou por um processo de expansão e situado na contemporaneidade. Neste trabalho, o problema que orienta o desenvolvimento desta pesquisa é: como as mulheres exerceram a docência na Faculdade de Direito da UFRGS no quinquênio 2012-2017? Mais especificamente, tomando os dados sobre o corpo docente, duas questões são exploradas: (i) Como são as trajetórias e as atuações profissionais femininas em relação às áreas de pesquisa e de interesse?; e (ii) Quais são as disciplinas ministradas por homens e por mulheres?

A fim de responder o problema proposto, na próxima seção é apresentada a delimitação e a relevância do tema a partir da revisão bibliográfica dos estudos sobre as profissões jurídicas pela perspectiva de gênero e, na seção seguinte, são apresentadas as características das Faculdades de Direito no Brasil. A terceira seção aborda a fundamentação teórica-metodológica do trabalho e explica o desenho metodológico da pesquisa empírica realizada. A quarta seção trata da análise dos resultados.

1. AS PROFISSÕES JURÍDICAS PELA PERSPECTIVA DE GÊNERO

O espaço do Direito desperta elementos representados como masculinos como a ideia de racionalidade e de ponderação (MCGINLEY, 2009). Essa representação de um espaço como masculino exemplifica aquilo que o conceito

² A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O ano de 2012 marca o início dessa expansão na Faculdade de Direito da UFRGS, pois as vagas dobraram de 140 alunos por ano para 280 alunos. No ano seguinte, em 2013, ocorreu o aumento para 350 alunos anuais. Em 2017/01, a primeira turma criada pelo REUNI - que teve a sua entrada em 2012/02 - realizou a sua colação de grau.

de gênero buscou desvelar: o gênero pode ser definido como "uma maneira de se referir a organização social da relação entre os sexos" (SCOTT, 1995, p. 72). O conceito surgiu para enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo, demonstrando que as relações entre o masculino e o feminino são sociais, e não biológicas. Da mesma forma, enfatiza-se o aspecto relacional, já que os papéis e os símbolos sexuais são definidos em termos recíprocos. Ou seja, se a racionalidade é percebida como masculina, o agir irracional é visto como feminino. O termo gênero articula essa relação recíproca, na medida em que "qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens" (1995, p. 75).

A entrada das mulheres no espaço jurídico é, por isso, um tema relevante, considerando as possibilidades ou não de mudanças nesse espaço. Sobre o tema, Bruschini e Lombardi (2000) aponta que é no seio das ocupações jurídicas de nível superior que ocorreram transformações que merecem ser especialmente remarcadas: o ingresso importante das mulheres nas carreiras de juízes e procuradores, promotores e curadores públicos. As juízas no cenário brasileiro, por exemplo, "não passavam de 8% do conjunto em 1980, chegam aos 20% em 1991" (2000, p. 186).

O crescimento da participação feminina no Direito não ocorreu de forma isolada no Brasil nesse período. Foi um fenômeno internacional observado em outros países ocidentais como Canadá, EUA (MOSSMANN, 2006) e França (BARBALHO, 2008). Em perspectiva global, antes do início dos anos 1960s, as mulheres eram não mais que 3% dos profissionais da área. Nas últimas quatro décadas, o número de advogadas mulheres subiu drasticamente. Na virada do século, as mulheres constituíam quase 30% dos profissionais e metade dos estudantes que ingressaram em cursos de direito (RHODE, 2001). Atualmente, no Brasil, os dados do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostram que dos 17.670 magistrados em atividade no Brasil, 37,3% são mulheres (2016).

Os estudos, assim, iniciaram por aquelas que foram as primeiras mulheres nesse espaço. Em pesquisa sobre essas primeiras profissionais do direito no contexto da América da Norte, Mossmann (2006) concluiu as mulheres pioneiras adotaram a estratégia da inovação, em que as mulheres criavam suas

próprias oportunidades. Porém, isso não impediu o próprio grupo profissional de se "reconfigurar para limitar uma participação completa dessas mulheres" (2006, p. 285).

Os estudos sobre as profissões jurídicas sob uma perspectiva de gênero propõem que há duas principais formas de impedir uma completa participação feminina (SCHULTZ; SHAW, 2003, p. li): i) há uma ordem hierárquica sendo que as mulheres ocupam os cargos mais baixos em regra; e ii) há uma segregação entre áreas masculinas e áreas femininas de trabalho. Essa segunda forma é uma tendência global que ocorre pela dominação masculina em áreas como direito comercial, e a localização das mulheres em áreas de menor prestígio financeiro, mas com maior carga emocional, como áreas de direitos humanos e de direito da infância e juventude (BACIK; COSTELLO; DREW, 2003).

Essa mesma forma de participação feminina foi percebida no contexto brasileiro (ALMEIDA, 2010). É importante apontar que os estudos sobre a participação feminina são ainda mais relevantes no Brasil, visto que o país possui uma participação feminina no Direito acima da média global (SCHULTZ; SHAW, 2003). Sobre isso, importantes análises nacionais demonstraram que a participação feminina ocorre em diferentes proporções dependendo da hierarquia do cargo. Maria Tereza Sadek (2006) apontou que 22,4% dos magistrados do Brasil eram mulheres em 2005, sendo 24,8% na primeira instância e apenas 5,6% nos tribunais superiores. Em relação à carreira da advocacia, também se demonstrou essa diferença de participação, visto que apesar de 48% dos advogados associados serem mulheres, apenas 25% são sócios nos escritórios (ALMEIDA, 2010).

Não obstante, há diferenças nas maneiras de inserção dentro dessas profissões jurídicas. Segundo dados da 2004 e 2005 da Secretaria da Reforma do Judiciário coletados por Almeida (2010), a magistratura e o Ministério Público apresentaram-se como carreiras predominantemente masculinas (a primeira é constituída por 77,6% de homens e a segunda por 68,6% de homens); e as Defensorias Públicas, órgão que atua na defesa de hipossuficientes, apresentaram proporção maior de mulheres (54,5%).

O recente estudo da Fundação Getúlio Vargas mapeou, a partir de dados quantitativos, o ensino jurídico no Brasil em relação aos docentes (2013), informando que, no total, 38% das funções docentes são preenchidas por docentes do gênero feminino e 62%, por docentes do gênero masculino. Quanto às funções docentes da rede pública, 36% são de docentes do gênero feminino e 64%, do gênero masculino.

Os estudos realizados em outros países sobre as mulheres exercendo a atividade docente nas Faculdades de Direito apontam que esse exercício ocorre de forma marginalizada e em níveis de menor prestígio (SCHULTZ; SHAW 2003). As atividades ou disciplinas que exigem maior contato com o aluno e, menos prestígio por isso, teriam maior participação de mulheres em oposição ao trabalho de pesquisa por exemplo (NEUMANN, 2000; THORNTON, 2014).

A atuação docente no ensino jurídico sob a perspectiva de gênero no Brasil é, portanto, o tema deste trabalho. Esse questionamento implica, primeiramente, considerar como funcionam as Faculdades de Direito nesse contexto e qual a relevância de pesquisar o caso brasileiro. O próximo tópico trata dessa problemática.

2. AS FACULDADES DE DIREITO NO BRASIL: a intersecção entre as carreiras jurídicas e a acadêmica

As Faculdade de Direito, especialmente na conjuntura brasileira, são espaços importantes, considerando principalmente duas qualidades relacionadas a essa forma de instituição: sua característica como formadora de uma elite e como essa formação ocorre na intersecção entre as carreiras jurídicas e a carreira acadêmica. A primeira qualidade - formadora de uma elite - é marcada pela própria criação dos cursos jurídicos no Brasil que revelava uma preocupação do Estado em constituir quadros para o aparelho governamental, sendo que esses jovens bacharéis seriam recrutados pela burocracia estatal para cargos com alto poder de decisão (ADORNO, 1988). Nesse sentido, é dentro dos cursos de Direito que, como propõe Dezalay e Garth (2002), os profissionais jurídicos são formados para representar um tipo de aristocracia estatal.

Entretanto, é inegável que, nos últimos anos, houve uma ampliação da procura por educação superior na conjuntura brasileira considerando alguns motivos:

Entre os fatores que têm contribuído para este processo destacam-se a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais a aspiração das famílias por mobilidade social através da educação, a necessidade de aquisição de mais competências para enfrentar o mercado de trabalho, etc. (NEVES et al., 2007, p. 143)

Dessa forma, o ensino jurídico também foi ampliando, resultando não mais apenas na formação dessa elite. A grande questão sobre esse processo brasileiro de expansão do ensino superior é que ele se processou pela rede privada, que detém mais de 70% das matrículas em cursos de graduação (NEVES et al., 2007).

Ao focar especificamente no caso do curso de Direito, essa ampliação resulta em números significativos, já que, em relação à quantidade de alunos matriculados, a área de Direito ocupa o segundo lugar (FGV, 2015). Porém, apenas 8,4% dos estudantes de Direito estão matriculados em cursos gratuitos oferecidos por instituições públicas, enquanto os demais alunos estão matriculados em cursos pagos (FGV, 2015). Dessa forma, os estudos sobre essa temática apontam que há uma valoração simbólica dos estabelecimentos de ensino e de seus diplomas. Isto é, os alunos que passam por instituições públicas acabam por ocupar as carreiras mais valorizadas como os altos cargos públicos de magistrados ou de promotores de justiça (ALMEIDA, 2010, p. 121). Nesse sentido, as universidades públicas acabam formando, na maioria dos casos, os futuros membros da "elite jurídica", enquanto as universidades privadas "formarão a massa dos demais profissionais do direito" (GARCIA, 2014, p. 38).

Assim, é imposta a necessidade de entender, considerando o papel fundamental que os cursos de Direito das instituições públicas ocupam no Brasil, o funcionamento do ensino jurídico público. Em que pese, como se tentou demonstrar, a relevância de pesquisar as condições históricos-sociais que determinam a produção do saber jurídico no contexto brasileiro, o tema é pouco explorado como apontado por Adorno (1988) e por Engelmann (2004) na introdução dos seus trabalhos, o que acaba por impedir um maior refinamento das análises realizadas.

Conjuntamente aos aspectos de relevância desse espaço, há uma tendência de não se ter professores dedicação exclusiva (*full time*) nesses cursos (DEZALAY; GARTH, 2002). Isso ocorre porque, muitas vezes, esses professores são destacados profissionais no espaço estritamente jurídico. Nesse sentido, em relação ao regime de trabalho dos docentes dos cursos de Direito no Brasil, apenas 6% são docentes em tempo integral com dedicação exclusiva (FGV, 2013). Nas instituições públicas de ensino superior, por outro lado, há maior proporção de docentes em regime integral, com ou sem exclusividade (30% e 32%, respectivamente) conforme o estudo da FGV (2013). Dessa forma, as Faculdades de Direito interseccionam profissionais jurídicos e docentes em regime integral em um único espaço, ainda que essas profissões sejam distintas.

As instituições públicas apresentam um percentual mais elevado de docentes em regime integral e, ainda, um maior reconhecimento do seu diploma. Não obstante, é preciso considerar que a carreira de docente em instituições públicas apresenta dois grandes benefícios. O primeiro é a própria estabilidade no emprego após o período probatório. Conjuntamente, as decisões tomadas dentro das instituições públicas estão, na maioria das vezes, sob o controle dos próprios professores. A carreira de docente em uma instituição pública, por esses motivos, aparenta, ao menos hipoteticamente, possuir "condições mais favoráveis para superar a desvantagem feminina" (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015, p. 748).

A partir da revisão bibliográfica aqui realizada, o ambiente do ensino jurídico parece concentrar dois tipos de profissões - as jurídicas e a acadêmica - e, ainda, no caso de uma instituição pública, ser espaço de formação de uma elite. Interessa, por isso, ao presente estudo pensar que a forma como as mulheres exercem a docência no ensino jurídico tem impacto na formação de uma elite jurídica.

3. O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: o campo jurídico-acadêmico genderizado

3.1 A teoria do regime de gênero de Raewyn Connell

Conforme Joan Scott (1995), o gênero pode ser definido como "uma maneira de se referir a organização social da relação entre os sexos" (1995, p.

72). Entretanto, ainda que o termo gênero sublinhe o fato de que as relações entre os sexos são sociais, a própria Scott aponta que "ele nada diz sobre como são essas relações e como elas são construídas" (1995, p. 76). Portanto, a fim de entender como o gênero constrói essas relações sociais, optou-se pela explicação proposta na teoria da socióloga Raewyn Connell (1987a).

A teoria de Connell foi construída para superar essa visão unilateral do gênero, entendendo ele como um processo que é articulado em quatro formas principais (1987a): i) as relações de poder, que ocorrem pela divisão da autoridade; ii) as relações de produção, constituídas pela divisão sexual do trabalho; iii) a *cathexis*, que a autora define como o desejo sexual socialmente construído na forma heterossexual, sendo a forma como as pessoas criam relações de afeto entre si; e iv) os símbolos culturais relacionados ao gênero.

A autora argumenta que essas são "as principais formas do gênero organizar a sociedade" (1987a, p. 97), constituindo a ordem de gênero. Connell (1987a) propõe que essa ordem seja vista "como composições históricas construídas" (p. 116), isto é, são processos tangíveis em que elementos são conectados de diferentes formas, culminando em relações sociais e em formações sociais. Sendo assim, a ordem de gênero não explica todas as práticas sociais, mas é uma fonte extremamente relevante de recursividade dessas práticas.

A institucionalização dessa ordem de gênero é descrita como o "regime de gênero" de uma instituição. A escola, por exemplo, possui um regime diferente daquele proposto na família ou na igreja. Dessa forma, não há apenas uma recursividade de práticas sociais na ordem de gênero; há também uma institucionalização oficial dessa ordem. Essa institucionalização do gênero em uma dada instituição, constituindo uma genderização específica desse espaço, vai articular as três esferas de relações de gênero - divisão do trabalho; poder; e emoções -, bem como a cultura e o simbolismo vinculados ao gênero nesse espaço (CONNELL, 2006b).

A autora defende que é essa institucionalização o nível mais relevante³ a ser estudado (CONNELL, 1987a). Isto é, vivemos o nosso dia a dia em diversas instituições, em que cada qual, a sua maneira, projeta o gênero de uma forma diferente, sendo esse papel desempenhado pelo gênero em uma dada instituição o seu regime de gênero. Há um "entrelaçamento maior entre todos esses regimes de gênero" (1987a, p. 134) - a ordem de gênero -, criando uma ligação extrínseca entre esses regimes. Dessa forma, ainda que as práticas sociais de gênero estejam em um determinado contexto, elas formam um circuito entre elas (CONNELL, 2009c). Isso pode ser exemplificado como quando uma mulher não realiza mais o trabalho reprodutivo doméstico na sua casa ao assumir outra profissão, mas, muitas vezes, acaba contratando outra mulher para esse mesmo trabalho ser realizado.

Connell formulou uma teoria que buscou dar conta de responder aos questionamentos iniciais propostos para explicar como são as relações de gênero e como elas são construídas sem cair na antiga dicotomia da estrutura social como fixa ou na capacidade de livre escolha dos sujeitos. Com isso, pode-se dizer que existe a institucionalização do gênero na forma de um regime de gênero e, simultaneamente, uma recursividade de práticas internas produzidas por ele, por exemplo, quando se apontou na seção anterior a entrada das mulheres nas profissões jurídicas (MOSSMANN, 2006): i) as mulheres 'criaram' carreiras diferentes das masculinas através da inovação, sendo isso uma recursividade do gênero; e ii) a própria área de atuação profissional apresentou obstáculos para a participação completa feminina através de regras formais e informais do seu funcionamento.

A divisão do trabalho aferida nas profissões jurídicas é comumente percebida junto com as relações de poder, as relações emotivas e, ainda, os símbolos culturais. A divisão verificada no exercício dessas profissões é reforçada pelo senso comum que atribui qualidades naturais para essas desigualdade profissionais. Isso pode ser exemplificado em trecho do artigo proposto pelo ex-desembargador federal Vladimir Passos de Freitas (2007)

³ A autora aponta as teorias de gênero, com raras exceções, procuram analisar o gênero em relações particulares entre as pessoas ou como um todo e, quando houve o interesse em pesquisar o gênero pela ótica da organização social, a família foi comumente o local dessa análise (CONNELL, 1987a, p. 119).

acerca da participação feminina nas profissões jurídicas (ALMEIDA, 2010) em que ele menciona a "vocação" feminina para as Varas de Família com o argumento que as mulheres "possuem maior sensibilidade para perceber os dramas nas relações familiares e lhes seja agradável colaborar na solução desses graves problemas". Ou, ainda, quando o jurista comenta que as juízas:

colocam, conscientemente ou não, seus sentimentos nas decisões. Têm maior dificuldade, por exemplo, em negar um remédio a um doente que não dispõe de verba para adquiri-lo. Administram bem emoção e razão, mas, na d vida, podem optar pela emoção mais do que os homens, que preferem ficar com a razão.

Essa constatação realizada pelo jurista, que permeia o imaginário jurídico, acaba por justificar e naturalizar as diferenças de tratamento e de participação nessa área profissional. Nesse sentido, a apresentação da teoria de Connell serviu para pensar que o gênero é um processo construído historicamente e, por isso, a limitação temporal deste estudo possibilita entender sua dinâmica contemporânea. Da mesma forma, o regime de gênero considera que as relações de produção baseadas na divisão do trabalho não ocorrem de forma isolada do contexto em que estão inseridas, justificando a seção anterior em que se apresentou como essas relações de produção foram observadas no espaço jurídico. Importa pensar, por fim, nas próprias regras desses espaços - o jurídico e o acadêmico - como aut nomas e articuladas dentro de uma lógicas própria. Isto é, o regime de gênero depende do funcionamento da instituição em que esse se inscreve. A fim de entender as dinâmicas próprias da Faculdade de Direito, interessa pensar esse espaço como um campo nos termos de Pierre Bourdieu.

3.2 A teoria dos campos de Pierre Bourdieu

Em termos analíticos, o conceito de campo é definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). As posições no campo impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, através da situação em uma estrutura de distribuição de tipos de poderes (capitais) cuja possessão comanda o acesso a específicos benefícios no campo (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Para Bourdieu, o espaço social deve ser visto como multidimensional, sendo que, em cada campo social - esferas da vida- , há uma lógica distinta de funcionamento.

Essa lógica de funcionamento pode ser comparada, como o próprio Bourdieu admite, ao termo "regras do jogo", visto que a participação em um campo se trata de uma competição entre os agentes a partir da crença do jogo (*doxa*) (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Contudo, ao contrário do jogo, o campo não coloca suas regras de forma explícita e clara. As estratégias dos agentes no jogo dependem da sua posição no campo e, ainda, da sua percepção sobre o campo a partir do seu ponto de vista nele (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 101). Conjuntamente, a participação do agente no campo depende das suas habilidades no jogo - as disposições incorporadas na forma de *habitus* - e a posse de bens materiais e imateriais relevantes em determinado campo - os capitais. O capital pode existir de forma objetivada - propriedades materiais - ou incorporado na forma de disposições, sendo que eles determinam as chances de ganho no campo (BOURDIEU, 1989a).

Para o presente trabalho, retomam-se as "regras do jogo" de dois campos: o campo jurídico e o campo acadêmico. Cada campo possui, assim, seus capitais próprios, seu *habitus*, e a sua luta simbólica interna. O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (nomos) ou a boa ordem. Nesse campo, intenta-se, essencialmente, ter a capacidade reconhecida de "interpretar um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social" (BOURDIEU, 1989a, p. 212). O juiz, por isso, dispõe de posição vantajosa na estrutura da distribuição do capital específico de autoridade jurídica "diante da sua função oficial de interpretação" (1989a, p. 220).

No campo acadêmico, por outro lado, a luta imposta é aquela pelo conhecimento legítimo (BOURDIEU, 2014b). Para tanto, a posição no espaço social universitário possui como capital principal o cultural na sua forma institucionalizada - em oposição aos artistas que poderiam ser detentores desse mesmo tipo de capital, mas não reconhecido por uma instituição (BOURDIEU, 2014b, p. 53). A autonomia do campo acadêmico também depende da faculdade em que se encontra, visto que casos como a Medicina e o Direito teriam maior prestígio social, em uma fusão de capitais culturais e capitais de poder político, econômico e social.

Assim, a Faculdade de Direito, especialmente na realidade brasileira, é historicamente formada não apenas por professores cujo *habitus* profissional é o acadêmico; mas por profissionais práticos do Direito, apresentando essa intersecção de lutas e de capitais de campos sociais divergentes. Por isso, analisar o exercício da docência nesse contexto significa considerar o funcionamento desses dois campos sociais.

3.3 O desenho da pesquisa: o campo jurídico-acadêmico genderizado

A coleta e a análise de dados buscou trabalhar com a intersecção entre a questão de gênero e a teoria dos campos de Bourdieu. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, o que possibilita a investigação empírica de um "fenômeno contemporâneo com profundidade e em seu contexto com o mundo real" (YIN, 2015, p. 17). Da mesma forma, é útil para pesquisas em que a questão central é "como" algo ocorre a fim de descrever determinado fenômeno ou realidade (YIN, 2015)

A realização da pesquisa envolveu o método de análise documental. Dessa forma, buscando responder ao problema de pesquisa, duas questões foram exploradas na análise de dados: (i) como são as trajetórias e as atuações profissionais femininas em relação às áreas de pesquisa e de interesse?; e (ii) quais são as disciplinas ministradas por homens e por mulheres? Essas questões propostas surgiram da própria revisão bibliográfica de outros estudos empíricos. Nesse sentido, a investigação do estudo de caso beneficia-se "do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados" (YIN, 2015, p. 18). Buscou-se analisar os dados a partir de categorias propostas pelo próprio referencial teórico-metodológico e pela revisão bibliográfica sobre o tema e, ainda, a partir de categorias que surgiram na própria análise dos documentos.

Primeiramente, foi mapeada a distribuição de docentes⁴ para a amostragem, considerando o Corpo Docente atual. Esses dados foram obtidos no website da UFRGS na parte do Corpo Docente da Faculdade de Direito, e,

⁴ Foram considerados apenas docentes efetivos. Excluindo, portanto, aqueles que atuaram no regime de substituição/temporários. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/corpo-docente?letra=C>. Acessado em 30 de setembro de 2017.

ainda, complementados pelo Portal da Transparência na parte dos Servidores. Esse primeiro mapeamento possibilitou perceber quantos docentes atuam de acordo com o gênero; em quais departamentos; e o respectivo regime de trabalho.

As disciplinas ministradas foram analisadas considerando a feminização de uma área e, ainda, a sua inovação. Para a primeira categoria, considerou-se áreas descritas como femininas pela perspectiva de 'cuidado' e de envolvimento emocional da área como o Direito de Família e o Direito da Infância e Juventude. Para as áreas de inovação, foram consideradas disciplinas ou temas de pesquisa que surgiram na década de 1990 e não faziam parte do currículo tradicional. Os dados sobre as disciplinas ministradas constam no próprio site da UFRGS na área dos Departamentos e das Vagas por disciplina.

As trajetórias também foram consideradas a partir das áreas de atuação e de pesquisas pelas categorias propostas nas disciplinas. Ademais, os capitais vinculados a cada campo foram tomados considerando a hierarquia no caso da profissão jurídica. Assim, ser desembargadora ou sócia de um grande escritório representa maior vantagem em relação à advocacia autônoma no campo jurídico. Para os capitais acadêmicos, os indicadores apontados foram i) os estabelecimentos de ensino frequentados - local do mestrado e do doutorado; ii) o capital de poder científico como ser parte de periódico de revista científica, realizar algum projeto de pesquisa, e publicações recentes; e iii) o capital de prestígio científico e de notoriedade intelectual pode ser interpretado como o pertencimento a Programas de Pós-Graduação (BOURDIEU, 2014b). Considerou-se, ainda, a atuação em projetos de extensão, categoria essa que surgiu a partir da coleta dos dados, sendo também convergente com a revisão bibliográfica do tema que aponta maior participação feminina em atividades com maior contato com os estudantes como ser tutor ou, na realidade norte-americana, lecionar os cursos de escrita jurídica (MCGLYNN, 1999; FARLEY, 1995). As trajetórias acadêmicas e profissionais foram obtidas pelo Currículo Lattes CNPq das docentes e pelos *websites* das outras instituições profissionais em que atuam.

4. A ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Quadro geral dos docentes

A fim de propor um quadro geral anterior à análise mais específica do trabalho, o corpo docente atual da Faculdade de Direito foi mapeado. A Faculdade de Direito da UFRGS é composta, na conjuntura atual, por 75 docentes efetivos e um substituto. Assim, esses docentes efetivos foram analisados, em um primeiro momento, de acordo com sua jornada de trabalho.

O primeiro dado é que apenas 19 docentes atuam em regime de dedicação exclusiva (25%). O percentual do corpo docente em regime integral é convergente com a média (30%) das instituições de ensino jurídico públicas no Brasil (FGV; 2013). O que chama atenção é o alto número de professores com regime de 40 horas semanais (53%), visto que, conforme a decisão 473/2010 do Conselho Universitário da UFRGS, esse regime seria excepcional. Isto é, ele seria utilizado temporariamente por docentes que atuam no regime de 20 horas, mas, em um determinado momento, vão atuar em uma função temporária e, para tanto, aumentam sua carga horária. Entretanto, na Faculdade de Direito, é comum a realização de concursos já com a previsão do regime de 40 horas semanais⁵, reforçando a intersecção entre a prática docente e o exercício de outra profissão como apontado antes.

Ainda sobre a disposição dos docentes, é importante apontar que a Faculdade de Direito é composta por quatro departamentos diferentes: o Departamento de Ciências Penais (DIR01), o Departamento de Direito Privado e Processo Civil (DIR02), o Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito (DIR03), e o Departamento de Direito Econômico e do Trabalho (DIR04). Por isso, os professores ficam dispostos nesses quatro departamentos de acordo com a área de conhecimento:

⁵ Os dados sobre os concursos realizados no período 2012-2017 foram obtidos junto à Divisão de Concursos Públicos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRGS em 09/10/2017.

Tabela 1 - Disposição dos Docentes nos Departamentos

Departamento	Número de Docentes	Homens	Mulheres
DIR01	9	7	2
DIR02	28	22	6
DIR03	24	18	6
DIR04	14	10	4
Total	75	57 (76%)	18 (24%)

O número de mulheres que compõem o corpo docente é menor que a média nacional das instituições públicas (36%), e, ainda, menor que a média da região Sul que chega ao número de 41% dos docentes do gênero feminino (FGV, 2013). Dessa forma, ainda que o presente estudo não busque motivos ou razões para tanto, é possível pensar que a Faculdade de Direito UFRGS está abaixo dessas médias por ser considerado um espaço centenário e referência como instituição de ensino. Ou seja, ser docente nesse espaço é ocupar uma posição hierarquicamente superior no campo acadêmico. A participação em faculdades renomadas envolve uma série de capitais acumulados e, ainda, pode incluir uma formação acadêmica similar, muitas vezes, resultado da homogeneidade do corpo, produto de idênticas condições de formação (BOURDIEU, 2014b) como será explorado no próximo tópico.

4.2 As trajetórias e as atuações femininas

As docentes que possuem o regime de trabalho de 20h são aquelas que ocupam cargos de alto escalão no funcionalismo público: duas são procuradoras do Estado, e a terceira é desembargadora. Elas atuam em matérias mais tradicionais como o Direito Constitucional e o Direito Administrativo. Ainda, realizaram a formação acadêmica - mestrado e doutorado - na própria UFRGS, revelando uma formação que pode ser descrita como tradicional em relação às áreas de atuação e de interesse. Elas também não apresentam capitais acadêmicos, com a trajetória marcada pelo investimento no campo jurídico e,

com isso, não possuem publicações científicas recentes; não fazem parte de periódicos científicos; não participam de Programas de Pós-Graduação. Ademais, essas docentes ingressaram na UFRGS ainda na década de 90.

As docentes com regime de 40h somam onze professoras, sendo que dessas apenas quatro ocupam um cargo de maior hierarquia no campo jurídico: uma é juíza, uma é desembargadora, e duas são sócias em escritórios maiores que elas fundaram com outro sócio homem. As outras são advogadas autônomas; atuam em um escritório próprio menor; uma é servidora federal em um tribunal; e outras não possuem uma segunda carreira. Essas atividades profissionais aparecem de forma secundária nas trajetórias.

Conjuntamente, as trajetórias não são internamente semelhantes entre si - não passaram pelos mesmos locais de formação -, mas possuem em comum a alta mobilidade geográfica. Isto é, essas docentes possuem a graduação em uma instituição, o mestrado em outra, e o doutorado em um terceiro local. Apenas duas possuem a formação do mestrado e do doutorado na UFRGS. Coincidentemente, Bourdieu observa que há mais diversidade de formações, das carreiras e dos títulos entre os docentes de uma dada área, à medida que nos distanciamos das disciplinas tradicionais (BOURDIEU, 2014b).

As docentes com regime de 40h também apresentam alto índice de produção; participação em periódicos científicos; sete participam em Programas de Pós-Graduação; e, ainda, sete atuam ou atuaram no período analisado em projetos de extensão⁶. Outras sete atuam em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, nove apresentam projetos de pesquisa atuais inscritos e a participação em periódicos científicos. Assim, apresentam capitais acadêmicos acumulados.

O mais interessante é que elas atuam, especialmente na parte da pesquisa, em temáticas mais recentes e que não são consideradas tradicionais

⁶ Ainda que o conceito de extensão universitária seja amplo, englobando quatro modalidades de atividade conforme a Resolução Nº 26/2003 da UFRGS do Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão; é relevante apontar que os projetos em que as docentes atuaram podem ser classificados nas categorias de produção e publicação e de prestação de serviço. Assim, os projetos buscam ampliar o acesso à justiça de grupos vulneráveis tanto pelo assessoramento direto como pela produção e distribuição de cartilhas informativas.

no Direito. Os temas são bem variados indo desde adolescentes em situação de violência até a propriedade intelectual no agronegócio. Da mesma forma, muitas atuam em temas que tratam de direitos de minorias ou de vulneráveis como o tema de Direitos Humanos ou do Direito do Consumidor. Essas áreas simbolizam também uma homologia de posições entre as mulheres e os grupos minoritários em outros campos sociais (ALMEIDA, 2010; BOURDIEU, 1989a).

A opção por temáticas menos tradicionais também pode ser compreendida na perspectiva de uma recursividade de gênero (CONNELL, 2009c) dentro desse regime de gênero. Ou seja, se determinadas áreas do direito são representadas como masculinas e tradicionais; as mulheres optam por áreas ainda pouco exploradas como uma possibilidade de maior inserção no campo. Por fim, essas docentes ingressaram recentemente na UFRGS, muitas provenientes dos concursos com previsão de regime de trabalho de 40h que ocorreram após 2012.

As docentes com regime de dedicação exclusiva atuam na área de Direito Internacional, História do Direito, e no Direito Constitucional - mas, nesse último caso, por uma perspectiva latino americana. Essas quatro docentes possuem também a mobilidade geográfica como característica da sua trajetória; e três delas realizaram o doutorado em instituições no exterior. Assim, elas possuem regularidades em comum nas trajetórias com as docentes do regime de 40h, com a diferença de não exercer outra profissão de forma secundária.

4.3 As disciplinas ministradas

No Departamento de Ciências Penais (DIR01), a disciplina de Criminologia foi ministrada somente pelas docentes mulheres no período, e as disciplinas de Processo Penal somente por homem. Porém, a principal diferença foram as disciplinas eletivas oferecidas. Anualmente, pelo menos dois docentes homens ofereciam disciplinas da sua área de atuação e de pesquisa específica, e as docentes mulheres não ofereceram eletivas específicas das suas áreas. A distribuição dos docentes nas disciplinas e o oferecimento das eletivas depende tanto da organização do departamento - visto que pode ser necessário aprovar a eletiva antes - como da disponibilidade dos docentes. Nesse sentido, pode-se pensar em duas hipóteses relacionadas ao gênero para essa diferença: i) maior

dificuldade das mulheres em 'negociar' o oferecimento de eletivas do seu interesse, e ii) menor disponibilidade de tempo delas em dar mais disciplinas.

Essa última hipótese retoma a sobrecarga feminina da jornada de trabalho que ocorre não apenas no ambiente formal de trabalho, mas através do trabalho reprodutivo doméstico - aspecto esse do regime de gênero presente nos domicílios brasileiros. É nesse momento que o circuito externo dos regimes de gênero é visível, resultando em uma participação feminina que, muitas vezes, é limitada por outros regimes de gênero que não aquele presente no seu ambiente de trabalho (CONNELL, 2009c).

No Departamento de Direito Privado e Processo Civil (DIR02), há duas áreas sem participação feminina nas disciplinas: Processo Civil e Direito Empresarial/Comercial. Nesse departamento, há professoras que ministraram disciplinas eletivas da sua área específica de atuação. No Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito (DIR03), as disciplinas apontadas como propedêuticas - filosofia do direito, teoria do direito e teoria do estado - foram ministradas somente por docentes homens no período. Ademais, as eletivas oferecidas também foram convergentes com áreas específicas dos docentes homens, retomando o resultado encontrado no DIR01.

No Departamento de Direito Econômico e do Trabalho (DIR04), as disciplinas de Direito Tributário foram ministradas por docentes homens. Ademais, as docentes atuaram de forma mais preponderante nas disciplinas externas ao curso; isto é, disciplinas que são ministradas em outras Faculdades por professores do Direito. Assim, elas tiveram uma atuação marcante fora da instituição.

Não há, assim, disciplinas ministradas exclusivamente por mulheres como identificadas em outras pesquisas; há monopólios masculinos no caso estudado. Esse monopólios são em disciplinas que, na perspectiva global, são áreas descritas como masculinas - Direito Empresarial, Comercial, e Tributário. E, ainda, na conjuntura brasileira, são áreas extremamente rentáveis financeiramente. Ademais, as disciplinas com mais densidade teórica - as propedêuticas - foram ministradas apenas por homens. Por fim, importa falar que, ainda que o fator da antiguidade no corpo docente possa refletir na

disposição e na escolha das disciplinas, se verificou que mesmo docentes homens recém ingressos na Faculdade conseguiram oferecer e ministrar eletivas do seu interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo de caso para analisar a participação feminina no exercício da docência dentro do ensino jurídico. A partir dos resultados analisados, verificou-se uma convergência com as pesquisas realizadas em outros países da situação feminina, ainda que com peculiaridades próprias da conjuntura brasileira. A primeira é a alta intersecção entre a prática jurídica e o exercício da docência. Nesse aspecto, o quadro geral de docentes demonstrou o alto índice de professores que atuam de forma não exclusiva.

As docentes, como consequência, parecem ficar nessa divisão entre os dois campos - o jurídico e o acadêmico -, sendo que a participação mais efetiva em um deles acaba determinando, de forma recíproca, a área de atuação. Isto é, ao optar por temáticas mais novas e até menos rentáveis no campo jurídico, a trajetória é marcada pela maior atuação e pela maior acumulação de capitais no campo acadêmico. Por outro lado, quando se opta em investir também na atuação dentro do campo jurídico, há maior disposição para atuar em temas tradicionais do Direito.

Conjuntamente, outro ponto interessante foi a participação em projetos de extensão. Na realidade de outros países, a participação feminina é marcada por atividades de maior contato com os alunos através de disciplinas como escrita jurídica ou na atividade de tutor dos alunos (MCGLYNN, 1999; FARLEY, 1995); na Faculdade de Direito da UFRGS, essa característica parece ocorrer na atividade de extensão. A ausência de professoras em áreas como direito tributário, direito comercial e direito empresarial coincide com a perspectiva global também (BACIK; COSTELLO; DREW, 2003). Ademais, no caso aqui estudado, as disciplinas de Teoria do Direito, Filosofia do Direito, e Processo Civil e Penal não apresentaram participação feminina.

Por fim, as docentes que ingressaram na UFRGS mais recentemente possuem a tendência de atuar em temas mais inovadores, possibilitando uma

inserção de conhecimento não-hegemônico no corpo docente. Assim, aquilo que é descrito como estratégia profissional de inovação em determinada área, pode ser compreendido como uma recursividade de gênero. Ou seja, para entrar e obter destaque em um campo considerado como masculino, essas mulheres buscaram áreas menos tradicionais para atuar.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Frederico N. R. **A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo - USP, 2010.

BACIK, Ivana; COSTELLO, Cathryn; DREW, Eileen. **Gender InJustice: Feminising the Legal Professions?** Dublin: Trinity College Dublin Law School, 2003.

BARBALHO, Rennê Martins. **A feminização das carreiras jurídicas e seus reflexos no profissionalismo**. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, 2008.

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo, diferença e diversidade na advocacia e na magistratura paulistas**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 28, nº 83, p. 125 - 140, outubro/2013.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____; WACQUANT, Loïc J. D. **An invitation to Reflexive Sociology**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BRUSCHINI, Cristina. e LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil: O emprego doméstico e as 'novas ocupações**. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*. São Paulo, v1, n. 110, p. 67-104, 2000.

CONNELL, Raewyn. **Gender and Power - Society, the Person and Sexual Politics**. Cambridge: Polity Press, 1987.

_____. **Gender In a World Perspective**. 2 ed. Cambridge: Polity Press, 2009.

_____. **Glass ceilings or gendered institutions? Mapping the gender regimes of public sector worksites**. *Public Administration Review*. Washington D. C., v. 66, n. 6, p. 847-849, 2006.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. **The internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American states**. Chicago: The Chicago Series in Law and Society, 2002

ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2004.

FARIA, Adriana Ancona de; GHIRARDI, José Garcez Ghirardi; CUNHA, Luciana Gross Cunha; FEFERBAUM, Marina (coord.). **O financiamento estudantil federal nos cursos jurídicos brasileiros**. Fundação Getúlio Vargas. Observatório do Ensino do Direito. Relatório v. 2, n. 2. Núcleo de Metodologia de Ensino, Novembro de 2015. Disponível em:

http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_observatorio_do_ensino_do_direito_-_vol__2_n__2.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

FARLEY, Christine Haight. **Confronting Expectations: Women in the Legal Academy**. *Yale Journal of Law & Feminism*. New Haven, v. 8, p. 334 - p. 358, 1995.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Falta estudo sobre atuação das mulheres no Judiciário**. Revista Eletrônica Consultor Jurídico, 8 de julho de 2007. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2007-jul-08/falta_estudo_atuacao_mulheres_judiciario. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

GARCIA, Mariana Dutra de Oliveira. **A Criminologia no Ensino Jurídico no Brasil**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2014.

GHIRARDI, José Garcez Ghirardi; CUNHA, Luciana Gross Cunha; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Quem é o professor de Direito no Brasil?** Fundação Getúlio Vargas. Observatório do Ensino do Direito. Relatório v. 1, n. 1. Núcleo de Metodologia de Ensino, Outubro de 2013. Disponível em: http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_oed_out_2013quem_e_o_professor_de_direito_no_brasil.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2017.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. *Estudos Feministas*. Florianópolis, Ano 1, p. 7 - 31, 1993.

JUNQUEIRA, Eliane B. **A profissionalização da mulher na advocacia**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1999.

MCGINLEY, Ann C. **Reproducing Gender on Law School Faculties**. Scholarly Works. Paper 172. Disponível em <http://scholars.law.unlv.edu/facpub/172>. Acesso em: 03 de outubro de 2017.

_____. **Women, representation and the legal academy**. *Legal Studies*. Bristol, n. 19, v. 1, p. 68 - 92, 1999.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. **Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil**. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 58, no 3, p. 749 - 789, 2015.

MOSSMAN, Mary J. **The first women lawyers. A comparative study of gender, law and the legal professions**. Oxford: Hart Publishing, 2006.

NEVES, Clarissa Eckert Baete; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, no 17, jan./jun, p. 124-157, 2007.

NEUMANN, Richard K. **Women in legal education: what the statistics show**. *Journal of Legal Education*. Washington D.C., n. 50, p. 313-357, Sep. 2000.

RHODE, Deborah L. **The unfinished agenda: women in the legal profession**. Chicago: American Bar Association, 2001.

SADEK, Maria Tereza. **Magistrados. Uma imagem em movimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHULTZ, Ulrike Schultz; SHAW, Gisela (orgs.). **Women in the world's legal professions**. Oxford: Hart Publishing, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

THORNTON, Margaret. **The changing gender regime in the neoliberal legal academy**. ANU College of Law Research Paper No. 14-35, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2482926>. Acessado em: 02 de outubro de 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A PARTICIPAÇÃO DELAS NO CRIME E NA VIOLÊNCIA: mulheres como vítimas e protagonistas de conflitualidades¹

Anelise Schütz Dias²

Resumo: O tema de nossa tese é a conformação de um jornalismo de segurança pública como campo jornalístico especializado, com foco nos direitos humanos e na cidadania. Compreendemos que esse jornalismo especializado envolve a necessidade um lastro de conhecimento específico e, por isso, partimos do seguinte problema de pesquisa: “Quais são as matrizes conceituais necessárias para a conformação de um campo jornalístico especializado em segurança pública?”. É uma pesquisa de cunho teórico, que busca identificar e sistematizar uma série de conceitos de diferentes disciplinas, com objetivo de contribuir para a qualificação da cobertura jornalística sobre o tema. Entendemos que a segurança pública é afetada por diversos tipos de relações e interações entre sujeitos e que, por isso, não pode ser pensada fora da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença. Raça (etnia), classe e gênero, dentre outros marcadores, estão presentes tanto nos processos de de vitimização quanto nos de criminalização e precisam ser considerados em relação. Neste artigo, nosso objetivo é reunir discussões que ajudem a compor um lastro de conhecimento qualificado sobre a participação das mulheres nas conflitualidades, como vítimas e como protagonistas, tendo em vista a constituição da especialização jornalística proposta em nossa tese.

Palavras-chave: Jornalismo; Jornalismo de Segurança Pública; Mulher; Crime; Violência.

Abstract: The theme of our thesis is the formation of a public security journalism as a specialized journalistic field focused on human rights and citizenship. We understand that this specialized journalism involves the need for a specific knowledge base and, therefore, we start with the following research problem: "What are the conceptual matrices necessary for the formation of a journalistic field specialized in public security?" It is a research of a theoretical nature, which seeks to identify and systematize a series of concepts from different disciplines, aiming to contribute to the qualification of journalistic coverage on the subject. We understand that public safety is affected by various types of relationships and interactions between subjects and that, therefore, can not be thought outside the intersectionality of social markers of difference. Race (ethnicity), class, and gender, among other markers, are present in both victimization and criminalization processes and need to be considered in relation. In this article, our objective is to gather discussions that help to compose a qualified knowledge ballast on the participation of women in conflicts, as victims and as protagonists, in view of the constitution of the journalistic specialization proposed in our thesis.

Keywords: Journalism; Public Security Journalism; Woman; Crime; Violence.

¹ Esse trabalho é resultado da disciplina “Mulher, crime e violência”, do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ministrada pelas professoras Rochele Fachinetto e Letícia Maria Schabbach. Quando nos referimos ao termo conflitualidades neste trabalho, estamos falando nos termos que propõem Tavares dos Santos (2009) e o conjunto de pesquisas do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS. A primeira versão deste artigo foi apresentada no VI Seminário Discente da Sociologia e foi considerada destaque no GT Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania.

² É doutoranda no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), mestre em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS) e jornalista (UFSM). É membro do Núcleo de Pesquisas em Jornalismo (NUPEJOR) e bolsista CAPES.

INTRODUÇÃO

A proposta de nossa tese é a conformação de um jornalismo de segurança pública como campo jornalístico especializado. Embora a segurança pública esteja presente na pauta diária da maioria dos jornais, ela ainda é pouco explorada como especialização tanto dentro das redações quanto nas universidades que formam os futuros jornalistas. Nossa proposta parte da sugestão de Bedendo (2013) que propõe o alargamento do conceito de Jornalismo Policial para o de Segurança Pública. Embora faça essa sugestão, porém, o autor não avança em quais parâmetros e conhecimentos seriam necessários para esse alargamento de perspectiva. Na tentativa de ir adiante enquanto especialização, compreendemos que o jornalismo especializado envolve matrizes normativas e conceituais específicas (TAVARES, 2009) que precisam ser pensadas. É sobre as matrizes conceituais necessárias a um jornalismo de segurança pública que a nossa tese está sendo construída³.

Entendemos, ainda, que a segurança pública, enquanto fenômeno social, é afetada por diversos tipos de relações e interações de sujeitos e que, por isso, não pode ser pensada fora da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença (CRENSHAW, 1991). Raça (etnia), classe e gênero, dentre outros marcadores, estão presentes tanto nos processos de de vitimização quanto nos de criminalização e precisam ser considerados em nossas discussões. Neste artigo, o debate estará centralizado na relação entre mulher, crime e violência, porém sem desconsiderar a intersecção do gênero com outros desses marcadores.

A violência sexual é um problema preocupante no Brasil – apenas em 2015, foram registrados 45.460 casos de estupro no Brasil, 125 pessoas foram

³ Para situarmos de onde parte nossa discussão, assumimos os seguintes pressupostos teóricos como base de nossa tese: 1) o jornalismo é uma instituição social que participa da construção simbólica da experiência dos indivíduos em sociedade, principalmente por ter inserção e legitimidade social (FRANCISCATO, 2014); 2) o jornalismo é produtor de certo conhecimento sobre a realidade, da qual também é produto (MEDISTCH, 1992; 1998; 2002); 3) o saber construído pelo jornalismo não pode ser tomado como apartado das contradições políticas, ideológicas ou filosóficas que atravessam a sociedade de classes de que é parte (GENRO FILHO, 1987); 4) a segurança pública é “[...] a estabilização universalizada, no âmbito de uma sociedade em que vigora o Estado democrático de direito, de expectativas positivas a respeito das interações sociais – ou da sociabilidade, em todas as esferas da experiência individual” (SOARES, 2011, s/p); 5) a segurança pública “[...] um bem público que deve ser oferecido universalmente e com equidade” (SOARES, 2015, p. 30).

estupradas por dia no país e, em 89% dos casos, as vítimas eram mulheres⁴. Em relação ao ano anterior, houve uma queda em 10% das notificações de estupro, de acordo com o Anuário. O decréscimo nos registros não significa necessariamente a redução das ocorrências: a subnotificação e a baixa taxa de esclarecimento de crimes no Brasil são realidades que precisam ser consideradas quando debatemos o tema. Há outras formas de violência contra as mulheres que também são conhecidas. Porém, é igualmente difícil mensurar sua extensão quando a maioria dos casos acontece no ambiente doméstico e não chega a vir a público. Por outro lado, ainda que a violência contra a mulher seja persistente no país, a participação das mulheres no mundo do crime e da violência tem crescido muito na última década, como demonstram os números do encarceramento feminino. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a população carcerária feminina subiu de 5.601 para 37.380 em 15 anos (2000 a 2014). A Lei nº 11.343/2006, a chamada nova lei de drogas, é a principal responsável pela prisão dessas mulheres. Apesar do encarceramento feminino ser um fenômeno em ascensão no Brasil, a população de mulheres protagonistas de crimes ou de encarceradas ainda é pouco conhecida e representada. Por entender que a representação dessas mulheres faz parte do reconhecimento dessa população como sujeito de direitos, que precisa de políticas públicas adequadas mesmo quando em condição de privação de liberdade pelo Estado, a nossa proposta de pesquisa não considera apenas as mulheres vítimas de violência, mas também a participação feminina nos crimes e na violência.

Neste artigo apropriamos-nos das criminologias crítica e feminista e da crítica feminista às criminologias. Nosso objetivo é reunir discussões que ajudem a compor um lastro de conhecimento qualificado, tendo em vista a constituição da especialização jornalística proposta em nossa tese. Por tratar da realidade brasileira, optamos, sobretudo na seção dois, que aborda dados sobre o encarceramento feminino, utilizar autores e autoras que tratam do contexto nacional.

⁴ Cerqueira, D. e Coelho, D. de S.C., “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados de saúde” (versão preliminar), Nota Técnica, IPEA, N. 11, Brasília, março de 2014).

DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: TERMINOLOGIAS E DISTINÇÕES NECESSÁRIAS

Violência contra mulheres, violência de gênero, violência familiar e doméstica e abuso são termos recorrentemente tomados como sinônimos mas que possuem interpretações distintas de acordo com cada uma das diferentes áreas de conhecimento que tratam do fenômeno da violência e de suas manifestações (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007). O próprio conceito de *violência*, tomado isoladamente, não permite uma definição universal. O que é considerado violência está condicionado pelos contextos sócio-histórico-culturais a partir dos quais se opera a leitura de uma prática ou ação. Práticas e ações semelhantes podem ser interpretadas de maneiras distintas em diferentes contextos. A partir de Elza Pais (1998)⁵, Azambuja e Nogueira (2007) reconhecem que o que é comum ao entendimento do que é violência é a ideia de que seja uma ação que transgride os sistemas normativos e valorativos definidos por uma sociedade em um tempo-espaco específico.

Antes dos anos 1980, a violência não era considerada uma questão de saúde pública. Também nem sempre foi considerada um problema social e uma violação de direitos humanos: “Foi apenas neste período que a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) começaram a falar explicitamente de violência” (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 98). Embora a violência não seja um fenômeno recente, pelo contrário, tenha sempre feito parte da vida em sociedade através de diferentes manifestações, a “maior visibilidade e censurabilidade” de determinados atos transforma e reconstrói o conceito de violência ativamente (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 99).

Dentre as terminologias trazidas por Azambuja e Nogueira (2007) à discussão estão o verbo ‘violar’, que “significa tratar com violência, profanar, transgredir, relacionando-se à ‘força em ação’, vigor, potência, mas também quantidade, abundância” (PAIS, 1998 *apud* AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 99). Já o termo ‘abuso’ está associado a ideia de “caráter persistente das

⁵ PAIS, E. Homicídio conjugal em Portugal: rupturas violentas da conjugalidade. Lisboa: Hugin, 1998.

agressões” (COSTA, 2005 *apud* AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 99)⁶. A criminalização desses atos está relacionada ao entendimento do que é crime ou não pelo sistema jurídico. No contexto brasileiro, a autora aponta a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)⁷ como um avanço no marco jurídico nacional na criminalização da violência doméstica e familiar contra mulheres (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007). Segundo Santos (2010, s/p), “esta lei reforça a abordagem feminista da criminalização e propõe, em simultâneo, um tratamento multidisciplinar, estabelecendo medidas protetivas e preventivas – além das criminais – para o enfrentamento da violência doméstica”, daí a sua relevância. As violências física, sexual, psicológica, patrimonial e moral estão previstas nessa lei como formas de violência doméstica ou familiar (IPEA, nº 52, 2015).

O conceito de *violência contra das mulheres* resulta da percepção de que as mulheres são mais vulneráveis a diferentes tipos de violência em todas as fases da vida. Esse conceito reconhece que as violências doméstica e familiar não são sexualmente neutras (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007). Santos (2010) aponta que o combate à violência contra mulheres é prioritário na agenda dos movimentos de mulheres e feministas desde o final dos anos 1970, no Brasil: “No contexto de abertura política e transição para a democracia, os grupos feministas abordavam diferentes formas de violência, incluindo a violência política e sexual contra prisioneiras políticas; a violência doméstica; a violência policial contra prostitutas; a violência racial contra mulheres, entre outras” (SANTOS, 2010, s/p). A partir dos anos 80, porém, a violência doméstica e conjugal passa a ganhar centralidade nas mobilizações desses grupos (SANTOS, 2010).

‘Violência doméstica’, porém, não se reduz à violência conjugal, embora muitas vezes tomadas como sinônimos. Pelo contrário, engloba toda a forma de

⁶ COSTA, D. Percepção social da mulher vítima de violência conjugal. Estudo exploratório realizado no Concelho de Lisboa. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 2005.

⁷ Maria da Penha foi vítima de duas tentativas de assassinato pelo seu então marido e, em 1983, ficou paraplégica. A conclusão do processo e prisão do agressor levou quase duas décadas. O caso foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que concluiu o Estado brasileiro violara o direito de Maria da Penha ao procedimento judicial devido. Apesar da recomendação do CIDH para que o Brasil tomasse providências para reverter a convivência do judiciário brasileiro com a violência contra a mulher, a questão foi criminalizada apenas em 2006, com a promulgação da Lei 11.340, batizada de Lei Maria da Penha como tentativa de reparação simbólica (SANTOS, 2010).

violência no ambiente doméstico, o que inclui a praticada contra outros sujeitos vulneráveis, como criança e idosos. Já a violência familiar “é definida pelo tipo de relação entre agressor e vítima, restringindo-se aos atos ocorridos entre pessoas com relações consanguíneas ou afetivas próximas, independentemente do sexo da vítima ou do agressor” (ELLSBERG; HEISE, 2005 *apud* AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 100)⁸. Neste último conceito estão contida as violências entre casais, entre irmãos, contra filhos e idosos, por exemplo. Azambuja e Nogueira (2007, p. 100) chamam atenção para o fato que “ainda que as mulheres frequentemente sejam agredidas pelos companheiros, pais ou outros familiares, o conceito de violência familiar não compreende a variedade de formas de violência a que as mulheres também estão sujeitas fora de suas casas, tais como a violência sexual ou a perseguição no local de trabalho”. As autoras reconhecem a importância da crítica feminista ao caráter super-inclusivo desses conceitos, que tratam dessas formas de violência como sexualmente neutras e diluem o problema social, de direitos humanos e de saúde pública da violência contra as mulheres ao inserir outros sujeitos como vítimas potenciais. Sobre isso, Azambuja e Nogueira (2007):

As definições mais amplas consideram que, potencialmente, as vítimas e os agressores podem ser tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, pertencer a qualquer estrato social, raça/etnia ou ter qualquer idade. Dizemos ‘potencialmente’ porque os estudos realizados por todo o mundo mostram que as principais vítimas são as mulheres (seguidas das crianças, pessoas idosas e/ou pessoas com algum tipo de incapacidade) (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 101).

“Violência contra as mulheres”, porém, não é sinônimo de “violência de gênero”, ainda que aquele tipo de violência possa estar contida neste: “Seguindo a definição da Organização das Nações Unidas (ONU, 2003), a violência de gênero não se restringe à violência praticada contra as mulheres, pois reconhece também a condição das crianças, jovens e lésbicas ou gays” (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 104). O entendimento mais amplo se deve ao fato de que essa ideia “se fundamenta no pressuposto de que a violência é, de alguma forma, influenciada pelas relações de gênero, assim como a elas influencia”

⁸ ELLSBERG, M.C.; HEISE, L. Researching violence against women: a practical guide for researchers and activists. Washington, DC, United States: World Health Organization/PATH, 2005.

(AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 104). No mesmo sentido, estudo do IPEA (2015, p. 21) afirma que “a expressão “violência de gênero” se sobressai por ser o único qualificativo da violência que ressalta um emaranhado de fatores e as estruturas construídas nas desigualdades dos gêneros”. Estão compreendidos nesse conceito, portanto, “violência doméstica entre pessoas hetero e homossexuais (podendo ser violência física, psicológica, econômica ou sexual), estupro e violência sexual, exploração sexual, prostituição e tráfico de pessoas para a exploração e violência sexual ou física, tortura” (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2007, p. 104).

Há também outras formas de violência que estão por detrás da permissividade com todas essas manifestações. Trata-se das relações patriarcais e androcentradas em que estão fundamentadas a maioria das sociedades ocidentais e que têm reflexos não somente nos ambientes privados, mas também nos públicos, como as instituições do Estado que deveriam garantir proteção e acolhimentos às vítimas de violência (IZUMINO, 2011).

Pesquisas como a de Larrauri (2008) atentam para outro aspecto da violência que tem participação feminina: a cometida por mulheres em resposta a agressões e abusos sucessivos por parte dos parceiros afetivos. A autora trata das normas jurídicas sexistas e discriminatórias previstas no sistema penal, que dificultam a defesa da mulher que mata o cônjuge como forma de pôr fim a um ciclo de violência. Para a autora, a discriminação não está apenas nas normativas ou em sua aplicação, mas também na ausência de determinadas leis que cubram outros problemas relacionados às questões de gênero, os quais são invisibilizados pela simples inexistência da previsão legal, sobretudo nas questões do âmbito privado/familiar. Larrauri (2008) analisa aspectos do código penal alemão, estadunidense e espanhol. As percepções da autora, porém, não diferem muito do que é registrado no contexto brasileiro. Também chama atenção para o fato de que, nesses casos, os discursos jurídicos alegam que a mulher vítima de violência teria a possibilidade de buscar outras vias que não a violência para por fim a um ciclo de violência. Porém, esses discursos desconsideram as recorrentes falhas das instituições públicas em garantir acolhimento e proteção às mulheres vítimas de violência e, ao desconsiderarem isso, expõem mais uma vez as mulheres ao torná-las alvos de uma ação supostamente premeditada e desproporcional.

Sobre a debilidade das redes de assistência às mulheres, autoras como Lagarde (2004) entendem que as mortes decorrentes da violência de gênero contra a mulher pelo fato de ser mulher (feminicídios) são crimes de Estado:

Para que se dê o feminicídio concorrem de maneira criminal o silêncio, a omissão, a negligência e a conveniência de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses crimes. Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado (LAGARDE, 2004, p. 5 *apud* IZUMINO, 2011, tradução da autora)⁹.

No Brasil, apenas em 2015 foi criada a previsão legal para o crime de feminicídio íntimo, por meio da Lei nº 13.104/2015, que altera o art. 121 do Código Penal vigente. Com essa alteração, o feminicídio passou a ser um qualificador em caso de homicídio e a ser considerado um crime hediondo em que é considerado agravante se praticado contra sujeitos em situação de vulnerabilidade (MAPA DA VIOLÊNCIA, BRASIL, 2015). A falta de dados oficiais sobre as mortes das mulheres por violência é um dos entraves para os estudos que visam a qualificação das políticas públicas para a área. O problema, porém, não é enfrentado apenas nesse campo: é comum a quase todas as áreas da segurança pública, que carecem de dados sistematizados para a produção de políticas adequadas.

Sobre isso, Izumino (2011, p. 233) comenta: “a maior parte dos trabalhos aponta para a falta de dados oficiais, a ausência de estatísticas desagregadas por sexo da vítima e de outras informações que permitam propor políticas de enfrentamento para esta e outras formas de violência que atingem as mulheres”. Segundo o Mapa da Violência (2015), o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS) têm sido as fontes básicas para análise dos homicídios no país. Apesar de se conseguir extrair daí alguns dados que permitem embasar aspectos das pesquisas, a ausência de informações padronizadas, sistematizadas e de qualidade segue um problema geral enfrentado na elaboração de políticas de segurança pública. Se há dados sobre homicídios passíveis de serem

⁹ LAGARDE y DE LOS RIOS, Marcella. Por La vida y La libertad de las mujeres. Fin al femicidio. El Dia, V., fevereiro, 2004.

encontrados no sistema de outras instituições, o mesmo não acontece para outras várias formas de violência e de criminalidade.

Outro problema que tem sido enfrentado na produção de conhecimento sobre a temática é que as pesquisas sobre violência e segurança pública têm se desenvolvido de forma isolada, de modo que reproduzem mais uma vez a separação da violência que ocorre em espaço público da que ocorre em privado: “Como resultado dessa separação, a violência doméstica e conjugal não é reconhecida como um problema de segurança pública, assim como não se dispõem de pesquisas sobre a participação de mulheres na violência urbana” (IZUMINO, 2011, p. 241).

Nos últimos anos, a participação das mulheres na criminalidade urbana tem crescido no Brasil. Seja por associação a maridos ou a outros familiares, seja por envolvimento direto em determinadas modalidades de crime, as mulheres têm cada vez mais ingressado nesse universo e, por isso, têm também ficado mais vulneráveis à violência urbana. Não há, porém, dados que permitam conhecer essa participação, embora haja pistas. O perfil da população prisional feminina é uma delas (IZUMINO, 2011).

DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE URBANA

Mensurar a participação das mulheres na criminalidade urbana no Brasil é ainda um desafio. Faltam dados que embasem outras pesquisas que não apenas as que tratam do perfil da população prisional feminina (IZUMINO, 2011). Essa é uma lacuna não só na produção de informações pelo Estado mas também dos estudos criminológicos acadêmicos. Mesmo na Criminologia Crítica pouco espaço tem sido dedicado às mulheres enquanto protagonistas do crime e da violência. É a crítica feminista no campo do Direito Penal que tem forçado mudanças nas criminologias (CAMPOS, 2013).

Para Campos e Carvalho (2011), a crítica feminista às criminologias (tanto à ortodoxa quanto à crítica) tem sido incômoda ao criminólogos pelo fato de que não apenas dá visibilidade às violências sofridas pelas mulheres como também expõe o sexismo no Direito Penal e o caráter masculinista das investigações críticas por detrás da suposta neutralidade. Barcinski e Cúnico (2016) fazem um

levantamento e sistematizam as principais justificativas apresentadas por autores para o apagamento de mulheres nos estudos criminológicos:

Segundo tais estudos [Carlen, 1993; Gregory, 1993; Heidensohn, 1985; Schram e Koons-Witt, 2004], a ausência ou o pouco interesse teórico sobre os crimes femininos se deve ambos à baixa taxa de crimes nos quais as mulheres estão diretamente envolvidas e à percepção de que esses crimes são caracterizados por menor gravidade e violência. Análises sobre os crimes femininos restringem seu entendimento aos aspectos biológicos e psicológicos das mulheres ofensoras, ignorando a determinação econômica, social e cultural que, em grande medida, dá sentido à transgressão feminina (BARCINSKI; CÚNICO; 2016, p. 60).

A ênfase dessas pesquisas está, ainda, no papel da dominação masculina sobre as mulheres. Segundo esses estudos, elas seriam iniciadas pelos homens nas atividades criminosas e o seu comportamento “seria resultado da associação afetiva ou sexual com parceiros criminosos” (BARCINSKI; CUNICO; 2016, p. 60). Além disso, são diversas as justificativas biológicas e psicológicas apresentadas pelos autores para minimizar a participação das mulheres na criminalidade. Diante disso, Barcinski e Cunico (2016, p. 60) defendem: “investigar as diferenças entre as práticas violentas cometidas por homens e mulheres, bem como as especificidades da criminalidade feminina, no entanto, constitui passo importante para reconhecer o papel de gênero na prescrição de comportamentos em nossa sociedade”.

Neste sentido, Barcinski e Cunico (2016) vão investigar a trajetória de duas mulheres envolvidas na rede de tráfico de drogas em favelas cariocas. Jovens, negras e periféricas, ambas têm suas histórias marcadas pela vitimização (pelos processos discriminatórios de gênero, classe e raça) e pelo protagonismo (poder, distinção e status social dentro da comunidade garantido pela posição de destaque no tráfico):

Vítimas de uma estrutura social que limita suas escolhas de vida e envolvidas em relações afetivas (com parceiros e amigos) que, supostamente, as “empurraram” para o mundo do crime, essas duas mulheres expressam o prazer, a liberdade e a satisfação de terem ocupado lugares e desempenhado funções tradicionalmente desempenhadas pelos homens na rede do tráfico de drogas (BARCINSKI; CÚNICO, 2016, p. 62).

O tráfico de drogas é o delito que mais tem levado mulheres à prisão. Mesmo em cidades menores, como Pelotas, interior do Rio Grande do Sul, é esse o crime o maior responsável pelo encarceramento feminino (CHIES; VARELA, 2007). Um levantamento realizado no Presídio Regional de Pelotas

por Chies e Varela (2007) junto à população de detentas revelou resultados semelhantes aos encontrados por Espinoza (2004), na Penitenciária Feminina da Capital (SP); por Soares e Ilgenfritz (2002), nos presídios cariocas; e por Colares e Chies (2010), em uma penitenciária mista de Porto Alegre. Esses dados tratam da inserção prévia no mercado de trabalho e da realidade familiar anterior ao ingresso no sistema penitenciário:

os dados permitem afirmar que a seletividade criminal às categorias sociais mais vulneráveis, sobretudo na dimensão econômica, haja vista a quase totalidade de atividades de baixa qualificação e remuneração, quanto a permanência sobretudo nessas camadas sociais, do vínculo da mulher com o espaço doméstico” (CHIES; VARELA, 2007, p. 17).

Se o contexto prévio das mulheres encarceradas é de vulnerabilidade social e marcado por opressões de gênero, se muitas vezes chegam ao mundo do crime por associação aos companheiros ou familiares, quando ingressam no sistema penitenciário não é diferente. Práticas sexistas e dominação masculina nos espaços carcerários são parte de uma realidade bastante presente nos presídios masculinamente mistos. Por essa categoria de espaço prisional entendemos aquele que “encarcera objetivamente ambos os sexos num mesmo conjunto arquitetônico (logo, são mistos), mas sobrepõe ao feminino uma orientação androcêntrica nas práticas e nas dinâmicas carcerárias” (COLARES; CHIES, 2010, p. 408).

Os presídios, por si só, já são espaços de segregação. Porém, nos espaços mistos há outras formas de separação além da que aparta os apenados do restante do social: “nele coexistem não só linhas de demarcação entre os que se ajustam às regras disciplinares e os que não se ajustam, como também de divisão entre homens e mulheres encarcerados” (COLARES; CHIES, 2010, p. 410). Para os autores, ainda, essa separação se dá por “linhas predefinidas, cuja fixidez está orientada pela concepção dual de que ser homem ou mulher define a posição que o indivíduo adquire e o espaço a ser ocupado” (COLARES; CHIES, 2010, p. 410). Há, ainda, um sentido simbólico na divisão do espaço desses presídios que reproduz relações de gênero semelhantes às experienciadas fora do cárcere: “as celas e as galerias femininas aparecem como análogas ao âmbito privado, doméstico. São um espaço de mulheres, enquanto os demais são tomados como espaços públicos e, como tais, masculinos” (COLARES; CHIES, 2010, p. 414).

A demarcação desses espaços, tanto físicos quanto simbólicos, também se dá pela reprodução da divisão sexual do trabalho: “cabem aos homens tarefas consideradas viris e às mulheres tarefas associadas à noção de abnegação e vocação como marca do feminino” (COLARES; CHIES, 2010, p. 413). Sobre as tarefas ocupadas pelas mulheres, os autores relatam:

Há pouca diversidade nas ocupações às quais as presas podem ter acesso. As funções atribuídas mimetizam as tarefas que executam normalmente no lar, reconduzindo-as aos papéis e aos espaços domésticos, bem como à submissão masculina. A maioria das mulheres está ocupada com o artesanato e a faxina, ou então, com tarefas como chaveiras (abre e fecha portas) e manicures, funções exercidas dentro dos espaços das galerias e das celas femininas. As demais que trabalham estão alocadas na cozinha da Administração, no serviço burocrático e na faxina do saguão (COLARES;CHIES, 2010, p. 413).

Há, ainda, na divisão desses espaços a prestação de serviço sexual. É, em muitos casos, a prostituição que permite que algumas presas circulem nos espaços dos homens e que obtenham determinadas vantagens. Para além da associação sexual com homens encarcerados, a vinculação afetiva de mulheres encarceradas com os homens igualmente inseridos nestes espaços é bastante comum: “para muitas presas afirmar-se como sendo de um homem também tem por significado o suprimento das carências materiais geradas pela distância ou pelo abandono das famílias” (COLARES;CHIES, 2010, p. 418).

As trajetórias das mulheres inseridas no sistema prisional são distintas e, embora o confinamento as aproxime, suas necessidades e dependências não são as mesmas (COLARES; CHIES, 2010). O abandono das mulheres encarceradas é uma realidade que perpassa todo o sistema prisional feminino. Abandono pelas famílias e abandono pelo Estado. Este último carece ainda de políticas públicas adequadas à nova situação que se impõe com o ingresso massivo de mulheres no sistema penitenciário a partir da última década. Por todos esses abandonos, há uma série de associações que permitem a sobrevivência dessas mulheres nesses espaços, como demonstram os relatos dos autores trazidos aqui. O tipo de experiência de encarceramento varia também das condições de cada presídio, das regras da administração da Casa Prisional e tantos outros aspectos que condicionam o período de privação de liberdade dessas mulheres.

Ainda que não seja possível generalizar essas experiências, o que nos parece comum a essas vivências é o fato de que os espaços prisionais reproduzem a segregação e a violência com que as mulheres convivem socialmente desde sempre. Mesmo quando protagonistas das conflitualidades, essas presas ainda sofrem uma série de violências por serem mulheres, que são agravadas pela interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença, sobretudo os de classe e raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres em todas as suas formas é ainda uma realidade persistente no Brasil. Reconhecemos que já avançamos com a promulgação de leis que visam combater essas práticas, mas ainda há muito sexismo e misoginia oculto atrás da suposta neutralidade jurídica que devem ser enfrentados. Por meio das experiências empíricas trazidas por muitos dos autores e autoras aqui abordados, foi possível compreender que, se o Estado não é capaz de garantir a proteção e o acolhimento às mulheres vítimas de violência, revitimizando-as, muitas vezes, a partir de abordagens que as expõem e degrada, pior ainda é a situação da mulher no cárcere. Consideradas delinquentes e transgressoras, as mulheres criminosas são colocadas em espaços que, na maioria das vezes, foram projetados por e para homens e pouco questionamento social há sobre isso porque as mulheres encarceradas pouco aparecem no debate público. E o jornalismo, enquanto mediador desse debate, também é responsável por essa realidade. A não representação é muito mais do que apenas uma lacuna discursiva. O silenciamento sobre o tema resulta no não reconhecimento da população carcerária feminina como sujeito de direitos, que tem demandas específicas. O acesso a produtos de higiene íntima, a maternidade no cárcere, a exposição à violência sexual e a doenças sexualmente transmissíveis são apenas alguns dos aspectos que poderíamos trazer aqui dentre os tantos exemplos que a realidade nos impõe e sobre os quais pouco falamos.

Por entender que essa representação é também um ato político e de cidadania, esse artigo não considera apenas as mulheres vítimas de violência mas também a participação feminina nos crimes e na violência. Embora façamos essa divisão em duas seções, como se tratassem de coisas opostas, trata-se

apenas de uma segregação de cunho operacional. Ambas as formas de participação estão interligadas e uma não pode ser pensada sem considerar a outra, já que a violência e a discriminação são fenômenos que atingem todas as mulheres, em todas as fases da vida, ainda que de diferentes modos.

A reunião de leituras qualificadas sobre a temática, como as que os autores e textos aqui abordados permitem, é a contribuição que pretendemos dar aos Estudos de Jornalismo ao propor que um Jornalismo de Segurança Pública. E a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença nos processos de vitimização e de criminalização está, certamente, dentre o lastro de conhecimento específico necessário para o aprofundamento da cobertura.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Mariana P. R. de; NOGUEIRA, Conceição. Violência de gênero: uma reflexão sobre a variabilidade nas terminologias. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 75/76/77, p. 97-106, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64336/2/90838.pdf>.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina D. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59-70, jan./mar. 2016. [Dossiê Mulheres e Violência]. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/22590>.

BRASIL, **Mapa da Violência**. 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf. Acesso em: 7 ago 2017.

BEDENDO, Ricardo. **Segurança pública e jornalismo**: desafios conceituais e práticos no século XXI. Florianópolis: Insular, 2013.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Teoria Crítica Feminista e Crítica à(s) Criminologia(s): estudo para uma perspectiva feminista em criminologia no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. (Tese de Doutorado). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2013.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p.143-172.

COLARES, Leni; CHIES, Luiz Antônio B. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n. 2, p. 407-423, maio/ago. 2010

CHIES, Luiz Antônio B.; VARELA, Adriana B. A ambiguidade do trabalho prisional num contexto de encarceramento feminino: o círculo vicioso da exclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 1, n. 24, p. 10-33, jan./jun. 2009.

CRENSHAW, Kimberly Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1.241-1.299, 1991

ESPINOZA, Olga. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FRANCISCATO, Carlos. O Jornalismo e a Reformulação da Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais. In: **Brazilian Journalism Research**. v.2 n.2, p. 96-123. 2014.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1987.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA (IPEA). Violência contra a mulher e as práticas institucionais. Brasília, 2015. [Coleção Pensando o Direito, n. 52. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2015/08/MJ_VCMeaspraticasinstitucionais.pdf. Acesso em: agosto de 2017.

LARRAURI, Elena. **Mujeres y Sistema Penal: violencia doméstica**. Montevideo: B de F, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

_____. **Jornalismo como forma de conhecimento**. INTERCOM (São Paulo), v. XXI, n.1, p. 25-38, 1998

_____. **Jornalismo é uma forma conhecimento?** Media & Jornalismo, Cascais/Coimbra, v. 1, n.1, p. 9-22, 2002.

IZUMINO, Wânia Pasinato. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu** [online], n. 37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/femicidios-e-as-mortes-de-mulheres-nobrasil-por-wania-pasinato/>

SANTOS, Cecília MacDowell. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/Tradução de Demandas Feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, p. 153-170, 2010. Disponível em: <https://rccs.revues.org/3759>.

SOARES, Luiz Eduardo. **Temas do Pensamento Social Brasileiro – Segurança pública**, 2011. Disponível em: <http://www.luizeduardosoares.com/?p=136>. Acesso em 10 ago. 2016.

_____. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. IN: KUCISNKI, Bernardo *et al.* **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TAVARES, Frederico Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a especialização periodística**. Estudos em Comunicação. Covilhã, 2009, n.5. 115-133, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violência e conflitualidades**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2009.

A CONSTITUIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO¹

Junara Ferreira²

RESUMO: No presente ensaio, procurou-se investigar como o movimento em torno da saúde da população negra busca instaurar uma agenda de políticas públicas. Como método, partiu-se de análise documental e de entrevistas para uma arqueo-genealogia articulada à Teoria do Confronto Político. Como referencial teórico, seguem-se às discussões propostas por Foucault sobre biopolítica, racismo, resistência, relações de poder-saber. Os dados indicam que inicialmente o movimento denunciou as condições de vida que levavam ao adoecimento da população negra constituindo um campo de saber. Esse campo de saber produziu uma agenda direcionada ao estabelecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Eclodiram estruturas de oportunidades favoráveis à institucionalização de quadros interpretativos. A partir disso, outros espaços institucionais foram abertos. Por fim, a dissertação constata que a institucionalização do movimento negro nas estruturas do Estado não alcança posições de poder, sendo ainda uma infiltração em posições mais baixas na hierarquia das instâncias de poder.

Palavras-Chave: Saúde Pública; População Negra; Biopolítica.

ABSTRACT: In the present essay, we tried to investigate how the movement around the health of the black population seeks to establish an agenda of public policies. As a method it was based on documentary analysis and interviews for a genealogical archeology articulated to *Contentious Politics* Theory. As theoretical reference follows the discussions proposed by Foucault on biopolitics, racism, resistance, relations of power-knowledge. The data indicate that initially the movement denounced the conditions of life that led to the sickness of the black population, constituting a field of knowledge. This field of knowledge produced an agenda directed to the establishment of the *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* (PNSIPN). Opportunity frameworks favored the institutionalization of interpretive frameworks. From then on, other institutional spaces were opened. Finally, the dissertation notes that the institutionalization of the black movement in the structures of the state does not reach positions of power, and is also an infiltration in lower positions in the hierarchy of power.

Keywords: Public Health; Black population; Biopolitics.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é legalizada através de uma agenda estatal voltada à população negra. Criaram-se métodos de identificação da população que se voltara à política e, com isso, desigualdades foram explicitadas, tornando possível uma reivindicação

¹ Este artigo é fruto da pesquisa realizada na Dissertação de Mestrado em Sociologia *PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM SAÚDE: A constituição de uma política de saúde para a população negra* (FERREIRA, 2016) orientada pelo Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos.

² Enfermeira, mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutoranda em sociologia pela UFRGS.

qualificada pelos movimentos sociais. A política foi concebida em um processo histórico, contou com a participação de militantes de organizações do movimento social negro, além de pesquisadores que abordam essa temática e sua relação com o Estado.

As primeiras movimentações que abordaram a temática da saúde datam da década de 1980, em que é marcante a militância das mulheres negras. Elas, na época, discutiram direitos sexuais e reprodutivos, gerando dados sobre desigualdades raciais e levantando a importância do recorte racial na saúde. Logo, teve-se a nacional constituinte a qual houve importante participação de diferentes organizações do movimento negro. Um dos resultados da constituinte foi materializado pela Carta Magna, o estabelecimento das bases legais para a construção de um sistema de saúde único, de caráter universalista, igualitário e de promoção do Estado.

A década de 1990 foi o estopim reivindicatório de políticas de superação ao racismo pelo movimento negro. Repertórios de ação foram mobilizados, tais como a *Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida*, que levou o Estado a criar o Grupo Interministerial para Valorização da População Negra. Assim, o movimento caminhou da mobilização de rua para a mobilização institucional.

É importante pontuar que a reivindicação, em vários momentos, não foi fluída. Foi intensa, principalmente, a disputa discursiva e as correntes que se colocavam contra a política de saúde ter um recorte racial. Assim, a disputa de saber/poder gera um debate, as discussões polarizaram-se.

Ativistas pesquisadores e ativistas de entidades do movimento negro articularam-se, apesar da imprevisibilidade, e adentraram as distintas instâncias do Estado. Com esse movimento, conseguiram estabelecer compromissos estatais de formular uma política pública em saúde para a população negra. Dessa infiltração, obteve-se a elaboração e a implementação legal da intitulada **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)**. A política inclui ações de cuidado, de atenção, de promoção à saúde e de prevenção de doenças, bem como a gestão participativa e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores da saúde.

Considerando o contexto de disputa discursiva sobre a legitimidade de uma política de saúde da população negra, este ensaio objetiva descrever e

analisar como o movimento negro brasileiro transforma as discussões sobre raça e como essas discussões se inserem na política pública voltada à saúde.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, foram realizadas pesquisa documental e também pesquisa empírica. Para análise documental, foram utilizados os seguintes documentos: corpus do texto introdutório da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) - delimitados 14 textos citados na introdução da Política, publicada através da portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, no Diário Oficial da União. Também, os artigos presentes na publicação *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos* – Elencou-se 4 textos que se colocavam contrários à política de saúde com recorte racial na publicação. Além desses, selecionou-se também o relatório da pesquisa *Retrato Molecular do Brasil*. Já para a pesquisa empírica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 7 informantes vinculados a distintas instituições e organismos sociais.

A análise dos dados obtidos foi realizada a partir do método arqueogenealógico, método desenvolvido por Michael Foucault. Segundo o autor,

“Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (FOUCAULT, 2001, p. 172).

Com a finalidade de articular a teoria foucaultiana, com as resistências contemporâneas representadas pelos movimentos sociais, buscou-se na teoria do Confronto Político, conceitos analíticos que possibilitassem melhor compreender o processo que este ensaio propõe analisar. Com o aporte dessa última teoria, foi possível estabelecer categorias de análise para o processo de denúncia, reivindicação, institucionalização e construção da agenda.

O texto está organizado, além da introdução, em três seções organizadas das seguintes formas: a seção 2 trata de temas da teoria foucaultiana, com a finalidade de compreender como o racismo influencia questões de saúde, além de discutir conceitos como *biopolítica*, *biopoder* e *racismo*. Também, experimenta-se aproximar a teoria foucaultiana com a Teoria do Confronto Político como ferramenta analítica a ser utilizada na seção 4. Na seção 3 a partir dos dados documentais, reconstroem-se as estratégias de denúncia e de construção de conhecimento realizadas pelo movimento, consoantes aos

princípios da política de saúde vigente. Continuando a isso, são apresentados os dados documentais favoráveis e contrários à saúde da população negra. Por fim, na seção 4, os dados advindos das entrevistas são apresentados através de categorias. Somando-se a isso, analisa-se a relação entre movimento negro e Estado.

RACISMO, BIOPODER E RESISTÊNCIA

Foucault, em seu curso *Em defesa da Sociedade* (1975-1976), discute sobre o discurso da guerra ou luta de raças. Coloca o discurso racista ou racismo como um episódio, localizado, particular, que capta um velho discurso, em especial, o das noções sócio-biológicas. Esse discurso tinha como primazia manter conservadorismo social e, principalmente, de dominação colonial.

O discurso desloca-se e tem como resultado o aparecimento do racismo. O discurso corrompido da guerra de raças, insere à cena o tema do biológico, evolucionista, hierarquizante de luta pela vida. O Estado passa a ser instrumento central utilizado por uma raça contra outra. Passa a ser o patrono da integridade, da superioridade e da pureza da raça (FOUCAULT, 1999). No fim do século XIX, surge o racismo de Estado. O ente passa a assumir a vida pelo poder, toma-se o homem como ser vivo, uma estatização do biológico. Neste momento, há um deslocamento do poder soberano, que era o direito de vida e de morte, um dos atributos fundamentais da soberania, ou seja, “fazer morrer e deixar viver” (FOUCAULT, 1999). Passa-se a um poder oposto, o de “fazer viver e deixar morrer”. A vida passa a ser concebida no campo político. São desenvolvidas técnicas/tecnologias de poder que se focalizam no corpo. Elas racionalizam e criam uma economia restrita de um poder que ocorria por meio de “um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios” (FOUCAULT, 1999, p. 288). Foucault chamou isso de tecnologia disciplinar do trabalho.

Integrando e modificando parcialmente o aparato disciplinar, surge uma nova técnica não disciplinar que se aplica à vida, não mais ao homem-corpo, mas, sim, ao homem como ser vivo. Ela volta-se para a multiplicidade dos homens, considerando que afeta processos que são próprios à vida, como o nascimento, a morte, a produção, a doença, entre outros. Com isso, tem-se outra tomada de poder, não individualizante, mas massificante, intitulada por Foucault de *biopolítica* (FOUCAULT, 1999). Trata-se de um conjunto de processos – tais

como nascimentos, reprodução, fecundidade, natalidade, longevidade, mortalidade, óbitos – que constituíram os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle da biopolítica. Contrariando a isso, a *biopolítica* também vai envolver-se, de forma muitas vezes não acidental, não compreensível, e que gerará incapacidades, as quais colocarão os indivíduos fora de circuito, em uma espécie de neutralização (FOUCAULT, 1999, p. 291). A morte passa a “ser o limite, a extremidade do poder” (FOUCAULT, 1999, p. 296).

Foucault indaga-se sobre como é possível se exercer o poder de deixar morrer, em um sistema político centrado no biopoder, e dispara seu argumento central para explicar o deixar morrer. O autor insere o racismo como um meio de se introduzir um corte entre quem deve viver e quem deve morrer. Sendo assim, só é possível tirar a vida através da eliminação do risco biológico. Raça e racismo são justificativas para se tirar a vida em uma sociedade normalizadora. O racismo passa a ser ferramenta indispensável, para que o Estado funcione no modo do biopoder, assim sendo, há garantia do direito de matar. A morte não é necessariamente um assassinato direto, mas tudo o que pode matar indiretamente: expor e multiplicar riscos ou a marginalização, expulsão e por fim a morte política, (FOUCAULT, 1999).

A partir disso, pode-se vincular o saber como ferramenta de poder, principalmente pensando-se na teoria biológica do século XIX. A teoria evolucionista (o pacote de suas noções) tornou-se não só uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, mas uma forma de,

[...] ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização [...]. O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. (FOUCAULT, 1999, p. 307).

Este ponto da análise de Foucault é importante para se analisar a relação colonial com o racismo. Ele busca entoar que as colônias foram uma espécie de laboratório, em que foram comprovados a eficiência do racismo como dispositivo biopolítico (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

Insere-se a partir disto, alguns itens históricos para análise das relações coloniais e do racismo no Brasil, em que desde seu “descobrimento” pelos europeus, raça e racismo foram centrais nas relações sociais. O genocídio indígena e a escravização dos africanos e afrodescendentes, que durou quase

quatro séculos, deixaram suas marcas até hoje. No Brasil, a colonização iniciou-se pela tentativa de escravização dos nativos do território recém-descoberto, os indígenas. Do insucesso da tentativa, teve-se o genocídio físico, cultural e psicológico dessa população. Logo, o insucesso levou a busca por outra forma de mão de obra e, com o avanço capitalista relacionado ao tráfico de escravizados, a metrópole lança mão de obra de escravizados nativos africanos no Brasil (KALCKMANN; SANTOS, 2007). Nesse contexto, o país recebeu mais de quatro milhões de africanos, os quais foram escravizados por mais de três séculos. Esse país foi o último do mundo a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana (IBGE, 1987 apud HERINGER, 2000).

No Brasil, após a abolição, não foram instituídas políticas de inserção social direcionadas aos ex-escravizados. Dessa forma, quase a totalidade de negros foi marginalizada do mundo do trabalho, sem direito a terras para sua subsistência. De escravizados passaram a desempregados, considerados vadios, inferiores e propensos ao crime (BRASIL, 2004d).

Segundo Kalckmann e Santos (2007), “embora não havendo o estabelecimento de instrumentos jurídicos impondo barreiras legais aos ex-escravos, a extinção da escravatura não extinguiu o racismo no país”. O uso da ciência foi sinérgico a justificativas para manter a população negra recém liberta em posição de subalternidade. Além disso, foram importadas da metrópole teorias utilizadas por intelectuais brasileiros, que apoiados pelas elites, tinham por objetivo construir uma nova nação com a supressão do elemento negro da sociedade brasileira. Destas teorias, destaca-se a do racismo científico e a do higienismo que foram inseridos nas discussões sobre saúde e ciências sociais.

A eclosão dessas teorias ocorreu no fim do século XIX, como um recurso na construção da identidade nacional, e foram concebidas ações de saúde, por meio do higienismo. Conforme Maio (2004), as ações baseavam-se em políticas, por exemplo, de combate à malária, que no período tinham grande incidência na população branca, principalmente imigrantes. Essas ações contrariavam o período anterior a imigração europeia, quando, a malária não era alvo de políticas de saúde e os negros eram considerados pelos médicos higienistas sob o paradigma médico-ambientalista como mais resistentes à malária, ao meio ambiente e à aclimação. Também, o projeto higienista racista negligenciava as doenças de incidência na população negra, tais como tuberculose e varíola. É

viável presumir sobre o papel dos médicos da época em direcionar suas ações sob o julgo da população dominante politicamente, as quais tinham como interesse criar um país branco.

Retomando Foucault, que demonstrou que o poder não é apenas um objeto, mas, sim, uma relação, destacou o caráter relacional do poder e a possibilidade de que ocorram lutas contra seu exercício, feitas de outros lugares, pois nada está isento de poder. Assim, se há poder, há resistência, pois, o poder é uma luta, uma relação de forças, que se perde ou ganha (MACHADO, 2001). É uma mudança nas relações de forças (MATTOS, 2011): “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada” (Foucault, 2007b, p. 28).

São muitos os tipos de resistência e elas se distribuem no tempo e no espaço de forma descontínua, fragmentada, transversal (coletiva ou individualmente). Os processos podem ser motivadores de grupos ou de indivíduos. Criam “clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando-os, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis” (FOUCAULT, 1988, p. 91). A partir do século XIX, surgem resistências que se centram na vida e no homem enquanto ser vivo, reivindicam a própria vida. Para Foucault, a vida como objeto político é tomada literalmente e dirigida contra o sistema que objetiva a enquadrar. Na contemporaneidade brasileira, pode-se afirmar que, através da reivindicação do movimento negro por saúde, se confronta a luta pela vida ao racismo de Estado. No desafio de articular a teoria Foucaultiana com as resistências contemporâneas, representadas pelos movimentos sociais, buscou-se na teoria do Confronto Político aporte conceitual e analítico que auxiliassem na compreensão deste estudo.

A partir da década de 1990, a Teoria Confronto Político (TCP) assume expressividade nos estudos sobre ação coletiva³. A teoria inova quando propõe um deslocamento do centro da análise, que partia dos movimentos sociais, para

³ Este estudo segue o proposto por Tarrow (2009) que ação coletiva é a base para os movimentos sociais, pode assumir muitas formas – pontuais ou contínuas, institucionalizadas ou disruptivas, teatrais ou monótonas. E que a maioria delas ocorre no interior de instituições por meio de grupos constituídos que agem em torno de um objetivo (TARROW, 2009).

a análise da ação política baseada no confronto. Destaca a teoria desenvolvida por Tilly, Tarrow e McAdam e também uma das suas principais obras conjuntas *Dynamics of Contention – DOC* – que analisam as relações entre Estado e Movimentos Sociais. O confronto político (*contentious politics*)⁴ é conceituado pelos autores como,

Episodic, public, collective interaction among markers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants (McADAM; TAROW; TILLY, 2001, p. 29).

O confronto político inicia quando pessoas, aliadas a cidadãos mais influentes, coletivamente, reivindicam algo a outras (elites, autoridades e opositores), cujos interesses poderiam vir a ser afetados se esse coletivo fosse atendido. São múltiplas as reivindicações, o que certifica que o confronto necessita de mobilização, gerar meios e capacidades de convívio coletivo. Há interação coletiva entre diferentes posições e reivindicações conflitantes de grupo, em geral, tem-se conflito e ele se direciona a um governo/Estado (McADAM; TARROW; TILLY, 2009). Concebe-se que o Estado possui um poder central, como se esse ente fosse o único a exercer poder. No entanto, a teoria foucaultiana, quando trata da micropolítica, questiona a detenção do poder e é vista como uma prática social. Assim, o poder é considerado como uma relação que se exerce, não se restringe a um governo, porém se espalha por toda a sociedade em conjuntos de práticas que, na maioria das vezes, são indispensáveis à permanência do Estado. (FOUCAULT, 2007a). Também refletindo sobre o Estado ser detentor do poder, destaca-se que é muitas vezes visualizado de maneira homogênea, porém, é agente amplo, formado por diversas/distintas instituições.

O confronto político é mantido por redes sociais densas, encorajado por códigos que sensibilizam culturalmente e direcionam para determinada ação. A consequência é a formação de um movimento social. Neste ponto, se aproxima a teoria foucaultiana, ao conceber a resistência a determinado poder. Conforme Tarrow (2009), por meio de sequências de confronto político, constituem-se os

movimentos sociais, redes de apoio os sustentam através de estratégia de ação coletiva. Isso acontece por meio do desenvolvimento de maneiras de manter continuamente o conflito com os opositores. Tal como,

“[...] como o movimento negro e suas estratégias de infiltração em instituições estatais, partidos políticos, universidades, entre outros. Porém, suas características expandem-se além do conflito: formam ideologias, mobilizam membros e constroem identidades coletivas” (FERREIRA, .2016).

Na obra DOC (2004), os teóricos designam duas categorias contestatórias: as transgressoras e as contidas (institucionalizadas). Nas duas categorias, o Estado é um dos atores que participam do conflito. O que difere é que nos conflitos institucionais os atores políticos são previamente estabelecidos (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Uma das principais relações entre movimento social e Estado, analisadas pela teoria do Confronto é a da institucionalização. Militantes são inseridos, ou então são construídos, em espaços institucionais de atuação nas diversas ordenações de Estado, porém é mantido o conflito pré-existente à infiltração.

Pettinicchio (2012) refere-se a um ativismo institucional definindo o ativista institucional como aquele que afeta mudanças no interior das instituições. Os ativistas podem estar presentes na institucionalidade com grande poder de influência ou de forma marginal, conforme a importância que o Estado atribui à reivindicação do movimento representado. O ativista institucional é responsável por integrar na agenda estatal a reivindicação do movimento social que representa. No entanto, muitas vezes, não é viável, devido à manutenção do entre Estado e o movimento social (PETTINICCHIO, 2012).

Outro conceito é o ciclo de confronto político, definido por Tarrow (2009) como uma fase acentuada do conflito, na qual os primeiros movimentos sociais mais mobilizados dão início ao ciclo e, dessa maneira, possibilitam que outros demandantes menos mobilizados disputem também reconhecimento e resposta. Com os ciclos, são criados quadros interpretativos de ação coletiva. Os quadros permitem vantagens e auxiliam os desafiantes na superação temporária de suas fraquezas na sua base de recursos (TARROW, 2009, p. 182). Os ciclos de confronto geram oportunidades e incentivos para inovações, que são mais raras e arriscadas que fora deste ciclo.

Os repertórios são conceituados por Tarrow (2009, p. 51) como formas em que as pessoas agem conjuntamente em volta das predileções compartilhadas. Os repertórios ajudam a entender os acontecimentos por meio do reconhecimento de um conjunto restrito de condutas que são aprendidas, compartilhadas e executadas por meio de um processo de escolhas. Eles são estabelecidos historicamente, também resultam das opções dos sujeitos e ligam reivindicadores e objetos reivindicados, são estrutural e culturalmente inscritos (TARROW, 2009).

Outro aspecto importante na análise entre movimento sociais e Estado é a mediação realizada. Genericamente, a literatura brasileira divide-se em duas vertentes para analisar essa relação. Uma delas é a vertente crítica que coloca que os partidos políticos corrompem a combatividade e a autonomia dos movimentos sociais; a outra vertente coloca os partidos como parte essencial para que as reivindicações dos movimentos sociais sejam efetivadas politicamente. Os partidos são classificados como distintos aos movimentos sociais (SILVA & OLIVEIRA, 2011).

ARQUEOLOGIA DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: da construção de saberes a polarização dos discursos

Oliveira (2003), classifica a produção de saberes sobre saúde da população negra como o campo de saúde da população negra. O campo tem como característica os estudos e as informações direcionadas ao conhecimento, pesquisas e assistência. O fato de não ser concebido dentro da academia, mas nascer de uma demanda social que se institucionalizou academicamente mantém dificuldades políticas e ideológicas para se legitimar junto às instituições formadoras (OLIVEIRA, 2003). Ainda Maio & Monteiro (2005) afirmam que o campo se constituiu sob a égide de que o racismo, em sua dimensão sociocultural, incide no processo de saúde-doença. O racismo é uma das categorias centrais para análise das desigualdades em saúde, que está intimamente ligado às condições de nascer, viver, adoecer e morrer. O racismo passa a ser tratado como determinante social de saúde⁵.

⁵ Determinante social de saúde são as condições econômicas e sociais que afetam a saúde. Incluem renda, educação, emprego, desenvolvimento infantil, cultura, raça, gênero e condições ambientais.

A reivindicação por saúde no Brasil entra na agenda dos movimentos sociais por volta da década de 1970. Nesse contexto, o movimento negro apresenta as demandas específicas da população negra na discussão sobre saúde. Dessa forma, destaca-se o pioneirismo do feminismo negro na saúde e, com ele, na década de 1980, iniciam as discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos principalmente relacionadas à pauta das esterilizações cirúrgicas. A militância de mulheres negras tentava comprovar a existência de uma “política de natalidade”, em que eram realizadas esterilizações em massa de mulheres negras. A consequência da discussão foi a formação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no ano de 1993, que foi designada a investigar a incidência da esterilização em massa de mulheres no Brasil. O objetivo da CPMI era investigar se a prática da esterilização cirúrgica se configurava como uma política eugênica voltada ao extermínio da população negra (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). Todavia, o que foi indicado pela CPMI foi que,

não havia uma política voltada à saúde da mulher no Brasil; existia interesse internacional na implementação do controle demográfico; as agências controlistas internacionais forneciam recursos financeiros às nacionais como a Bemfam e o Centro de Pesquisa de Assistência Integral à Mulher e à Criança (CPAIMEC); e o Estado não definiu critérios para a prática da esterilização no país (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

Somando-se a isso, relatório indicou que os dados disponibilizados pelo IBGE eram imprecisos quanto à informação raça/cor (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). Contrariando as indicações, a reivindicação teve um importante resultado: todos os brasileiros, a partir da CPMI, passaram a dispor, por meio da Lei do Planejamento Familiar no. 9.263 de 1996, de uma regulamentação para o processo de esterilização.

Uma das primeiras denúncias por meio de dados de pesquisas com recorte racial foi apresentado no documento entregue à presidência da república na realização da Marcha Zumbi dos Palmares (1995). Como parte do conteúdo, lista-se os principais problemas de saúde que atingem a população negra no país. Dados como mortalidade infantil, incidência de miomas em mulheres negras, altas taxas de mulheres negras esterilizadas, prevalência da hipertensão, anemia falciforme e AIDS foram alguns dos agravos citados no documento.

Ainda nesse momento, poucos eram os dados estatais disponibilizados para execução das pesquisas com recorte racial. O quesito raça/cor no sistema de informações sobre saúde foi incorporado somente na década de 1990, em resposta às demandas suscitadas pelo Movimento Negro. Outra oportunidade, que foi geradora de dados, por meio de pesquisas principalmente estatais, foi a da preparação da participação brasileira na Conferência de Durban.

Seguindo as pesquisas preparatórias para Durban, outras foram realizadas e utilizadas como subsidio para a reivindicação e para a justificativa para se construir uma política pública de saúde para a população negra. Destaca-se, com base nos documentos contidos no texto da política elencados pelo ensaio, que as pesquisas trazem dados sobre renda, educação/escolaridade, ocupação, local de moradia, acesso aos serviços de saúde, mortalidade, morbimortalidade e patologias de incidência na população estudada. Destaca-se também o espaço dado a pesquisas e reivindicações que têm como foco as interseccionalidades entre gênero e raça.

Os dados contidos nos documentos, quando tratam das interseccionalidades, dão ênfase à saúde sexual e reprodutiva e indicam desigualdades marcantes. Os dados sobre a saúde da mulher negra indicam que essas mulheres: têm maior chance de gestação na adolescência; realizam menos consultas pré-natais quando comparadas às mulheres brancas (há um protocolo básico de assistência pré-natal que preconiza no mínimo sete consultas durante a gestação). Já seus filhos: têm menos chances de nascerem por parto cesáreo; quando pretos, têm maior chance de nascer prematuros, além de, quando negros, a probabilidade de nascerem com baixo peso é maior.

A POLARIZAÇÃO DISCURSIVA

O debate sobre saúde da população negra, em grande parte, foi polarizado. Então, para compreender os principais pontos contraditórios dos discursos, mobilizou-se a sistematização proposta por Fuks (1998), a de pacotes interpretativos. Nela, é possível mapear e compreender os extensos repertórios enunciados no debate público sobre o tema. Os pacotes ajudam a organizar, por meio de idéias-chave, metáforas, frases de efeito, referências a princípios morais, a disputa discursiva.

Dessa forma, foram construídos dois quadros interpretativos, com a finalidade de apresentar, de maneira resumida o discurso favorável e contrário à política de saúde ter um recorte racial. Como exposto na introdução, utilizaram-se os documentos oriundos do corpus do texto introdutório da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), da publicação Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos e também o relatório da pesquisa Retrato Molecular do Brasil.

Abaixo seguem os dois quadros:

Quadro 1 - Ideias contrárias às políticas de ação afirmativa na saúde

Núcleo da questão	Como caracterizar quem é negro no Brasil.
Núcleo da posição	Políticas de ação afirmativa gerariam uma racialização na saúde.
Metáfora/imagem exemplo histórico visual/	Estados Unidos – conflitos raciais
Caracterizações/ responsabilização	Movimento negro, agências de fomento internacionais, Estado Brasileiro.
Causas	Importação de teorias que não se aplicam a realidade brasileira.
Consequências	Bipolarização das relações raciais. Conflitos/ hostilidades crescentes entre negros e brancos.
Princípios	Preconceito e discriminação racial existem no Brasil. Porém, Políticas de ações afirmativas não são a melhor solução para resolução dos conflitos raciais, pois produzem polaridades e geram conflitos e racialização.

Fonte: FERREIRA, 2016.

Quadro 2 - Ideias favoráveis às políticas de ação afirmativa na saúde

Núcleo da questão	Desigualdades raciais em saúde. Raça e racismo como categorias de importância na política de saúde.
Núcleo da posição	Adoção de medidas de caráter afirmativo com a finalidade de combater/erradicar o racismo e as desigualdades raciais em saúde.
Metáfora/imagem exemplo histórico visual/	Historicamente políticas de saúde caracterizaram-se por incorporar a questão racial, quase sempre de forma a marginalizar/inferiorizar a população negra.
Caracterizações/ responsabilização	Políticas de saúde – Estado. Pesquisas em saúde – academia.
Causas	Racismo institucional. Desigualdade raciais em saúde.

Consequências	Acesso diferenciado aos serviços de saúde da população negra, índices de morbimortalidade maiores nesta população. Raça como um determinante social em saúde
Princípios	SUS é um sistema universal de saúde, diante disso, a população negra deve ter acesso equitativo e igualitário a esse serviço. Ações e medidas que diminuam as desigualdades étnico raciais em saúde, inclusas na política de saúde. Implementação da PNSIPN.

Fonte: FERREIRA, 2016.

GENEALOGIA DO CONFRONTO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Os dados empíricos do ensaio indicam que as oportunidades políticas para construção de uma política de saúde voltada à população negra intensificaram-se nos anos 1980. Além disso, havia previamente discussões sobre reforma sanitária que possibilitaram a questão trazida pelo movimento negro, integrando o ciclo político da reforma. Outro ponto que pode ser destacado é a intensificação das organizações de mulheres negras que colocam a saúde como uma das pautas principais de suas reivindicações:

“[...] eu acredito que foi a institucionalização das organizações de mulheres negras que essa pauta veio a se evidenciar, porque as mulheres negras [...] através das campanhas de [contra] esterilização, das mulheres né, começaram a colocar essa pauta, divulgar mais, colocar essa pauta na agenda nacional. E aí eu acredito que a partir daí, da formação de redes de organizações de mulheres negras que foi quando se começou a se fortalecer mais ainda a agenda da saúde” (entrevistada 6).

Outro ponto importante trazido pelos entrevistados foi a Constituinte que foi catalisadora para algumas questões levantadas pelo movimento negro. A discussão trouxe à tona temas como o racismo, a diversidade étnico-racial, a necessidade de se construir um sistema de saúde universalista e o de colocar o Estado como central na formulação e na execução de políticas públicas de superação das desigualdades existentes no país. Percebe-se desta forma que,

“[...] o Estado é o responsável por garantir os direitos da sociedade naquilo que é o seu papel. O Estado democrático de garantia dos direitos humanos, da dignidade humana, da cidadania e de tudo aquilo que são os fundamentos da constituição brasileira, quem tem o dever de fazer, o dever de garantir é o Estado, através das diversas políticas públicas, inerente à gestão da coisa pública no lato sensu” (Entrevistado 7).

A discussão promovida na constituinte materializou-se por meio da Carta Magna de 1988. Os pontos a serem destacados são: a saúde como direito de

todos e dever do Estado, com acesso igualitário e universal, sem qualquer tipo de distinção, como, por exemplo, a de raça. Também, o racismo passa a ser considerado crime inafiançável.

Na década de 1980, ainda houve a discussão sobre o centenário da abolição da escravatura. A partir desta discussão, houve o estabelecimento do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura que teve, entre uma das medidas, a criação institucional da Fundação Cultural Palmares⁶.

A relação mais significativa na década de 1990 entre Estado e movimento negro foi a de institucionalização. Nela, foram mobilizados repertórios de ação. Um deles foi a *Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida* que ocorreu em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995. Salienta-se que a marcha culminou em outro repertório de mobilização, um documento com reivindicações, entregue ao Presidente da República. Este documento, segundo Veríssimo (2003):

[...] tinha como proposta central transformar a igualdade formal, a igualdade de todos perante a lei, em igualdade substancial: igualdade de oportunidade e tratamento, consubstanciada em propostas de políticas públicas para a população negra expressa em todas as instâncias da vida cotidiana, numa clara demonstração de maturidade do movimento negro que finalmente superava a sua fase de denúncia para transformar-se em propositivo, e tendo a convicção de que a democracia política só se tornaria plena se o país superasse a desigualdade racial" (VERÍSSIMO, 2003, p. 10).

Como resultado, o presidente da república à época, Fernando Henrique Cardoso (FHC), criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra - GTI. Era composto por oito membros da sociedade civil, ligados ao movimento negro e por oito Ministérios e duas Secretarias. Conquistou-se importante espaço dentro da institucionalidade em que foram atribuídas competências de proposição de medidas compensatórias direcionadas a população negra.

Na área da saúde, o GTI propôs um programa direcionado à assistência de pessoas com doença falciforme⁷. Incluiu o quesito raça/cor nas declarações de óbito e de nascidos vivos.

⁶ Fundação vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Sua missão é o reforço à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, além de fomentar o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras. Somando-se a isso, a Fundação é um dos responsáveis pelo reconhecimento e pela titulação das comunidades quilombolas no Brasil.

⁷ O Programa Nacional de Atenção Integral as Pessoas com Doença Falciforme e outras hemoglobinopatias foi instituído somente em 2005 por meio da Portaria 1.018 de 1º de junho, é a diretriz nacional para a

Nos anos 2000, houve a presença de importante catalisador para as demandas do movimento negro. Foi a Conferência de Durban, *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância*, realizada no ano de 2001. Que foi,

“[...] um marco histórico [...] foi a conferencia de Durban. [...] a pauta de Durban já cobrava do Estado Brasileiro, porque cobrava do Estado em todas as áreas o que ele fazia com relação às populações do negro e do índio” (Entrevistado 7).

A construção da participação brasileira para conferência permitiu visualizar o status dado à questão racial pelo Estado (quadro interpretativo). Vislumbrou-se outra dimensão que seria percussora da implementação da SEPPIR. Além de possibilitar acesso aos dados estatais desagregados, oportunizando a qualificação das pesquisas com recorte étnico-racial. Um dos produtos da mobilização brasileira para participação na Conferência foi o relatório que indicou a necessidade de adoção de medidas de caráter afirmativo para populações com histórico de discriminação. A partir daí, como signatário da Declaração e do plano de ação da Conferência, cabe ao Estado brasileiro promover políticas públicas que vão ao encontro das indicações propostas pelo documento.

A disputa eleitoral de 2002 e a participação partidária do movimento negro foram pontos consideráveis, principalmente, a que ocorreu no interior do Partido dos Trabalhadores (PT). Alguns militantes do movimento negro eram filiados ao partido e isso possibilitou a inserção de espaços para a discussão da questão racial. Destaca-se que essa discussão foi bastante conflitiva nas arenas do partido que, por muito tempo, subordinou a questão racial à questão de classe. Porém, os militantes do movimento negro agregaram novo direcionamento, não mais mantendo a subordinação. Mesmo assim, houve disputa, principalmente relacionada ao Plano de Governo do então candidato Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, destinado à formulação de políticas sociais de governo. Nessa disputa, a questão social foi superada e atingiu-se a formulação de um plano de governo específico para a população negra. O plano foi intitulado *Brasil sem Racismo*. É possível verificar que não só a dupla militância influenciou

atenção aos doentes falcêmicos, que indica a rede de atendimento, os exames e medicações de fornecimento obrigatório.

o direcionamento das políticas de Estado do governo Lula ao pautar políticas de ação afirmativa, mas também como o partido político influenciou as ações do movimento negro.

Em 2002, foi eleito a Presidência Luís Inácio Lula da Silva e, com isso, compreendeu-se mais uma oportunidade política para o movimento. Dessa maneira, os esforços da militância direcionaram-se a institucionalização e, como um dos primeiros resultados, o governo recém-eleito institui a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPPIR)⁸, no ano de 2003.

Uma das primeiras ações da nova Secretária foi relacionada à área da Saúde, junto ao Ministério da Saúde. Assim,

A SEPPIR foi fundamental para a inserção do tema saúde da população negra na agenda do Ministério da Saúde - Plano Nacional de Saúde 2004-2007 (recomendações para ações e projetos), se bem que ainda de forma bastante incipiente; na realização do Seminário Nacional de Saúde da População Negra dentre outras ações em desenvolvimento no Ministério. Foi o trabalho da SEPPIR que possibilitou a participação de ativistas e profissionais negros na 12ª Conferência Nacional de Saúde (delegados, relatores de apoio e de síntese) (BATISTA & KALCKMANN, 2007, p. 24).

Para além da institucionalidade da SEPPIR, o movimento negro, as lideranças da tradição religiosa afro-brasileira e alguns pesquisadores da temática étnico-racial mobilizaram participação no controle social, na instância do Conselho Nacional de Saúde, especificamente a 12ª Conferência Nacional de Saúde. Seguindo a isso, em 2004, a SEPPIR, junto ao Ministério da Saúde, instala o Comitê Técnico de Saúde da População Negra (componente do MS). Primeiramente, a composição do Comitê se restringia a técnicos e gestores do MS, por meio da portaria nº. 1. 678/ GM. Fizeram parte da primeira composição do Comitê representantes da secretaria executiva do Ministério da Saúde; da secretaria de Atenção à Saúde; da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; da Secretaria de Vigilância à Saúde; da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; da Secretaria de Gestão Participativa; do Departamento Nacional de Auditoria do SUS; da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; da Agência Nacional de Saúde Suplementar; da Fundação Nacional de Saúde; da Fundação Oswaldo Cruz; do CONASEMS;

⁸ Em outubro de 2015, por meio da medida provisória nº 696, a secretária foi incorporada ao novo [Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos](#), reunindo outras secretarias como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

do CONASS; da FENAFAL; da SEPPIR e pesquisadores de saúde da população negra indicados pela SEPPIR, os quais são: Maria de Fátima Oliveira, Fernanda Lopes, Maria do Carmo Sales Monteiro, Damiana Miranda, Jurema Werneck, Elza Berquó, Isabel Cristina da Cruz, Luiz Ferreira, José Marmo da Silva e seus suplentes.

Outro ponto importante que este ensaio insere é a das estratégias utilizadas pela militância negra. Conforme a TCP foram utilizados os seguintes repertórios, conforme os dados empíricos: 1) Profissionalização acadêmica; 2) Movimento articulado em rede; 3) Institucionalização; 4) Conhecer as instâncias institucionais; 5) Apropriar-se das dinâmicas institucionais.

Por fim, mesmo da adoção de estratégias, os resultados muitas vezes não foram os esperados pelo movimento. Os dados empíricos apontam que mesmo da aprovação da PNSIPN faltaram de ações efetivas para a sua implementação. Logo, a concretização legal não garantiu a implementação da política. Há destaque para pontos, que devido o limite da publicação não serão desenvolvidos, tais como: publicação da portaria, locus da política e falta de militantes em setores/posições decisórios⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria proposta por Foucault permite compreender a existência do racismo presente no Estado e em suas instituições. O exercício da biopolítica e sua relação “fazer viver e deixar morrer” só são possíveis através do racismo. No Brasil, é marcante o racismo institucionalizado como instrumento de exercício de poder pelo Estado e suas instituições, o que pode ser verificado no histórico das políticas públicas de saúde, já que noções racistas e eugênicas aparecem e se transformam ao longo do tempo.

As discussões sobre saber-poder colocam em cena os processos e as lutas que os atravessam, os constituem, e determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento. Os conhecimentos, por sua vez, produziram disputas discursivas polarizadas. As duas argumentações admitem a existência do racismo nas relações sociais. O que é marcante nesses discursos é que eles partem de categorias raciais, ou seja, racializam a discussão.

⁹ Para uma discussão mais detalhada indica-se a leitura da dissertação que origina este ensaio.

Além do saber direcionado à construção de um campo de saúde da população negra, houve a integração de propostas de combate/erradicação do racismo e das desigualdades raciais em saúde. Esse discurso, aliado a uma rede de militantes do movimento negro, de militantes institucionais e de pesquisadores direcionava-se a uma reivindicação política/de poder ao Estado. Destaca-se a institucionalização por meio da SEPPIR que, no caso da saúde, garantiu também a construção de um espaço institucional que assegurasse uma discussão técnica sobre a saúde da população negra. Com isso, a saúde da população negra entra na agenda estatal de políticas públicas por meio de uma militância que se muniu de estratégias para conquista de seus objetivos.

Por fim, considera-se que esse é um dos motivos da manutenção do conflito entre movimento negro e Estado, pois ainda há mecanismos biopolíticos e de biopoder que operam (re)criando formas de manutenção de subalternidade racial, as quais são expressas, nesse caso, pela ocupação de espaços institucionais sem poder decisório/executivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Saúde. **Caderno de Textos Básicos**. Brasília: I Seminário Nacional de Saúde da População Negra, 2004d.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n. 6, p. 153-172, jan.-jun. 2007.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, abr. 2012.

FERREIRA, Junara Nascentes. **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM SAÚDE: a constituição de uma política de saúde para a população negra**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2001.

_____. Verdade e poder. Nietzsche, a genealogia e a história. Genealogia do Poder. In: Foucault, M. **Microfísica do Poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

_____. **Vigiar e Punir**. 33. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007b.

FUKS, Mario. Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 1998.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades Raciais no Brasil**. Brasília: Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, 2000.

KALCKMANN, Suzana; SANTOS, Claudete Gomes dos; BATISTA, Luís Eduardo; CRUZ, Vanessa Martins da. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.16, n.2, p.146-155, 2007.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2001.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: Um debate sobre o pensamento higienista no Brasil do século XIX. MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio. **Etnicidade na América Latina**: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, ago. 2005.

MATTOS, A.L.C.. Contribuições da arqueologia e Genealogia à Análise de Políticas de Saúde. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.219-255. Disponível em: <www.ims.uerj.br/ccaps> Acesso em: 10 maio 2015.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da população negra**: Brasil ano 2001. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

PETTINICCHIO, David. Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy. **Sociology Compass** 6/6, p. 499–510, Blackwell Publishing Ltd., 2012.

SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gerson de L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – Uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 28, set /dez. 2011, p. 86-124.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Editora Vozes, Petrópolis, 2009.

VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. **Educação e desigualdade racial. Políticas de ações afirmativas**. GE n. 21 Grupo de estudos afro-brasileiros e Educação ANPED/2003.

Resumo: Este artigo analisa o processo de tomada de decisão da política de cotas vigente no ensino superior brasileiro, instituída pela lei 12.711 de 2012. A análise incidiu sobre o contexto da elaboração da lei e enfocou o discurso político dos autores de projetos de lei (PLs) que foram discutidos durante a tramitação do texto. Buscou-se elucidar o que orientou os proponentes a atuarem favoravelmente às ações afirmativas (AAs), quais eram os aspectos estruturantes das políticas propostas e quais eram as definições e interpretações sobre a universidade. Pesquisa e análise documental foram realizadas, assim como a análise do discurso do material. Verificou-se que o processo de elaboração da lei de cotas contemplou a discussão de 16 PLs e se deu ao longo de 13 anos. A maioria dos proponentes argumentava que a criação e adoção de AAs neste nível educacional estavam atreladas ao cumprimento de obrigações estatais. A reserva de vagas era sugerida por grande parte dos PLs, mas também se verificou a sugestão de outros três modelos de AAs. Averiguou-se que as cotas com critérios raciais e sociais não constavam no PL originário e passaram a ser discutidas no decorrer da elaboração do texto, estando presentes na lei. Observou-se que predominava a compreensão de que o acesso às universidades públicas federais era desigual e que elas eram detentoras de maior prestígio e legitimidade como instituições educadoras e formadoras, aspectos que levaram à defesa de algumas mudanças e permanências.

Palavras-chave: ações afirmativas; cotas; universidade; discurso político.

Abstract: This article analyzes the decision-making process of the quota policy in force in Brazilian higher education instituted by Law 12.711 of 2012. The analysis focused on the context of the elaboration of the law and focused on the political discourse of the authors of bills (PLs) that were discussed during the course of the text. It was sought to elucidate what guided proponents to act favorably to affirmative actions (AAs), what were the structuring aspects of the proposed policies and what were the definitions and interpretations about the university. Research and documentary analysis were carried out, as well as the discourse analysis of the material. It was verified that the process of elaboration of the quota law contemplated the discussion of 16 PLs and took place over 13 years. Most proponents argued that the creation and adoption of AAs at this educational level were linked to the fulfillment of state obligations. The reservation of vacancies was suggested by most of the PLs, but also the suggestion of three other models of AAs was verified. It was found that quotas with racial and social criteria were not included in the original PL and began to be discussed during the elaboration of the text, being present in the law. It was observed that the prevailing understanding was that access to federal public universities was unequal and that they had more prestige and legitimacy as educating and training institutions, aspects that led to the defense of some changes and permanencies.

Keywords: affirmative actions; quotas; university; political discourse.

¹ Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizou um período de doutorado sanduíche na Universitat Pompeu Fabra (UPF) na Espanha. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: bruna.anhaia@ufrgs.br

INTRODUÇÃO

A desigualdade de acesso ao ensino superior no Brasil é um problema histórico, cuja solução é reivindicada por diversos atores sociais e políticos. Desde os anos 1990, no quadro pós-reabertura democrática, observa-se a crescente denúncia das desigualdades partilhadas por diferentes grupos sociais e a crítica à ausência de políticas públicas mais propositivas quanto à sua atenuação. Isso contribuiu para despertar discussões sobre as ações afirmativas (AAs) em distintos setores, medidas que implicam o tratamento positivamente diferenciado a grupos marginalizados historicamente, com o intuito de contribuir para a sua promoção social (PAIVA, 2010).

Como afirma Piovesan (2008), para além dos dispositivos criados pela Constituição Federal de 1988 e que traduzem a busca da igualdade material, no período se observavam iniciativas neste mesmo sentido. Dentre as quais, mencionam-se a lei 9.100 de 1995, que introduziu a reserva mínima (cota) de 20% das vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres; e o Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto 1.904 de 1996), que faz alusão às políticas compensatórias e prevê como meta o desenvolvimento de AAs em favor de grupos socialmente vulneráveis.

É no início dos anos 2000 que as primeiras universidades brasileiras passam a adotar programas de ação afirmativa (PAAs), são elas: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2001 e a Universidade de Brasília em 2003. Até o ano de 2012, as universidades públicas federais aderiam de forma voluntária a este tipo de política inclusiva e tinham autonomia para estabelecer o desenho de seus programas (cotas, bonificação, etc.). Essa situação foi alterada com a lei 12.711 de 2012 (“lei de cotas”), que instituiu a obrigatoriedade de reserva de vagas nestas instituições de ensino e estabeleceu critérios uniformes de candidatura.

Este artigo analisa o processo de elaboração desta lei, dando enfoque para o discurso político dos autores de projetos de lei (PLs) que foram discutidos durante a tramitação do texto no Congresso Nacional – alguns dos quais, contemplados parcialmente no texto final. A análise teve por objetivo elucidar: o que orientou as iniciativas favoráveis às AAs; os aspectos estruturantes da política proposta (valores, desenho, etc.) e as definições e interpretações sobre a universidade. Parte-se da premissa que as políticas podem ser interpretadas

não apenas quanto aos efeitos que produzem, mas também quanto às relações que criam e os sistemas de pensamento mais amplos nos quais estão imersas (SHORE; WRIGHT, 1997; SHORE, 2010). Decorre daí que a análise do discurso é o método empregado para a análise dos documentos consultados.

O artigo se estrutura em quatro seções: inicia apresentando o tema das ações afirmativas e a discussão da política de cotas na educação superior brasileira, para então discorrer sobre o método e as técnicas de análise empregados nos materiais consultados. O texto segue mencionando brevemente algumas características do sistema de ensino de nível superior no país, abordando o contexto sociopolítico no qual se deu a elaboração da lei de cotas e, na sequência, discorrendo sobre as análises dos PLs discutidos no Congresso Nacional. O artigo encerra com a retomada de alguns resultados e com outras considerações finais.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A evolução da adoção de PAAs no país ocorreu de maneira descentralizada, sobretudo por programas criados pelos conselhos de cada universidade (FERES JUNIOR; DAFLON; GOMES; MIGUEL, 2013), mas também foi marcada por um movimento de oposição. Em decorrência dos debates públicos sobre as ações afirmativas, um grupo de intelectuais redigiu manifestos contrários aos Projetos de Lei de Cotas (PL 73 de 1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198 de 2000) nos anos de 2006 e 2008 (BERNARDINO-COSTA; SANTOS; SILVÉRIO, 2009).²

A adoção de programas de AAs em instituições de ensino superior (IES) de todo o país também provocou questionamentos acerca da sua justiça, adequação e utilidade, dentre outros aspectos (BELLINTANI, 2006). Ações judiciais contrárias a distintos programas, julgadas em última instância pelo Supremo Tribunal Federal em 2012³, alegavam que eles resultavam: no

² O primeiro visava reservar um percentual de vagas nos vestibulares das universidades públicas a jovens oriundos de escolas públicas, estudantes negros e indígenas; já o segundo propunha a extensão das AAs para negros no mercado de trabalho, estabelecendo formalmente um compromisso tanto dos governos e poderes públicos quanto da iniciativa privada para o alcance da igualdade material (BERNARDINO-COSTA; SANTOS; SILVÉRIO, 2009).

³ São elas: a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada em julho de 2009 pelo Partido Democratas (DEM) contra o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília; a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3330, ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem), o Democratas e a Federação Nacional dos Auditores Fiscais da

ferimento da isonomia no concurso vestibular, na realização de um “pacto de mediocridade” no acesso a este nível de ensino, no desrespeito à Constituição de 1988 por descumprir ao preceito de que todos são iguais perante à lei e que o ingresso no ensino superior deve-se dar conforme o mérito de cada um, dentre outros argumentos. A interpretação dos ministros do Supremo, no entanto, divergiu dos requerentes e por unanimidade votaram pela consitucionalidade das AAs (ANHAIA, 2013).

Paralelamente a estes acontecimentos, verifica-se a tramitação do já citado PL 73 de 1999, de autoria da então deputada federal Nice Lobão. O Projeto, que estabelecia a obrigatoriedade da reserva de vagas em universidades públicas e a sugeria nas universidades privadas, deu origem ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 180 em 2008. Após a sua tramitação no Senado Federal, onde foi objeto de novas discussões e modificações, o Projeto foi encaminhado ao sancionamento ou veto presidencial. O texto foi sancionado, com vetos parciais, em 29 de agosto de 2012 e deu origem à lei 12.711.

De acordo com o texto da lei, as universidades e os institutos técnicos federais deveriam reservar 50% das vagas ofertadas para essa modalidade de ingresso, subdividindo-se as cotas nas 4 categorias: (a) egressos do ensino médio de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*; (b) egressos do ensino médio de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*, com registro de autodeclaração étnico-racial (preto, pardo ou índio); (c) egressos do ensino médio de escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*; e, (d) egressos do ensino médio de escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*, com autodeclaração étnico-racial (preto, pardo ou índio) (BRASIL, 2012).⁴

A tomada de decisão que resultou neste texto também contemplou o debate entre atores políticos com diferentes perspectivas a respeito do problema público da desigualdade de acesso ao ensino superior, de sua origem e das soluções cabíveis. Neste artigo, optou-se por analisar o discurso político de

Previdência Social (Fenafisp) contra o ProUni a nível nacional; e, o Recurso Extraordinário (RE) 597258 RS, foi interposto pelo estudante Giovane Pasqualito Fialho contra as cotas na UFRGS (ANHAIA, 2013).

⁴ Em 28 de dezembro de 2016, o texto é atualizado pela lei 13.409 e passa a contemplar a reserva de vagas para pessoas com deficiência – seja ela: física, auditiva, visual, intelectual, transtorno do espectro autista ou deficiência múltipla.

atores que têm em comum a compreensão de que as ações afirmativas são uma via de acesso a este nível educacional e chegam a propô-las em PLs. Realizou-se então a leitura dos documentos de suas proposições, os quais consistem em dados primários, pois não receberam qualquer tratamento analítico anteriormente (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). As fontes de informação foram os portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e se tomou como ponto de partida o PL 73 de 1999, identificado por estes meios oficiais como o projeto originário à lei de cotas.

Entendeu-se por discurso político todo aquele discurso que se inscreve numa atividade de comunicação (debate, discurso partidário, conferência de imprensa, etc.) no qual o quadro espaço-temporal, o *status* e os papéis dos atores, as finalidades e ações produzem efeitos políticos possíveis (VAN DIJK, 1997). Os textos em análise, correspondentes a distintos PLs, manifestam discursos políticos que se inscrevem em eventos comunicativos como as sessões parlamentares no Plenário do Congresso Nacional e as reuniões das comissões temáticas, ocasiões em que se argumenta e debate nos prédios do governo brasileiro, na competência oficial e durante eventos oficiais.

Os PLs tiveram a análise pautada nos pressupostos da análise do discurso, rejeitando a noção de que a linguagem é um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, e entendendo que “grande parte do discurso está implicada em estabelecer uma versão do mundo diante de versões competitivas” (GILL, 2002, p. 250). Considerando-se que há versões distintas sobre as origens da desigualdade de acesso à educação superior e das possíveis soluções a ela, por exemplo, fizeram-se dois tipos de análise: (1) a análise argumentativa, buscando compreender como foram organizados os argumentos e como se estruturava o raciocínio que orientou a defesa dos pontos de vista dos proponentes (CHARAUDEAU, 2008); e, (2) a análise deôntica, visando compreender as suas noções de obrigação e permissão em relação ao Estado brasileiro e à universidade pública federal (LYONS, 1977).

Os resultados apresentados contribuem ao entendimento de uma das etapas da política pública de cotas no ensino superior (formulação) e, em especial, à compreensão de uma dimensão pouco estudada desta ação afirmativa (o discurso político de atores envolvidos no processo). Constituem-se, ainda, os primeiros passos de uma investigação em andamento.

O CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DA LEI

O sistema de ensino superior brasileiro é complexo e diversificado. Como afirma Neves (2014), o país conta com IES públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (confessionais, particulares, comunitárias e filantrópicas), assim como uma organização acadêmica na qual se dá a coexistência de instituições universitárias e instituições não universitárias.

[Tratam-se de] *i) instituições universitárias*: as universidades que têm como função o ensino, a pesquisa e a extensão e que devem ter um terço dos professores com título de mestre ou doutor e um terço trabalhando em dedicação exclusiva; e os centros universitários, que se caracterizam pela oferta qualificada do ensino, não precisando manter atividades de pesquisa e gozando de autonomia para criar cursos ou vagas; [...] *ii) as IES não universitárias*: compreendem as faculdades e os centros e institutos tecnológicos, voltados basicamente para as atividades de ensino, não gozando de autonomia e que dependem do Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação de novos cursos e vagas (NEVES; MARTINS, 2016, p. 100).

O sistema ainda é marcado pela predominância do setor privado em relação ao setor público de educação superior, bem como pela desigualdade de acesso entre diferentes grupos populacionais. A predominância do setor privado está atrelada às duas ondas de expansão de matrículas neste nível de ensino: a primeira, de meados de 1960 até o início dos anos 1980; e, a segunda, iniciada em meados da década de 1990. Se, em 1960, 55,9% dos estudantes matriculados no ensino superior frequentavam o setor público; em 1970, o percentual era de 49%. Em 1975, 62% dos estudantes já frequentavam o setor privado (NEVES, 2012).

No início dos anos 2000, quando são registradas as primeiras experiências de PAAs em universidades públicas, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) evidenciavam grandes desigualdades por cor e renda no acesso a este nível educacional. Em 2001, o percentual de brancos entre 18 e 24 anos que frequentavam o ensino superior correspondia a 39,6% e a frequência chegava a 10,2% entre os negros nesta faixa etária. Os dados também demonstravam que, entre os jovens de 18 a 24 anos que frequentavam o ensino superior público, predominavam os estudantes provenientes de famílias dos quintos de renda mais rico (quinto quinto): 59,2% – no outro polo, os jovens provenientes de famílias do primeiro quinto de renda equivaliam a 2,3% dos

estudantes no setor (IBGE/PNAD, 2002). Neste cenário, intensificam-se as demandas pela promoção de políticas inclusivas neste nível educacional.

Se a entrada do tema das AAs na agenda política brasileira tem como um dos marcos a participação do governo na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, as discussões sobre o tema das AAs têm seu auge quando Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da República em 2003. Nesse ano, algumas universidades já implementavam medidas de inclusão de alunos egressos de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com deficiência ou de baixa renda, assim como passavam a questionar a cor do seu alunado e seu papel na sociedade enquanto instituição pública (NEVES, 2014; PAIVA, 2013).

Com um governo mais poroso às reivindicações dos movimentos sociais, a década de 2000 “representou o momento de maturidade para o processo de se pensar em novas políticas públicas que tornassem mais democrático o acesso ao ensino superior” (PAIVA, 2013, p. 49). Foi então no decorrer dos dois mandatos do presidente Lula (2003-2010) que se deu grande parte do processo de tramitação do texto da lei de cotas, quando foi discutido e votado em diferentes instâncias do Congresso Nacional.

Desde o PL originário até o sancionamento da lei de cotas, transcorreram 13 anos de discussão e elaboração de seu texto, contemplando os mandatos de 3 presidentes da República (Fernando Henrique, Lula e Dilma Vana Rousseff). Neste período, outros 15 PLs com a mesma temática foram apresentados no Congresso e se somaram às discussões e/ou foram contemplados no texto da lei de 2012.⁵

OS PROJETOS DE LEI E OS DISCURSOS POLÍTICOS

Os textos dos PLs analisados apresentavam dois elementos: um diagnóstico sobre a situação na qual se pretendia intervir e a indicação mais ou menos explícita sobre as razões para aprovar a sua proposição de política

⁵ São eles: o PL 1.447 de 1999, PL 1.643 de 1999, PL 2.069 de 1999, PL 615 de 2003, PL 373 de 2003, PL 1.313 de 2003, PL 2.923 de 2004, PL 3.627 de 2004, PL 1.330 de 2007, PL 1.736 de 2007, PL 14 de 2007, PL 3.913 de 2008, PLS 215 de 2003, PLS 344 de 2008 e PLS 479 de 2008.

pública como uma solução, sendo expressas numa justificativa. Quanto aos diagnósticos, verificou-se que os autores frequentemente identificavam uma origem ao problema público da desigualdade de acesso ao ensino superior e atribuíam-lhe um caráter histórico.

Segundo os proponentes, a baixa qualidade do ensino básico público coloca seus egressos em condições desiguais para a concorrência por vagas nas instituições de ensino superior. Consequentemente, estas instituições passam a ser frequentadas principalmente por egressos da educação básica privada – condição agravada nas IES públicas, onde a concorrência por vagas é mais elevada. Alguns proponentes ainda somavam a isso a exclusão sistemática a que são submetidos alguns grupos raciais (indígenas e negros) e sociais (pessoas com baixa renda), distanciando-lhes do usufruto de direitos e serviços, contribuindo para que as IES públicas sejam mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no país.

No que diz respeito às origens da desigualdade na educação superior, pode-se afirmar que autores de diferentes PLs partilhavam do entendimento de outros atores que debatem a temática da AA no Brasil (movimentos sociais, políticos etc.) e, assim, faziam o uso dos mesmos argumentos. Referem-se à denúncia do mito da democracia racial, que difundiria a ideia de que existe a convivência harmônica entre raças e cuja ampla aceitação teria contribuído para a dissimulação do racismo na sociedade brasileira; à desvantagem competitiva de egressos de escola pública nos processos seletivos para as instituições de ensino superior, decorrente da queda de qualidade do ensino na educação básica do setor; e, às desvantagens cumulativas a que estão sujeitos dados grupos sociais (ANHAIA, 2013; FERNANDES, 1989; GUIMARÃES, 2006; HERINGER; FERREIRA, 2009).

Tendo em vista que os PLs em análise correspondem a proposições de políticas públicas, pode-se afirmar que os autores compartilhavam do entendimento de que o Estado brasileiro deve ou pode atuar no sentido de solucionar o problema das desigualdades de acesso ao ensino superior. Atribuir um caráter de obrigação ou permissão à intervenção do Estado, entretanto, pode ser a implicação de compreensões distintas a respeito de sua urgência e do compromisso de executá-la.

[1] *É preciso* pensar numa forma de distribuir mais equitativamente esses recursos destinados ao ensino universitário, a fim de atender também à maioria, que vive excluída de seus benefícios (trecho do PL 1447 de 1999, grifo nosso).

[2] O cumprimento deste dispositivo constitucional [Constituição Federal de 1988, artigo 205: educação como direito de todos e dever do Estado e da família] *exige* uma democratização do acesso à escola. E isto só se dá com o rompimento das rígidas normas que regulam o ingresso dos alunos às instituições de ensino. [...] *é necessário* reformular as normas que regem o ingresso dos alunos às instituições de ensino superior (trecho do PL 2069 de 1999, grifo nosso).

De maneira geral, enunciavam-se como obrigações do Estado: abrandar ou eliminar os obstáculos no acesso a este nível de ensino, de modo a garantir um sistema educacional mais equitativo e democrático, viabilizando a oportunidade de estudo e conquista do diploma universitário a dados grupos populacionais.

Nestes e noutros trechos, observou-se que os autores dos PLs se referiam a obrigações de dois tipos: internas/morais (decorrente dos princípios democráticos, de dignidade e etc.) e externos/materiais (devido aos dispositivos da Constituição Federal, aos compromissos assumidos com entidades nacionais ou internacionais e etc.) (ALMEIDA, 1988). Pode-se dizer que ao se utilizar destes argumentos os proponentes tinham a expectativa que os outros se convencessem da legitimidade do Projeto em virtude dos fins e dos valores que o norteavam (WEBER, 2014).

A modalidade permissão, por outro lado, foi menos empregada como recurso argumentativo nos textos de justificativas dos PLs. Quando utilizada, assumia principalmente a função de demarcar possibilidades, como ocorre nos trechos:

[3] Democratizando o acesso a todos, estaremos contribuindo para a experiência de um alunado com maior diversidade socioeconômica e cultural. Isto *permitirá* uma maior inserção da sociedade na universidade (trecho do PL 2069 de 1999, grifo nosso).

[4] [...] parece-nos justo e *oportuno* oferecer a pessoas de mais idade, que há tempo deixaram de estudar, a oportunidade de qualificar-se e de contribuir para a coletividade. Outrossim, julgamos conveniente deixar a critério de cada instituição a definição do percentual mais adequado às condições da sociedade e da região na qual está inserida (trecho do PL 373 de 2003, grifo nosso).

O uso das expressões sinalizadas pretendia então indicar que as cotas representavam uma possibilidade de maior inclusão social na universidade (exemplo 3) e que havia condições de possibilidade para a oferta de cotas àquele grupo populacional (exemplo 4).

Em diferentes manifestações, observou-se que se atribuiu um caráter processual à origem do problema da desigualdade de acesso à educação superior e também à sua solução. É neste cenário marcado por problemas sociais, educacionais e econômicos, cujas origens remontam a um passado distante, que se justifica a adoção de políticas públicas emergenciais e focalizadas. Nesta perspectiva, as AAs se mostram então adequadas, pois se destinam a atuar pontualmente e trazem em sua concepção o mote de combater manifestações flagrantes de discriminação e também engendrar transformações culturais e sociais relevantes (GOMES, 2001; OLIVEN, 2007).

Cabe destacar que a proposição de ações afirmativas no modelo de cotas não era unânime entre as proposições: a criação de vagas extras foi sugerida por 1 PL e a dispensa ou bonificação em processo seletivo foram sugeridas por 2 PLs. Ademais, ressalta-se que, embora o PL originário de 1999 contemplasse apenas cotas para egressos de ensino médio (público ou privado), a lei de 2012 passou a destiná-las apenas para egressos de escolas públicas e também a contemplar negros e indígenas. A participação do governo brasileiro na Conferência de Durban, em 2001, pode ser vista como um dos incentivos para que outros PLs discutidos ao longo da tramitação do texto, e mesmo a lei, contemplassem a questão racial.

Pode-se dizer que os proponentes recorriam a estratégias de convencimento que consideravam mais eficazes, uma vez que agiam na expectativa de adesão dos outros aos seus posicionamentos. Verificou-se a incidência de menções a estudos realizados por diferentes instituições (Universidade de São Paulo, Fundação Nacional do Índio e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A referência aos estudos estatísticos tinha por objetivo apresentar números que auxiliassem a justificar seus posicionamentos – recurso argumentativo denominado *number-game* (VAN DIJK, 2015). Foram também citadas autoridades científicas ou políticas (Darcy Ribeiro e ONU), bem como os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na adoção de AAs.

Depreende-se que, na interpretação dos autores dos PLs, o ambiente cultural mais amplo aceita como legítimas as citadas formas de conhecimento (científico) e autoridades (científicas e políticas). Ainda no que diz respeito ao conhecimento, observou-se a pressuposição da existência de uma base comum (*common ground*) entre os parlamentares. Nesta base, citam-se as pressuposições de conhecimentos dos seguintes eventos e fatos: a participação do Brasil na Conferência de Durban e os compromissos lá assumidos e também o reconhecimento da ONU como uma importante entidade na luta por direitos humanos.

Buscando convencer os demais parlamentares, os propositores dos PLs apresentavam justificativas a ações orientadas por valores e fins relativos à política de cotas (WEBER, 2014). Pode-se dizer que as do primeiro tipo podiam ser enquadradas em três valores, quais sejam: justiça, igualdade e diversidade. Quanto às do segundo tipo, orientavam-se pelos seguintes fins: melhoria das condições de vida populacionais ou das instituições, cumprimento de responsabilidades e capacitação da população.

As proposições analisadas partem do princípio que o acesso às universidades públicas federais é desigual, sendo frequentadas, sobretudo, por pessoas brancas e com maior poder aquisitivo. Ainda foram atribuídas a estas instituições: a excelência acadêmica e a alta exigência em processos seletivos. Complementarmente, nas ocasiões em que as universidades privadas foram mencionadas se percebeu distintas interpretações quanto à qualidade de seu ensino (bom ou ruim). Portanto, verifica-se um imaginário que confere maior prestígio às universidades federais, que lhe atribui legitimidade como instituição educadora e formadora e que reconhece o valor simbólico de seus diplomas (BOURDIEU, 2014; CEGARRA, 2012).

Esse imaginário regulou a ação social dos proponentes no sentido de lutar por algumas mudanças e defender algumas permanências. No que tange às mudanças, pode-se mencionar a busca por democratizá-la – garantir o acesso de não brancos e pessoas de baixa renda às suas vagas e a uma formação de qualidade. Entre as permanências, observou-se defesa do mérito e da excelência acadêmica.

[5] Note-se que o projeto de lei que apresentamos prevê a criação de novas vagas, para os indígenas que conseguirem aprovação no processo seletivo. Assim, fica resguardado o sistema de *mérito*

acadêmico e os direitos dos demais candidatos aprovados (trecho do PL 615 de 2003, grifo nosso).

[6] O argumento utilizado de que a universidade, como centro de educação por excelência, deve ser reservada para alunos bem preparados, ou seja, para aqueles que frequentaram escolas de 1º e 2º graus de boa qualidade nos parece falho, além de discriminatório. Pesquisas revelam que alunos oriundos de escolas públicas e com desvantagens socioeconômicas confirmadas têm *desempenho acadêmico* estatisticamente semelhante aos outros alunos (trecho do PL 2069 de 1999, grifo nosso).

Resguardados os princípios do mérito, através da continuidade de exigência de aprovação em processos seletivos, e da excelência acadêmica, com a observação da continuidade do desempenho acadêmico de seus estudantes, pode-se dizer que nem todos os aspectos da universidade são postos em questão. Infere-se então que estas AAs teriam como propósito não a reconsideração completa da instituição, mas o reajuste de alguns de seus elementos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou o processo de tomada de decisão da política de cotas no ensino superior brasileiro, instituída pela Lei 12.711 de 2012. A análise incidiu sobre a elaboração da lei no Congresso Nacional e enfocou o discurso político de proponentes de ações afirmativas. Através da pesquisa e análise documental, buscou-se elucidar o que lhes orientou a atuarem favoravelmente a elas, quais eram os aspectos estruturantes da política proposta e quais eram as definições e interpretações sobre a universidade. O material teve a análise orientada pelos pressupostos da análise do discurso.

Verificou-se que as fontes oficiais atribuem a origem da lei de cotas ao PL 73 de 1999, de autoria da então deputada federal Nice Lobão. Desde o PL originário até o sancionamento da lei, transcorreram 13 anos de discussão e elaboração de seu texto. A tramitação do texto se deu no decorrer dos mandatos de 3 presidentes da República, sendo a maior parte ao longo dos mandatos do presidente Lula. Neste período, outros PLs com a temática das ações afirmativas foram apresentados no Congresso Nacional e se somaram às discussões e/ou foram contemplados no texto da lei. Ao total, a discussão abrangeu 16 PLs.

Em sua maioria, os autores dos Projetos argumentavam que o problema da desigualdade de acesso ao ensino superior é histórico e tem origem na baixa

qualidade do ensino básico público e na exclusão sistemática de alguns grupos raciais e sociais. Observou-se que os proponentes defendiam a adoção de AAs recorrendo ao argumento de obrigações estatais decorrentes: dos princípios democráticos e de dignidade, dos dispositivos da Constituição Federal, dos compromissos assumidos com entidades nacionais ou internacionais, dentre outras.

A adoção de ações afirmativas no modelo da reserva de vagas era sugerida por grande parte dos PLs, mas outros três modelos foram sugeridos (criação de vagas extras e dispensa ou bonificação em processo seletivo). As cotas com critérios raciais e sociais não eram previstas no PL originário, mas passaram a ser discutidas no decorrer da elaboração do texto e estão presentes na lei sancionada em 2012. A participação do governo brasileiro na Conferência de Durban, em 2001, pode ter sido um dos incentivos à mudança quanto ao critério racial.

Autoridades políticas e científicas foram citadas pelos proponentes com a finalidade de convencer os seus interlocutores. Apresentaram-se justificativas à ação estatal orientadas pelos valores da justiça, igualdade e diversidade, assim como orientadas pela melhoria das condições de vida populacionais ou das instituições, cumprimento de responsabilidades e capacitação da população como fins.

A análise dos PLs evidenciou que as proposições partem do princípio que o acesso às universidades públicas federais é desigual e elas são frequentadas, sobretudo, por pessoas brancas e com maior poder aquisitivo. Verificou-se, ainda, um imaginário que conferia maior prestígio às universidades federais, o qual lhes atribuía legitimidade como instituições educadoras e formadoras e que reconhecia o valor simbólico de seus diplomas. Tal imaginário regulou a ação social dos proponentes, levando-os a lutar por mudanças e também a defender permanências.

A análise permitiu identificar alguns dos pontos convergentes e divergentes das versões de mundo defendidas pelos autores dos projetos de lei e que competiam pela dominância na arena política. O aprofundamento das análises apresentadas e a relação destes elementos com o processo de implementação da política de cotas nas universidades federais, entretanto,

merecem mais atenção. Estas e outras questões estão no cerne da investigação de doutorado desta autora.

REFERÊNCIAS

ANHAIA, Bruna Cruz de. **Educação superior e inclusão social - um estudo comparado de duas ações afirmativas no Brasil: dos debates à prática**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2013.

ALMEIDA, João de. **A categoria modalidade**. Ponta Grossa: Uniletras, 1988.

BELLINTANI, Leila Pinheiro. **Ação afirmativa e os Princípios do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 2012, Seção 1, p. 1-2.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; SANTOS, Sales Augusto dos; SILVÉRIO, Valter Roberto. Dossiê Relações Raciais em Perspectivas. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 215-222, jul./dez. 2009.

CEGARRA, José. Fundamentos Teórico Epistemológicos de los Imaginarios Sociales. **Cinta moebio**, n. 43, 1-13, 2012. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/cmoebio/n43/art01.pdf>> Acessado em: 02 de nov. de 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; RAMOS, Pedro; MIGUEL, Lorena. O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais. **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, IESP-UERJ, setembro, 2013. p. 1-34.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, nov 2006.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HERINGER, Rosana Rodrigues; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: DE PAULA, Marilene; HERINGER, Rosana Rodrigues. **Caminhos convergentes – Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid. p. 137-162.

IBGE/PNAD. **Síntese de indicadores 2011**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acessado em: 08 de out. de 2017.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Educação Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Trabalho apresentado no Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA) - 2012. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf> Acessado em: 19 de set. de 2017.

____. Enseñanza Superior en Brasil y las políticas de inclusión social. **Páginas de Educación**, Montevideo, v. 7, n. 2, p. 299-320, jul-dic 2014. Disponível em: <<https://revistas.ucu.edu.uy/index.php/paginasdeeducacion/article/view/511>>. Acessado em: 25 out. 2017.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo. **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p. 95-124.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, ano XXX, n. 1 (61), jan./abr. 2007, p. 29-51.

PAIVA, Angela Randolpho. Apresentação. In: PAIVA, Angela Randolpho. **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Editora, 2010. p. 7-18.

____. Políticas públicas, mudanças e desafios no acesso ao ensino superior. In: PAIVA, Angela Randolpho. **Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 40-73.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008, p. 887-896. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, número I, jul. 2009, s.p.

SHORE, Cris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la "formulación" de las políticas. **Antipoda. Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, n. 10, jan. 2010, p. 21-49. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/814/81415652003.pdf> Acesso em: 28 out. 2017.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. **Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Power**. London, New York: Routledge, 1997.

VAN DIJK, Teun Adrianus. What is political discourse analysis? **Belgian Journal of Linguistics**, n. 11, 1997, p. 11-52.

____. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

ATIVISMO E MÚLTIPLOS ENGAJAMENTOS: a percepção de ativistas do movimento negro sobre a múltipla militância

Sara Talice Santos Bastos¹

Resumo: A análise aqui apresentada versa sobre as percepções dos ativistas de movimento social sobre as suas trajetórias de múltiplos engajamentos. A pesquisa contou com sete entrevistas de militantes de uma organização de movimento negro do Rio Grande do Sul que possuíam ou possuíram, em alguns momentos da sua trajetória, múltiplas inserções militantes. Foram analisados três aspectos centrais do múltiplo engajamento: as percepções dos ativistas sobre a militância múltipla, os conflitos – internos e externos – inerentes a esse tipo de atuação e as suas percepções de autonomia do movimento social. Constatou-se que os ativistas possuem diferentes percepções sobre esses três aspectos, entretanto, a dimensão de autonomia, dentre essas três, é a causadora de maior dissenso, sendo central na compreensão das trajetórias dos ativistas, nos processos de filiação e desfiliação nos múltiplos espaços de atuação política.

Palavras-chave: movimentos sociais, múltiplos engajamentos, conflitos, autonomia.

Abstract: This analysis deals with the activists' perceptions of social movement about their multiple engagement trajectories. This research included seven interviews with militants of a black movement organization from Rio Grande do Sul that had or previously have had multiple trajectory insertions as militants at some moment. The analysis of multiple engagements considered three central aspects: activists' perceptions of multiple militancy; both internal and external inherent conflicts that characterizes this type of action; and militant's perceptions over social movement's autonomy. It was observed that the activists have different perceptions about these three aspects. However, among them, the dimension of autonomy causes greater dissent, being central in the understanding of activists' trajectories, concerning their processes of inclusion and exclusion in the multiple spaces of political action.

Keywords: social movements, multiple engagements, conflicts, autonomy.

INTRODUÇÃO

Reabertura política, Brasil, afinal de década de 1970. Retomava-se ali o processo de militância política organizada no país. Movimentos sociais, partidos, associações políticas, sindicatos. Pipocavam por toda parte do país organizações que visavam intervir no processo político através da luta organizada.

¹ Mestra e doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com experiência em análise de políticas públicas, movimentos sociais e intersecção sociedade civil e Estado. Membro do Grupo de pesquisa Sociedade e Políticas Públicas.

Rearticulavam-se os movimentos sociais, dentre eles o movimento negro. Em 1978, em frente ao Teatro Municipal da cidade de São Paulo, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente identificado somente como Movimento Negro Unificado, fazia o seu ato de abertura. Iniciando uma nova fase de militância negra brasileira. Inspirados, principalmente, na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e pela independência de países africanos (PEREIRA, 2008).

O Movimento Negro, reiniciado no final de 1970, via a necessidade de unir-se com outros grupos de mobilização social que, como ele, entendia que, para ter quaisquer direitos, antes era necessário o fim da ditadura militar. Nesse sentido, o I Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra propunha “nossa unificação com todas as entidades, associações, sindicatos, partidos e setores, que incluam essa luta em suas reivindicações”² (KOLISSG, 2008, p. 34). Os militantes do Movimento Negro eram incentivados a participarem de grupos em outras organizações sociais, ampliando a luta pela democracia e também iniciando grupos de reivindicação racial nesses locais (KOLISSG, 2008).

Surgem, assim, grupos de discussões e de mobilização negra dentro dos sindicatos e dos partidos que nasciam a partir de 1980. Isso gerou uma dupla influência: enquanto os movimentos inseriam a questão racial dentro dos sindicatos e dos partidos, essas instituições influenciavam ideologicamente o movimento, trazendo-o cada vez mais para perto de uma linha política de esquerda. O Movimento Negro Unificado (MNU) nasce em 1978 já sob a influência de organizações de esquerda, articulando a luta contra as desigualdades raciais com a luta contra as desigualdades de classe (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

O movimento negro nasce, assim, interconectado com outros espaços de militância política. Muitos dos seus ativistas possuíam mais de um tipo de engajamento político, circulando por meio de partidos, sindicatos, ONGs, associações etc. Esses múltiplos engajamentos é o que buscamos elucidar nessa pesquisa, focando como os ativistas percebem essas relações de múltiplas inserções, seu engajamento e sua militância no movimento social.

² Panfleto do Grupo Negro da PUC “Iº Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra” In Dossiês 20-C-44 – 17287. DEOPS/SP, DAESP.

Nesse texto, enfocamos analisar as percepções dos ativistas sobre esse tipo específico de engajamento, lançando luz sobre três aspectos: a percepção deles sobre a militância múltipla, sobre os conflitos inerentes a essas atuações e sobre as suas percepções sobre autonomia. Foi escolhido, como recorte da pesquisa, ativistas de uma organização do Movimento Negro do estado do Rio Grande do Sul.³ O Movimento Negro foi escolhido devido à sua histórica intersecção em partidos políticos e à sua atuação por dentro do Estado.

Foram entrevistados, no total, sete ativistas da mesma organização de movimento social negro. A relação dos ativistas entrevistados encontra-se abaixo.

Quadro I – Relação de entrevistados e participação no movimento

Ativista⁴	Participação no Movimento
Entrevistado I- Andressa	Membra da organização
Entrevistado II- Rafaela	Membra da organização e ex-coordenadora em âmbito estadual
Entrevistado III- Israel	Ex-membro da organização
Entrevistado IV- Maicon	Coordenador da organização
Entrevistado V- José	Ex-membro da organização
Entrevistada VI- Iara	Membra da coordenação da organização em âmbito estadual
Entrevistado VII- Gabriel	Membro da coordenação da organização em âmbito estadual

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Foram feitas entrevistas com todos os entrevistados. As entrevistas foram gravadas e transcritas. A técnica de análise dos dados foi a análise de discurso, com a qual, a partir dos dados (a fala dos ativistas), buscamos compreender os sentidos, as percepções, os valores e as ideias que estavam ali subjacentes.

Esse artigo está dividido em três partes além dessa introdução. São apresentados, primeiramente, os entrevistados, as suas trajetórias de militância. Após, são apresentados alguns aspectos interessantes sobre as trajetórias, sendo observadas as múltiplas inserções militantes. Por fim, são apresentadas

³ O nome da organização de movimento social estudada foi omitido a fim de manter o anonimato da organização e dos entrevistados

⁴ Os nomes dos entrevistados são fictícios a fim de manter a identidade dos entrevistados.

as percepções dos ativistas sobre os aspectos observados na pesquisa, a múltipla militância, os conflitos e a autonomia do movimento social.

AS TRAJETÓRIAS DE MILITÂNCIA

Os militantes que fazem parte dessa pesquisa fazem ou fizeram parte de uma organização de movimento negro do Rio Grande do Sul. O corpus da pesquisa constitui em sete trajetórias distintas. Não faremos, entretanto, uma análise minuciosa das trajetórias de vida desses militantes (a criação, a sua 'descoberta' enquanto negro, o desenvolvimento da identidade negra etc.). Focaremos em relatar, de maneira sucinta, as trajetórias militantes desses atores, as trajetórias que se constituíram dentro do Movimento Negro.

ANDRESSA

A primeira entrevistada, Andressa, possui um curso bastante linear. Começou a sua trajetória de militância no sindicato onde começara a trabalhar em 1993. Segundo a militante, o sindicato abriu, de fato, a oportunidade de uma militância consistente, tornando, o que antes era um interesse, uma curiosidade, em atuação política propriamente dita.

No sindicato, a militante filia-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas mantém uma relação de distanciamento com o partido. Como ela mesma coloca: 'eu dou o meu voto, mas não uso eles assim pra nada' (Entrevista ANDRESSA).

A militância no Movimento Negro inicia-se no sindicato a partir da criação de um coletivo de negros e negras, em 2005. É a partir desse coletivo que, em 2007, a militante conhece a organização estudada e filia-se a essa instituição.

Na organização de movimento social, a militante atuou na coordenação municipal (Porto Alegre), mas, por conta de conflitos políticos/ideológicos, aponta a gestão como ilegítima e deslegitimada. A crítica feita pela militante é a de que houve manipulação por parte dos partidos políticos dentro do movimento. Pela compreensão de que partidos políticos influenciaram as eleições e a gestão da última coordenação, a militante une-se a uma nova corrente dentro do movimento que visa à autonomia, principalmente em relação aos partidos.

RAFAELA

A segunda entrevistada apresenta uma trajetória de múltiplas inserções. A militante começa a sua história no Partido dos Trabalhadores.

A atuação partidária iniciou-se ainda na adolescência e prolongou-se para o resto da vida da militante. Diferentemente da primeira entrevistada, essa militante apresenta uma atuação partidária muito mais orgânica, participando ativamente do partido. Dentro do partido, em 2003, começa a participar da setorial de combate ao racismo, que hoje se transformou em secretaria.

A militante começa, em 1989, a trabalhar dentro de uma empresa estatal, no qual hoje ocupa um cargo político (FG⁵ - Função Gratificada). Nessa empresa, a militante veio a ocupar um cargo de coordenadora da comissão de políticas raciais, cargo que foi perdido por causa de conflitos entre a militante e membros da gestão da empresa e do partido. Esses conflitos ocasionaram a perda do espaço de coordenação e a realocação da militante para outro espaço na empresa.

A sua inserção no Movimento Negro deu-se pela ocupação do espaço como coordenadora de políticas raciais na gestão, o que possibilitou a ela o contato com outros militantes da causa negra. Esse encontro com os outros militantes ocasionou a entrada da ativista na organização de movimento social. A partir dessa entrada, que se deu em 2004, a militante atuou na coordenação municipal (Porto Alegre), e na coordenação estadual.

ISRAEL

O terceiro entrevistado não possui, atualmente, múltiplos engajamentos. O militante inicia a sua militância muito influenciado pela sua vivência familiar (apesar de desterritorializados, seus pais eram originários de comunidades quilombolas). O militante iniciou a sua trajetória em movimentos populares, na rearticulação das associações de moradores. Após isso, iniciou a sua militância sindical sem nunca, porém, perder o olhar para a questão racial.

⁵ FG (Função Gratificada): Cargo oferecido pelo partido governante a funcionários de organizações estatais. “Ato de investitura de servidor público efetivo, por meio de designação, para função gratificada retribuída com gratificação.” (fonte: <http://www.dgp.unb.br/guia-do-servidor/83-designacao-para-funcao-gratificada-fg>).

Foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores com quem rompeu e do qual desfilou-se no final de década de 1990. Apresenta uma singularidade em relação ao partido, mesmo sendo filiado, e, participando organicamente até o seu desligamento, o militante diz nunca ter participado de nenhuma comissão racial dentro do Partido dos Trabalhadores, separando, assim, a sua militância partidária da social, para, segundo o militante, ‘evitar a contaminação’.

A militância no Movimento Negro inicia-se em 1994, quando o militante adentra a organização de movimento social estudada, fazendo parte praticamente da coordenação estadual até 2010. Por divergências ideológicas sobre a autonomia, afasta-se da coordenação da organização e, juntamente com outros militantes, cria uma linha dentro da organização, reivindicando a autonomia deste, baseado na acusação de rompimento, por parte dos outros militantes, com os princípios básicos de independência partidária. Ainda por causa dessa compreensão, o militante rompe com a organização estudada e cria uma nova organização de política militante negra, tendo como princípio o apartidarismo. O militante, apesar de várias propostas, nunca atuou no Estado, mantendo-se externo à estrutura governamental.

MAICON

O quarto entrevistado possui uma trajetória de múltipla militância. Iniciou a sua militância ainda adolescente no movimento estudantil. Ingressou na organização de movimento social em 1981, mas, somente em 1986, iniciou, de fato, a sua atuação mais orgânica. Concomitantemente, em 1986, iniciou a sua atuação no sindicato, começando uma comissão racial.

O militante participou de duas coordenações estaduais do movimento. Atuou ainda no Estado, enquanto Movimento Negro no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE), na gestão 1999-2002.

Em 2003, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores; antes era filiado ao PTB, muito por influência da sua participação no movimento estudantil. Aproxima-se do PT, uma parte por envolvimento familiar, já que o padrasto fora membro fundador do partido em uma das cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Entretanto, a decisão de se filiar é tomada dada a vivência na

organização estudada e a proximidade da organização com o Partido dos Trabalhadores.

Entre os anos de 2012/2014, foi secretário estadual de combate ao racismo na secretaria do partido. A gestão foi partilhada com outro militante da mesma organização que, também como ele, hoje faz parte da coordenação estadual (Gabriel). A “dobradinha” na gestão continua hoje, só que invertida. Já o outro militante (Gabriel) assumiu como secretário, enquanto o militante hoje assumiu como secretário adjunto.

JOSÉ

O quinto entrevistado também possui uma trajetória de múltipla militância. Iniciou a sua militância negra no Fórum da Juventude Negra do Rio Grande do Sul (FAJURS), em 2005. Inicialmente, como militante de matriz africana, ingressou nesse Fórum a fim de representar a sua comunidade. Visto por militantes da organização como um jovem com muito potencial político, é convidado a ingressar na organização.

O militante, inspirado pela vivência familiar, militava desde a sua adolescência no Partido dos Trabalhadores. Apesar dessa ligação com o partido, o militante desliga-se do partido no final do ano de 2015. A razão principal desse desligamento seria o afastamento do partido dos ideais de luta que pregava no tempo da sua fundação e os escândalos de corrupção que o partido protagonizou. O militante afasta-se do PT e filia-se ao PCdoB, começando a participar da coordenação municipal do partido como secretário da comissão de movimentos sociais.

Em 2010, na organização de movimento social, o militante começa a fazer parte da coordenação estadual; concomitantemente, ele é convidado pelo governo de Tarso Genro a ocupar um cargo como FG no governo estadual como assessor pedagógico em uma coordenadoria regional de educação. O militante aceitou o cargo e começou a trabalhar dentro da estrutura estatal. Diferente de outros militantes que operam tanto na organização como coordenadores e como operadores dentro do Estado simultaneamente (Rafaela e Gabriel), esse militante pede o seu afastamento da coordenação da organização e passa a atuar somente no Estado.

Após a sua gestão no governo Tarso, o militante volta a se inserir no movimento, porém pede o seu afastamento definitivo do movimento em 2016, por divergências ideológicas e uma acusação de enfraquecimento do movimento por causa da influência política partidária na gestão da organização de Movimento Negro.

IARA

A sexta entrevistada possui uma trajetória de múltiplas inserções, atuando no Estado, na organização de movimento negro e no sindicato da sua categoria. A ativista começou sua militância no Partido dos Trabalhadores, na década de 1980; concomitantemente, começa atuar também na organização estudada, nos dois casos como membra fundadora. A militante afasta-se do Partido dos Trabalhadores (PT) e filia-se ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Em 2000, porém, desfilia-se do PSTU e rompe definitivamente com partidos políticos.

A militante é servidora pública aposentada. Possuía um cargo técnico como coordenadora regional na área de saúde da população negra e de outras minorias sociais em âmbito municipal. Após a aposentadoria, passou a atuar no Conselho de políticas raciais do município que reside, focando a sua atuação ainda dentro das estruturas estatais. No sindicato, a militante atua na secretaria de gênero e combate a discriminação racial como diretora de políticas sociais e inclusão racial, bem como faz parte da coordenação estadual da organização de movimento negro estudada.

GABRIEL

O sétimo entrevistado também possui uma trajetória de múltiplos engajamentos. Iniciou a sua militância no Partido dos Trabalhadores ao mesmo tempo em que se filiou a organização de movimento social estudada. Nos dois espaços foi membro fundador.

O militante atua como vereador suplente na câmara de vereadores de Porto Alegre. Além dessa atuação, também participa ativamente das comissões raciais dentro do partido. Ele foi, juntamente com o Maicon, coordenador adjunto da secretaria de combate ao racismo do PT na gestão partilhada de 2012-2014, ocupando, ainda, na gestão atual, a coordenação dessa secretaria. Quanto a

organização de movimento social negro, o militante participa da nova coordenação estadual, ocupando a coordenação de formação política, posição já ocupada por ele outras vezes.

O MÚLTIPLO PERTENCIMENTO

As trajetórias mostradas aqui, mesmo que de maneira sucinta, permitem analisar os diferentes trajetos individuais de militância. Permite-nos observar as relações de múltiplas inserções militantes, pelas quais os militantes atuam por dentro de diferentes esferas ao mesmo tempo.

Os dados mostram a estreita relação entre militância em organizações de movimento social, partidos e sindicatos. Nota-se que, em muitos casos, a militância começa nos partidos e depois se converge em militância no movimento social. O partido torna-se, muitas vezes, um condutor para o militante chegar ao movimento.

Os espaços como partidos, sindicatos e movimentos estudantis são, muitas vezes, a primeira experiência de militância do ativista. Esses espaços acabam abrindo caminho para uma militância mais específica. Pode-se dizer, portanto, que os partidos, os sindicatos e os grêmios estudantis são espaços impulsionadores de militância.

É interessante analisar, também, que alguns militantes iniciaram a sua militância ainda na década de 1980, começando no partido, muito antes da inserção no movimento (Rafaela, Israel e José). Outros começaram a sua militância partidária concomitantemente com a sua inserção no movimento social (Iara e Gabriel). Esse dado é interessante, pois evidencia que a atuação partidária não é somente estratégica, como alegado por muitos deles. Os militantes não se inserem no partido somente para levar as suas demandas para o Estado, mas possuem uma relação de pertencimento político-ideológico com os partidos e os sindicatos. Ainda sobre a atuação no partido, é notório que todos os militantes em algum momento passaram pelo partido, e, ainda mais interessante, todos foram filiados ao Partido dos Trabalhadores. Entretanto, somente um militante (Maicon) identificou o movimento como impulsionador para a sua inserção nesse partido. Em todas as outras trajetórias, ou a militância no Partido dos Trabalhadores ocorreu em simultâneo com a militância no movimento, ou ocorreu anteriormente.

Outro dado que chama a atenção diz respeito às relações de rompimento, tanto partidário como com a organização de movimento social. Das sete trajetórias de militância que constituem a amostra dessa pesquisa, três possuem histórias de rompimento, as três com partidos e duas com partidos e com a organização de movimento social.

As trajetórias permitem observar ainda que os partidos políticos abrem caminhos para os militantes, não somente em direção ao movimento social, mas também possibilitam que se insiram na estrutura estatal. Os partidos também contribuem abrindo o trânsito entre as esferas societais e estatais. Dos quatro ativistas que exerceram algum cargo na estrutura do Estado, somente um não o tinha ocupado por intermédio do partido, tendo ocupado aquele espaço como servidora/técnica concursada (Iara).

Observamos que nenhum dos ativistas manteve uma única inserção militante durante a sua trajetória. Todos eles, em algum momento, tiveram uma relação com outras esferas de militância que não o movimento social, seja em partidos, sindicatos, movimentos estudantis, seja dentro do Estado. Vimos, porém, que essas relações são fluidas, com processos de filiações e desfiliações.

Apresentamos no quadro abaixo uma sintetização dos espaços de militância que, no momento da pesquisa, os militantes ocupavam, lembrando que os ativistas apresentam, na sua trajetória, uma contínua experiência de filiações e de desfiliações. Apresentamos esse quadro como uma fotografia tirada no momento da pesquisa de campo, observando que essas relações podem variar com o tempo.

Quadro II: Espaços de militância dos entrevistados

	Militância na organização estudada	Militância em Partidos	Atuação no Estado	Militância em outras organizações⁶
Andressa	Sim	Não	Não	Sim
Rafaela	Sim	Sim	Sim	Não
Israel	Não	Não	Não	Sim

⁶ Organizações de ordem religiosa, sindical ou coletivos menores de militância racial.

Maicon	Sim	Sim	Não	Não
José	Não	Sim	Não	Sim
Iara	Sim	Não	Sim	Não
Gabriel	Sim	Sim	Sim	Sim

*Quadro produzido pela pesquisadora

Como apresentado acima, é notória a atuação dos ativistas em esferas além do movimento social negro. Essas relações de múltiplas inserções é o que analisaremos no próximo tópico, focando a análise nas relações conflitivas geradas pela múltipla militância.

PERCEPÇÃO SOBRE A MÚLTIPLA MILITÂNCIA

A múltipla militância é um fenômeno comum tratando-se de militantes dos movimentos sociais brasileiros (MISCHE, 1997). A atuação em diferentes esferas de militância é observada também no caso da militância negra; as relações entre movimento, partidos, estrutura estatal, sindicatos etc., são recorrentemente observadas nas trajetórias de militância dos ativistas do Movimento Negro brasileiro (LEITÃO, 2012).

Essas múltiplas inserções, apesar de não constituírem exceção, não são, de maneira alguma, isentas de conflitos. Muito pelo contrário, essa atuação nas diferentes esferas é altamente conflituosa. Os conflitos - tanto externos quanto internos à atuação dos indivíduos - frente às diferentes demandas de cada espaço de militância, à percepção dos indivíduos dos ganhos e perdas de atuar em múltiplas esferas é o que abordaremos nesse subcapítulo.

‘Ser movimento, partido e Estado’: a militância múltipla

Os militantes possuem diferentes visões sobre a múltipla militância, principalmente no que diz respeito aos espaços ‘lícitos’ para a militância. Enquanto, para alguns ativistas, os partidos constituem-se em uma boa opção para a militância, outros espaços como o Estado, por exemplo, causam cooptação e abandono da causa. Há, ainda, aqueles que elegem o partido como o causador de males como enfraquecimento e desmobilização do movimento, tornando a militância nessa esfera perigosa para o movimento social.

Dos militantes que fizeram parte da pesquisa, somente dois possuíam, no momento da pesquisa empírica, militância tanto na organização de movimento

social, nos partidos e também no Estado (Rafaela e Gabriel). Rafaela, quando indagada sobre as suas múltiplas inserções, começa a falar sobre a importância de se manter fiel à 'causa', que antes de tudo vem o Movimento Negro. A relação de pertencimento e a identidade negra são trazidas nesse momento para definir a relação que se coloca com as outras esferas. Os outros espaços são colocados a serviço do movimento e da causa negra.

Fazer parte do Estado assume importância, o fato de ser uma funcionária estatal também é lembrado. Ser uma profissional que tem deveres para com a instituição, tanto quanto para com a organização de movimento social, é colocado como algo definidor da sua atuação. É reforçado o compromisso com a instituição, ao mesmo tempo em que é reafirmado o compromisso com a causa negra e com o movimento.

A militante descreve algumas dificuldades em ocupar esses múltiplos espaços, as relações conflitantes que se estabelecem. Mesmo que, ao se colocar nesses espaços (partido e estruturas estatais) como, antes de tudo, militante da causa negra com a função de levar as demandas do movimento, a militante reconhece a excentricidade da posição que ocupa, sendo, ao mesmo tempo, movimento, partido e Estado. Reconhece que essa posição causa, no mínimo, desconforto. Ao mesmo tempo em que a militante concorda que a posição ocupada por ela é confusa do ponto de vista das cobranças e do papel que o movimento social ocupa na sociedade, o de cobrar o governo, ela resolve o dilema causado pela sua múltipla militância:

Nós usamos da estrutura do Estado para demandar para o movimento social, transformando o Estado em um espaço de continuidade do movimento social. [...]Então é muito difícil essa relação, ora tu estás aqui: 'eu sou governo', ora tu estás aqui: 'eu sou movimento social'. Como tu lida com isso frente a frente? Tu pegas as demandas do movimento social e vem pra dentro da institucionalidade trabalhar os temas. (RAFAELA)

Quanto às pressões que se colocam frente às diferentes demandas que são postas pelas esferas (movimento, partido e Estado), a militante traz novamente a identidade e o pertencimento ao movimento como ponto zero, como a base para as suas ações. É retomada a importância de não se 'vender', manter os valores do movimento social. É lembrado que a obrigação é com o

movimento social, e que, em qualquer lugar, a ação deve ser propositiva, deve-se levar as demandas do movimento.

Na fala da militante, notamos que a militância múltipla causa conflitos, principalmente, internos. A miscelânea de ser movimento, partido e Estado causa conflito quanto à sua referência frente aos espaços em que atua. Esses conflitos, por sua vez, são resolvidos quando a militante se coloca nesses espaços como militante da causa negra, resolvendo os conflitos vivenciados, colocando a sua identidade como militante acima das demandas do partido e da atuação como profissional. Assim, utiliza-se desses espaços como segmentos do movimento social.

Parecida com a fala da Rafaela é a fala do Gabriel. Este, porém, tem uma singularidade: ele não parece perceber os conflitos das múltiplas inserções. O movimento, o partido e o Estado parecem, na sua fala, ser uma coisa só: 'A gente nunca deixa de ser uma coisa ou outra. Eu sou aqui contigo, mas aqui eu sou o PT, sou movimento social, sou negro, sou pobre. Só a pauta, na hora, que diz pra onde eu me referencio' (GABRIEL).

Nos dois casos, a definição como militante de uma causa, a causa negra, transcende os espaços de atuação, interligando-os e transformando todos em espaços de militância. Diferente da Rafaela e do Gabriel, José, ao assumir um cargo como FG no governo estadual, colocou o seu cargo de direção da organização à disposição. Esse posicionamento do militante é dado pela compreensão de que seria impossível assumir, dentro do espaço de governo, a posição de construtor e de implementador de políticas raciais e, ao mesmo tempo, estar dentro da organização de movimento social cobrando essas políticas.

Essa posição do militante mostra a sua percepção sobre a militância múltipla. Mesmo que compreenda que é 'lícito' um militante ocupar espaços governamentais, ou militar dentro do Estado, o militante compreende que não seria correto 'misturar' os dois espaços. O certo seria, estando no Estado, afastar-se da organização de movimento social, para que possa cumprir o seu papel, ou de cobrá-lo enquanto Estado.

Apesar da ocupação do espaço dentro do Estado ter sido para implementar políticas raciais ou, em outras palavras, fazer andar as demandas da organização, há na fala do entrevistado a construção de momentos distintos,

um de militante e outro de gestor. Um em que se reclama a política e outro no qual se implementa a política.

Notamos na fala dos três entrevistados que há duas visões distintas sobre a múltipla militância. Uma em que se interconectam os espaços de atuação, movimento, partido e Estado, eliminando o conflito, principalmente interno, ao definir todos os espaços como espaços de militância. Outra em que se separam os espaços, constituindo para eles papéis e momentos distintos, o momento em que se está na organização de movimento social e demanda para o Estado, e o momento em que está no Estado e constrói a política demandada pela organização.

Podemos perceber que há duas percepções distintas sobre a militância e os espaços de atuação: uma em que os espaços (movimento, partido e Estado) são tidos como complementares, pois são utilizados pelos ativistas para a sua militância; outra em que cada uma das esferas de atuação possui a sua própria especificidade, não sendo necessariamente espaços de militância racial. Em uma, não há conflitos e, na outra, o conflito é inerente.

Os conflitos internos e externos, frutos da militância múltipla, fazem-se notar principalmente no que tange à noção de pertencimento, ou, como colocado na fala da Rafaela, 'na definição de que deus tu quer servir'. As relações de conflito interno e externo causados pela múltipla militância é o que abordaremos a seguir.

OS CONFLITOS INTERNOS E EXTERNOS

Quanto perguntado para os entrevistados sobre os conflitos vivenciados por eles por causa da sua múltipla militância, das pressões vivenciadas pelos ativistas, dos ganhos e das perdas pela sua múltipla inserção, três tipos de resposta foram obtidas: não há conflito (Gabriel); há conflito e ele é externo (Maicon e José); e há conflito e ele é externo e interno (Rafaela). Gabriel, que faz parte da coordenação da organização, é coordenador da secretaria racial do PT e ainda ocupa um espaço no legislativo municipal, fala sobre a ausência de conflitos na ocupação desses múltiplos espaços. Ele, como Rafaela, traz a questão do pertencimento, da identidade negra, que é representada pela atuação na organização de Movimento Negro. A 'causa' torna-se o referencial identitário, utilizado para circular e interligar todos os espaços.

O militante usa como metáfora a utilização de camisas, a camisa movimento social, a camisa partido, a camisa Estado. O militante coloca que o conflito começa quando não se sabe qual camisa é a mais importante, quanto o militante não tem uma camisa que prepondera sobre as outras.

As pessoas entram em conflito. Tu tá falando em conflito pra fora. Mas eu tô falando em conflito interno. É muito difícil, é muito complicado. Aí eu falo assim, as metáforas das camisas. E ao fim, qual camisa tu tá usando mesmo? A partir da onde que tu fala? 'eu tô falando do movimento social'. Notou? Isso é evidente. Não é do PT que eu tô falando, não é essa camisa que eu tô usando. Ela está lá em baixo, vou dizer que a gente usa três camisas. É muito complicado. Mas eu vou dizer o seguinte: Eu nunca tenho conflito. Eu tenho muitas convicções. Quando eu falei pra ti que muitas vezes a gente perde em nome da luta social é verdade. O governo Tarso, agora recentemente, eu recebi 7 convite pra trabalhar com ele, 7 convite, não aceitei nenhum, e alguns recebiam 7 mil, 10 mil e 12 mil. Eu não aceitei nenhum. Qualquer pessoa em outro momento faria isso. (...). Eu sempre coloquei na frente a minha camisa, por que tenho um lado, e esse prepondera sobre os outros. Tem uma camisa que prepondera sobre as outras duas. Não tem conflito, e o conflito que tem a gente tira de letra. (...). É difícil, mas tem que ter coragem. Como eu chamo 'prioridade zero'. E na metáfora das três camisas tem uma camisa que tem que preponderar sobre as outras. Senão aí dá conflito. Conflito de existência. (Entrevista Gabriel)

As camisas são utilizadas como uma metáfora para as relações de pertencimento. A ausência de conflito é causada pelo posicionamento do militante. Se ele coloca a sua causa - a causa negra - acima das demais demandas dos espaços, segundo o entrevistado, ele não entra em conflito.

A visão desse militante sobre os conflitos e sobre suas soluções é parecida com a da Rafaela. A diferença é que a entrevistada não ignora os conflitos, admitindo que a militância múltipla gerou situações conflituosas no caso dela. As relações com os partidos e com o espaço estatal causaram desconforto e conflitos, tanto de ordem interna como externa.

Os conflitos internos dão-se, sobretudo, na questão do pertencimento identitário. No caso de Rafaela, a militante já possuía tanto uma relação com o espaço estatal em que ela trabalhava - já que ela atuava na empresa por quase trinta anos - quanto com o partido, em que militava desde a sua adolescência. O local de trabalho e o partido tornaram-se parte importante da sua identidade. O conflito aí aparece como algo significativo na fala da entrevistada, pois as relações de pertencimento vão além do movimento social. Se nesse caso também utilizarmos a metáfora das camisas, creio que a definição da camisa mais importante será muito mais complicada. Ainda assim, a militante coloca que

o serviço dela tanto no Estado quanto no partido é cumprir as demandas da organização.

Há, no caso dessa ativista, um tensionamento identitário: de um lado as identidades sociais - negra, trabalhadora, servidora pública - e de outro lado as identidades coletivas - militante partidária e do movimento social. Essas identidades acabam por ser hierarquizadas na fala da entrevistada, sendo a identidade coletiva, a de militante do movimento, principalmente, assume a frente, sendo reiterada como a identidade definidora que guiará o seu posicionamento e atuação tanto no partido quanto dentro do Estado.

A militante coloca também que, além dos conflitos internos, de ser partido, Estado e movimento, há ainda conflitos externos. A relação entre movimento e partido nem sempre é pacífica, e quando você decide se posicionar a favor do movimento negro você sofre pressões e sanções por parte do partido.

As relações ficam mais conflituosas quando, além de ocupar os espaços do partido, são ocupados os espaços no governo. A militante coloca que a ocupação de um cargo político no governo causa ainda mais conflitos externos, pois, como militante, é necessário cobrar as promessas não cumpridas pelos partidos e o que não está sendo implementado pelo Estado por falta de compromisso da gestão.

Fazer parte da estrutura estatal em um cargo político dado ao militante pelo partido causa muitos conflitos, principalmente dentro do espaço partidário. O José, ao falar sobre o momento em que atuava no governo como FG, traz à tona situações conflitantes em que o militante, por perceber que havia um desinteresse por parte do Estado com a implementação da lei 10.639⁷, denunciava para o movimento.

Esse ato de denuncia para a organização do movimento negro era visto como uma traição dentro do partido. O que causava ainda mais mal-estar para o militante.

Os conflitos ocorrem, na maioria das vezes, por causa de diferentes demandas dos espaços; nesse caso, os militantes têm de optar por qual caminho devem seguir. Todos eles dizem optar sempre pela organização, mantendo-se

⁷ Lei 10.639: Lei de 9 de janeiro de 2003. A lei 10.630 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

fiel ao Movimento Negro e, assim, à causa negra. O interessante é que somente uma fala, a da Rafaela, expõe os malefícios da múltipla militância, observando que, se ela atuasse somente no partido, teria mais ganhos, principalmente profissionais. Entretanto, dada a sua atuação em simultâneo na organização de movimento social e a necessidade de fazer o enfrentamento ao partido, que naquela época era governo, a militante, como ônus à sua atuação, teve perdas profissionais.

A militante, além de assumir os conflitos internos e externos causados pela militância múltipla, assume também que esse tipo de atuação causa um ônus muito grande ao militante, tanto físico quanto emocional e financeiro. Um dos maiores ônus da militância múltipla são as acusações de cooptação que os militantes enfrentam dentro da organização de movimento social, causando conflitos e fragmentações dentro do movimento negro. A acusação de cooptação está intimamente ligada à ideia de autonomia e à percepção da quebra da autonomia do movimento. A ideia de autonomia em contraponto às acusações de cooptação será tratada no próximo tópico.

‘O movimento é autônomo!’ – Percepções sobre autonomia

Quando perguntado para os militantes que atuavam em mais de um espaço de militância sobre os conflitos gerados pela militância múltipla, todos descreveram conflitos com os partidos e dentro do Estado, não abordando os conflitos dentro da organização de movimento social. O motivo parece óbvio: passar um ar de consenso, de unanimidade dentro da organização.

Dois ativistas que atuam fora de partidos e na esfera estatal (Andressa e Israel), entretanto, mostram em suas falas a fragmentação, as disputas, os conflitos dentro do movimento frente à múltipla militância de alguns dos seus membros. Nessas falas a noção de autonomia surge como aspecto central para o questionamento da atuação nas esferas do partido e do Estado. Há uma fala sobre a perda da autonomia do movimento, intervenção dos partidos políticos, e abandono dos princípios originais da organização.

A percepção da perda de autonomia do movimento frente à atuação partidária fez com que parte dos militantes dessa organização se organizasse em uma facção, a qual reivindica o fim da influência do partido nos direcionamento da organização. Andressa, que, ao analisar a situação da

organização, percebe uma forte influência dos partidos políticos. Essa militante, então, se uniu a uma nova linha dentro da organização, que tem como princípio a atuação não partidária, promovendo, assim, na sua visão, uma organização de fato independente. Já nas falas dos ativistas que mantêm relações com os partidos e com a estrutura estatal (Rafaela, Maicon e Gabriel), há uma alegação de independência da organização frente aos partidos e ao governo. Esses ativistas diferenciam a atuação da organização em sintonia com os partidos da ‘cooptação’ da organização pelo partido.

Nesse sentido, há uma volta ao discurso de pertencimento ideológico, da defesa da causa negra dentro dos partidos e da esfera estatal. Todos reconhecem que existiram e existem casos de cooptação de certos militantes, mas reafirmam que isso se dá quando não há uma firmeza de caráter por parte do militante, quando não tem firmeza sobre ‘qual camisa é a mais importante’. Há, nessa fala, uma negação de cooptação por parte da organização, e, sim, uma alegação de casos de cooptação de indivíduos dentro da organização. Os casos de cooptação, portanto, seriam sempre individuais, o que manteria a organização autônoma e independente frente a esses casos.

Vemos também que há percepções diferentes sobre a autonomia da organização entre os que defendem que a organização é autônoma. A primeira delas diz respeito à concepção de que a autonomia da organização justifica-se pela formação dela ter acontecido de maneira separada dos partidos. O fato de que a organização não ter surgido do PT, mas ter surgido separado e antes do partido, mostra a sua autonomia (Entrevista Gabriel).

A afirmação de não pertencer ao PT retoma a ideia de independência partidária. A relação com o partido é legitimada pela caminhada da organização e do partido, os quais, em alguns momentos, se interconectam.

Outra forma de legitimação da autonomia da organização, segundo a lara, é o fato de nenhum dos ativistas da organização ocuparem espaços institucionais como movimento social. Segundo a entrevistada, a organização não teria nenhum vereador, não estaria em cargo de gestão etc.

Nesse sentido, a organização não ocuparia o Estado, mas os militantes, sim. É trazida, novamente, a separação entre organização e militantes. O interessante é que todos os militantes, com exceção da lara, que fez essa colocação, afirmam que ocuparam espaços institucionais em nome da

organização e da causa do Movimento Negro. A atuação nesses espaços institucionais é justificada como atuação do Movimento Negro, sendo levadas as pautas e as demandas do movimento.

Podemos observar que existem múltiplas percepções de como se dá a atuação da organização. Alguns militantes veem a organização como dependente do partido e, de certa forma, inoperante. Outros defendem que a organização atua dentro da institucionalidade, mas se mantém apartidária e atuante como movimento social desvinculado de partidos e do Estado. Ainda tem militante que separa a atuação institucional da organização de movimento social da atuação institucional de militantes específicos. Entretanto, há uma unanimidade na fala dos ativistas: a necessidade de autonomia e de independência da organização. Todos os militantes compreendiam a necessidade do apartidarismo, não permitindo a influência dos partidos nas decisões do movimento. As diferenças começavam pela percepção de cada ativista sobre como se alcançaria essa autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário sistematizar alguns dos argumentos apresentados nesse artigo. Primeiramente, quanto às trajetórias dos ativistas, é perceptível a intersecção entre organização de movimento social e partido político - no caso da organização estudada, o Partido dos Trabalhadores. Não raros casos a militância iniciou-se no partido e foi levada a organização. As redes familiares e de convivência tornam-se fundamentais para explicar o trânsito entre movimento social e partido político.

Os partidos, por sua vez, possibilitam aos militantes adentrarem no Estado. Dentre os sete entrevistados, quatro deles apresentam atuação dentro do Estado, dois como FG, possibilitados pelo partido, e outro, como cargo eletivo. Somente uma militante apresentava cargo técnico sem vinculação partidária. O partido permitiu a entrada desses militantes no Estado, abrindo a porta para a atuação institucional.

Entretanto, notamos que a atuação dentro do partido não é vista por todos os ativistas como boa para a organização social. Apesar de todos os ativistas terem passado por partidos políticos, há três casos de desfiliação partidária. Em todos os casos, a tentativa de interferência do partido na organização foi

colocada pelos ativistas como pelo menos uma das causas para a desfiliação, sendo esse também o motivo alegado por dois deles para a desfiliação tanto do partido como da organização.

Como no argumento de Goldstone (2003), constatamos que os partidos políticos apresentam grande importância para o movimento. Quando analisadas as histórias dos ativistas em particular, a intersecção com os partidos assume uma configuração específica. Apesar de, na fala dos ativistas, os partidos aparecerem como órgãos auxiliares à organização social, utilizados por este para levar adiante as suas demandas, vimos que a entrada no partido, em alguns casos, foi anterior ou concomitante à entrada na organização. Isso demonstra um vínculo de pertencimento ideológico com os partidos, que foi menosprezado na fala dos militantes em detrimento do vínculo de pertencimento ao Movimento Negro.

Nas trajetórias dos ativistas entrevistados notamos que a múltipla militância é uma prática recorrente entre os militantes, principalmente na militância partidária. A autonomia da organização frente ao partido e ao Estado é reiterada a todo o momento como essencial para a sua atuação. Os ativistas, entretanto, possuem diferentes visões de como alcançar essa autonomia. Alguns buscam separar as esferas, não misturando militância partidária com militância social; outros se afastaram dos partidos, e ainda há os que buscam a autonomia tentando bloquear as tentativas do partido de intervir na organização de movimento social.

Para os militantes que possuem dupla militância (movimento/partido), os conflitos lembrados pelos ativistas são entre as esferas. Os conflitos, tanto no âmbito interno quanto externo, dão-se pelas pressões e pelas demandas dos diferentes grupos a que pertencem. Nesses momentos, o pertencimento à organização de movimento social é eleito como vínculo de maior preponderância e colocado como definidor da atuação dos militantes. Para os militantes que não possuem múltiplas inserções, os conflitos são dentro da organização, onde eles alegam uma luta constante contra a ação partidária.

Foi possível perceber diferentes percepções dos ativistas sobre a autonomia e de como alcançá-la. Há, também, percepções distintas sobre as múltiplas inserções e sobre os conflitos. As percepções dos ativistas nos

parecem centrais para compreender a atuação dos mesmos, bem como uso ou não dos partidos e das estruturas de Estado.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC/FGV, 2007.

GOLDSTONE, J. A. (ed.). **States, parties, and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (Introduction)

KOSSLING, K. **Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983**. Perseu. Nº 2, ano 2. Pg. 29-57. 2008.

LEITÃO, L. **Oportunidades Políticas e Repertórios de Ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado, 2012.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 05-06, p. 134-150, 1997.

PEREIRA, A. M. **Trajetória e Perspectiva do movimento negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyia, 2008.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul**. *Sociologias*, 13(28), p.86-125, 2011.9º

UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE LIVRE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DE FREDERICO WESTPHALEN – RS: um estudo de caso

Jefferson Dalanhof¹
Sidnei Renato Silveira²

Resumo Este artigo apresenta um estudo de caso envolvendo a utilização de Software Livre (SL) no Serviço Público Federal e Estadual na cidade de Frederico Westphalen-RS. Inicialmente, foi realizado o reconhecimento de quais órgãos públicos localizados em Frederico Westphalen-RS fazem uso desses recursos para, posteriormente, escolher os que fariam parte do estudo de caso. Pretendeu-se identificar as potencialidades e limitações da aplicação de SL nesses órgãos, com base na análise de seus usuários (funcionários públicos). Posteriormente, realizou-se a tabulação e a análise dos dados coletados, para que pudessem ser definidas algumas diretrizes para apoiar a aplicação de SL em órgãos públicos.

Palavras chave: Sistemas de Informação, Software Livre, Serviço Público.

Abstract This paper presents a case study involving the use of Free Software (FS) in the Federal Public Service and State in the city of Frederico Westphalen-RS. Initially, there will be recognition of what institutions in Frederico Westphalen-RS make use of these resources to later choose the ones that will be part of the case study. It is intended to identify the potential and limitations of applying SL in these bodies, based on the analysis of its users (civil servants). Subsequently, the tabulation and analysis of the collected data will be held so that they can be set some guidelines to support the implementation of SL in public bodies.

Keywords: Information Systems, Free Software, Public Service.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um estudo de caso sobre a utilização de *Software* Livre (SL) em órgãos públicos na cidade de Frederico Westphalen-RS. A utilização de SL pode auxiliar na redução de gastos públicos, tendo-se em vista que já existem diversas iniciativas, de diferentes esferas governamentais, para a aplicação desses *softwares*, tais como no Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) (MIRANDA et. al., 2008), na Justiça Eleitoral (TSE/TRE) e, também, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), segundo informações obtidas por meio de funcionários.

Em um país onde os gastos públicos extrapolam a linha dos bilhões de reais (incluindo a previsão de um déficit bilionário para 2017, estimado em R\$147

¹ Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen – RS.

² Departamento de Tecnologia da Informação, Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen - RS

bilhões), a implantação e utilização desse tipo de *software* podem ajudar na redução de despesas, a qual se faz tão necessária em um momento de crise tão aguda. Criar um ambiente propício para implantação de SL pode ser um passo fundamental para uma contenção extremamente oportuna nas despesas públicas (MARTELLO, 2017).

Neste contexto, o estudo de caso desenvolvido apresenta uma descrição sobre o uso, potencialidades e fragilidades do SL, por meio da visão daqueles que desempenham suas funções utilizando este tipo de *software*, ou seja, os seus usuários (servidores públicos). Para dar conta desta proposta, o artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o referencial teórico, onde são apresentados os principais temas que englobam o assunto. A seção 3 apresenta o Estado da Arte, destacando alguns trabalhos relacionados; a seção 4 apresenta o delineamento do estudo de caso desenvolvido. Encerrando o artigo, a seção 5 traz as considerações finais, além das referências empregadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Software Livre

O movimento de compartilhamento do conhecimento que se espalhou pelo planeta por meio da *Internet* ficou conhecido como movimento do *Software* Livre. Como a tendência da economia capitalista é se tornar cada vez mais baseada em informações e em bens intangíveis, a disputa pelo conhecimento e pelas técnicas e tecnologias de processamento, armazenamento e transmissão, é de vital importância estratégica para as economias nacionais. Neste sentido, acredita-se que os *softwares* são elementos de crescente utilidade social e econômica e de altíssimo valor agregado (PINA, 2014).

A origem do SL deu-se por meio de um pesquisador do Laboratório de Inteligência Artificial do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) chamado Richard Stallman, no ano de 1983. Ele criou o projeto GNU (*GNU is Not Unix*) com o objetivo de produzir um sistema operacional livre que pudesse fazer o mesmo que o sistema *UNIX*. Essa ideia foi ganhando adeptos e se consolidou com a criação da *Free Software Foundation* (FSF). O projeto em questão deveria ser compatível com o sistema operacional *UNIX*, mas não deveria se utilizar de seu código-fonte (PINA, 2014).

O SL também pode ser interpretado como sistema aberto, ou seja, oferece a possibilidade de que se estenda e se reimplemente de várias maneiras. O que determina se um software é aberto ou não, é o grau de compartilhamento de recursos que podem ser disponibilizados para vários programas clientes diferentes. Sua principal característica é que a interface e os componentes estão disponíveis para os desenvolvedores (COULOURIS et al., 2013).

A partir daí vários programadores abraçaram a causa e, em 1990, o GNU já tinha produzido e coletado a maioria dos componentes para a sua execução, exceto o seu mais baixo nível de comunicação, o Kernel. Foi então que, em 1991, um finlandês de nome Linus Torvalds criou um kernel capaz de ser integrado e usar todos os componentes do sistema operacional GNU, nomeando esse novo sistema de Linux, fazendo um trocadilho com seu nome Linus e o Sistema Unix (IWATA, 2009).

O desenvolvimento do Linux tem a Internet como ferramenta essencial para o desenvolvimento de projetos e, desta forma, todos podem colaborar, permitindo que usuários e empresas se ajudem com a criação de um software do qual nenhum deles seria capaz de desenvolver individualmente, devido sua complexidade e custo.

A adoção de SL pelo mercado tem se elevado a cada ano e não apenas por razões econômicas, mas, também, por fatores como melhor qualidade do código, maiores robustez e segurança e menor necessidade de manutenção. Estes fatores também têm favorecido a escolha por parte da Administração Pública na adoção deste tipo de *software*. É claro que existem ainda algumas barreiras, tais como a resistência por parte dos usuários, principalmente por contar com uma interface diferente da que normalmente eles estão acostumados, e por não possuir um suporte eficiente (PARANÁ DIGITAL, 2017a).

A expressão *Software Livre* (SL) se refere a *softwares* que oferecem liberdade para o usuário executar, estudar, modificar e distribuir, sem necessidade de autorização por parte do autor. O SL deve estar aberto para qualquer atividade e o acesso ao código-fonte é pré-requisito indispensável para que seja reconhecido como SL. Sendo assim, o termo livre está relacionado às liberdades oferecidas e não ao preço cobrado (JARDIM et. al., 2011).

A grande diferença entre SL e *software* proprietário, é que ele não visa obtenção de lucros. Quando se trata de SL não existe uma empresa que detenha os direitos de propriedade sobre o código-fonte dos programas e os produtos não são descontinuados de acordo com a vontade comercial do fornecedor (CELEPAR, 2017).

Muitas vezes o termo SL é confundido com *software* em domínio público, porém são dois temas distintos. SL combina as licenças GPL (*General Public License*), onde as modificações feitas no código devem ser disponibilizadas à comunidade e o código-fonte deve sempre estar disponível, e BSD (*Berkeley Software Distribution*), quando os créditos autorais originais devem ser mantidos, mas não estabelece outras limitações para o uso do código. Essas licenças garantem a autoria do desenvolvedor. Já o SDP (*Session Description Protocol*) que fala de domínio público, estabelece que, quando o tempo previsto nas leis específicas de cada país expira, o autor perde o direito de exclusividade (MORIMOTO, 2005).

Utilização de Software Livre no Serviço Público

Atualmente, as empresas sabem que os *softwares* têm um papel fundamental para torná-las competitivas e, a partir disto, surgiram estratégias de grandes corporações para manter o código-fonte escondido e protegido. Neste ponto, deu-se o surgimento de licenças e suas restrições, as quais tornavam o usuário dono apenas da licença de uso. Nas décadas de 60 e 70 o compartilhamento de código-fonte entre estudantes/programadores era muito comum, principalmente no meio acadêmico (PACITTI, 2006), foi então que surgiu o movimento do SL, um movimento de compartilhamento tecnológico, surgido nos anos 80 e espalhado pelo mundo através da *Internet*.

A respeito da implantação de SL em órgãos públicos, foi criado pelo Governo Brasileiro um comitê responsável pela capacitação de técnicos e gestores da área de Tecnologia da Informação (TI), com participação aberta e um objetivo simples: o de disseminar o conhecimento com relação a esse tipo de sistema. Este comitê é representado por várias comunidades virtuais, privadas ou com participação pública, além de componentes de todos os Ministérios Federais. Entre as comunidades estão: PloneGov-Br, 4CMBR, OpenACS, e-Proinfo, Prefeitura Livre, e-cidade, GTMigraSL, entre outras.

Em conjunto, todas essas comunidades debatem ideias que seguem priorizando soluções, programas e serviços baseados em SL, tentando garantir a livre distribuição dos sistemas baseados em SL de forma colaborativa e voluntária. Além disso, envolvem a priorização da aplicação de plataformas *web* no desenvolvimento de sistemas e interfaces de usuário, a popularização do uso do SL e, ainda, sua utilização como base dos programas de inclusão digital (GOV.BR, 2017a).

O ano de 2003 ficou marcado por uma série de ações do Governo Federal com o intuito de incentivar o emprego de SL nos órgãos e empresas públicas federais. O Governo Federal tinha a intenção de traçar objetivos com relação às tecnologias livres, pensando em obter uma melhor capacitação tecnológica a partir da geração de conhecimento nacional. Neste mesmo ano foram criadas as primeiras políticas públicas para a adoção e utilização de SL, propiciando estímulo à liberdade e o compartilhamento de conhecimento com base na inovação. A adoção de SL pelo Governo Federal teve como consequência positiva a independência em relação a seus fornecedores e, também, a autonomia tecnológica por meio de políticas públicas de incentivo (SILVA, 2014).

Grandes corporações estatais fazem uso de SL nos dias atuais, entre elas estão a Petrobras, Justiça Eleitoral, Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), entre outras. Seu uso cresceu no setor público e privado a partir da criação das diretrizes da Implementação de SL no Governo Federal (GOV.BR, 2017a).

O Banco do Brasil, por exemplo, iniciou nos anos 2000 os primeiros testes para implementação de produtos envolvendo SL para suas atividades. Muitas repartições públicas enfrentam dificuldades ao tentar reduzir a dependência tecnológica de *hardware* e *software* proprietários. Esse ciclo chama-se aprisionamento tecnológico e ocorre a partir do momento em que a instituição adquire tecnologia e se sujeita às restrições destas, em relação a outras tecnologias. As quatro liberdades que o SL oferece (usar, modificar, distribuir cópias e distribuir cópias modificadas) inibem ou anulam as chances de que uma empresa seja aprisionada (FERREIRA, 2009).

Devido à viabilidade econômica evidente, a adoção de SL torna-se cada vez mais atrativa, porém ainda esbarra nos entraves estabelecidos pela burocracia da Lei de Patentes e de Direitos Autorais (Lei nº 9.279, de 14 de maio

de 1996), de modo que foram criadas diferentes formas de licenciamento, tais como a licença GLP (*General Public License*), legalmente criada para *softwares* livres (BRASIL, 1996). Essa licença faz um contraponto ao *Copyright* – direito autoral relativo à propriedade intelectual - por isso foi chamada de *Copyleft* – permite copiar e alterar a obra original, sem nenhuma alteração prévia do autor. Esse registro foi o que equiparou o SL ao *software* proprietário, deixando o próprio governo optar por produzir *software* ou adquirir SL por meio de licitações (SILVA, 2014).

Além da licença GPL, existem as seguintes licenças: 1) BSD (*Berkeley Software Distribution*), que foi a primeira licença criada pela fundação da Universidade de Berkeley para seus produtos; 2) MIT (*MIT License*), usada nos SLs desenvolvidos pelo MIT; 3) Apache, criada pela *Apache Software Foundation* (ASF) para todos seus produtos; 4) AGPL (Licença Pública Geral Affero/ *Affero General Public License*), derivação da licença GPL (*General Public License*) para uso de *softwares* em rede; 5) LGPL (Licença Pública Geral Menor/ *Lesser General Public License*) cópia da GPL com alterações relativas a bibliotecas; 6) *Mozilla*, para produtos da fundação *Mozilla* e *Netscape* e 7) IBM licença pública e livre para seus próprios produtos (SILVA, 2014).

As normas criadas pelo Governo, por meio do Governo Eletrônico, pretendem que se formule uma política nacional para o SL, priorizando a plataforma *web* no desenvolvimento de sistemas e interfaces de usuários, com adoção de padrões abertos no desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e o desenvolvimento multiplataforma de serviços e aplicativos. Além disso, as normas pretendem popularizar o uso do SL e ampliar a malha de serviços prestados por esse meio, garantindo ao cidadão o direito de acesso aos serviços públicos sem obrigá-lo a usar plataformas específicas.

Exemplificando ações de governos que investem em SL, o Estado do Paraná é um dos principais desenvolvedores e usuário de SL do país. Sua política é responsável por uma série de projetos inovadores, que vão desde banco de dados até a interface gráfica. Ao oferecer liberdade para que o usuário use, copie, modifique e redistribua o *software* livre, estabelece-se uma vantagem sobre o *software* proprietário. A disponibilidade do código-fonte evita que seus usuários se tornem reféns de tecnologias proprietárias, que são um modelo de desenvolvimento e distribuição baseado em licenças restritivas de uso, com

autoria e propriedade – seus algoritmos não são disponibilizados e os usuários ficam impedidos de modificar e redistribuir (PARANÁ DIGITAL, 2017b).

O Portal do *Software* Público é outra iniciativa governamental, a qual apresenta outras ferramentas, entre elas o Coletor Automático de Informações Computacionais (Cacic), que processa diferentes tipos de informações sobre o *hardware* e o *software* do computador e o GINGA que é um *middleware* criado para a Televisão Digital Brasileira. Esses dois projetos foram desenvolvidos pelo SERPRO (GOV.BR, 2017b).

O governo brasileiro tem atuado na busca da inserção adequada do país na Sociedade da Informação. O marco inicial desse processo foi a publicação do Decreto nº 3.294, de 15 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999). Este decreto definiu algumas áreas de ação específicas: mercado de trabalho e oportunidades, universalização de serviços para a cidadania, educação na sociedade da informação e governo ao alcance de todos; com o objetivo de viabilizar a nova geração da *Internet* e suas aplicações em benefício da sociedade brasileira.

Em setembro de 2000, o governo elaborou documentos, entre eles, o “Livro Verde” que trouxe um conjunto de ações para impulsionar a Sociedade da Informação no Brasil. Em conjunto com este Livro, surgiu ainda o Governo Eletrônico como um instrumento que estabelecia parâmetros e diretrizes para a criação da sociedade digital. O Brasil é um dos pioneiros em disponibilizar soluções desenvolvidas por órgãos governamentais (IWATA, 2009).

Porém, somente em 2003, deu-se o primeiro ato oficial relacionado ao SL, por meio do Decreto nº 10.007, de 29 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), nas quais foram instituídos oito comitês técnicos com objetivo de articular e planejar medidas relacionadas ao *software*, com ações de produção e intercâmbio de conhecimento, acesso a novas tecnologias e o estímulo ao desenvolvimento de software nacional (SILVA, 2014). Os comitês eram os seguintes: 1) Implementação do SL; 2) Inclusão Digital; 3) Integração de Sistemas; 4) Sistemas Legados e Licenças de *Software*; 5) Gestão de Sítios e Serviços *on-line*; 6) Infraestrutura de Rede; 7) Governo para Governo G2G; e 8) Gestão do Conhecimento e Gestão Estratégica. A partir de sua criação, os comitês ficaram incumbidos de pensar ações em suas respectivas áreas de atuação (BRASIL, 2003).

O SL deve ser entendido como opção tecnológica do Governo Federal, devendo ser promovida sua utilização. Para tanto, deve-se priorizar soluções, programas e serviços baseados em SL que promovam a otimização de recursos e investimentos em TI. Entretanto, a opção pelo SL não pode ser entendida somente como motivada por aspectos econômicos, mas pelas possibilidades que abre no campo da produção e circulação de conhecimento, no acesso às novas tecnologias e no estímulo ao desenvolvimento de *software* em ambientes colaborativos e ao desenvolvimento de *software* nacional (GOV.BR, 2017c).

Estado da Arte

Esta seção apresenta alguns trabalhos correlatos desenvolvidos na área de SL no Governo Federal, sobre implementação e propostas de políticas públicas para o seu uso de forma majoritária, mostrando o papel fundamental do Estado neste movimento. Silva (2014) coloca que o foco do uso do SL deveria ser a prestação de serviços e informações ao cidadão. Para tanto, o governo estabeleceu diretrizes ligadas ao uso preferencialmente deste tipo de sistema, além de incluir ações necessárias a sua promoção e utilização. Sendo assim, o governo buscou ofertar o acesso a novas tecnologias que acabassem por desenvolver a indústria de *software* nacional.

A adoção de SL é defendida, principalmente, pela economia de recursos, maior independência tecnológica e segurança nacional com relação aos *softwares* proprietários, onde não se tem acesso ao código-fonte. Afirma ainda o autor, que o uso do SL pode ser vantajoso para o governo, a partir do momento em que promove a independência do fornecedor e a inclusão digital; economiza verbas públicas, uma vez que não há gastos com licenças; melhora a segurança da informação, pois a auditoria de código pode ser feita a qualquer tempo, incentivando o mercado interno de desenvolvimento de *software*. Dessa forma, observou-se que a ausência de políticas públicas acaba levando o Estado à automática contratação de *software* proprietário.

Pelo Decreto Federal 8.189 de 21 de janeiro de 2014 (BRASIL, 2014), normatizaram-se, desenvolveram-se e fomentaram-se políticas públicas com relação à TI no âmbito do Governo Federal, por meio de programas gerenciados pela Secretaria de Logística de TI (SLTI). O E-GOV ficou também sob a responsabilidade da SLTI, por meio da administração dos portais da Internet,

incluindo: Contratações Públicas Sustentáveis; Guia de serviços; Portal ComprasNET; Portal de Convênios; Portal de *Software* Público; Portal do Governo Eletrônico e Portal SISP (SILVA,2014).

Os programas do E-GOV têm como objetivo popularizar a utilização de TI e democratizar o acesso, como também melhorar a prestação de serviços públicos. Um programa composto por 8 comitês (já destacados na seção anterior deste artigo) responsáveis pelo desenvolvimento de políticas e ações definidas e estabelecidas por toda a Administração pública Federal (SILVA, 2014).

Outra iniciativa foi o programa TI Maior ou Programa Estratégico de *Software* e Serviços de TI. Esse programa previa ações de incentivo, fomento e financiamento a pesquisa e desenvolvimento de TI no Brasil, visando apoiar a criação de SL, fortalecer comunidades de destaque em linguagens de programação, ter grande impacto social e formar profissionais especificamente para linguagens abertas. Ferreira (2009) relata, em seu estudo, que as primeiras avaliações sobre a eficiência do SL dentro do Banco do Brasil (BB) demonstraram adequação quanto às diretrizes do Guia Livre, que são os parâmetros seguidos pelo Governo Federal.

O planejamento iniciou com a criação de uma equipe capaz de lidar com questões envolvendo SL na Gerência de Infraestrutura Tecnológica (GETEC), subordinada à Diretoria de Tecnologia (DITEC) do BB. A equipe contou com 7 (sete) analistas de TI e 1 (um) Gerente de Núcleo, responsáveis por todas as iniciativas de implementação da cultura do SL dentro do banco.

O SL no BB foi planejado com o intuito de se livrar do aprisionamento tecnológico com relação a *hardware* e *software*, com revisão de aplicativos instalados e a possível substituição de produtos proprietários pelos produtos baseados em SL. As substituições no banco foram levadas a sério, uma vez que até mesmo as calculadoras HP12® foram substituídas por um emulador baseado em SL.

O planejamento do projeto de implementação do SL começou em 1997 e uma das primeiras iniciativas foi a viabilização da substituição do *Microsoft Office*. Em 2005, surgiram equivalentes aos principais títulos do *Microsoft Office*, como o *Writer*, *Calc* e *Impress*, correspondentes ao *Word*, *Excel* e *Power Point* respectivamente. A primeira etapa da implementação foi a substituição da suíte

do *Microsoft Office* pelo *BrOffice*, que nos dias de hoje é conhecido, inclusive no Brasil, pelo seu nome padronizado internacionalmente – *LibreOffice*³.

Entre as preocupações da DITEC, estava o provimento da maior quantidade possível de informações relacionadas ao projeto para os funcionários da organização, por meio de cursos e/ou palestras sobre o *BrOffice*. Para identificar se a melhor estratégia seria a substituição dos sistemas foram implementados projetos pilotos em algumas agências do BB nos estados da Bahia, de São Paulo, do Distrito Federal, de Minas Gerais, do Paraná e do Amazonas. No final do período, um questionário foi enviado aos funcionários para se tomar conhecimento das primeiras impressões desses novos suítes de SL.

ESTUDO DE CASO DESENVOLVIDO

O desenvolvimento deste trabalho visou compreender a utilização de SL em órgãos públicos Federais e Estaduais na cidade de Frederico Westphalen-RS, buscando identificar as potencialidades e limitações que os mesmos oferecem, além de características envolvendo a sua implantação, por meio da realização de um estudo de caso (YIN, 2001). O estudo de caso iniciou com a identificação de órgãos públicos de Frederico Westphalen-RS que utilizam SL. Esta identificação foi realizada por meio de visita ao local e conversa informal com alguns funcionários de cada instituição. Dessa forma foi possível fazer a escolha daqueles que serviram de amostra para o estudo de caso.

A partir da receptividade aos pesquisadores, encontrada nas visitas presenciais realizadas às instituições, além de buscar órgãos em diferentes esferas, definiu-se que fariam parte do estudo de caso: o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) representando um órgão estadual, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), ambos com campus localizados em Frederico Westphalen, por serem Instituições Federais e o Cartório Eleitoral da cidade de Frederico Westphalen, por ser um órgão representante do poder Judiciário.

³ O *LibreOffice* é um software desenvolvido e mantido por uma comunidade, sendo um projeto da organização sem fins lucrativos “The Document Foundation”, que é uma entidade independente autoregulamentada, meritocrática, criada por um grande grupo de defensores do SL, sob a forma de uma fundação de caridade de direito alemão (DOCUMENTFOUNDATION.ORG, 2017).

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), que é um órgão Estadual, faz uso de SL. Os caixas eletrônicos utilizam o Sistema Operacional *Linux CentOS*⁴, na sua versão 5.10. Os servidores e *mainframes* também usam SL, segundo o setor de TI, o Sistema Operacional *Linux*. Nas estações de trabalho do banco está instalado o Sistema Operacional *Windows 7*, em processo de migração para *Windows 10* e a peculiaridade é a inexistência de pacote *Microsoft Office* instalado. Sendo assim, todos os terminais têm disponível *LibreOffice*, para despachos internos e externos.

Com dados obtidos por meio da ASCOM (Assessoria de Comunicação) da Justiça Eleitoral, ente vinculado ao Governo Federal, obtidos com auxílio de um funcionário do órgão, foi possível constatar que o uso de SL nos órgãos judiciários se faz de forma corriqueira. Os funcionários dispõem de *LibreOffice*, *Firefox*, *Thunderbird*, que são ferramentas desenvolvidas na íntegra com SL. São usados o navegador web *Mozilla Firefox*, o gerenciador de e-mails *Mozilla Thunderbird*, o *PDF Creator* (uma impressora virtual geradora de arquivos no formato PDF⁵ – *Portable Document Format*) e o *LibreOffice* como suíte de escritório.

Além do Banrisul e da Justiça Eleitoral, a equipe de pesquisadores contatou o Fórum de Frederico Westphalen, a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e a Caixa Econômica Federal (CEF). Entretanto, nos referidos órgãos não foi possível obter as informações pois os responsáveis diretos por estas informações não estavam no momento e não deram retorno posterior. Nos Correios não é usado nenhum tipo de SL, informação obtida por meio de conversa (*in loco*) com funcionários da agência de Frederico Westphalen-RS. Quanto à esfera municipal, segundo afirmam funcionários da Prefeitura Municipal de Frederico Westphalen, não há *softwares* livres sendo usados em nenhuma das estações de trabalho da Prefeitura.

⁴ O *CentOS (Community Enterprise Operating System)* é uma distribuição [Linux](#) de classe corporativa com códigos-fonte distribuídos pela [Red Hat Enterprise Linux](#) e mantida pelo *CentOS Project*. Embora o *CentOS* seja muito usado em servidores devido a sua estabilidade e robustez, não é um sistema exclusivo de servidores (CENTOS.ORG, 2017).

⁵ *PDF – Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento) formato criado pela empresa Adobe Systems para visualização de documentos, independentemente do programa Originário.

Nas Instituições de Ensino Superior Federais é onde se encontra o maior percentual de utilização de *softwares* livres, segundo estudo de Kuhn (2011). Isto também acontece na UFSM/FW, que aplica SL em vários setores diferentes.

Na parte de suítes de escritório, o pacote instalado em todas as máquinas que não possuem licença do *Microsoft Office* é o *LibreOffice*. Ainda existem algumas licenças do *Microsoft Office* em vigor na universidade. Há também o Sistema Operacional *Linux* instalado em máquinas sem licença *Windows* e nos servidores de aplicações e monitoramento de rede. Em alguns *APs* (*Access Points*) *wi-fi* é usado *OpenWRT*. Além disso, *Python* e *Django* são as tecnologias empregadas no sistema de abertura de chamados na área de suporte em TI e, para os servidores *web*, faz-se uso do *Nginx*.

Todas essas informações foram obtidas por meio de contato via *e-mail* com o Núcleo de Informática da UFSM/FW, o qual informou ainda que, como Sistema Gerenciador de Bancos de Dados (SGBD), a universidade emprega o *MySQL* e a ferramenta *Proftpd* no servidor de FTP (*File Transfer Protocol*) .

Ao que se observa, há espaço para propor algumas mudanças pontuais, haja vista que ainda existem *softwares* proprietários em todos os setores dos órgãos públicos identificados, sejam eles em esfera Estadual ou Federal.

No Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen (IFF), por meio de contato com o setor de TI através de *e-mail*, obtiveram-se informações que possibilitaram aferir que se faz grande uso de ferramentas de SL, tanto nos laboratórios de informática, quanto para serviços *web*.

Nos laboratórios de informática são utilizados diversos SLs diferentes, que vão desde o *Ubuntu* e *Linux Mint* como Sistemas Operacionais; *7zip* para compactar e descompactar arquivos; *BrModelo* para modelagem de banco de dados; *Firefox*, *Safari*, *Opera*, e *Chrome* como *browsers* de Internet; *LibreOffice* como suíte de escritório, além de *Mysql Workbench* para banco de dados. Além dessas ferramentas, *Netbeans*, *Notepad++*, *Sublime*, *Xampp* e *visualG* aparecem como ambientes utilizados nas aulas relacionadas ao ensino de programação. Ainda são utilizados alguns SLs para serviços *web*, sendo o *Moodle* o principal deles.

Para identificar e coletar as informações pertinentes ao estudo de caso foi elaborado um instrumento de pesquisa contendo questões relativas ao uso de *softwares* livres, e sobre como SL é visto pelos funcionários públicos, tornando-

se um instrumento capaz de prover dados em quantidade suficiente para que se pudesse dar prosseguimento ao desenvolvimento deste estudo.

Análise e Discussão dos Resultados

Os participantes do estudo de caso são funcionários públicos da cidade de Frederico Westphalen – RS, e trabalham, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), Cartório Eleitoral, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Frederico Westphalen e Instituto Federal Farroupilha (IFFar), instituições estas que fazem uso de *software* livre no seu ambiente de trabalho, sendo uma amostragem capaz de representar o uso desses sistemas em órgãos públicos. No total, responderam ao instrumento de pesquisa 41 (quarenta e uma) pessoas, sendo 12 (doze) do Banrisul, 13 (treze) da UFSM, 11 (onze) do IFFar e 05 (cinco) do Cartório Eleitoral. O instrumento de pesquisa é apresentado no Anexo 1.

Com relação à primeira questão “*você consegue diferenciar software livre de software proprietário?*”, pode-se afirmar que a grande maioria dos usuários de Sistemas de Informação hoje, já consegue fazer a diferenciação entre o uso de sistemas abertos ou não, tendo em vista que noventa e três por cento (93%) dos entrevistados respondeu afirmativamente esta questão, como mostra o gráfico da Figura 1.

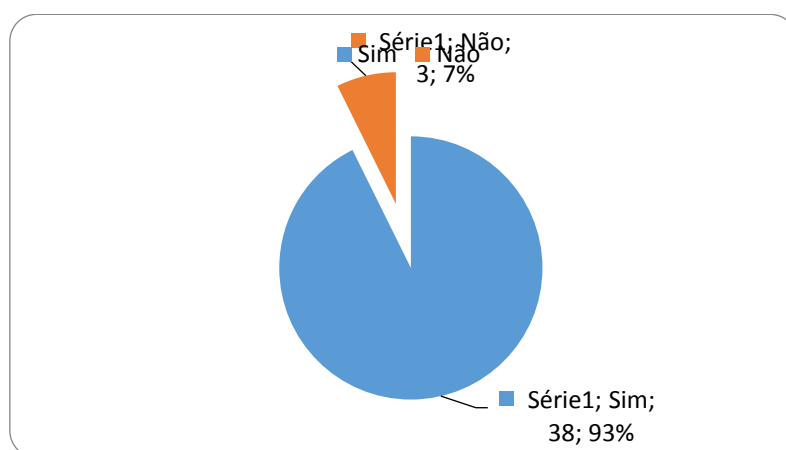


Figura 1: Gráfico referente à questão “*Você consegue diferenciar software livre de software proprietário?*” (Fonte: dos autores, 2016)

A próxima pergunta dizia respeito ao uso profissional de sistemas livres ou não, e inquiria “*Em suas atividades profissionais, você faz uso de que tipo de sistema?*”, a maioria dos envolvidos na pesquisa referiu o Sistema Operacional *Microsoft Windows®*, que aparece em quarenta e dois por cento (42%) das

respostas. Porém, cinquenta e quatro por cento (54%) responderam que fazem uso de *Windows* e Linux, o que mostra que o SL não se instituiu como um padrão. Além disso, os resultados demonstram que o sistema Linux sozinho é usado por apenas dois por cento (2%) dos entrevistados e também com dois por cento (2%) o sistema Mac OS-X da *Apple*. Os sistemas abertos estão entrando no cotidiano das pessoas, porém a resposta é lenta, além de ter uma interface menos amigável, os SLs ainda sofrem preconceito, mesmo assim o uso desse tipo de sistema tem aumentado nas organizações públicas e privadas. A dúvida que paira hoje sobre essas instituições é se vale a pena migrar os *softwares* proprietários e consolidados, existentes em seus sistemas organizacionais, para as versões livres (PINA, 2014). Os resultados da questão 2 são apresentados no gráfico da Figura 2.

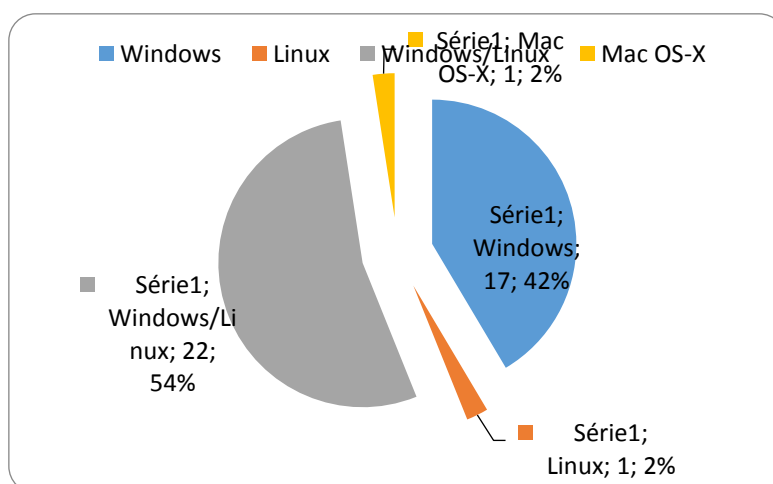


Figura 2: Gráfico referente à questão “Em suas atividades profissionais, você faz uso de que tipo de sistema?” (Fonte: dos autores, 2016)

A terceira pergunta do questionário - “Você prefere usar qual tipo de sistema?” – apresentou, em oitenta e um por cento (81%) das respostas, o Sistema Operacional *Microsoft Windows* como preferência dos usuários. O Linux aparece em segundo lugar com dezessete por cento (17%) e, em terceiro, o sistema da *Apple* o Mac OS-X com dois por cento (2%) da preferência. O sistema *Windows®* domina o mercado desde sua criação e é dono absoluto da preferência dos usuários, pela facilidade de uso e interface amigável, ao ponto que o sistema Linux enfrenta resistência por parte dos usuários. Já o sistema da *Apple*, que aparece com um pequeno percentual, enfrenta resistência pelo custo de aquisição elevado. Levando em conta o que foi respondido na primeira

pergunta, onde a maioria absoluta consegue diferenciar sistemas livres de sistemas proprietários, comprova-se que a preferência é pelo uso do *Windows*.

A pergunta seguinte tratava da aplicação de SL no trabalho diário dos pesquisados: “*Com relação ao trabalho, como você vê o aproveitamento obtido com o uso de software livre com relação ao software proprietário?*”. Mais da metade dos entrevistados respondeu que o aproveitamento obtido foi bom (55%), trinta e um por cento (31%) descreveu como apenas regular, uma minoria afirmou ser ruim o aproveitamento e doze por cento (12%) acham o aproveitamento muito bom ou excelente. A Figura 3 apresenta estes resultados graficamente.

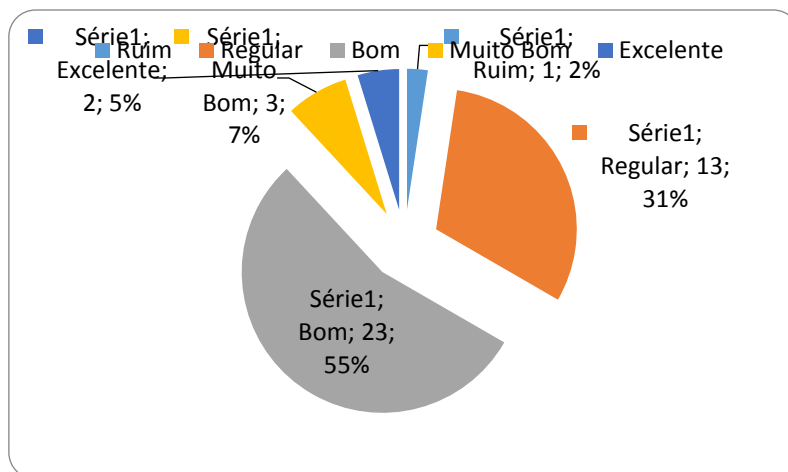


Figura 3: Gráfico referente à questão “Com relação ao trabalho, como você vê o aproveitamento obtido com o uso de SL com relação ao software proprietário?” (Fonte: dos autores, 2016)

Com relação à quinta questão do instrumento: “No momento de sua admissão no órgão público onde você atua, já era usado software livre?”, verificou-se que, em noventa por cento (90%) dos casos o SL já havia sido implantado, sendo que apenas dez por cento (10%) dos funcionários passaram pelo processo de transição. Todos os funcionários que passaram pelo processo de transição afirmaram que não foram avisados com nenhuma antecedência sobre a migração de sistemas e todos acreditam que isso não melhorou o desenvolvimento de suas atividades diárias. No caso dos servidores que passaram pelo processo de migração, como não houve nenhum tipo de comunicação, pode-se afirmar que foi uma decisão de nível estratégico, sem consultar os níveis tático e operacional. O Governo Brasileiro tem intenção de disseminar o conhecimento com relação ao SL, além da sua utilização como base dos programas de inclusão digital (GOV.BR, 2017a) mas, pelo que foi apontado nos resultados, as decisões têm sido tomadas sem envolver os usuários.

Ao serem perguntados “Você já participou de treinamentos sobre o uso de SL?”, sessenta e três por cento (63%) admitiram que nunca passaram por nenhum tipo de treinamento sobre este tipo de sistema, o que mostra que talvez isso reflita nas opiniões dos entrevistados que destacaram não ter havido melhora no desempenho de suas funções. Os outros trinta e sete por cento (37%), já estiveram presentes em algum tipo de treinamento sobre SL, o que demonstra que há alguma intenção em preparar funcionários para que possam

dominar o seu uso. Ainda assim, menos da metade dos funcionários treinados representa uma parcela pequena no universo dos serviços públicos. O objetivo do treinamento é favorecer a criação de um ambiente que provenha condições para a mudança da cultura organizacional com relação à adoção do *software* livre, juntamente com capacitação/formação de servidores públicos para utilização desses *softwares* (SILVA, 2014). A Figura 4 apresenta os resultados desta questão.

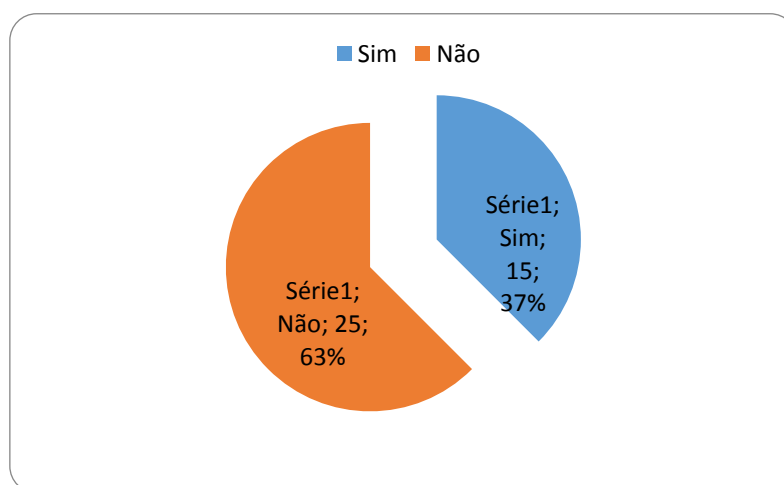


Figura 4: Gráfico referente à questão “Você já participou de treinamentos sobre o uso de SL?” (Fonte: dos autores, 2016)

Na sétima questão apresentou-se uma lista de *softwares* livres e foi solicitado que os pesquisados marcassem aqueles que conheciam ou já haviam utilizado. Nessa lista apareciam *Google Chrome*, *LibreOffice*, *Mozilla Firefox* e *Thunderbird*, uma amostra pequena, mas que podia apresentar uma leve impressão do conhecimento de *softwares* livres entre os servidores públicos.

O *Mozilla Firefox* apareceu como o SL mais conhecido, com vinte e oito por cento (28%) dos usuários afirmando conhecê-lo e/ou utilizá-lo; em seguida apareceu a suite de escritório *LibreOffice* com vinte e cinco por cento (25%) das respostas; o navegador *Google Chrome* apareceu com vinte e quatro por cento (24%), o que aparentemente indica a aplicação efetiva de SL no serviço público da cidade de Frederico Westphalen, não em relação a Sistemas Operacionais mais especificamente. Doze por cento (12%) dos entrevistados afirmaram conhecer ou usar todos os programas listados. Além disso, dez por cento (10%) assinalou a alternativa outros, onde apareceram alguns outros SLs, tais como: *Netbeans*, *Gimp*, *MySQL*, *7-Zip* e *Xampp*, entre outros. O *software* de correio

eletrônico *Thunderbird* ficou com apenas um por cento (1%) dentre as informações coletadas. A Figura 5 apresenta, de forma gráfica, os resultados desta questão.

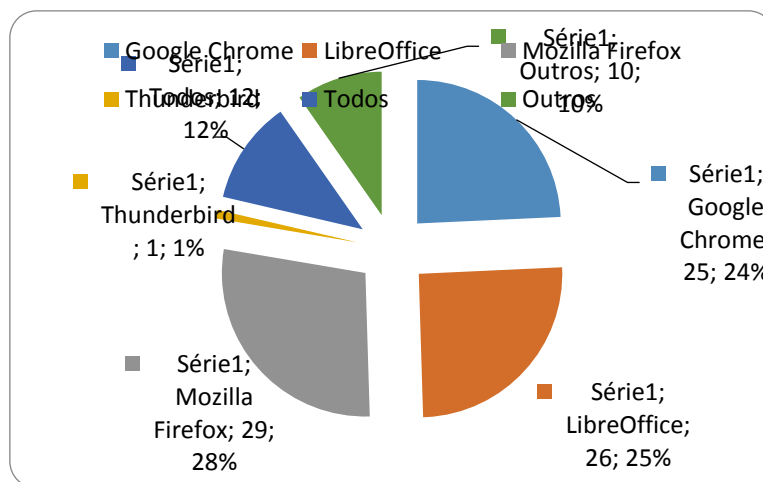


Figura 5: Gráfico referente à questão “Na lista abaixo existem alguns softwares livres (marque os que você conhece e/ou já utilizou)” (Fonte: dos autores)

A próxima questão dizia respeito às possíveis dificuldades em utilizar o SL, questionando: “No início do seu processo de uso de software livre você encontrou dificuldades?”. Ao todo sessenta e nove por cento (69%) dos entrevistados afirmaram não terem encontrado dificuldades no início do processo de uso deste tipo de sistema. Em contrapartida, uma parcela de trinta e um por cento (31%) disse que sim, que encontrou dificuldades. Acredita-se que essas dificuldades poderiam ter sido minimizadas, caso todos os funcionários tivessem passado por algum tipo de treinamento, o que não aconteceu com a maioria dos servidores públicos (como mostram os resultados da questão 6). As principais dificuldades citadas pelos usuários foram: a dificuldade com a interface, usabilidade ruim, dificuldade de adaptação, além de pouca documentação sobre SL no ambiente de trabalho.

A pergunta de número nove objetivava saber “Qual o seu grau de satisfação em relação à utilização de software livre?”. Analisando os resultados, constatou-se que ninguém afirmou estar insatisfeito. Entretanto, dois por cento (2%) ficaram muito insatisfeitos com a utilização de SL. Vinte e dois por cento (22%) se mostraram indiferentes; a grande maioria com sessenta e um por cento (61%) ficou satisfeita com o uso deste tipo de sistema, além de quinze por cento (15%) que afirmaram estar muito satisfeitos. Isso demonstra que grande parte dos

servidores públicos da cidade de Frederico Westphalen entrevistados não dão indícios de insatisfação ao fazer uso de SL, mesmo aparecendo em uma questão anterior sua preferência pelo uso de *software* proprietário (como mostram os resultados da questão 3).

Na penúltima pergunta do instrumento: “*Na sua opinião, quais são as vantagens em utilizar software livre?*”, foi unanimidade entre os entrevistados que o custo é a principal vantagem do SL frente ao *software* proprietário. Além disso, a alta disponibilidade de programas e aplicativos deste tipo, o fato do usuário poder moldar o SL de acordo com sua necessidade, junto com o livre acesso ao código fonte, também foram lembrados como benefícios. As constantes atualizações para correção de *bugs*, o grande número de colaboradores interligados via Internet em todas as partes do mundo e a maior segurança que os SLs oferecem foram as principais vantagens citadas. Especialistas em segurança em *GNU/Linux*, afirmam ser mais seguro usar SL, pois é possível modificar o sistema de acordo com as necessidades de cada um (MARCELO, 2004).

Na última questão do instrumento questionou-se: “*Na sua opinião, quais são as limitações (desvantagens) em utilizar software livre?*”. Dezoito por cento (18%) das pessoas pesquisadas entendem que a inexistência de treinamento as deixa com a sensação de que faltam ferramentas quando se trabalha com SL. A falta de investimentos em treinamento dá a impressão de que alguns setores públicos preferem ou estão acomodados com *software* proprietário, afinal o servidor público já está familiarizado com este tipo de sistema. Também foi citada a descontinuidade de alguns projetos em SL. Os usuários também afirmam haver incompatibilidade e funcionalidades diferentes entre SL e *software* proprietário, o que acaba gerando dificuldade de utilização, uma vez que não se conhece o produto na sua totalidade. Em contrapartida, apenas dois por cento (2%) das respostas foram extremamente positivas, afirmando que sistemas livres não contam com nenhuma desvantagem em comparação com *software* proprietário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso objetivou identificar como são aplicados *softwares* livres em órgãos públicos federais e estaduais na cidade de Frederico Westphalen – RS, a partir da opinião dos funcionários dos órgãos participantes da amostra, sendo

o Banrisul, Cartório Eleitoral, IFFar e UFSM. Pretendeu-se verificar os benefícios e dificuldades encontrados pelos servidores públicos ao utilizarem SL. Uma das análises mostra que a grande maioria dos órgãos públicos participantes do estudo de caso trabalha com sistemas híbridos, mesclando algumas ferramentas e sistemas livres com outras proprietárias, como por exemplo, o Sistema Operacional *Windows* com a suíte de escritório *OpenOffice*.

A adoção de SL é defendida, principalmente, pela economia de recursos, maior independência tecnológica e segurança com relação aos *softwares* proprietários. O uso do SL pode ser vantajoso para os órgãos públicos, a partir do momento em que economiza verbas públicas, não havendo necessidade de pagamento de licenças.

Porém, na contramão do que preconiza, recentemente o Governo Federal deu início a uma parceria com a *Microsoft* visando promover segurança cibernética e transparência no país, por meio de um acordo celebrado no mesmo dia da criação do Centro de Transparência da *Microsoft* no Brasil. Simultaneamente ao início dessa parceria, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, anunciou que vai padronizar a tecnologia dos *softwares* aplicativos utilizados no âmbito da APF (Administração Pública Federal). Isso soa no mínimo estranho, defende-se o SL por não haver custo de licenças e se faz exatamente o contrário, adquirindo *software* pago (LAGO, 2017).

Ao longo dos últimos anos vinha sendo usado SL em órgãos públicos, principalmente federais, mas isso parece estar prestes a mudar, pois o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) também [anunciou que](#) tem interesse em adquirir soluções da *Microsoft*. A partir dessas manifestações, uma licitação deverá ser realizada para a aquisição de pacotes proprietários. Então, se a política de implementação de SL em órgãos federais tinha como objetivo desoneração dos cofres públicos, este anúncio acaba se tornando um retrocesso. Além do mais, como a aquisição das ferramentas ainda não foi feita, não se sabe quanto será gasto com isso (JUNQUEIRA, 2017).

Talvez a melhor solução para sanar este problema seja o treinamento e a qualificação do quadro funcional, pois as ferramentas livres espelham as funcionalidades das soluções pagas. A principal dificuldade apontada pelos

usuários está em seu manuseio, por desconhecimento ou pela própria falta de treinamento.

Comparando este estudo de caso com os trabalhos relacionados estudados, Silva (2014) coloca que o foco do uso do SL deveria ser a prestação de serviços e informações ao cidadão. Sendo assim, o governo buscou ofertar o acesso a novas tecnologias que acabassem por desenvolver a indústria de *software* nacional, como acontece nos órgãos públicos da cidade de Frederico Westphalen – RS. Ferreira (2009) fez seu estudo sobre a eficiência do SL dentro do Banco do Brasil (BB). Foram levadas em consideração as liberdades fundamentais de SL para a migração do *software* proprietário para SL e foi preciso entender o ambiente, *hardware* e *software*. O SL no BB foi planejado com o intuito de se livrar do aprisionamento tecnológico com relação a *hardware* e *software*, com revisão de aplicativos instalados e a possível substituição de produtos proprietários pelos produtos baseados em SL.

Com base nos autores estudados e na realização deste estudo de caso, as principais vantagens da adoção de SL nos órgãos públicos envolvem a segurança dos dados e a redução de custos com licenças. Além disso, fica evidente que a capacitação dos servidores é o principal meio para se obter o máximo desempenho na execução das funções utilizando-se de ferramentas livres.

O estudo observou que os órgãos governamentais, especialmente o Governo Federal, até recentemente mostraram interesse e criaram diretrizes para priorizar soluções, programas e serviços baseados em SL, tentando garantir a livre distribuição dos sistemas em SL de forma colaborativa e voluntária para fortalecer as ações existentes na área, inclusive incentivando o mercado nacional a adotar novos modelos de negócios baseados nesses tipos de sistemas. Essas diretrizes ainda favoreciam a criação de um ambiente com condições para a mudança da cultura organizacional com relação à adoção do *software* livre, juntamente com capacitação/formação de servidores públicos para utilização desses *softwares* (SILVA, 2014). Entretanto, isto não aconteceu na prática, pois não foram realizados investimentos em treinamento de servidores, afirmação baseada no estudo de caso realizado, que aponta que menos de 40% dos entrevistados já passaram por algum tipo de qualificação relacionada ao uso de SL.

O governo estabeleceu diretrizes para adoção de SL, mas os indicativos são de que elas parecem estar esquecidas. A falta de conhecimento das ferramentas baseadas em SL por parte dos servidores públicos, aliadas às dificuldades na usabilidade e uma interface não tão amigável quanto à de um *software* proprietário fazem com que os sistemas livres enfrentem resistência no primeiro contato, algo que poderia facilmente ser resolvido com a padronização do sistema e a qualificação de pessoal.

Como possíveis trabalhos futuros existe a possibilidade de investigar mais a fundo o universo da aplicação de SL em repartições públicas com a intenção de implementar um conjunto de SLs que atendam às expectativas e possibilitem o desempenho de todas atividades laborais em um ambiente com nenhum tipo de *software* proprietário, priorizando a segurança das informações e a redução de custos que os sistemas livres possibilitam.

REFERÊNCIAS

BRASIL (1996). **Lei nº. 9.279, 14 de maio de 1996.** Regula Direitos e Obrigações Relativos à Propriedade Industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm> Acesso em maio de 2016.

BRASIL (1999) **Decreto nº. 3.294, 15 de dezembro de 1999.** Institui Comitês Técnicos do Comitê Executivo do Governo Eletrônico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3294.htm> Acesso em maio de 2016.

BRASIL (2003) **Decreto nº. 10.007, 29 de outubro de 2003.** Institui o Programa Sociedade da Informação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn10007.htm> Acesso em maio de 2016.

BRASIL (2014) **Decreto nº. 8.189, 21 de janeiro de 2014.** Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8189.htm> Acesso em maio de 2016.

CELEPAR (2017) **Software Público Livre.** Disponível em: <<http://www.celepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>>. Acesso em junho, 2017.

CENTOS.ORG. (2017) **Quem somos.** Disponível em: <<https://www.centos.org/about/>>. Acesso em junho de 2017.

COULOURIS, G; DOLLIMORE, J; KINDBERG, T; BLAIR, G. (2013) **Sistemas Distribuídos:** Conceitos e Projeto. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/~bosco.sobral/ensino/ine5645/coulouris.pdf>>. Acesso em maio de 2016.

DOCUMENT FOUNDATION.ORG (2017). **Home.** Disponível em: <<http://www.documentfoundation.org/>>. Acesso em junho de 2017.

FERREIRA, A. M. M. (2009) **Análise da Implementação de Software Livre no Ambiente Tecnológico e na Rede de Agências do Banco do Brasil**. Universidade Federal de Lavras. Lavras. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/5553/1/MONOGRAFIA_An%C3%A1lise%20da%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20software%20livre%20na%20tecnologia%20e%20na%20rede%20de%20ag%C3%Aancias%20do%20banco%20do%20brasil.pdf> Acesso em maio de 2016.

GOV.BR. (2017a) **Implementação do Software Livre**. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/comites-tecnicos/implementacao-do-software-livre>>. Acesso em junho, 2017a.

GOV.BR. (2017b) **Portal do Software Público**. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/software-livre/portal-do-software-publico>>. Acesso em junho, 2017b.

GOV.BR. (2017c) **Histórico do Programa de Governo Eletrônico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/sobre-o-programa/historico>>. Acesso em junho, 2017c.

IWATA, R. R. (2009) **Software Livre x Software Proprietário e suas Implicações Econômicas e Políticas**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291730>> Acesso em maio de 2016.

JARDIM A. C.; LOBATO G.; MAGALHÃES J.; WASHINGTON J. (2011) **Software Livre no Setor Público**, 2011. Anais do Congresso Nacional Universidade, EaD e Software Livre – UEADSL. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/viewFile/2727/2679>> Acesso em abril, 2016.

JUNQUEIRA, D. (2017) Por que o governo federal está adotando soluções da Microsoft em vez de software livre. Disponível em <<http://gizmodo.uol.com.br/governo-federal-adota-microsoft/>> Acesso em junho de 2017.

KUHN, D. L. (2011) **Elementos para uma Política Pública para Adoção de Software Livre no Governo Federal**. Universidade Federal de Lavras. Lavras. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/5507/4/MONOGRAFIA_Elementos%20para%20uma%20proposta%20de%20pol%C3%ADtica%20p%C3%BAblica%20para%20ado%C3%A7%C3%A3o%20de%20software%20livre%20no%20governo%20federal.pdf> Acesso em maio de 2016.

LAGO, N. (2017) **Precisamos de software livre no governo?**. Disponível em <<http://link.estadao.com.br/blogs/codigo-aberto/soft-livre-no-governo/>>. Acesso em junho de 2017.

MARCELO, A. (2004) **Segurança é maior em sistemas livres**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200406/reportagens/04.shtml>>. Acesso em março, 2016.

MARTELLO, A. (2017). **Mercado vê déficit fiscal de R\$147 bilhões em 2017 e meta estourada**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/mercado-ve-deficit-fiscal-de-r-147-bilhoes-em-2017-e-meta-estourada.ghtml>>. Acesso em junho, 2017.

MIRANDA V. V.; VIEIRA C. E. C.; CARELLI F. C. (2008) **O uso do Software Livre no Serviço Federal de Processamento de Dados**. 8. ed. Cadernos UniFOA. Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/08/11.pdf>>. Acesso em abril, 2016.

MORIMOTO, C. E. (2005) **Licença BSD**. Disponível em: <<http://www.hardware.com.br/termos/licenca-bsd>>. Acesso em março, 2016.

PACITTI, T. (2006) **Paradigmas do Software Aberto**. Rio de Janeiro, LTC.

- PARANÁ DIGITAL. (2017a) **Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Públicas Paranaenses**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2010. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/parana_digital.pdf>. Acesso em junho, 2017.
- PARANÁ DIGITAL. (2017b) **Programas e Projetos Estaduais**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=164>>. Acesso em junho, 2017.
- PINA, C. B. A. (2014) **O uso do Software Livre na Gestão Pública**. Disponível em <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-uso-do-software-livre-na-gestao-publica,47910.html>>. Acesso em maio de 2016.
- SILVA, G. F. (2014) **Estudo de Caso do Projeto Expresso: A Implementação de Políticas Públicas Voltadas ao Software Livre**. Curso de Especialização em Gestão Pública – UNISERPRO (EaD). Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/127295>> Acesso em maio de 2016.
- YIN, R. K. (2001) **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.

ANEXO 1

Utilização de *Software* Livre em Órgãos Públicos de Frederico Westphalen-RS: um estudo de caso

O questionário a seguir faz parte do Estudo de Caso sobre a Utilização de *Software* Livre em Órgãos Públicos em Frederico Westphalen – RS

1. Você consegue diferenciar *software* livre (por exemplo: *Linux*) e *software* proprietário (por exemplo: *Windows*®)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2. Em suas atividades profissionais, você faz uso de que tipo de sistema operacional?

- ☐ *Windows*®
- ☐ *Linux*
- ☐ Os Dois

3. Você prefere usar qual tipo de sistema operacional?

- ☐ *Windows*®
- ☐ *Linux*

4. Com relação ao trabalho, como você vê o aproveitamento obtido com o uso de *software* Livre com relação ao uso de *software* proprietário?

- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Muito Bom
- ☐ Excelente

Se quiser pode justificar e/ou comentar sua resposta:

5. No momento de sua admissão no órgão público onde você atua, já era usado *software* livre?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sua resposta foi “**Sim**” pule para a questão 6. Caso contrário, descreva brevemente esse processo de transição do *software* proprietário para o *software* livre e responda as questões 5.1 e 5.2.

5.1. Você foi informado com antecedência sobre a data da migração/alteração de *software* proprietário para o *software* livre?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5.2. Você acredita que a adoção de *software* livre melhorou o desenvolvimento de suas atividades diárias?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se quiser pode justificar e/ou comentar sua resposta:

6. Você já participou de treinamentos sobre o uso de SL?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Na lista abaixo existem alguns *softwares* livres (marque os que você conhece e/ou já utilizou):

- ☐ *Google Chrome*
- ☐ *LibreOffice*
- ☐ *Mozilla Firefox*
- ☐ *Thunderbird (e-mail)*
- ☐ Todos
- ☐ Outro(s)? Especifique:

8. No início do seu processo de uso do *software* livre você encontrou dificuldades?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se Sim, quais?

9. Qual o seu grau de satisfação em relação à utilização de *software* livre?

- ☐ Muito Insatisfeito
- ☐ Insatisfeito
- ☐ Indiferente
- ☐ Satisfeito
- ☐ Muito Satisfeito

10. Na sua opinião, quais são as vantagens em utilizar *software* livre?

11. Na sua opinião, quais são as limitações (desvantagens) em utilizar *software* livre?

A DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO E TRANSNACIONALIZAÇÃO MUNDIAL: novos desafios

Eduardo Langer¹

RESUMO: O presente artigo procura contextualizar a dinâmica da formação e da reestruturação da sociedade civil organizada no processo de inter-relação com o mercado e com o Estado através da análise do processo relacional entre Estado, Mercado e Sociedade no contexto histórico-social, econômico e político internacional. Assim, o artigo busca mapear a importância e a dinâmica de transformação do papel desses atores na concepção e incorporação da dimensão social pelo mercado, apresentando um debate sobre as potencialidades e os perigos dessas mudanças. Isso se deu, inicialmente através de pressões dos ativistas e dos movimentos sociais sobre o Estado e o mercado, e a partir da década de 1990 com o desenvolvimento do conceito de sociedade civil organizada, e posteriormente o conceito de 'Terceiro Setor', inserindo a sociedade nas relações setoriais entre Estado (1º setor) e mercado (2º setor).

Palavras Chaves: Sociedade Civil, Terceiro Setor, Estado-mercado-sociedade

ABSTRACT: This article seeks to contextualize the dynamics of the formation and restructuring of organized civil society in the process of interrelationship with the market and the State through the analysis of the relational process between State, Market and Society in the historical-social, economic and political context International. Thus, the article seeks to map the importance and dynamics of transforming the role of these actors in the conception and incorporation of the social dimension of the market, presenting a debate about the potentialities and the dangers of these changes. This was done, initially through the pressures of activists and social movements in the state and the market, and from the 1990s onwards with the development of the concept of organized civil society, and later the concept of 'Third Sector', inserting the society in the sectoral relations between the State (1st sector) and market (2nd sector).

Key Words: Civil Society, Third Sector, State-market-society

INTRODUÇÃO

O processo histórico de formação das organizações sociais, como representantes da sociedade apresenta relação constante com o Estado e o mercado. Inicialmente, as ONGs detinham um viés político direcionado primordialmente para questões de direitos humanos e cidadania. Posteriormente, em função da globalização e outros fatores, as ONGs estreitaram as relações com o Estado e mercado.

Num cenário de ascensão de políticas neoliberais, com encolhimento do estado de bem-estar social, existe uma corrente crítica defensora do

¹ Formado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS-UFRRJ). E-mail: eduardo.langer@gmail.com

pensamento de que as ONGs no contexto atual estão sendo designadas para suprir essa demanda de responsabilidade do Estado. Por outro lado, há a defesa de que as ONGs possuem a potencialidade de transformação social e de atuar como um intermediário entre o Estado e a sociedade como um todo.

Nesse novo cenário de expansão da globalização e internacionalização, as organizações sociais ainda possuem um papel importante na relação com o Estado e o mercado. No entanto, encontram-se numa encruzilhada (LANDIM, 2010), sob o risco de perda de valores e sentidos (STEIL E CARVALHO, 2016), entre o papel de ser uma “alternativa” contra o modelo político-econômico neoliberal (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008), entre atuar de forma utilitarista, tornando-se um prestador de serviço (STEIL, CARVALHO, 2016), ou atuar como uma filantropia relacionada a caridade ou assistencialismo. (LANDIM, 2010). Logo, a discussão consiste em entender até que ponto há o risco da perda do seu significado original.

CONTEXTO HISTÓRICO DA RELAÇÃO SOCIEDADE, ESTADO E MERCADO

Desde o surgimento das sociedades capitalistas liberais houve resistências por parte de alguns grupos sociais contra o mercado. Polanyi (2012, p.145) identifica que, no contexto da época do liberalismo econômico do século XIX, a sociedade emergiu em um contra movimento ao mercado liberal, ou seja, passou a tentar se proteger de seus malefícios. A sociedade passou a se auto proteger apresentando um “comportamento defensivo de uma sociedade que enfrenta mudanças”. Surge o desenvolvimento da filantropia, fruto da sensibilidade da classe média. Os movimentos sociais passam a exercer pressão sobre os Governos para uma regulação dos mercados. A partir do fim do século XIX, surge uma nova regulamentação para domesticar o livre mercado. Surgem assim as políticas públicas, voltadas para a proteção dos cidadãos do Estado.

Cappellin e Giffoni (2007) identificaram que o debate sobre o papel do mercado no contexto social surgiu nos EUA durante as décadas de 1920 e 1930, porém foi na década de 1960, em função da dinâmica social e dos movimentos sociais emergentes, que algumas grandes corporações necessitaram sair do isolamento do contexto social e adaptarem suas estratégias corporativas frente a um novo cenário que se desenhava. Com isso, o debate sobre os papéis na relação mercado e Estado se acirrou. Levando para a arena política nacional o debate sobre natureza da responsabilidade social das empresas.

A expressão ONG (Organização não-governamental) aparece pela primeira vez em documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), no final dos anos de 1940. Eram organizações não estatais, de caráter privado, oriundo de um projeto externo, mas que ganhou muitos adeptos nos países pobres, marcando o início de uma filantropia internacional, incorporando, já neste primeiro momento, a designação de “entidades privadas sem fins lucrativos”. (STEIL, CARVALHO, 2016)

Durante a década de 1960 e 1970, nos EUA, houve muita pressão exercida sobre os atores econômicos pelos movimentos sociais, pelas Igrejas Católicas e Protestantes, pelo movimento estudantil universitário americano, grupos militantes e até mesmo pelos movimentos dos acionistas em politizar o gerenciamento social das empresas. (CAPPELLIN, GIFFONI, 2007)

Nesse mesmo período, as ONGs eram poucas, sem suporte profissional e procuravam ajudar nas necessidades dos mais pobres. Em grande parte, era uma ação filantrópica. A maioria estava baseada no Norte global, mas tinha uma presença no Sul. Em geral, eram muitas vezes ligados a outras organizações que lhes proporcionam uma base e financiamento, como instituições religiosas ou filantrópicas. Já havia interações com o Estado em torno da reforma legal, assim como com o mercado, que gerava a maioria dos recursos, transferidos através de fundações (um modelo que continua até hoje, em uma escala maior). Assim, de um modo geral, era entendido como programas voluntários, a qual não se contestava muito as ideias hegemônicas. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008)

Bebbington (2002, p. 99) vê as ONGs não como atores e instituições da sociedade civil, mas como meios de ação para outros atores, ou seja, uma organização, que o indivíduo cria, ou em que entra, para poder fazer alguma coisa, ou ser alguma coisa (política, pessoal, pragmática, ou o que seja) que não lhe seria possível se atuasse sozinho, ou mediante suas relações sociais.

Com emergência do modelo neoliberal, alguns setores da sociedade perceberam e associavam muitas empresas como os principais agentes de desigualdades e dos efeitos da globalização econômica. Nesse contexto da década de 1970 e 1980, o conceito de Responsabilidade Social Empresarial começou a ser efetivamente desenvolvido e ganhou importância, distanciando-se em relação à perspectiva anterior, paternalista e filantrópica. (DOLCIN, 2011) O liberalismo não estimulava a prática de ações sociais pelas empresas e até as condenava, pois entendia que a caridade não contribuía para o desenvolvimento da sociedade, nem era de responsabilidade das empresas. (TENORIO, 2006:16)

Os anos 1970 também marcam a emergência de um novo sentido que se agrega ao conceito de ONG, enfatizando valores e conceitos como desenvolvimento social, cidadania e sociedade civil. Principalmente por ocasião da “I Conferência sobre o Meio Ambiente” em 1972 em Estocolmo. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.2) Surge e ganha força o termo “organizações da sociedade civil sem fins de lucro”, que se estruturam em torno de objetivos públicos, porém geridas por agentes privados, constituindo o chamado “Terceiro Setor”. Um novo agente distinto das instituições do Estado e do mercado (SHOMMER, 2000, p.146). O conceito ganhou visibilidade e relevância política estratégica a partir dos movimentos de transição democrática tanto na Europa Oriental como também na América Latina (LANDIM, 2010, p.41)

Assim, a partir dos anos 1970 consolidam-se as redes de organizações sociais que vão construindo um campo de identidade comum, com o indispensável apoio de setores da Igreja e na construção da distinção com

relação à chamada filantropia, caridade ou assistencialismo, tornando-se assim, as práticas e projetos politizados ao assumir o sentido básico de criação de organizações populares e de contra poderes. (LANDIM, 2010, p.26)

Na década de 1980 houve a aceleração do crescimento das ONGs e a consolidação de programas de financiamento por parte dos Estados e das sociedades do Norte global para institucionalizar projetos sociais no âmbito das suas carteiras de ajuda nacionais. Refletindo o impacto geopolítico, o setor tornou-se cada vez mais crítico, defendendo a ideia de que era imperativo que as ONGs elaborassem e contribuíssem para acordos alternativos entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008, p.12)

Os anos 1980 são caracterizados, por um lado, pela diversificação de temáticas e “sub-redes” entre as ONGs, as quais vão representar um papel na conformação dos novos sujeitos coletivos; por outro, nesse período se dará a consolidação “final” da identidade comum entre esse conjunto plural de entidades. A diferenciação com relação às entidades representativas - “ONG não é movimento” - e logo depois, na abertura política, com relação ao Estado - “ONG não substitui Estado, sua vocação é a sociedade civil” - constituiu uma etapa relevante nesse processo. (LANDIM, 2010, p.27).

Assim, o reconhecimento e visibilidade social das ONGs como organizações que criam identidade e são identificadas enquanto tal, através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, se diferenciam, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas e que ao longo das conjunturas mantêm relações tensas entre distinção e semelhança, alternativa e superposição, dependência e autonomia, colaboração e conflito, com relação às organizações filantrópicas, à Igreja, aos movimentos e organizações populares representativas, aos sindicatos, partidos, universidade, Estado e mercado (LANDIM, 2010, p.22)

Neste período foi crescente a intersecção entre ONG e organizações políticas. O setor estava cada vez mais consciente de si próprio e da necessidade de colaboração com outros agentes não governamentais. As relações Norte-Sul se aprofundaram com o crescimento do setor de ONGs do Sul, em particular as que estão inseridas em instituições e redes de esquerda, religiosas e democráticas, conscientemente tentando mudar a relação Estado-Mercado-Sociedade. Além do processo de colaboração entre outros atores, como os movimentos políticos e sociais, na articulação de movimentos, instituições de apoio e ONGs dentro da luta contra as estruturas hegemônicas e repressivas que se manifestava através do Estado. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008, p.12)

Concomitantemente, alguns governos e as forças conservadoras, principalmente norte-americanas, utilizaram de tática semelhante para apoiar elementos das forças hegemônicas e ideias contra as quais essas ONGs e movimentos políticos se opunha. Nesta fase e em discussões posteriores sobre o neoliberalismo, as ONGs desempenharam um papel tanto em estratégias de

contestar a hegemonia, bem como a consolidá-la. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008, p.13)

Nesse mesmo contexto histórico, a qual a ortodoxia econômica neoliberal resumida no termo “Consenso de Washington” evidenciou as desigualdades entre o Norte e o Sul e as instituições internacionais defensoras do neoliberalismo como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio passaram a assumir um papel mais central como alvo de resistência, o ativismo passa a deixar a esfera local e tornar-se transnacional. Desde meados dos anos 1990, várias mudanças ligadas à integração econômica global se combinaram para expandir e ampliar o alcance do ativismo. As campanhas transnacionais e organizações de movimento sociais cresceram desta dinâmica. As novas tecnologias e a facilidade de acesso a elas aumentaram a capacidade de organizar campanhas de mobilização de forma rápida e eficaz em muitos locais ao mesmo tempo. E nesse contra movimento é incorporado boicotes à grandes corporações. (TARROW, 2005, p.6). As ONGs cresceram e se diversificaram em termos de agentes, atores, posições na sociedade e projetos, uns mais, outros menos conscientes e intencionais (LANDIM, 2006, p.32), integram associações, movimentos sociais de forma a criar grupos de pressão contra o governo. (PINTO, 2008, p.660)

Nesse contexto, a ONU é vista com esperança através de suas agendas das reuniões e convenções mundiais, e com sua publicidade mundial capaz de influenciar os governos das grandes potências econômicas mundiais. (HABERMAS, 2000) Além do fato de que a certificação da ONU, ou seja, a legitimação dos atores, seus desempenhos e de suas reivindicações, é um mecanismo importante na validação de atores não estatais. (TARROW, 2005, p.194) Novos atores de peso colocaram-se nesse processo, num movimento de atribuição de identidades às ONGs. (LANDIM, 2010, p.44)

Tarrow (2005, p.3) defende que ativismo transnacional é mais do que um reflexo contra a globalização, embora a globalização ofereça incentivos e temas para o ativismo transnacional, porém é o internacionalismo que oferece um conjunto de pontos focais e uma estrutura de oportunidades para ativistas transnacionais. Por internacionalismo, Tarrow (2005, p.8) entende como uma crescente horizontalidade de relações entre Estados, organismos governamentais e atores não-estatais, o aumento das ligações verticais entre os níveis subnacionais, nacionais e internacionais e uma estrutura formal e informal aprimorada que convida o ativismo transnacional e facilita a formação de redes de atores não estatais, estatais e internacionais. Isso se evidencia pelo papel das instituições como as Nações Unidas, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), em alianças regionais e pactos. Em redes de laços informais entre mercado e ONGs.

As ONGs nasceram com a vocação para o transnacional. Desde os anos 1980, o investimento e produção, por um conjunto de entidades e agentes, de qualificações, construção de canais, redes, formas de legitimidade no espaço do

que se vem designando como “novos circuitos de poder internacionais”. (LANDIM, 2010, p.47)

Nesse cenário, a sociedade civil surge a partir das últimas décadas do século XX em decorrência do cenário político internacional: o fim do regime da URSS, o fracasso do *welfare state* e pela ascensão de políticas neoliberais ao redor do mundo, é formada por grupos, instituições e pessoas com graus diferentes de organização, de comprometimento público e de capacidade de intervenção, para se relacionar com o Estado e com o mercado. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008 PINTO, 2006)

Em paralelo, a crise de cooperação da década de 1990 levou as ONGs a buscarem outras fontes de financiamento, tanto nacionais, junto aos órgãos governamentais, quanto internacionais, junto aos organismos financeiros internacionais. Os novos recursos vêm com novas exigências e novos significados, produzindo impactos sobre o funcionamento das ONGs. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.13)

Nesse desenvolvimento do entendimento de sociedade civil ocorre a imprecisão entre as noções de sociedade civil, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ONGs. A sociedade civil é a forma de organização da própria sociedade, na qual cada indivíduo encontra seu pertencimento como um cidadão de direito e capacidade de intervenção, para se relacionar com o Estado e com o mercado. Assim, a sociedade civil pode ser vista, ou como contraponto à corrupção e a letargia do Estado, ou como o ideário revolucionário, ou por sua potencialidade, que pode levar a atribuição de capacidades que não são inerentes as suas atividades. (PINTO, 2006, p.653)

Quanto a potencialidade, a partir da metade da década de 1990 em diante as ONGs passam a ser associadas a especialmente aos conceitos de “Terceiro Setor”, de parceira e voluntariado. Fruto de um longo processo social e cultural de “disputas pelos sentidos e pelo capital simbólico”, acumulados ao longo da história destas organizações, entre diferentes agentes políticos que se situam num campo de oposições e negociações políticas. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.4)

Assim surgem associações entre ONGs e o Estado, fazendo com que as ONGs deslocassem sua ação mediadora dos movimentos sociais para a sociedade como um todo (STEIL E CARVALHO, 2016, p.12). Com o grande crescimento das ONGs e seu potencial de construção de redes locais, regionais e globais, com a ONU ou fundações financiadoras e até grupos marginalizados, as ONGs passam a fazer a ligação entre o Estado e a Sociedade em geral (PINTO, 2006).

O termo Terceiro Setor, não é bem definido, mas basicamente é composto de organizações estruturadas, localizadas fora do aparato formal do Estado, que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas, autogovernadas e envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário (FERNANDES, 2002). Para

Landim (2010) trata-se de uma teoria dos ideólogos neoliberais, que forjaram o 'conceito' que se confundia-se com a sociedade civil como um todo, isto é, tudo aquilo que não era Estado, nem mercado, e, isso implicava na diluição dos conflitos e contradições da sociedade civil.

Assim, o surgimento da chamada "sociedade civil" se deu inicialmente através de movimentos sociais autônomos e fortemente politizado com uma demanda direta da população carente organizada por bens públicos, e depois por organizações não-governamentais profissionalizadas, as ONGs, que passam a representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada da participação popular. (PAOLI, 2002, p.378)

DESAFIOS E RISCOS PARA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE POROSIDADE NOS LIMITES ENTRE SOCIEDADE/ESTADO/MERCADO.

A dinâmica de transformação das ONGs ao longo dos anos vem se intensificando e sua importância vai ficando cada vez mais clara. A relação com o Estado e com o mercado está mais próxima, e isso traz novos desafios para a sociedade civil organizada.

Bebbington et al. (2008, p.6) contesta essa a divisão tripartida "Estado", "Mercado" e "Sociedade Civil", por ser excessivamente normativo em vez de analítico, ou seja, a sociedade civil é entendida como uma fonte de "bom", distinto de um "mau" imputado ao Estado e ao Mercado. Tais abordagens subestimam o potencial papel do Estado na promoção da mudança progressiva, à mesma medida em que a sociedade civil é também um domínio de atividade para organizações como as OS², OSC³, ONG, OSCIP⁴ em suas pesquisas e projetos que por sua vez dependem de ser patrocinadas por empresas ou outras organizações oriundas do mercado. Além da fluidez dos limites entre as três esferas e a tendência crescente para as pessoas alternarem posições entre essas organizações, o governo e mercado.

Algumas correntes críticas a essas organizações sociais entendem que elas são parte integrante da sociedade civil, e não representantes da sociedade. Também há o questionamento que essas organizações se comparam a entidades corporativas dotadas de uma lógica do mercado, tal como o de prestação de serviços. (PINTO, 2006, BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008)

As "sociedades" de uma forma geral, sejam organizadas ou informais, estão imersas em redes sociais que muitas vezes são transnacionais, e concebidas como organizações distintas e separadas de seus Estados e de outras estruturas e organizações sociais, quando na prática muitas redes sociais cruzam essas fronteiras institucionais. Esses fenômenos sociais devem ser

² Organização Social

³ Organização da Sociedade Civil

⁴ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

entendidos em relação a um conjunto de outras relações sociais. (BEBBINGTON, 2002)

Tarrow (2005, p.2) defende que os ativismos transnacionais formam redes e oportunidades nas sociedades ligando o local ao global. No mundo de hoje, não é possível mais traçar uma linha nítida entre a política interna e internacional. O ativismo transnacional é transformador e ativa os processos de transição entre Estados e política internacional, e essas novas formas de ação poderão fundir a disputa doméstica com a internacional.

Contudo Bebbington *et al.* (2008) apontam que nessas tendências transnacionalizadoras, há o risco de que as elites da sociedade civil venham a dominar os discursos e fluxos, que são canalizados através dessa comunidade transnacional, uma vez que os recursos (nacionais e internacionais) são oferecidos com regras específicas de utilização. Isto corrobora a ideia de que a transnacionalização das intervenções reflete as transformações estruturais no funcionamento do capitalismo internacional e da natureza dos mercados. (CRAIG E PORTER, 2006).

As ONGs vêm cada vez mais sendo tentadas a seguir regras típicas de mercado. O que faz sugerir que as ONGs estão se tornando veículos da governabilidade neoliberal disciplinando as organizações locais e as populações. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008). Steil e Carvalho (2016, p.5) aponta que nesse novo contexto internacional de globalização, as principais fontes de recursos são provenientes dos organismos multilaterais, ligados ao capital financeiro mundial, e do mercado, que privilegiam as ONGs como parceiras e coexecutoras dos programas sociais por eles financiados, numa tentativa de substituir ou terceirizar a ação do Estado. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.5)

Para Dagnino (2004), o processo de encolhimento do Estado e a progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil conferiria uma dimensão perversa para a sociedade civil, no sentido de atuar junto com o Estado, e servir aos objetivos do projeto que lhe é antagônico.

Bebbington *et al.* (2008, p.7) possuem uma compreensão gramsciana da sociedade civil como uma arena na qual as ideias hegemônicas sobre a organização da vida econômica e social são estabelecidas e contestadas. E que esses movimentos contra hegemônicos da sociedade podem contribuir na promoção da mudança social, como “alternativas”. Porém aponta que atualmente, com o avanço do projeto da democracia neoliberal e do livre comércio, torna-se cada vez mais difícil para as ONG e outras organizações sociais pensar ou agir fora deste contexto de relações neoliberais. Isso ocorreu com a incorporação da terminologia ONG relacionado a democracia, direitos, capacitação, participação, pobreza. Além de que ao mesmo tempo existem incentivos para as ONGs venham a se tornar parte da forma hegemônica. (BEBBINGTON, HICKEY, MITLIN, 2008, p.15)

Nessa linha, Pinto (2006) evidencia a natureza instável das organizações da sociedade civil, devido tanto em função dos temas dos quais se organizam,

quanto de sua instabilidade financeira, uma vez que sobrevivem por meios de projetos financiados por organizações internacionais, cooperação internacional entre países, pelo Estado ou pelo próprio mercado. Segundo Steil e Carvalho (2016, p.12) essa setorização das ONGs levou a sua valorização e ao mesmo tempo a desvalorização do Estado como ator regulador dos processos sociais e a tendência de delegar através de diversos programas sociais compensatórios ou mesmos preventivos em que as ONGs são convidadas a assumir ações de responsabilidade do Estado, mesmo não sendo capazes de sustentar políticas públicas.

Assim, Bebbington et al. (2008) destaca a tensão entre a intenção contra hegemônica e necessidade de sobreviver em suas atividades diárias. Existe uma pressão para se envolver na produção de conhecimento aplicado em vez de conhecimento que analisa as forças estruturais que criam e mantêm a pobreza, a desigualdade e as práticas ambientais insustentáveis. Soma-se ainda sobre estas “alternativas”: As pressões do neoliberalismo no Sul global e as pressões decorrentes de uma ação cada vez mais tecnocrática e utilitarista, orientado para um objetivo definido pelas agências internacionais financiadoras, inclusive por agências neoliberais, pelo Estado e pelo Mercado.

A lógica da eficácia e dos resultados, típicas do mercado, passam a definir também os critérios de pertencimento das instituições na rede das ONGs. Além da exigência de especialização da atividade desenvolvida pelos organismos financiadores estatais e multilaterais que vão legitimar as próprias ONGs. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.11) Na tensão entre profissionalização e militância, prevaleceu a profissionalização. Assim, as ONGs existentes se reformulam para se adequar a um novo contexto de “concorrência e de mercado de serviços públicos que são vendidos por entidades privadas”. Assim, os projetos sociais surgem como a mediação privilegiada para a oferta de serviços. (STEIL, CARVALHO, 2016, p.14)

Para Landim (2010, p.43), o Terceiro Setor representa para as ONGs uma ‘identidade’ que lhes é atribuída pelo pensamento liberal ou outorgada pelo Estado. Trata-se assim, de objeto de disputa de significados. Steil e Carvalho (2016, p.14ss) entende que com a imposição da categoria Terceiro Setor se redefine o universo dos atores sociais, dentro os quais as próprias ONGs, e com isso, há o abandono de sua atuação política de contestação e resistência ao modelo capitalista dominante como traço marcante, visando retirar qualquer conotação política de sua identidade.

Este deslocamento de ênfase do “político” para o “público” tem permitido às ONGs avançarem na conquista de novas áreas de atuação, tornando-se assim mediadores da sociedade dentro de um contexto de retração do Estado de bem-estar social. Com isso, houve o deslocando da militância e da atuação política para o retorno de sua função filantrópica. (STEIL E CARVALHO, 2016, p.16) Para Landim (2010, p.44), nessa nova relação entre sociedade e mercado, a sociedade civil e as organizações voltadas à ação social tomam-se importantes objetos de *marketing* na venda de projetos referentes a uma nova agenda social,

em que a reformulação das relações entre Estado e sociedade é ponto de destaque.

Isso gerou um dilema as ONGs, que têm como desafio crucial esclarecer se querem ser uma “força funcional ao esquema de dominação” ou se acreditam ter um “papel antissistêmico na sociedade”. Trata-se de um momento de encruzilhada, principalmente no cenário brasileiro, onde a enorme diluição da identidade das ONGs que convivem com espaços de sua reafirmação, não estando claros os rumos desses processos na sociedade civil brasileira. (LANDIM, 2010, p.47)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade civil organizada encontra-se mais interligada ao mercado e ao Estado do que no início do seu processo histórico. Houve a ampliação das atividades das ONGs, e a mudança no foco de contestação para a ação junto ao Estado. Nesse processo, as relações se tornam estreitas e o Estado, na figura do primeiro setor, aglomerou as ONGs num só status de Terceiro Setor, no qual o mercado configura-se como segundo setor. Nessa dinâmica, o Estado delega ao Terceiro Setor, a realização de projetos sociais, financiados pelo mercado, sob a alcunha de responsabilidade social empresarial. O que gera, portanto, a concorrência entre as organizações sociais na busca de financiamento de seus projetos, segundo demanda ordenada pelo Estado.

O desafio atual reside na necessidade das ONGs sobreviverem e se adaptarem a essa concorrência, de forma a conciliar as novas exigências da relação entre mercado, sociedade e Estado, sem, entretanto, interferir na essência fundadora das organizações sociais, de transformação social e desenvolvimento de uma cidadania e de contestação política.

REFERÊNCIAS

BEBBINGTON, Anthony J. Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina. In: HADDAD, Sérgio. **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. - São Paulo: Abong, 2002.

BEBBINGTON, Anthony J.; HICKEY, Samuel e MITLIN, Diana (eds). **Can NGOs Make a Difference? The Challenge of Development Alternatives**. Londres e Nova York: Zed Books, 2008.

CAPPELLIN, Paola; GIFFONI, Raquel. As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. **Caderno CRH**. Salvador, v. 20, n. 51, p. 419-434, dezembro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 19/10/2016.

CRAIG, David, PORTER, Doug. **Development Beyond Neoliberalism?: Governance, Poverty Reduction and Political Economy**. Taylor & Francis e-library, Nova York, 2006, 340 p.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? ”. In: MATO, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en**

tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004 pp. 95-110.

DOUCIN, Michel. *Corporate Social Responsibility: Private Self-Regulation is Not Enough*. **World Bank. Private Sector Opinion**, Washington, n. 24, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/11072> acessado em: 20 mar. 2015.

FERNANDES, Rubem César. **Privado Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina** – 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GRAMSCI, Antonio. (1971) **Selections from the Prison Notebooks**. Edited and translated by Quentin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. Londres: ElecBook, 1999.

HABERMAS, Jurgen. Realizações e limites do Estado nacional europeu. (1996) In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.297-310.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In HADDAD, Sérgio. **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. - São Paulo: Abong, 2002.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In.: SANTOS, Boaventura Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PINTO, Celi Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. Dados - **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 3, 2006, pp. 651 a 670.

POLANYI, Karl. **A grande transformação. As origens de nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHOMMER, Paula Chies. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. **Revista Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 7, n. 19, p. 145-160, dez. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198492302000000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 22/10/2016

STEIL, Carlos Alberto e CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política. **Revista Humanas**, IFCH/UFRGS, 2001.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

TENORIO, Fernando Guilherme. (org.) **Responsabilidade Social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. 260p.

O ATO DE IMIGRAR E A IDENTIDADE CULTURAL HÍBRIDA NAS OBRAS DE MILTON HATOUM E STEFAN ZWEIG

Fidelainy Souza Silva¹

Resumo: O presente artigo apresenta dois exemplos literários sobre a imigração e o hibridismo cultural como aspectos da sociedade brasileira. Com o intuito de expor as consequências do exílio e da imigração, usaremos a obra do escritor austríaco Stefan Zweig, *Brasil, país do futuro* (1941) e, paralelamente, relacionaremos essa narrativa com o romance de Milton Hatoum, *Dois Irmãos* (2000). Adiante, serão confrontadas as ideias edênicas do austríaco Zweig com o romancista Milton Hatoum, o que favorecerá um cruzamento para, a partir dessas perspectivas, verificar como aconteceu a construção de identidade depois do exílio, tanto de Stefan Zweig quanto da família de imigrantes da obra hatouniana.

Palavras-chave: Imigração; identidade; cultura híbrida; Milton Hatoum; Stefan Zweig

Abstract: This article presents two literary examples on immigration and cultural hybridism as aspects of Brazilian society. In order to expose the consequences of exile and immigration, we will use the work of the Austrian writer Stefan Zweig, *Brazil, the country of the future* (1941) and, in parallel, relate this narrative to the novel by Milton Hatoum, *Dois Irmãos* (2000). Later, the Austrian ideas of the Austrian Zweig will be confronted with the novelist Milton Hatoum, which will favor a cross to verify, from these perspectives, how the identity construction after the exile happened, both of Stefan Zweig and of the family of immigrants of the work hatouniana.

Keywords: Immigration; identity; hybrid culture; Milton Hatoum; Stefan Zweig

“(...) Imaginava que o Brasil fosse uma república
qualquer na América do Sul.”
(Stefan Zweig, em *Brasil, país do futuro*).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os grandes movimentos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade. No Brasil, foram os processos de deslocamentos e os encontros culturais que contribuíram para a construção da sociedade contemporânea em que vivemos. O período colonial também foi determinante para a formação cultural brasileira, assim como as questões de dominação e de controle cultural foram exercidos de tal modo que as relações imperialistas alteraram as identidades culturais das colônias. A literatura é o espaço em que encontramos essas figuras sociais transformadas pelo processo de colonização.

¹ Mestranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Programa de Pós-Graduação em Letras na Linha de pesquisa Teoria, Crítica e Comparatismo.

Atualmente, a literatura brasileira tem os mais variados romances ligados ao tema da imigração, sendo alguns deles diretamente relacionados às consequências da Segunda Guerra Mundial. Para este trabalho, portanto, cruzaremos duas obras distintas que evidenciam as consequências da imigração e a construção de identidade que resultam destes encontros. No romance *Dois Irmãos* (2000), a família de libaneses constitui o núcleo central da narrativa, que imigraram para Manaus durante os anos 1940, e, em *Brasil, país do futuro* (1941), temos a visão de um europeu antes e depois de exilar-se no Brasil.

A narrativa do escritor brasileiro Milton Hatoum é uma obra marcada pela forte presença de imigrantes que vivem no bairro portuário da cidade de Manaus. Neste contexto narrativo, encontram-se diferentes nacionalidades, entre elas: portugueses, espanhóis, franceses, libaneses, japoneses, ingleses, que interagem culturalmente e transformam a região norte brasileira. Questão como essa intensifica a concepção de que a imigração é um dos aspectos formadores do espaço cultural do Brasil. Em contraponto, para construirmos relações de semelhanças e de igualdades com o romance anterior, usaremos a narrativa do escritor austríaco Stefan Zweig, o *Brasil, país do futuro* de 1941. O autor narra suas expectativas antes da viagem e depois relata suas experiências dos anos de exílio no Brasil.

A partir do cruzamento entre essas perspectivas, analisaremos como aconteceu a construção de identidade dessa família de imigrantes dentro da região amazônica, assim como pretendemos compreender a visão geral europeia em relação ao Brasil, levando em consideração o ponto de vista antes de Stefan Zweig imigrar. Essa análise é possível dentro dos estudos culturalistas por meio dos estudos diaspóricos de Stuart Hall (2013), das relações imperialistas de Edward Said (2011) e das questões culturais de Homi Bhabha (2012).

Para Homi Bhabha (2012, p. 19), “encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”, ou seja, é o momento de perceber as comunidades contemporâneas e de redimensionar a compreensão de fronteiras culturais. No geral, as culturas sofrem e sofreram processos semelhantes de conflito cultural. As trocas entre culturas diferentes inviabilizam o desmembramento destas e perpetuam o

caráter multicultural da sociedade contemporânea. O cruzamento dessas perspectivas literárias contribui para a compreensão sobre a construção de identidade cultural dessa família de imigrantes dentro da região amazônica, assim como a visão geral de Zweig em relação ao Brasil, considerando os dois momentos, antes e depois de imigrar, contribui para compreendermos as concepções culturais como resultados complexos dos encontros de hibridização.

O ATO DE IMIGRAR E A IDENTIDADE CULTURAL HÍBRIDA

No contexto brasileiro, as narrativas sobre imigração e exílio geralmente são de cunho memorialista, conduzidas em primeira pessoa. A não linearidade do tempo favorece determinada simultaneidade dos fatos do passado e do presente². *Dois Irmãos* (2000), de Milton Hatoum, escritor amazonense, é uma obra ficcional que, de modo geral, remete aos aspectos sociais, políticos e econômicos da época. Ainda que o autor use personagens fictícios, também privilegia suas próprias memórias e, por ser descendente de imigrantes árabes, relata experiências relacionadas à sua infância de imigrante. Considera, sobretudo, as memórias dos pais e dos avós.

Compreende-se, no enredo de *Dois Irmãos*, que as sobreposições de várias nacionalidades são construções fictícias da narrativa, no entanto, essas características acabam também por representar a realidade histórica de Manaus na década de 1940. Para Milton Hatoum, em seu romance, a imigração intensifica o aspecto multicultural do país, mas também é lugar de relações complexas que correspondem à hierarquização de classes sociais. Um exemplo é a descrição da personagem Esterlita Barroso, a qual nas palavras do autor, “Era ativa, considerava-se superior aos vizinhos imigrantes, alimentava-se das lendas do passado da família, e a visita do rei da Bélgica não lhe saía da cabeça. Ostentava os colares e pulseiras de marfim que a avó ganhará do rei” (HATOU, 2000, p. 87).

Segundo Gerson Neumann (2005), em sua tese de doutorado, as questões sobre imigração alemã para o Brasil partem, primordialmente, de dois

²Cf: DALCASTAGNÈ, Regina. *O tempo no romance brasileiro contemporâneo*. In: _____. **Narrativas contemporâneas: recordes críticos sobre literatura brasileira**. / Org. Gínia Maria Gomes. – Porto Alegre: Libretos, 2012.

motivos, a pobreza causada pela Segunda Guerra Mundial e a divulgação da imagem do Brasil como um lugar abastado. A imagem de enriquecimento em terras brasileiras espalhava para Europa a imagem de o Brasil ser esse país a ser explorado, propício ao lucro. Neumann (2005) trabalha sobre a realidade das colônias alemãs, principalmente, no sul do Brasil. Contudo, para correlacionarmos a imagem brasileira nas duas obras, é preciso dizer que, na obra de Milton Hatoum, a exploração das riquezas naturais, desde a época colonial, deixou como legado o estereótipo de que a Amazônia é, acima de tudo, um lugar lucrativo para os negócios. Em contrapartida, esse posicionamento apaga os traços culturais heterogêneos dessa região, reforçando os estereótipos sobre a facilidade de conseguir riquezas. Essa postura também diminui a importância dos centros urbanos da região norte do país, silencia a voz dos nativos, assim como desvincula a imagem de um país com diferentes realidades culturais. No entanto, esta análise não defende continentes específicos, ao contrário, a postura multicultural coloca essa discussão em evidência para melhor compreender os problemas da hierarquização cultural, legado do período colonial. Nesse caso, o espaço amazônico, presente na obra de Milton Hatoum, pode ser considerado um espelho para interpretações em relação a imagem do Brasil no imaginário europeu, assim como a obra de Stefan Zweig serve para análise do posicionamento construído depois do ato de imigração, já que Zweig vivencia um Brasil completamente diferente do que ele imaginava antes do exílio.

A identidade da Amazônia é compreendida em grande medida pela teórica chilena Ana Pizarro (2004), vista como área cultural. Essa concepção ampla inclui todos os elementos socioeconômicos e políticos da região. Assim, além de considerar a grande riqueza natural, as florestas, os rios e a biodiversidade, ainda, considera os processos de povoação, as grandes explorações, os conflitos de terras, as questões indígenas, a grande riqueza folclórica, a importância da culinária e das festividades da região amazônica. Para a teórica, é um problema visualizar a Amazônia como “patrimônio ecológico” do mundo, pois essa visão determinista atrapalha o conhecimento real desse espaço geográfico. É preciso compreender a importância natural da floresta amazônica para o planeta, contudo, isso não justifica a visão unilateral de que essa seja a única característica da região. Além disso, Pizarro acentua

as diferenças geopolíticas dos nove³ países que compõem a Amazônia, ou seja, é impossível categorizar e uniformizar essa área cultural. Cada país teve processos de colonização distintos e, inevitavelmente, constituem polos de diferentes formas híbridas de cultura, decorrentes de outros processos de imigrações e de mesclas, de modo que todos esses países precisam ser respeitados dentro de suas particularidades.

Conhecer a Amazônia em seus traços identitários é uma forma de colaborar com sua auto-identificação diversificada por diferentes grupos indígenas, por grupos de migrantes internos dos países da área, por imigrantes, pela penetração de missões, e grupos ligados à droga, e articulada ao mesmo tempo por formas comuns de trabalho e de vida, de expectativas e fracassos, por universos míticos, por formas de contato com a cultura ilustrada e por formas violentas de contato e ingresso na modernização. Conhecer a Amazônia é uma forma de apropriá-la para o continente que a olhou sem vê-la. (ANA PIZARRO, 2004, p. 34)

Nessa perspectiva, é preciso que as diferenças linguísticas, alimentares e geográficas ampliem a visão sobre o espaço amazônico. Assim, para ser considerado lugar global de importância planetária, é necessário enaltecer esse “espaço” pelo viés multicultural. A visão simplista do apelo às belezas naturais é negar as múltiplas interpretações identitárias desse lugar. Nas palavras de Ana Pizarro, (2004, p. 33), a “Amazônia é hoje, para nós, como para todos, de um ponto de vista internacional, um centro de elaboração cotidiana de cultura”. As riquezas naturais são apenas os elementos ornamentais, assim como os mitos, as lendas, os pratos exóticos e as danças, contudo, agregados a esses ornamentos estão os fenômenos sociais carregados de violência territorial que ocorrem nessa região, tais como a miséria social, as destruições das áreas ecológicas, os conflitos políticos, entre outros. São todos esses os fatores constituintes da complexidade cultural dessa região.

A partir desses aspectos gerais sobre imigração e dos encontros culturais provenientes desse processo, correlacionamos aos processos de imigração que também ocorreram na região amazônica. Nas obras de Milton Hatoum e de Stefan Zweig, há certa justaposição de elementos culturais, provenientes dos processos migratórios. Nesse sentido, a partir das perspectivas dos autores das obras, tomamos o sujeito imigrante como um dos aspectos principais desta

³ Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname, Venezuela e Brasil.

análise. Em primeiro lugar, é possível verificar a adaptação ao novo lugar, e, em segundo, justificar o processo de construção da identidade do imigrante.

Para Cornejo Polar (2000), a fragmentação do sujeito é inerente à natureza humana, haja vista a multiplicidade de experiências no tempo e no espaço. Desse modo:

estratifica suas experiências de vida e que não pode nem quer fundi-las, por que sua natureza descontínua enfatiza precisamente a múltipla diversidade desses tempos e desses espaços, e os valores e imperfeições de uns e outros. A fragmentação talvez seja sua norma. (...) a passagem de uma cultura a outra, em mais de um sentido contrapostas, cujo signo maior é um bilinguismo que, mesmo se fosse simétrico – e quase nunca o é - produz uma aguda ansiedade pelo confuso hibridismo de lealdades e pragmatismos. (CORNEJO POLAR, 2000 p. 130)

O autor apresenta a passagem de uma cultura a outra como ponto de partida para o processo de formação de um sujeito híbrido, bilíngue e multicultural, elementos esses compartilhados pela imigração. Desse modo, hibridação cultural é também resultado da interação de um mesmo sujeito com dois espaços distintos para que a fragmentação e a mobilidade geográfica sejam responsáveis pela dualidade ou pela multiplicidade do sujeito imigrante. Para este trabalho, então, considero duas vertentes sobre o processo de imigrar: a postura do imigrante na terra estrangeira e também as imbricações identitárias e culturais que, inevitavelmente, acontecem quando este já se encontra exilado.

ENTRE ESPAÇOS: A EXPERIÊNCIA DO DESLOCADO

Stefan Zweig viveu na Inglaterra, depois nos Estados Unidos da América e por fim, veio para o Rio de Janeiro, onde viveu até os últimos anos de sua vida. O texto do escritor austríaco, *Brasil, país do futuro* (1941), relata sua experiência de exílio no Brasil, quando deixou a Áustria em 1934 por causa do nazismo. É uma narrativa sobre imigração e exílio conduzida de forma confessional e relata principalmente as impressões do autor sobre concepções antes da viagem. Ao chegar, observa a realidade de forma utópica, pois descreve o Brasil como um lugar pacífico, harmônico e sem cultura própria, aspectos que não remetem à realidade brasileira da época. Dito de outro modo, a escrita de Zweig descreve de forma tão idealizada e imaginativa que mais parece a descrição de um lugar fictício, haja vista, os grandes elogios à pacificidade do povo brasileiro.

Suas experiências como imigrante contribuíram para duas fases de suas narrativas: a primeira representa a visão distorcida sobre o Brasil, enquanto a segunda representa, depois da viagem, o deslumbramento do local. Aqui, cabe uma ressignificação, tanto a visão antes da viagem, quanto o encantamento pós-viagem não condizem com a heterogeneidade brasileira. No trecho abaixo, o escritor descreve a noção geral do europeu em relação ao Brasil, ou seja, a percepção de que o Brasil não passa de mais uma república da América do Sul:

Minhas expectativas não eram lá muito grandes. Eu tinha, sobre o Brasil, a ideia pretenciosa que, sobre ele, tem o europeu e o norte americano, e tenho agora dificuldade para recordá-la. Imaginava que o Brasil fosse uma república qualquer das da América do Sul, que não distinguíamos bem uma das outras, com o clima quente, insalubre, com condições políticas de intranquilidade, finanças arruinadas, mal administrada e só parcialmente civilizadas nas cidades marítimas, mas com belas paisagens e com muitas possibilidades não aproveitadas – país, portanto, emigrados ou colonos e, de modo nenhum país do qual se pudesse esperar estímulo para o espírito. (ZWEIG, 1960, p. 12-13).

Dito isso, o autor se desculpa pela visão equivocada, pois o período que passou no Brasil o levou a perceber um lugar propício para o desenvolvimento, inclusive, previsto, segundo o autor, como o país do “futuro do mundo”:

Muitas vezes fiquei surpreso de ver que ideias confusas e deficientes, mesmo por pessoas cultas e interessadas em coisas políticas, possuem sobre este país que, indubitavelmente, está destinado a ser um dos mais importantes fatores do desenvolvimento futuro do mundo (ZWEIG, 1960, p. 18).

Ao longo da obra, o autor reconhece que o imaginário europeu fantasia sobre a cultura, a geografia e o idioma brasileiros, a ponto de afirmarem que o espanhol é a língua oficial do Brasil. Zweig, argumenta ainda, em sua narrativa, alguns casos de colegas e de viajantes que exteriorizaram o pensamento equivocado sobre esses fatores. Com a intenção de construirmos um paralelo entre essa perspectiva apontada pelo autor e a realidade presente na obra de Milton Hatoum, podemos inferir que até os dias de hoje a imagem geral de que o Brasil é um país homogêneo culturalmente. O continente sul-americano não é como uma unidade.

A postura pós-colonial proposta por Walter Mignolo (2008) enaltece as histórias subalternas de países colonizados com a intenção de desestruturar as bases dos poderes políticos e econômicos eurocêntricos. Com essa desestruturação do pensamento dominante, é possível se pensar nos encontros

culturais. Percebe-se que essa postura evidencia o convívio de diferentes culturas ao invés de enaltecer uma cultura em detrimento de outra.

O apagamento da Europa e o surgimento da América, proposta por Ottmar Ette (2008), revela exatamente uma visão contestadora da concepção de que o ocidente seja o berço da civilização. Ignorar a hegemonia cultural cede lugar para busca por outros espaços culturais. O massacre sofrido pela falta de historiografia não confere a região amazônica hatouniana um lugar puro culturalmente. A ausência de textos históricos, a forte presença da culinária e os elementos culturais indígenas podem até reforçar a concepção de essencialidade cultural amazônica, porém são esses elementos os propulsores para pensarmos a Amazônia brasileira pelo viés da multiculturalidade. Essa postura desestabiliza a hierarquização cultural e caminha pela vertente dos entre espaços culturais da contemporaneidade.

Ainda na esteira do pensamento do escritor Zweig, mesmo após conhecer o Brasil, continua com uma visão idealizada do país. Assim, a nova percepção sobre o Brasil só ocorre a partir do encantamento em relação às cenas culturais que, para Zweig, foram manifestações impensáveis, antes de sua partida. O estágio de deslumbramento o faz ignorar a realidade, em que a visão positiva e utópica, torna-se verdade inquestionável, já que representa a escrita de um observador do espaço descrito. Observa-se, então, uma descrição que pode ser considerada poética,

Deu-se então minha chegada ao Rio, que me causou uma das mais fortes impressões de minha vida. Fiquei fascinado e, ao mesmo tempo comovido, pois se me deparou, não só uma das mais magníficas paisagens do mundo, nesta combinação sem igual de mar e montanha, cidade e natureza tropical, mas também uma espécie inteiramente nova de civilização. Aqui havia, inteiramente contra minha vontade, um aspecto absolutamente próprio, com ordem e perfeição na arquitetura, e no traçado da cidade, que havia arrojo e grandiosidade, em todas as coisas novas e, ao mesmo tempo, uma civilização antiga ainda conservada de modo muito feliz, graças à distância. (ZWEIG, 1960, p. 14).

Tendo em vista a postura do escritor, seu discurso está marcado pela esperança de que o Brasil seja a salvação da humanidade. Este pensamento se justifica se analisarmos a situação brasileira, paralela, ao caos vivido na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Ao utilizar o termo “Europa Suicida”, Stefan Zweig, evidencia esse olhar de tristeza em relação a um continente europeu que fracassou em relação aos direitos cívicos e mostrou para o mundo barbáries

inimagináveis, como o holocausto. Por isso, após conhecer o Brasil, a narrativa do escritor nos leva a arguir que percebe o Brasil como uma terra de esperanças por ter seu país de partida como referência válida de um país destruído. Portanto, descrever sua experiência de deslocado, serve para acentuar a pacificidade dos brasileiros, o convívio harmonioso entre os diferentes, o bom funcionamento das instituições públicas e, principalmente, a presença simultânea da arquitetura urbana e a beleza natural.

Tais questões remetem aos conceitos de hibridismo cultural, de entre-lugar e de lócus de enunciação cultural, como visto na citação abaixo:

o conceito de lócus de enunciação revela esse *locus* atravessado por toda gama heterogênea das ideologias e valores socioculturais que constituem qualquer sujeito; é nisso que Bhabha chama de “terceiro lugar” – que toda a gama contraditória e conflitante de elementos linguísticos e culturais interagem e constituem o *hibridismo*. (ABDALA JUNIOR, 2004, p.119).

Para Abdala Junior, o sujeito é um complexo cultural, social e ideológico resultante de suas interações internas e externas a ele. Assim, as experiências e as trocas vividas pelos sujeitos imigrantes das narrativas, tanto de Zweig quanto de Hatoum, impossibilitam rótulos fixos. Nessa vertente, o conceito de terceiro espaço retrata o sujeito híbrido como uma mescla entre os costumes de outrora, do país de origem, com os novos hábitos aprendidos no país de acolha. Logo, em *Dois Irmãos* e em *Brasil, um país do futuro*, foi possível evidenciar questões relacionadas aos processos de identificação, principalmente, em relação ao conceito de diferença cultural cunhado por Bhabha (2012). Para esse teórico, o Outro não deve ser referência de diferença ou de oposição, mas deve servir de articulador entre duas culturas distintas. A ideia pós-estruturalista não concorda com a dominação cultural pelo Outro, mas concorda com as misturas sem hierarquia de poder.

A diversidade cultural é um objeto epistemológico – a cultura como objeto do conhecimento empírico –, enquanto a diferença cultural é o processo da *enunciação* da cultura como “conhecível”, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. [...] A diversidade cultural é também a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única. (BHABHA, 1998, p. 63).

Segundo o Bhabha, há certo rompimento com a epistemologia tradicional de identidade coletiva única, pois, nenhuma cultura é completa e única, e tão pouco é a simples relação entre o Eu e o Outro. A cultura vai contra a noção de pureza e de fixidez, representando o pluralismo e a universalidade de que todas as culturas são híbridas. Ela parte de um terceiro espaço de enunciações e possibilidades múltiplas de encontro, valendo da ideia de que o mundo moderno não tem região de fronteira que separa culturalmente, mas carrega exatamente o sentido de que são essas regiões responsáveis pela mescla cultural.

Em *Dois irmãos*, de Milton Hatoum, as características ocidentais estão em relação direta com as características orientais. Como resultado dessa interação, temos a construção de uma identidade cultural em movimento (in)constante, haja vista que o oriente e o ocidente dão espaço a um terceiro lugar nas ressignificações culturais. Para Bhabha (2012), para encontrar esse lugar de ressignificações entre culturas, é preciso compreendermos identidade pela diferença cultural. Ou seja, não se trata de uma questão simplória sobre a identidade dos diferentes, no entanto, reconhecer ao que a sociedade se forma através da complexa relação de assimilação de significados culturais ou suas práticas. Para Milton Hatoum, a Amazônia é espaço que conversa com outras culturas. O autor não parte de uma literatura regional para enaltecer a região, antes usa de temas universais como a fragilidade da vida, as relações de tempo, questionamentos sobre o amor e o ódio entre irmãos. O autor enaltece o ambiente amazônico descrevendo as belezas naturais, linguísticas e folclóricas da região, no entanto, faz isso dentro de uma perspectiva pós-moderna, isto é, apresenta a Amazônia como fronteira cultural, plural, heterogênea e que está em sintonia com outros espaços.

Falavam português misturado com árabe, francês e espanhol, e dessa algaravia surgiam histórias que se cruzavam, vidas em trânsito, um vaivém de vozes que contavam um pouco de tudo: um naufrágio, a febre negra num povoado do rio Purus, uma trapaça, um incesto, lembranças remotas e o mais recente: uma dor ainda viva, uma paixão ainda acesa, a perda coberta de luto, a esperança de que os caloteiros saldassem as dívidas. Comiam, bebiam, fumavam, e as vozes prolongavam o ritual, adiando a cesta. (HATOUM, 2000, p.48).

Mesmo que o foco desses estudos sobre mestiçagem e trocas culturais esteja nos frequentes exemplos da Europa e na sua expansão para a América, esses encontros de hibridação acontecem desde a Grécia Clássica. De modo que, para Néstor García Canclini, as relações de confronto entre as

comunidades definem relações resultantes dentro de um processo chamado de hibridação, em que diz:

Entendo por hibridação processos socioculturais nas quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras. (CANCLINI, p. 19, 2013)

A hibridação não pretende transformar a identidade em objeto de pesquisa, contudo usa práticas de fala, os aspectos culinários, as festividades, entre outros. Nesse sentido, a noção que envolve essas práticas perpassa o conceito de hibridação em que as identidades se configuram em não-puras e tão pouco autênticas. Além disso, a visão, ao classificar as identidades entre nacionais e locais, estaria equivocada. Assim, em Canclini (idem), podemos dizer que categorizar as práticas híbridas não é uma tarefa simplista, porém possíveis de serem identificadas e analisadas. Dentro da obra de Milton Hatoum, os processos de hibridação ocorrem também com os nomes dos personagens que são em sua maioria árabes, mesmo que os filhos tenham nascidos em Manaus recebem nomes de acordo com a cultura mulçumana. Os costumes árabes e manauaras atravessam a narrativa e contribuem para um imbricado de informações sobre a cultura, o clima, a religião e até mesmo a culinária, vistos como praticas culturais híbridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das expectativas do texto confessional e intimista de Stefan Zweig e a narrativa de Milton Hatoum, foi possível perceber, em ambos, os encontros culturais de diferentes nacionalidades. Enquanto Zweig revela o olhar de viajantes que fantasiavam o que seria o “tal” Brasil, Hatoum mostra a realidade de vários imigrantes que se fixaram no país, particularmente, na Amazônia.

Ressalto ainda que as duas narrativas analisadas são diferentes no que diz respeito à proposta de narrativa, estrutura textual, gênero narrativo. Contudo, neste texto, foi feito um recorte para evidenciar os aspectos sobre a imigração e a visão de quem migra. Também foi evidenciado o cruzamento das nacionalidades de quem migra, elevando os aspectos das práticas culturais híbridas da Amazônia. Nesse sentido, considerando as semelhanças de um lado, o texto de Stefan Zweig, ao qual relata a realidade do Rio de Janeiro; “absolutamente não é de uma só raça, ou de raça pura: é uma mistura de

antepassados ibéricos, romanos, góticos, fenícios, judeus e mouros. A população aborígine [...] e os negros [...] tudo isso constantemente se misturou, cruzou e, além disso, se revivificou” (Zweig, 1960, p. 195). Do outro lado, na obra de Hatoum, a multiplicidade específica da região amazônica; “Falavam português misturado com árabe, francês e espanhol, e dessa algaravia surgiam histórias que se cruzavam, vidas em trânsito, um vaivém de vozes que contavam um pouco de tudo”. (HATOUM, 2000, p.48).

Nessa perspectiva conclusiva ou não, percebo os autores representantes de algumas características da formação cultural brasileira. Dentre o aglomerado de sujeitos imigrantes narrados, foi possível traçar o perfil identitário múltiplo ao brasileiro, em que todos esses aspectos afirmam, em grande parte, até os dias de hoje, as práticas culturais híbridas e a imigração como partes intrínsecas à formação da identidade nacional brasileira. Bhabha (1998) corrobora com essa ideia, pois pontua que o hibridismo cultural configura sentido em torno de práticas culturais, funcionando, na verdade, como integrante do processo de identificação, dentro da perspectiva de cruzamento entre uma e ou várias outras culturas.

Além desses aspectos sobre a formação cultural brasileira, é possível também abrir um paralelo para as imagens desiguais dentro do próprio Brasil, haja vista as grandes dimensões territoriais e os diferentes processos de povoamento de cada estado. Consequentemente, há também as hierarquias entre estados, sendo que, alguns recebem maior visibilidade, enquanto outros ainda estão no processo de romper o silenciamento. Portanto, coube a este trabalho articular algumas considerações sobre a imigração europeia para o Brasil e considerar como aconteceram as representações do processo migratório em duas obras pertencentes ao sistema literário brasileiro. As narrativas são vistas como elementos culturais, responsáveis pelo processo de construção da identidade nacional.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. K. A questão do “outro”; diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, H. B. (org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

- BHABHA, K. H. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. – Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2013.
- BRAGA, J. S. O pathos do exílio no escritor Milton Hatoum. In: **Círculo fluminense de estudos filológicos e linguísticos**. Cadernos do CNLF, Vol. XVII, Nº 05. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- COUTINHO, E. F. **Literatura comparada: reflexões**. Eduardo F. Coutinho. – São Paulo: Annablume, (Coleção língua, Discurso e Literatura) 2013.
- DALCASTAGNÈ, R. O tempo no romance brasileiro contemporâneo. In **Narrativas contemporâneas: Recordes críticos sobre Literatura Brasileira**. / Org. Gínia Maria Gomes. – Porto Alegre: Libretos, 2012.
- DINES, A. Stefan Zweig, aquele que volta. **Noaj=Noah: revista literária / asociación internacional de escritores judíos en lengua hispana y portuguesa**. - n. 16/17, jun. 2007. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.
- EAGLETON, T. Conclusão: Crítica política. In: **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução Waltensir Dutra; 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ETTE, O. **Literatura en movimiento: espacios y dinámica de una escritura transgresora de fronteras en Europa y América**. -Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.
- Gomes, G. M.. (Org.). **Migrações e exílio: trânsitos no romance brasileiro contemporâneo**. 1. Ed. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, 2016.
- HATOUM, M. **Dois irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MIGNOLO, W. D.; Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidades em política. **Cadernos de letras da UFF**, nº 34. p. 287-324, 2008.
- NEUMANN, G. R. Conhecendo Herbert Caro. **Revista contingentia**. Porto Alegre, vol. 2, n.1, mai.2007. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/3852/2150>>. Acesso em: 05 de junho de 2016.
- PIZARRO, A. Áreas Culturais na modernidade tardia. In: **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas** / Benjamin Abdala Junior, organizador. – São Paulo: Boitempo, 2004.
- POLAR, A. C. **O condor voa: literatura e cultura latino-americanas**. Organização Mário J. Valdés; tradução Ilka Valle de Carvalho. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ZWEIG, S. **Brasil, país do futuro**. Trad. Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.